



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

PROGRAMA PARA A 31ª SESSÃO ORDINÁRIA
LOCAL: AUDITÓRIO VER. FRANCISCO RIBEIRO CARDOSO
(PLENARINHO CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA)
DA 19ª LEGISLATURA - 1ª PRESIDÊNCIA
30-09-2025 - 9h00

1 – Leitura e discussão da Ata da Sessão anterior.

2 – Leitura dos Expedientes Recebidos¹.

3 – Providências da Mesa:

Ofício nº 239/2025 – Para o Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei nº 2.746/2025, de iniciativa do Executivo, aprovado nas Sessões realizadas nos dias 23 e 25 de setembro de 2025.

4 – Espaço para Oradores Inscritos.

5 – Indagação às Comissões sobre algo a apresentar.

6 – Ordem do Dia:

* Leitura, discussão e votação nominal do Veto ao Projeto de Lei nº 121/2024, de iniciativa do Vereador Sebastião Valter Fernandes. Ementa: “Dispõe sobre a criação do ‘Programa de Conscientização, Prevenção e Orientação sobre a Artrite Reumatoide’ no âmbito do Município de Araucária”.

***2ª** Leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 82/2025, de iniciativa do Vereador Nilso José Vaz Torres. Ementa: “Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de defletores em postes de iluminação pública na área rural do Município de Araucária, e dá outras providências”.

***1ª** Leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 2.745/2025, de iniciativa do Executivo. Ementa: “Altera disposições da Lei Municipal nº 1.703, de 11 de dezembro de 2006, conforme especifica”.

* Leitura, discussão e votação das Emendas ao Projeto de Lei nº 2.754/2025, de iniciativa do Executivo.

***1ª** Leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 2.754/2025, de iniciativa do Executivo. Ementa: “Dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o Exercício de 2026”.

¹Consultar matérias do expediente da respectiva Sessão no <<https://sapl.araucaria.pr.leg.br/>>



***1ª** Leitura, discussão e votação do Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 2.767/2025, de iniciativa do Executivo. Ementa: “Altera a Lei Municipal nº 3.262, de 12 de março de 2018, que dispõe sobre o parcelamento do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos — ITBI, e dá outras providências”.

* Leitura, discussão e votação da Emenda ao Projeto de Lei nº 2.768/2025, de iniciativa do Executivo.

***1ª** Leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 2.768/2025, de iniciativa do Executivo. Ementa: “Altera as Leis Municipais nº 2.387, de 7 de novembro de 2011 e nº 3.198, de 10 de novembro de 2017 que dispõem sobre o parcelamento de débitos municipais, e dá outras providências”.

***1ª** Leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 2.774/2025, de iniciativa do Executivo. Ementa: “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R\$ 1.367.116,81 (um milhão, trezentos e sessenta e sete mil, cento e dezesseis reais e oitenta e um centavos), na forma em que especifica”.

***1ª** Leitura, discussão e votação do Projeto de Lei nº 2.777/2025, de iniciativa da Comissão Executiva. Ementa: “Altera a Lei Municipal nº 4.523, de 27 de fevereiro de 2025”.

*Leitura, discussão e votação em bloco da Indicação nº 2.745/2025, de iniciativa do Vereador Vilson Cordeiro.

*Leitura, discussão e votação em bloco das Indicações nºs 2.846/2025, 2.975/2025, 2.976/2025 e 2.977/2025, de iniciativa do Vereador Leandro Andrade Preto.

*Leitura, discussão e votação em bloco das Indicações nºs 2.868/2025 e 2.869/2025, de iniciativa do Vereador Fabio Rodrigo Pedrosa.

*Leitura, discussão e votação em bloco das Indicações nºs 2.881/2025 e 2.882/2025, de iniciativa do Vereador Eduardo Rodrigo de Castilhos.

*Leitura, discussão e votação em bloco das Indicações nºs 2.905/2025 e 2.906/2025, de iniciativa do Vereador Vagner José Chefer.

*Leitura, discussão e votação em bloco das Indicações nºs 2.927/2025, 2.928/2025, 2.929/2025, 2.955/2025, 2.956/2025, 2.957/2025, 2.958/2025, 2.959/2025, 2.960/2025, 2.961/2025, 2.962/2025, 2.963/2025 e 2.964/2025, de iniciativa do Vereador Fabio Almeida Pavoni.

*Leitura, discussão e votação em bloco das Indicações nºs 2.932/2025, 2.933/2025 e 2.981/2025, de iniciativa do Vereador Francisco Paulo de Oliveira.

*Leitura, discussão e votação em bloco das Indicações nºs 2.941/2025, 2.942/2025, 2.943/2025, 2.944/2025, 2.945/2025, 2.946/2025 e 2.947/2025, de iniciativa do Vereador Olizandro José Ferreira Júnior.



*Leitura, discussão e votação da Moção de Aplausos nº 62/2025, de iniciativa do Vereador Olizandro José Ferreira Júnior.

7 – Espaço destinado às Explicações Pessoais.

8 – Encerramento.



COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Processo Legislativo Nº 116286/2025

Parecer Comissão de Justiça e Redação Nº 282/2025

Projeto de Lei Nº 121/2024

Relator: Vagner Chefer – PSD

PARECER Nº 282, 2025.

Da Comissão de Justiça e Redação, sobre o Veto do Prefeito ao Projeto de Lei nº 121 de 2024, de iniciativa do Vereador Sebastião Valter Fernandes que “Dispõe sobre a criação De um Programa de Conscientização, Prevenção e Orientação sobre a Artrite Reumatoide no âmbito do Município de Araucária.”

I – RELATÓRIO

Trata-se de veto total oposto pelo Chefe do Poder Executivo Municipal ao Projeto de Lei 121/2024, aprovado por esta Casa Legislativa, com o escopo de dispor sobre a criação De um Programa de Conscientização, Prevenção e Orientação sobre a Artrite Reumatoide no âmbito do Município de Araucária.

O Veto foi fundamentado, em síntese, na alegação de inconstitucionalidade formal, sob o argumento de que a matéria tratada seria de iniciativa reservada ao Poder Executivo, além da ausência estimativa do impacto orçamentário-financeiro.

É o breve relatório, encaminhado a esta Comissão De Justiça e Redação, para a análise e parecer.

II – ANÁLISE

Compete à Comissão de Justiça e Redação a análise de Projetos de Lei com matérias referentes aos aspectos constitucionais, legais, regimentais, jurídicos e demais, conforme segue:

“Art. 52º Compete





CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

📞 @camaraaraucaria

I- à Comissão de Justiça e Redação, os aspectos constitucionais, legais, regimentais, jurídicos, de técnica legislativa de todas as proposições e elaboração da redação final, na conformidade do aprovado, salvo as exceções previstas neste Regimento(Art.154, §2º Art.158; Art.159, inciso III e Art.163,2º);

Como mencionado, o Art.45, da Lei Orgânica do Município de Araucária garante ao Prefeito o direito ao veto:

Art.45.A Câmara Municipal, concluída a votação, enviará o projeto de lei ao Prefeito, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Prefeito considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Câmara Municipal, os motivos do veto.

§ 2º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 3º Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias, o silêncio do Prefeito importará sanção.

§ 4º O veto será apreciado em sessão única, dentro de 30 (trinta) dias, a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores

§ 5º Se o veto não for mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao Prefeito.

§ 6º Esgotado, sem deliberação, o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.





CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

📞 @camaraaraucaria

*§ 7º Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo Prefeito, nos casos dos §§ 3º e 5º, o Presidente da Câmara Municipal a promulgará, e, se este não o fizer, em igual prazo, caberá ao Vice - Presidente da Câmara Municipal fazê-lo.
(Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 21/2021)*

Dessa forma, cabe a esta comissão o processamento do presente Veto Prefeitoral.

Em tempo, a Constituição Federal em seu artigo 30. I e a Lei Orgânica do Município de Araucária em seu Art. 5º, I, descreve que compete ao Município legislar sobre matérias de interesse local:

Art. 30 – Compete aos municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

Além do exposto, a legislação municipal, discorre sobre o poder e a competência de autoria de Vereadores em Projetos de Lei, conforme o Art. 40, § 1º, a, da Lei Orgânica Municipal de Araucária:

Art. 40. O processo legislativo compreende a elaboração de:

§ 1º A iniciativa dos Projetos de Lei é de competência:

a) do Vereador;

Entretanto, o Projeto de Lei entra em dissonância com o art. 41, V da Lei Orgânica do Município de Araucária, sobre competência para iniciativa de projetos de lei:

“Art. 41. Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa de Projetos de Lei que:

(...)

V – criem e estruturam as atribuições de entidades da administração pública direta e indireta”.

Nesta esfera, percebe-se que no presente projeto, ocorre uma invasão à seara da administração pública, interferindo diretamente na organização e funcionamento interno do Poder Executivo.





CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

📍 @camaraaraucaria

A proposta, portanto, viola o princípio da separação dos poderes e apresenta vício de iniciativa, já que a matéria é de competência exclusiva do Executivo municipal.

Além disso, a criação do programa implicaria custos e a mobilização de recursos humanos e técnicos, sem que haja previsão do impacto orçamentário ou indicação de fonte de custeio, em desconformidade com a legislação fiscal vigente.

III – VOTO

Diante das razões apresentadas acima, esta Comissão de Justiça e Redação manifesta-se pela manutenção do Veto do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 121/2024, ao qual deve ser dada ciência aos vereadores, bem como, submetido a deliberação plenária para apreciação, nos termos do art.174 do Regimento Interno desta Câmara.

Dessa forma, submeto o parecer para apreciação dos demais membros da Comissão.

É o parecer.

Câmara Municipal de Araucária 04 de setembro de 2025.



VAGNER JOSÉ CHEFER

08/09/2025 11:33:54

CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

VEREADOR VAGNER CHEFER

RELATOR





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

PROJETO DE LEI Nº 121/2024

Dispõe sobre a criação do “Programa de Conscientização, Prevenção e Orientação sobre a Artrite Reumatoide” no âmbito do Município de Araucária.

Art. 1º Fica instituído o “Programa de Conscientização, Prevenção e Orientação sobre a Artrite Reumatoide” no Município de Araucária, a ser realizado anualmente na última semana do mês de setembro.

Art. 2º Constituem ações do Programa:

I - sensibilizar a população sobre os impactos da artrite reumatoide na qualidade de vida dos indivíduos;

II - promover a prevenção da artrite reumatoide por meio da divulgação de informações sobre os fatores de risco, sintomas e medidas preventivas;

III - orientar pacientes diagnosticados com artrite reumatoide sobre tratamentos disponíveis, cuidados médicos e suporte emocional.

Art. 3º Durante a realização do Programa de Conscientização, serão realizadas as seguintes atividades: distribuição de materiais informativos, consultas médicas e triagem gratuita, orientação psicológica e palestras educativas.

Art. 4º Compete à Secretaria Municipal de Saúde coordenar a organização e execução deste Programa, em parceria com instituições de saúde, organizações não governamentais e outros órgãos pertinentes.


Art. 5º A divulgação do “Programa de Conscientização, Prevenção e Orientação sobre a Artrite Reumatoide” será realizada por meio de ampla divulgação nos canais de comunicação da Prefeitura, bem como por parcerias com instituições locais, escola e empresas.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará, no que couber, a presente Lei, objetivando sua melhor aplicação.



Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Araucária, 5 de agosto de 2025.


EDUARDO RODRIGO DE CASTILHOS
05/08/2025 15:09:07
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

EDUARDO RODRIGO DE CASTILHOS
Presidente

Projeto de Lei de autoria do Vereador
Sebastião Valter Fernandes



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 116.286/2025 (PA CMA 65.040/2024)**PROPOSITURA:** EXMO. VEREADOR SEBASTIÃO VALTER FERNANDES – CMA**ASSUNTO:** DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO “PROGRAMA DE CONSCIENTIZAÇÃO, PREVENÇÃO E ORIENTAÇÃO SOBRE A ARTRITE REUMATOIDE” NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA.**DELIBERAÇÃO DO EXECUTIVO****VETO AO PROJETO DE LEI Nº 121/2024**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, acuso o recebimento do **OFÍCIO Nº 156/2025 – PRES/DPL (Processo nº 65.040/2024)** de autoria parlamentar, que dispõe sobre a criação do “Programa de Conscientização, Prevenção e Orientação sobre a Artrite Reumatoide” no âmbito do Município de Araucária.

Em que pese a louvável iniciativa, manifesto-me pelo **VETO** ao referido projeto de lei, pelas razões adiante expostas:

RAZÕES DO VETO

Em uma análise mais acurada do Projeto de Lei em referência, constata-se vício de iniciativa por invasão à competência administrativa do Poder Executivo Municipal.

Ao dispor sobre a criação, estruturação e execução do “Programa de Conscientização, Prevenção e Orientação sobre a Artrite Reumatoide”, o Legislativo adentra esfera de atribuição privativa do Chefe do Poder Executivo, ao tratar de ações típicas de gestão pública, como a distribuição de materiais informativos, consultas médicas, triagem gratuita, orientação psicológica e palestras educativas.

Registra-se que o referido Projeto de lei em seu **art. 4º** impõe a **exigência de autorização e supervisão técnica do órgão municipal competente** para coordenar a organização e execução deste Programa, configura ingerência direta na esfera da competência administrativa do Poder Executivo, ofendendo assim a harmonia entre os poderes, nos termos do Art. 2º da Constituição Federal, do Art. 7º da Constituição do Estado do Paraná e ainda do Art. 4º da Lei Orgânica do Município de Araucária.

- 1 Art. 2º São Poderes da União, independentes e **harmônicos** entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- 2 Art. 7º São Poderes do Estado, independentes e **harmônicos** entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- 3 Art. 4º São Poderes do Município, independentes e **harmônicos** entre si, o Legislativo e o Executivo.



Ao determinar como e quando o Executivo deverá atuar em determinada política pública, como no caso, impondo a obrigação de fiscalização técnica, o dispositivo ultrapassa, *s.m.j.*, o limite da função legislativa e compromete a autonomia administrativa do Executivo, afrontando assim o disposto no Art. 61, §1º, inciso II, alíneas “b” e “e” c/c o art. 84, inciso VI, todos da Constituição Federal (princípio da simetria) – *verbis*:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

(...)

II – disponham sobre:

(...)

*b) **organização administrativa** e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;*

(...)

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI;

(...)

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

(...)

VI – dispor, mediante decreto, sobre:

*a) **organização e funcionamento da administração federal**, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;*

Neste mesmo sentido dispõe a Constituição do Estado do Paraná – *verbis*:

*Art. 66 Ressalvado o disposto nesta Constituição, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado** as leis que disponham sobre:*

(...)

IV – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.



Sobre a organização administrativa e a competência privativa do Chefe do Poder Executivo, assim dispôs a Lei Orgânica do Município de Araucária – *verbis*:

Art. 41 Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa de Projetos de Lei que:

(...)

*V – criem e **estruturem as atribuições** e entidades da administração pública, direta e indireta.*

Não se desconhece o disposto no Tema 917 do c. Supremo Tribunal Federal – STF, que assim estabelece – *verbis*:

*Recurso extraordinário com agravo. Repercussão geral. 2. Ação Direta de Inconstitucionalidade estadual. Lei 5.616/2013, do Município do Rio de Janeiro. Instalação de câmeras de monitoramento em escolas e cercanias. 3. Inconstitucionalidade formal. Vício de iniciativa. **Competência privativa do Poder Executivo municipal. Não ocorrência. Não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos.** 4. Repercussão geral reconhecida com reafirmação da jurisprudência desta Corte. 5. Recurso extraordinário provido. (STF – ARE: 878911 RJ, Relator.: GILMAR MENDES, Data de Julgamento: 29/09/2016, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 11/10/2016)*

O Projeto de Lei **viola ainda o disposto no Art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT**, que assim dispõe – *verbis*:

Art. 113. A proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.

Sucedee, que a implementação das medidas previstas como distribuição de materiais informativos, consultas médicas, triagem gratuita, orientação psicológica, palestras educativas, divulgação nos canais de comunicação da Prefeitura e eventual capacitação de servidores, implica custos diretos e indiretos ao erário.

A ausência de estimativas concretas e da indicação da fonte de custeio compromete a viabilidade da proposta e afronta os princípios da legalidade, planejamento e responsabilidade fiscal.



Registra-se ainda, que o presente projeto de lei, ao propor a criação do “Programa de Conscientização, Prevenção e Orientação sobre Artrite Reumatoide”, incorre em vício de iniciativa orçamentária ao não apresentar estudo prévio de impacto orçamentário-financeiro, bem como por não conter declaração do ordenador de despesas informando que as despesas decorrentes da presente legislação estão compatíveis com o orçamento anual, contrariando assim o disposto no **Art. 113 do ADCT**, estando em desacordo com dispositivos da LC nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que estabelece – *verbis*:

***Art. 16.** A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:*

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II – declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º-Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I – adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II – compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º-A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculos utilizados.

§ 3º-Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4ºAs normas do caput constituem condição prévia para:

I – empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II – desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o [§ 3º do art. 182 da Constituição](#).



verbis:

Neste sentido, a jurisprudência do c. STF, conforme o decidido na ADI 6303 –

*Direito constitucional e tributário. Ação direta de inconstitucionalidade. IPVA. Isenção. Ausência de estudo de impacto orçamentário e financeiro. 1. Ação direta contra a Lei Complementar nº 278, de 29 de maio de 2019, do Estado de Roraima, que acrescentou o inciso VIII e o § 10 ao art. 98 da Lei estadual nº 59/1993. As normas impugnadas versam sobre a concessão de isenção do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) às motocicletas, motonetas e ciclomotores com potência de até 160 cilindradas. 2. Inconstitucionalidade formal. Ausência de elaboração de estudo de impacto orçamentário e financeiro. O art. 113 do ADCT foi introduzido pela Emenda Constitucional nº 95/2016, que se destina a disciplinar “o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União”. A regra em questão, porém, não se restringe à União, conforme a sua interpretação literal, teleológica e sistemática. 3. Primeiro, a redação do dispositivo não determina que a regra seja limitada à União, sendo possível a sua extensão aos demais entes. Segundo, a norma, ao buscar a gestão fiscal responsável, concretiza princípios constitucionais como a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência (art. 37 da CF/1988). Terceiro, a inclusão do art. 113 do ADCT acompanha o tratamento que já vinha sendo conferido ao tema pelo art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, aplicável a todos os entes da Federação. 4. A exigência de estudo de impacto orçamentário e financeiro não atenta contra a forma federativa, notadamente a autonomia financeira dos entes. Esse requisito visa a permitir que o legislador, como poder vocacionado para a instituição de benefícios fiscais, compreenda a extensão financeira de sua opção política. 5. Com base no art. 113 do ADCT, toda “proposição legislativa [federal, estadual, distrital ou municipal] que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro”, em linha com a previsão do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. 6. A Lei Complementar do Estado de Roraima nº 278/2019 incorreu em vício de inconstitucionalidade formal, por violação ao art. 113 do ADCT. 7. Pedido julgado procedente, para declarar a inconstitucionalidade formal da Lei Complementar nº 278, de 29 de maio de 2019, do Estado de Roraima, por violação ao art. 113 do ADCT. 8. **Fixação da seguinte tese de julgamento: “É***



inconstitucional lei estadual que concede benefício fiscal sem a prévia estimativa de impacto orçamentário e financeiro exigida pelo art. 113 do ADCT. (ADI 6303, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 14-03-2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-052 DIVULG 17-03-2022 PU#BLIC 18-03-2022) (Grifos nossos).

Isto posto, da análise do mencionado projeto de lei, **constata-se a inconstitucionalidade formal da legislação**, o que ofende a **harmonia e separação entre os poderes** (Art. 2º da CF, Art. 7º da Constituição do Estado do Paraná e Art. 4º da Lei Orgânica do Município de Araucária), violando o disposto no **Art. 113. do ADCT** e do **Art. 16. da LC nº 101, de 2000.**

Destarte, **não tendo sido constatado a juntada da estimativa de impacto orçamentário e financeiro** e muito menos declaração do ordenador de despesas do Poder Executivo que sofrerá o impacto da referida norma aprovada, tem-se que a norma ora aprovada é **inconstitucional.**

DECISÃO

Pelas razões expostas, **VETO** o Projeto de Lei nº 121/2024.

Encaminhe-se, no prazo máximo de 48 horas, as presentes razões à Câmara Municipal, nos termos do §1º do Art. 45 da Lei Orgânica de Araucária.

Araucária/PR, 22 de agosto de 2025.

Assinado digitalmente por:
LUIZ GUSTAVO BOTOGOSKI:01766610935
 017.666.109-35
25/08/2025 09:53:38

LUIZ GUSTAVO BOTOGOSKI

Prefeito





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 82/2025

O Vereador Nilso Vaz Torres infra-assinado, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Câmara Municipal de Araucária a seguinte proposição:

Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 82/2025, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de defletores em postes de iluminação pública na área rural do Município de Araucária, e dá outras providências”

Para que passe a vigorar com a seguinte redação:

Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de defletores em postes de iluminação pública na área rural do Município de Araucária, e dá outras providências.

Art. 1º. As lâmpadas da iluminação pública a serem instaladas na área rural do Município de Araucária, onde houver cultivo, deverão ser dotadas de defletores para direcionar sua luz para onde é mais necessária e de forma a não prejudicar o desenvolvimento da lavoura, segundo normas e estudos técnicos.

Parágrafo único: O mesmo procedimento deverá ser adotado para as lâmpadas já instaladas e desde que nas mesmas condições, conforme cronograma a ser estabelecido pelo Poder Público Municipal.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotação própria.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

JUSTIFICATIVA

Este projeto de lei visa promover a segurança, eficiência e o bem-estar da população rural de Araucária, evitando que a luz dos postes de iluminação pública seja direcionada para áreas agrícolas, criando desconforto e problemas relacionados à poluição luminosa.


A instalação de defletores é especialmente importante para mitigar os prejuízos causados pela luz excessiva na agricultura, uma vez que a luz alta durante a noite pode interferir nos ciclos naturais das plantas e afetar negativamente a produtividade agrícola.

Essa medida resultará em maior preservação das atividades agrícolas e promoverá a melhoria da qualidade de vida e da segurança nas vias da área rural do município.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 14/05/2025 16:45:03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://icp.lgim.com.br/pa/2af662488c8b>



Gabinete do Vereador Nilso Vaz Torres, 13 de maio de 2025.

 **NILSO JOSE VAZ TORRES**
14/05/2025 16:45:08
CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Nilso Vaz Torres
Vereador
(Assinado digitalmente)



CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

📍 @camaraaraucaria

PARECER CONJUNTO Nº 332/2025 – CJR e Nº 87/2025 – CFO

Da Comissão de Justiça e Redação em conjunto com a Comissão de Finanças e Orçamento, sobre o **projeto de lei nº 2745/2025**, de iniciativa do Excelentíssimo Prefeito Luiz Gustavo Botogoski que “Altera disposições da Lei Municipal nº 1.703, de 11 de dezembro de 2006, conforme especifica.”

I – RELATÓRIO.

Trata-se do Projeto de Lei nº 2745/2025, de autoria do Chefe do Executivo Municipal, que altera disposições da Lei Municipal nº 1.703, de 11 de dezembro de 2006, conforme especifica.

Justifica o Senhor Prefeito, que o projeto de lei: “A medida visa permitir, de forma excepcional, temporária e devidamente justificada, a ampliação da jornada de servidores que possuem carga horária inferior a 40 (quarenta) horas semanais, respeitando-se os limites legais e o interesse público, com o devido controle administrativo.

Essa iniciativa encontra amparo nos arts. 41, inciso I, e 60, inciso XI, da Lei Orgânica do Município de Araucária, bem como no art. 37 da Constituição Federal, na medida em que busca assegurar maior eficiência à prestação dos serviços públicos, com economicidade e legalidade, sem que haja criação imediata de novos cargos ou aumento permanente da despesa com pessoal.

A proposta encontra-se em conformidade com a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, especialmente com o Acórdão nº 498/2025 – Processo nº 355867/23 – Tribunal Pleno, que reconhece a legalidade da jornada suplementar desde que atendidos os critérios de temporariedade, excepcionalidade, justificativa formal, controle interno e limite de 40 horas semanais, todos observados no presente projeto.”

É o breve relatório.

II – ANÁLISE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

É importante ressaltar que compete a Comissão de Justiça e Redação a análise de Projetos de Lei com matérias referentes aos aspectos constitucionais, legais,



regimentais, jurídicos e demais, conforme segue:

“Art. 52. Compete

I – À Comissão de Justiça e Redação, os aspectos constitucionais, legais, regimentais, jurídicos, de técnica legislativa de todas as proposições e elaboração de redação final, na conformidade do aprovado, salvo as exceções previstas neste Regimento (Art. 154, § 2º Art. 158; Art. 159, inciso III e Art. 163, 2º);

Dessa forma, cabe a esta comissão o processamento do presente projeto.

O projeto em análise trata-se do processo legislativo nº 106508/2025 e processo administrativo nº29804/2025, acontece que no dia 31/07/2025 o processo foi retornado ao poder executivo e realizado alteração por este, onde houve o upload do documento em 17/09/2025 e recebido em plenário na 30ª sessão ordinária do dia 23/09/2025.

Na alteração foi retirado a matéria que tratava sobre o banco de horas que o texto anterior previa, permanecendo apenas a jornada suplementar de trabalho.

Em tempo, a Constituição Federal em seu artigo 30, I e a Lei Orgânica do Município de Araucária em seu Art. 5º, I, descreve que compete ao Município legislar sobre matérias de interesse local:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I – Legislar sobre assuntos de interesse local;”

Além disso, verifica-se que a legislação municipal, discorre sobre o poder e a competência de autoria do Prefeito em Projetos de Lei, conforme o Art. 56, III, e o artigo 40, § 1º, *b*, da Lei Orgânica Municipal de Araucária:

“Art. 40. O processo legislativo compreende a elaboração de:

§ 1º A iniciativa dos Projetos de Lei é de competência:

b) do Prefeito;”

Destaca-se a competência privativa do prefeito em elaboração de projetos de lei que aumentem vencimento ou vantagens dos servidores. (Lei Orgânica Municipal de Araucária, art. 41, incisos I).

“Art. 41. Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa de Projetos





de Lei que:

I – Criem cargos, funções ou empregos públicos, e aumentem vencimentos ou vantagens dos servidores;”

Subsequentemente, a Lei Orgânica de Araucária prevê no art. 60, inciso XI, prevê que é preceito regulador da administração pública, a remuneração dos servidores públicos, o qual a propositura se enquadra. Veja:

“**Art. 60** Aplicam-se à Administração Pública Municipal os seguintes preceitos reguladores:

(...)

XI – a remuneração dos serviços públicos e os subsídios de que tratam os incisos VII e VIII do art. 11 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada a revisão geral anual, sempre no mês de junho e sem distinção de índices, respeitados os limites constitucionais;”

A Constituição Federal também disciplina sobre a remuneração dos servidores públicos, como previsto no art. 37:

“**Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

X – A remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;”

A proposta vem demonstrando a motivação da administração pública para tais alterações, explicando que esta encontra-se em conformidade com a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, especialmente com o Acórdão nº 498/2025 – Processo nº 355867/23 – Tribunal Pleno, que reconhece a legalidade da jornada suplementar desde que atendidos os critérios de temporariedade, excepcionalidade, justificativa formal, controle interno e limite de 40 horas semanais, todos observados no presente projeto

Denota-se o art. 169 da Constituição, o qual dispõe o que segue:

“Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo e pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não pode





CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

📍 @camaraaraucaria

exceder os limites estabelecidos em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

§ 1º - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alterações de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.”

O art. 169 da Constituição Federal apregoa que os limites serão estabelecidos por lei complementar, deste modo em análise a Lei complementar de Responsabilidade Fiscal 101/2000 em seu art. 19 dispõe que a receita corrente líquida (RCL) dos municípios não pode exceder 60% (sessenta por cento). Veja:

“Art. 19. Para os fins do disposto no *caput* do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I – União: 50% (cinquenta por cento);

II – Estados: 60% (sessenta por cento);

III – Municípios: 60% (sessenta por cento)”
(grifo nosso)

O § 3º do art. 64 da Lei Orgânica do Município determina que a despesa com pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder ao limite de sessenta por cento da Receita Corrente Líquida Municipal estabelecido pela Lei Complementar nº 101/2000.

O projeto de lei vem acompanhado de justificativa no ofício nº 3911/2025 que declara que o projeto está compatível com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual vigente (Lei nº 4.507/2024), em conformidade com os artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

No que se refere ao relatório de impacto orçamentário o poder executivo informou que “a implantação da Jornada Suplementar dependerá de prévia análise técnica e autorização da Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas, com verificação da disponibilidade orçamentária e financeira, por meio de procedimento administrativo





CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

📍 @camaraaraucaria

específico. Ainda que o impacto financeiro global não possa ser mensurado antecipadamente de forma absoluta, a medida permite a utilização racional dos recursos humanos já existentes, com potencial de reduzir o uso excessivo de horas extraordinárias e elevar a capacidade de atendimento à população com maior flexibilidade e agilidade. O impacto será monitorado continuamente, conforme diretrizes dos órgãos de controle interno e externo”.

Ademais, salientamos que a Comissão de Justiça e Redação analisa as proposições em face das matérias legais, contudo a observância referente se a proposição traz algum tipo de alteração na despesa ou receita do Município, ou repercutam no Patrimônio Municipal, cabe a Comissão de Finanças e Orçamento, segundo expressamente previsto no art. 52, II do regimento interno.

Cumprе ressaltar que a presente proposição atendeu as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Por fim, verifica-se que a proposição aqui tratada se encontra em concordância com os demais aspectos legais exigidos e que competem a esta comissão, não havendo impedimento para a regular tramitação do projeto.

III – ANÁLISE DA COMISSÃO FINANÇAS E ORÇAMENTO

Inicialmente, importante ressaltar que compete a Comissão de Finanças e Orçamento a análise de Projetos de Lei com matérias referentes aos aspectos econômicos e financeiros, conforme segue:

“Art. 52. Compete:

II – à Comissão de Finanças e Orçamento, os aspectos econômicos e financeiros, e especialmente:

a) matéria tributária, abertura de crédito adicional, operações de crédito, dívida pública, anistias e remissões de dívidas, e outras que direta ou indiretamente alterem a despesa ou receita do Município, ou repercutam no Patrimônio Municipal;”

Dessa forma, cabe também a esta Comissão de Finanças e Orçamento, o processamento do presente projeto.

O projeto de lei vem acompanhado de justificativa no ofício nº 3911/2025 que declara



que o projeto está compatível com o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual vigente (Lei nº 4.507/2024), em conformidade com os artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

No que se refere ao relatório de impacto orçamentário o poder executivo informou que “a implantação da Jornada Suplementar dependerá de prévia análise técnica e autorização da Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas, com verificação da disponibilidade orçamentária e financeira, por meio de procedimento administrativo específico. Ainda que o impacto financeiro global não possa ser mensurado antecipadamente de forma absoluta, a medida permite a utilização racional dos recursos humanos já existentes, com potencial de reduzir o uso excessivo de horas extraordinárias e elevar a capacidade de atendimento à população com maior flexibilidade e agilidade. O impacto será monitorado continuamente, conforme diretrizes dos órgãos de controle interno e externo”.

Portanto, no que cabe à análise da Comissão de Finanças e Orçamento, verifica-se que o projeto tratado está em conformidade com os demais quesitos legais, econômicos e financeiros exigidos e que competem a esta comissão, não tendo impedimento para a regular tramitação da propositura.

IV – VOTO

Diante de todo o exposto e, com base no que se verificou através do presente, no que compete à Comissão de Justiça e Redação, bem como a Comissão de Finanças e Orçamento, não se vislumbra óbice ao prosseguimento do Projeto de Lei de nº 2745/2025. Assim, **SOMOS PELO PROSSEGUIMENTO DO REFERIDO PROJETO DE LEI**, ao qual deve ser dado ciência aos vereadores, bem como, submetido à deliberação plenária para apreciação conforme o Regimento Interno desta Câmara Legislativa.

Dessa forma, submetemos o parecer para apreciação dos demais membros das comissões.

É o parecer

Câmara Municipal de Araucária, 25 de setembro de 2025.





CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

📍 @camaraaraucaria



PEDRO FERREIRA DE LIMA

25/09/2025 10:52:52

CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Relator da CJR



**OLIZANDRO JOSÉ FERREIRA
JUNIOR**

25/09/2025 10:55:22

CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Relator da CFO



ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 25/09/2025 10:53:03-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://ic.lgm.com.br/p63c95863b48dd>



PROJETO DE LEI Nº 2.745, DE 14 DE JULHO DE 2025.

Altera disposições da Lei Municipal nº 1.703, de 11 de dezembro de 2006, conforme especifica.

Art. 1º Insere o inciso XIV no art. 57 da Lei nº 1.703, de 11 de dezembro de 2006, com a seguinte redação:

“XIV – Adicional por Jornada Suplementar de Trabalho.” (NR)

Art. 2º Revigora-se a “Subseção X”, da Seção II, do Capítulo II da Lei Municipal nº 1.703, de 11 de dezembro de 2006, com a seguinte redação:

“Subseção X”

“Jornada Suplementar de Trabalho”

Art. 3º Insere o Art. 84-A na Lei Municipal nº 1.703, de 2.006, com a seguinte redação:

“Art. 84-A. Os servidores públicos municipais efetivos e contratados com carga horária legal inferior a 40 (quarenta) horas semanais poderão ser designados para cumprir Jornada Suplementar de Trabalho.

§1º A soma da jornada regular de trabalho com a Jornada Suplementar de Trabalho não poderá superar 40 (quarenta) horas semanais, podendo a jornada suplementar, no interesse da Administração, ser fracionada.

§2º O servidor titular de 2 (dois) cargos efetivos municipais ou de 1 (um) cargo efetivo municipal e outro vínculo junto a qualquer ente público da administração direta ou indireta, não poderá ser designado para cumprir Jornada Suplementar de Trabalho.

§3º O pagamento do Adicional pela Jornada Suplementar é incompatível com o pagamento de horas extraordinárias.

§4º Nas situações em que haja necessidade da realização de Jornada Suplementar de Trabalho, o Ordenador de Despesas da Secretaria interessada formulará requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas para análise quanto à viabilidade de implantação da Jornada Suplementar de Trabalho aos servidores informados.

§5º Cabe ao (à) Secretário (a) da Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas a avaliação das características do trabalho desenvolvido e as justificativas apresentadas para a Jornada Suplementar, concluindo, de forma justificada, pela possibilidade ou não de sua implantação e, caso autorizado informará à Secretaria requerente a data de início da Jornada Suplementar de Trabalho.

§6º A vigência da Jornada Suplementar de Trabalho será de até 1 (um) ano, poderá ser renovada, desde que devidamente justificada e no interesse da Administração.



§7º A Jornada Suplementar de Trabalho pode ser revogada a qualquer tempo, a pedido, ou no interesse justificado da Administração, sem necessidade de indenização ou direito adquirido à continuidade.”

redação:

Art. 4º Insere o Art. 84-B na Lei Municipal nº 1.703, de 2.006, com a seguinte

“Art. 84-B. O valor para pagamento da verba do Adicional por Jornada Suplementar de Trabalho será proporcional à carga horária atribuída, tendo como base de cálculo o vencimento base do servidor, considerando-se os eventuais atrasos e faltas.

§1º Para os cargos de médico, o valor para pagamento da verba do Adicional por Jornada Suplementar de Trabalho será proporcional à carga horária atribuída, tendo como base de cálculo o vencimento base do servidor mais o complemento ao vencimento médico previsto no artigo 88 desta lei, considerando-se os eventuais atrasos e faltas.

§2º As verbas decorrentes da Jornada Suplementar de Trabalho não serão computadas e nem acumuladas para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

§3º A Jornada Suplementar de Trabalho, na forma de ampliação da jornada de trabalho, não se constitui em horas extraordinárias e, dada a sua eventualidade e transitoriedade, extingue-se automaticamente pelo decurso de seu prazo de exercício, não se incorpora aos vencimentos, não integra base previdenciária e não gera estabilidade ou direito de conversão em cargo efetivo.

§4º A Jornada Suplementar de Trabalho é incompatível com a redução da carga horária legal.”

redação:

Art. 5º Insere o Art. 84-C na Lei Municipal nº 1.703, de 2.006, com a seguinte

“Art. 84-C. O pagamento da Jornada Suplementar de Trabalho será suspenso, quando ocorrerem os seguintes afastamentos e/ou licenças:

I – todo e qualquer tipo de afastamento sem vencimentos;

II – licença prêmio;

III – licença para concorrer a cargo eletivo;

IV – licença para exercício de mandato eletivo ou classista;

V – licença para serviço militar;

VI – licença para tratamento próprio ou familiar superior a 15 (quinze) dias seguidos ou interpoladamente no período de 6 (seis) meses;



VII – licença para frequentar curso de aperfeiçoamento ou especialização de interesse da administração pública.”

redação:

Art. 6º Insere o Art. 84-D na Lei Municipal nº 1.703, de 2.006, com a seguinte

“Art. 84-D. Os critérios para a designação dos servidores para cumprir Jornada Suplementar de Trabalho prevista neste artigo serão regulamentados por Decreto do Poder Executivo, em até 120 (cento e vinte) dias.”

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura do Município de Araucária, 14 de julho de 2025.

Assinado digitalmente por:
**LUIZ GUSTAVO
BOTOGOSKI:01766610935**
 017.666.109-35
17/09/2025 09:56:01

LUIZ GUSTAVO BOTOGOSKI
Prefeito do Município de Araucária

Processo nº 29804/2025

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/09/2025 09:56:03-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://ic.lgm.com.br/px3af6e189a36a>





PARECER Nº 50/2025 – CFO

Da Comissão de Finanças e Orçamento sobre o Projeto de Lei nº 2754/2025, de iniciativa do Excelentíssimo Prefeito Luiz Gustavo Botogoski que “Dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o Exercício de 2026..”

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 2754/2025, que dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o Exercício de 2026.

Em sua justificativa, o Excelentíssimo Prefeito informa que: Encaminhamos pelo presente o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, o qual estabelece as metas e as prioridades para o exercício, bem como orienta a elaboração do Orçamento.

Juntamente com o Projeto de Lei consta o Anexo I, contendo Metas e Prioridades e Metas Fiscais da Receita, o qual traz os valores de cada ação agrupados por Órgão, Unidade e Programa. Consta ainda o Anexo II, composto por 12 (doze) documentos, contendo avaliações e estabelecendo metas, conforme segue:

Demonstrativo 1 – Metas Anuais;

Demonstrativo 2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do exercício anterior;

Demonstrativo 3 – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;

Demonstrativo 4 – Evolução do Patrimônio Líquido;

Demonstrativo 5 – Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com a Alienação de Ativos;

Demonstrativo 6 – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores;

Demonstrativo 7 – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

Demonstrativo 8 – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

Demonstrativo de Riscos Fiscais E Providências;





i @camaraaraucaria

Cronograma de Obras em Andamento;
Plano de Ação e Investimento do Plano de Mobilidade;
Plano de Ação e Investimento do Plano Diretor.

Em relação às despesas, o valor reservado ao pagamento de Precatórios foi fixado em R\$ 63.374.268,03 (é resultado dos valores de decisões judiciais inscritas para pagamento até a data de 2 de abril, data limite estipulada no § 5º do art. 100 da Constituição Federal para inclusão de Precatórios no orçamento de 2026).

Com relação ao Fundo de Previdência do Município de Araucária – FPMA, houve a previsão de nova elevação da alíquota patronal em 0,5% em 2026, passando dos atuais 16% para 16,5%.

Assim, realizadas as análises dos cenários econômicos e avaliado o comportamento e a projeção das receitas, o total do orçamento está fixado no montante de R\$2.324.555.000,00. (dois bilhões, trezentos e vinte e quatro milhões e quinhentos e cinquenta e cinco mil reais).

Para pagamento de pessoal da Prefeitura Municipal de Araucária serão destinados R\$ 784.262.119,80 (setecentos e oitenta e quatro milhões duzentos e sessenta e dois mil cento e dezenove reais e oitenta centavos) incluindo o custeio do auxílio alimentação.

Desse modo, solicitamos que Vossa Excelência e demais vereadores que compõem essa Câmara Municipal, apreciem e votem o Projeto de Lei, na forma estabelecida no artigo 130 da Lei Orgânica do Município de Araucária”.

É o breve relatório.

II – ANÁLISE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Inicialmente, importante ressaltar que compete a Comissão de Finanças e Orçamento a análise de Projetos de Lei com matérias referentes aos aspectos econômicos e financeiros, conforme segue:

“**Art. 52.** Compete

II – À Comissão de Finanças e Orçamento, os aspectos econômicos e financeiros, e especialmente:





CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

📞 @camaraaraucaria

a) matéria tributária, abertura de crédito adicional, operações de crédito, dívida pública, anistias e remissões de dívidas, e outras que direta ou indiretamente alterem a despesa ou receita do Município, ou repercutam no Patrimônio Municipal;”

Dessa forma, cabe a esta comissão o processamento do presente projeto. Outrossim, a Lei Orgânica Municipal de Araucária, dispõe em seu Art. 5º, XI, sobre a competência do município em elaborar o orçamento anual, entre outros, bem como em seu artigo 56, XXXV, prevê que compete ao Prefeito enviar à Câmara o Plano Plurianual para apreciação, conforme o que segue:

“**Art. 5º** Compete ao Município:

(...)

XI – elaborar o Orçamento Anual, estimando a receita e fixando a despesa, o Plano Plurianual e as Diretrizes Orçamentárias;”

“**Art. 56.** Ao Prefeito compete:

(...)

XXXV – enviar à Câmara Municipal o Plano Plurianual, o Projeto de Diretrizes Orçamentárias e as Propostas de Orçamento previstas nesta Lei;”

Em tempo, a Constituição Federal em seu artigo 165, dispõe sobre a iniciativa das leis orçamentárias ao Poder Executivo. Já a Lei Orgânica do Município de Araucária em seu Art. 10, II, descreve que compete a Câmara Municipal legislar sobre matérias orçamentárias, conforme o que segue:

“**Art. 10.** Compete à Câmara Municipal deliberar sobre matéria da competência do Município, sujeita à sanção do Prefeito, especialmente sobre:

(...)

II – Orçamento e a abertura de créditos especiais e suplementares;”

Além disso, o Art. 52, II, b, do Regimento Interno desta Câmara Legislativa, estabelece que compete à Comissão de Finanças e Orçamento a análise de projetos como o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias Projeto de Orçamento Anual e Prestação de Contas do Executivo, conforme demonstrado a seguir:





CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

📍 @camaraaraucaria

“Art. 52. Compete:

II – À Comissão de Finanças e Orçamento, os aspectos econômicos e financeiros, e especialmente:

b) os Projetos do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Projeto de Orçamento Anual e a Prestação de Contas do Executivo e da Mesa da Câmara.”

A lei Orgânica municipal prevê no art. 130, III, o prazo de encaminhamento do Projeto de Plano Plurianual para a Câmara Municipal de Araucária, até o dia 15 de julho. Desta forma em consulta ao processo administrativo 106139/2025, o processo foi encaminhado no dia 1/07/2025 às 15h15min, estando em conformidade com a legislação vigente.

“Art. 130. Para efeitos de encaminhamento e aprovação dos Projetos do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, serão observados os seguintes prazos:

III - o Projeto das Diretrizes Orçamentárias deverá ser enviado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo até o dia 1º de agosto de cada ano;

§ 1º A transparência durante os processos de elaboração e de discussão dos planos plurianuais, leis de diretrizes orçamentárias e orçamentos será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas.”

Da mesma forma, o previsto no §1 do art. 130 da LOMA, o poder executivo juntou nos autos do processo administrativo 114309/2025 o edital da audiência pública de apresentação da proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026, no dia 28 de julho de 2025, no anfiteatro da Prefeitura Municipal de Araucária, com transmissão ao vivo através do site eletrônico www.araucaria.pr.gov.br.

O regimento Interno da Câmara Municipal de Araucária estabelece uma tramitação especial para o Projeto do Plano Plurianual, conforme está previsto no capítulo II da norma. Segue para dar conhecimento sobre a referida tramitação:

CAPÍTULO II DO PLANO PLURIANUAL, DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DO ORÇAMENTO ANUAL.

Art. 157. Aplicam-se aos Projetos de Lei do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, naquilo em que não contrariem o disposto neste Capítulo, as regras deste Regimento que

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 06/08/2025 11:19 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://ic.lpm.com.br/pa63c83984865d>





CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

📍 @camaraaraucaria

regulam a tramitação das proposições em geral. (Arts. 129 a 140 da Lei Orgânica do Município).

Art. 158. Recebido o Projeto, será ele reproduzido e distribuído aos Vereadores, sendo depois remetido à Comissão de Finanças e Orçamento.

§ 1º Publicado o parecer da Comissão, o projeto será imediatamente encaminhado à Mesa, que o fará constar na pauta da Ordem do Dia em 2 (duas) Sessões Ordinárias, com prazo mínimo de 15 (quinze) dias entre cada uma, para recebimento de emendas.

§ 2º Findo o prazo de apresentação de emendas, a Mesa as fará publicar, dando ciência aos Vereadores.

§ 3º No dia seguinte ao da publicação das emendas, o processado retornará à Comissão de Finanças e Orçamento, que emitirá parecer sobre elas, no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 4º Após emitido o parecer, este será publicado em 2 (dois) dias, dando ciência aos Vereadores, sendo incluído na Ordem do Dia da Sessão imediatamente subsequente.

§ 5º As emendas serão submetidas ao Plenário.

§ 6º Aprovadas as emendas, caberá à Comissão de Finanças e Orçamento a elaboração da redação para o segundo turno.

Desta forma, verifica-se que o projeto aqui tratado encontra-se em concordância com a matéria atribuída a Comissão de Finanças e Orçamento na medida imposta pela Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno, bem como no que compete a deliberação da Câmara municipal dos Vereadores, não havendo impedimento para a regular tramitação da propositura.

Salientamos, em vista a emissão deste parecer, e, cumprindo as determinações do art. 158, § 1º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Araucária, **inicie-se o prazo para apresentação de emendas, no período de 15 (quinze) dias, contados a partir da inserção deste na pauta da ordem do dia na sessão ordinária.**

III – VOTO

Diante de todo o exposto e, com base no que verificou-se através do presente, no que compete à Comissão de Finanças e Orçamento, não vislumbra-se óbice ao prosseguimento do Projeto de Lei de nº 2754/2025, Assim, **SOMOS PELO PROSSEGUIMENTO DO REFERIDO PROJETO DE LEI**, ao qual deve ser dado ciência





CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

📍 @camaraaraucaria

aos vereadores, bem como, submetido a deliberação plenária para apreciação, nos termos do Regimento Interno desta Câmara Legislativa.

Dessa forma, submeto o parecer para apreciação dos demais membros da comissão.

É o parecer.

Câmara Municipal de Araucária, 05 de agosto de 2025



ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 06/08/2025 11:19 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://ic.lgm.com.br/p863c83984865d>



PARECER Nº 70/2025 – CFO

Da Comissão de Finanças e Orçamento sobre o Projeto de Lei nº 2.754/2025, de iniciativa do Excelentíssimo Prefeito Luiz Gustavo Botogowski que “Dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o Exercício de 2026”

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei nº 2.754/2025, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício financeiro de 2026, estabelecendo as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, além de orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Após análise preliminar, esta Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável ao regular prosseguimento da proposição, que foi aprovada pelos membros da CFO nas Comissões Técnicas.

Foram aprovadas três emendas ao PPA, por se encontrarem em plena consonância com o Projeto de Lei em análise. Conforme justificativa dos autores, tais emendas visam assegurar a correta alocação de recursos na LDO, corrigindo eventuais insuficiências do planejamento original e fortalecendo áreas estratégicas e prioritárias para o desenvolvimento do Município.

Além dessas, foram também apresentadas emendas modificativas ao Projeto de Lei nº 2.754/2025, com vistas a aprimorar sua redação e a execução orçamentária.

É o relatório.



II – ANÁLISE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Compete a Comissão de Finanças e Orçamento analisar Projetos de Lei com matérias referentes aos aspectos econômicos e financeiros, matéria tributária, abertura de crédito adicional, bem como o Plano Plurianual, Lei das Diretrizes Orçamentárias, Projeto de Orçamento Anual e Prestação de Contas do Executivo entre outros conforme o inciso II, “a” e “b” do Art. 52 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Araucária, conforme segue:

“Art. 52º Compete: II - à Comissão de Finanças e Orçamento, os aspectos econômicos e financeiros, especialmente: a) matéria tributária, abertura de crédito adicional, operações de crédito, dívida pública, anistias e remissões de dívidas, e outras que direta ou indiretamente alterem a despesa ou a receita do Município, ou repercutam no Patrimônio Municipal; b) os Projetos do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Projeto de Orçamento Anual e a Prestação de Contas do Executivo e da Mesa da Câmara;

Dessa forma, cabe a esta comissão o processamento do presente projeto. Outrossim, a Lei Orgânica Municipal de Araucária, dispõe em seu Art. 5º, XI, sobre a competência do município em elaborar o orçamento anual, entre outros, bem como em seu artigo 56, XXXV, prevê que compete ao Prefeito enviar à Câmara o Projeto de Lei que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, para apreciação, conforme o que segue:

“Art. 5º Compete ao Município: XI – elaborar o Orçamento Anual, estimando a receita e fixando a despesa, o Plano Plurianual e as Diretrizes Orçamentárias; Art. 56. Ao Prefeito compete: XXXV – enviar à Câmara Municipal o Plano Plurianual, o **Projeto de Diretrizes Orçamentárias** e as Propostas de Orçamento previstas nesta Lei; (grifo nosso)

Em tempo, a Constituição Federal em seu artigo 165, dispõe sobre a iniciativa das leis orçamentárias ao Poder Executivo. Já a Lei Orgânica do Município de Araucária em seu Art. 10, II, da L.O.M.A, estabelece que compete a Câmara Municipal legislar sobre matérias orçamentárias, conforme nos ensina:

Art. 10 Compete à Câmara Municipal deliberar sobre matéria da competência do Município, sujeita à sanção do Prefeito, especialmente sobre: II – orçamento e a abertura de créditos especiais e suplementares.



Assim, resta evidenciado que o Projeto de Lei nº 2.754/2025 e as emendas apresentadas encontram respaldo legal e regimental, não havendo óbice ao seu prosseguimento.

III – DAS ALTERAÇÕES PROPOSTAS

Analisando as Emendas propostas:

1. Emendas Aditivas:

- **Emenda nº 04/2025 – Vereador Celso Nicácio**
Destina recursos ao **Programa Caçamba Social** (Lei Ordinária nº 3.830/2022), assegurando sua continuidade e ampliação. O programa contribui para a limpeza urbana, a saúde pública e a preservação ambiental.
Órgão de destino: Secretaria de Meio Ambiente
Ação: 2111 – R\$ 200.000,00 anuais (2026 a 2029)
Anulação: Secretaria Municipal de Ciência, Inovação, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico – Ação 2151
- **Emenda nº 05/2025 – Vereador Celso Nicácio**
Destina recursos ao **Programa Cine Social** (Lei nº 4.540/2025), que promove exhibições gratuitas de filmes e documentários em espaços públicos, ampliando o acesso à cultura e incentivando a integração comunitária.
Órgão de destino: Secretaria de Cultura
Ação: 2127 – R\$ 100.000,00 anuais (2026 a 2029)
Anulação: Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento – Ação 2090
- **Emenda nº 10/2025 – Vereador Celso Nicácio**
Institui e fortalece o **Sistema Municipal de Saúde Animal de Araucária (SMSA)**, assegurando atendimento veterinário gratuito, prevenção de zoonoses e promoção do bem-estar animal.
Órgão de destino: Secretaria de Meio Ambiente
Ação: 2120 – R\$ 300.000,00 anuais (2026 a 2029)
Anulação: Secretaria Municipal de Governo – Ação 2007

2. Emenda Modificativa:

- **Emenda Modificativa nº 01/2025 – Comissão de Finanças e Orçamento**
Altera a redação do inciso I e do inciso V do art. 22 do Projeto de Lei nº 2.754/2025, que passam a vigorar da seguinte forma:

I – Abrir Créditos Adicionais Suplementares até o limite de **15% (quinze por cento)** do total da despesa fixada na Lei Orçamentária;





i @camaraaraucaria

V – Realizar, mediante Decreto, a abertura de créditos adicionais especiais para o atendimento de despesas sem dotação orçamentária específica.

As emendas aprovadas foram devidamente analisadas por esta Comissão, verificando-se sua pertinência e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Observa-se que as alterações propostas mantêm o equilíbrio orçamentário e asseguram a correta alocação de recursos, reforçando políticas públicas relevantes nas áreas de meio ambiente, cultura, saúde animal e gestão fiscal.

Assim, as emendas contribuem para o aprimoramento da LDO/2026, tornando-a mais alinhada às necessidades da comunidade e mais eficaz na orientação da futura Lei Orçamentária Anual (LOA), razão pela qual esta Comissão se manifesta pelo seu regular prosseguimento.

IV – VOTO

Diante de todo o exposto e, com base no que verificou-se através do presente, no que compete à Comissão de Finanças e Orçamento, não vislumbra-se óbice ao prosseguimento das Emendas e do Projeto de Lei nº 27542025, Assim, SOMOS PELO PROSSEGUIMENTO DAS REFERIDAS PROPOSIÇÕES , ao qual deve ser dado ciência aos vereadores, bem como, submetido a deliberação plenária para apreciação, nos termos do Regimento Interno desta Câmara Legislativa.

Dessa forma, submeto o parecer para apreciação dos demais membros da comissão.

É o parecer.

Araucária, 24 de Setembro de 2025

**CELSO NICACIO DA SILVA**
24/09/2025 14:55:20
CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.



EMENDA MODIFICATIVA 01/2025 - AO PROJETO DE LEI Nº 2754/2025

O vereador Celso Nicácio da Silva infra-assinado, no uso de suas atribuições legais, nos Termos do artigo 114 do Regimento Interno, propõe a seguinte emenda ao Projeto de Lei nº 2754/2025.

Emenda modificativa ao projeto de lei nº 2754/2025, que
“Dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei
Orçamentária para o Exercício de 2026..”

Art. 1º Altera-se o inciso I do art. 22 do Projeto de Lei nº 2754/2025 para que passe a vigorar com a seguinte redação:

“I – Abrir Créditos Adicionais Suplementares até o limite de 15,00% (quinze por cento) do total da despesa fixada na Lei Orçamentária;”

Art. 2º Modifica-se o inciso V do art. 22 do Projeto de Lei nº 2754/2025 para que passe a vigorar com a seguinte redação:

“V – Realizar mediante Decreto a abertura de créditos adicionais especiais para o atendimento de despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.”

Justificativa

O inciso I (original) prevê um limite de 10,00% (dez por cento) do total da despesa fixada na Lei Orçamentária, porém, verifica-se que é insuficiente diante da necessidade da agilidade dos trâmites processuais, principalmente no segundo semestre, onde há uma maior demanda das secretarias para atendimento de processos de licitação. Como parâmetro para alteração, seguem as leis de municípios vizinhos que adotam um percentual superior, como exemplos os municípios de Campo Largo, 30,00% (trinta por cento), Curitiba de 20,00% (vinte por cento) e Colombo 15,00% (quinze por cento).

O inciso V (original) prevê um limite de R\$50.000,00 (cinquenta mil) por dotação





i @camaraaraucaria

orçamentária aberta por crédito especial, porém por ser um valor muito baixo se verificou a tempo, que a condição apresentada não atenderia com efetividade as necessidades do Orçamento Municipal. Dessa forma, foi corrigida a redação do referido inciso, com a exclusão do limite, haja vista que conforme o histórico dos créditos especiais solicitados, não se apresentam em grande número, mas certamente resultará em agilidade na execução orçamentária.

Atualmente, o Orçamento da Prefeitura de Araucária tem mantido por diversos exercícios um total de 440 dotações em média, para atendimento das Secretarias Municipais que solicitam a inclusão para elementos de despesa que não são usuais, com valor estimado inicial de R\$1.000,00 a 20.000,00. Essas dotações assim incluídas no Orçamento podem ser utilizadas a qualquer tempo para atendimentos de despesas imprevistas. A disponibilidade dessas dotações visa atender no menor tempo as demandas que surgirem, buscando evitar atrasos na exceção orçamentária, haja vista o tempo estimado necessário para os trâmites – protocolo da solicitação da abertura do crédito na Secretaria de Finanças passando pela aprovação do projeto de Lei pelo Legislativo até a publicação do Decreto a permitir inclusão no Orçamento. De certa forma a previsão do dispositivo visa dar agilidade na execução orçamentária com o atendimento imediato mediante autorização prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias, assim como diminuir a quantidade de dotações de pequeno valor no Orçamento.

Como subsídio à proposta, encontramos na Lei de Diretrizes Orçamentárias de outros órgãos, a autorização prevista em dispositivos específicos que fizeram constar para o atendimento dos créditos especiais, no que podemos citar a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025 do Estado do Paraná – Lei 22.065 – de 18 de julho de 2024, conforme o disposto no Art. 14A, e na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2025 do Município de São Paulo – Lei 18.173 – de 25 de julho de 2024, no art. 40, parágrafo 1º. É possível encontrar nas páginas de Transparência desses órgãos a utilização desses dispositivos para a abertura de créditos especiais, conforme Decretos de abertura de créditos especiais divulgados para consulta pública que citam suas respectivas LDOs como amparo legal.

Câmara Municipal de Araucária, 23 de setembro de 2025.

**CELSONICACIO DA SILVA**
24/09/2025 14:43:28
CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.





CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

📍 @camaraaraucaria

Os Vereadores **Celso Nicácio da Silva**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Araucária/PR e o Regimento Interno desta Casa de Leis, Art. 157, propõem:

EMENDA Nº 04/2025

Art. 1º Serão alocados recursos orçamentários para os seguintes programas de trabalhos:

Unidade Responsável: MUNICIPIO DE ARAUCARIA Secretaria: Secretaria Municipal de Meio Ambiente Unidade: Gabinete do Secretário - SMMA					
Ação : 2111 - Dar destino adequado aos Resíduos Sólidos Urbanos.					
Vínculo	Meta financeira				
	2026	2027	2028	2029	TOTAL
1000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	1.167.000,00	1.203.000,00	1.239.000,00	1.255.600,00	4.864.600,00
1052 - Repasses da SANEPAR - Universalização dos Serviços Públicos de Saneamento Básico	1.537.000,00	1.650.000,00	1.771.000,00	1.899.000,00	6.857.000,00
	2.704.000,00	2.853.000,00	3.010.000,00	3.154.600,00	11.921.600,00
Total	200.000,00				

Art. 2º Os recursos necessários aos programas acima identificados serão anulados das seguintes programações:

Unidade Responsável: MUNICIPIO DE ARAUCARIA Secretaria: Secretaria Municipal de Ciência, Inovação, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico						
Unidade: Gabinete do Secretário - SMCIT						
Ação : 2151 - Manter, ampliar e desenvolver ações de Tecnologia da Informação e Desenvolvimento Econômico.						
Vínculo		Meta financeira				
		2026	2027	2028	2029	TOTAL
1000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente		8.771.200,00	9.020.000,00	4.730.300,00	4.098.600,00	26.620.100,00
1504 - Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais Não Previdenciárias		2.000,00	102.000,00	4.654.500,00	5.666.400,00	10.424.900,00
	Subtotal:	8.773.200,00	9.122.000,00	9.384.800,00	9.765.000,00	37.045.000,00
Total		- 200.000,00				



CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

📍 @camaraaraucaria

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como objetivo a alocação de recursos previstos na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026. Os ajustes realizados se fazem necessários para o devido alinhamento ao PPA 2026–2029 e à LDO, priorizando o fortalecimento das políticas públicas de saúde e de assistência social no município.

Destaca-se que a execução do Programa Caçamba Social, instituído pela Lei Ordinária nº 3.830/2022, requer aporte financeiro adicional para garantir a continuidade e ampliação de suas ações. O programa tem como finalidade disponibilizar caçambas para o descarte de entulhos e resíduos sólidos domiciliares, promovendo a limpeza urbana, a prevenção de doenças e o incentivo à participação comunitária na preservação do meio ambiente.

Assim, justifica-se a destinação adicional de recursos à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, com a correspondente anulação na Secretaria Municipal de Ciência, Inovação, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, assegurando a execução efetiva do Programa Caçamba Social e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população araucariense.



CELSO NICACIO DA SILVA

26/08/2025 10:00:04

CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 26/08/2025 10:00:03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://ic.icpm.com.br/pd4f8af06b1a59>





CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

📍 @camaraaraucaria

Os Vereadores **Celso Nicácio da Silva**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Araucária/PR e o Regimento Interno desta Casa de Leis, Art. 157, propõem:

EMENDA Nº 05/2025

Art. 1º Serão alocados recursos orçamentários para os seguintes programas de trabalhos:

Unidade Responsável: MUNICIPIO DE ARAUCARIA Secretaria: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo Unidade: Gabinete do Secretário - SMCT					
Ação : 2127 - Promover, fomentar e apoiar eventos culturais. Tipo: Atividade					
Vínculo	Meta financeira				
	2026	2027	2028	2029	TOTAL
1000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	1.853.000,00	1.862.000,00	1.872.000,00	1.881.000,00	7.468.000,00
1053 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1054 - Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Setores da Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal:	1.853.000,00	1.862.000,00	1.872.000,00	1.881.000,00	7.468.000,00
Total	100.000,00				

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 26/08/2025 09:58:45 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: https://ic.lpm.com.br/p63a0f6da9584



Art. 2º Os recursos necessários aos programas acima identificados serão anulados das seguintes programações:

Unidade Responsável: MUNICIPIO DE ARAUCARIA Secretaria: Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento Unidade: Gabinete do Secretário - SMAG					
Ação : 2090 - Realizar Eventos					
Vínculo	Meta financeira				
	2026	2027	2028	2029	TOTAL
1000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	1.426.000,00	1.489.000,00	1.551.000,00	1.624.000,00	6.090.000,00
Subtotal:	1.426.000,00	1.489.000,00	1.551.000,00	1.624.000,00	6.090.000,00
Total	- 100.000,00				



CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

📍 @camaraaraucaria

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como objetivo a alocação de recursos previstos na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026. Os ajustes realizados se fazem necessários para alinhamento ao PPA 2026–2029 e à LDO, especialmente no que tange ao fortalecimento das ações culturais e de inclusão social.

Destaca-se que a Lei nº 4.540/2025, sancionada em 14 de maio de 2025, institui o programa “Cine Social” no Município de Araucária. Trata-se de uma iniciativa que viabiliza a realização gratuita de exhibições de filmes e documentários à população, com prioridade para locais públicos e de fácil acesso como praças, parques, escolas, ginásios e afins. Esse programa representa uma ação estratégica de incentivo à cultura, promove a democratização do acesso à arte e favorece a integração comunitária.

Garantir os recursos para a execução do "Cine Social" é fundamental não apenas para sustentar sua continuidade, mas também para ampliar seu alcance e impacto nas comunidades.



CELSO NICACIO DA SILVA

26/08/2025 09:58:33

CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 26/08/2025 09:58:45 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.lpm.com.br/p63a0f6da8b584>





CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

📍 @camaraaraucaria

O Vereador **Celso Nicácio da Silva**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Araucária/PR e o Regimento Interno desta Casa de Leis, Art. 157, propõem:

EMENDA Nº 10/2025

Art. 1º Serão alocados recursos orçamentários para os seguintes programas de trabalhos:

Unidade Responsável: MUNICIPIO DE ARAUCARIA Secretaria: Secretaria Municipal de Meio Ambiente					
Ação : 2120 - Garantir os direitos dos animais e gerenciamento da proteção animal. Tipo: Atividade					
Vínculo	Meta financeira				
	2026	2027	2028	2029	TOTAL
1000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	2.000.000,00
Subtotal:	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	2.000.000,00
Total	300.000,00				

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 26/08/2025 10:04 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.lpm.com.br/pab9b0b8ad356f>



Art. 2º Os recursos necessários aos programas acima identificados serão anulados das seguintes programações:

Unidade Responsável: MUNICIPIO DE ARAUCARIA Secretaria: Secretaria Municipal de Governo					
Ação : 2007 - Manter a estrutura funcional da Secretaria Municipal de Governo.. Tipo: Atividade					
Vínculo	Meta financeira				
	2026	2027	2028	2029	TOTAL
1000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	7.028.206,00	7.344.899,00	7.676.467,00	7.978.632,00	30.028.204,00
Subtotal:	7.028.206,00	7.344.899,00	7.676.467,00	7.978.632,00	30.028.204,00
Total	- 300.000,00				



CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

📍 @camaraaraucaria

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem como objetivo destinar recursos previstos no Projeto de Lei nº 115/2025, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026, em conformidade com o PPA 2026–2029 e a LDO, para a implementação e fortalecimento do SMSA – Sistema Municipal de Saúde Animal de Araucária.

Busca-se, com esta iniciativa, instituir o SMSA no âmbito do município, proporcionando atendimento médico-veterinário de forma ampla e gratuita para animais domésticos, inclusive aqueles em situação de rua. Ressalte-se que a saúde animal está diretamente ligada à saúde pública, pois garante melhores condições sanitárias, evita a propagação de zoonoses e contribui para o bem-estar da população e dos animais.

Considerando o aumento da demanda por políticas públicas voltadas ao cuidado animal e a importância da proteção dos direitos dos animais, o sistema se mostra essencial ao fomentar parcerias com entidades da sociedade civil, clínicas e profissionais veterinários, ampliando a rede de atendimento. Dessa forma, o Sistema Municipal de Saúde Animal representa um avanço significativo para Araucária, assegurando investimentos que promovem a saúde, a dignidade e o bem-estar dos animais, além de reforçar o compromisso do município com a causa animal e a saúde coletiva.



CELSO NICACIO DA SILVA

26/08/2025 10:04:30

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 26/08/2025 10:04 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://ic.lgm.com.br/pet9b0b8ad356f>



PROJETO DE LEI Nº 2.754, DE 01 DE AGOSTO DE 2025.

Dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o Exercício de 2026.

~~A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:~~

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Araucária, relativo ao Exercício de 2026, será elaborado e executado segundo as diretrizes gerais estabelecidas nos termos da presente Lei, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, e Lei Orgânica do Município de Araucária, compreendendo:

- I – As metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II – A organização e a estrutura do orçamento;
- III – As diretrizes gerais para a elaboração do orçamento do Município e suas alterações;
- IV – As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- V – As disposições sobre alterações na Legislação Tributária do Município;
- VI – As disposições gerais.
- VII – Os objetivos de desenvolvimento sustentável agenda 2030, no que for aplicável, conforme Decreto Municipal nº 32.311 de 4 de Julho de 2018.

CAPÍTULO I**DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

Art. 2º As metas e as prioridades para o Exercício de 2026 são as especificadas no Anexo I, de Metas e Prioridades que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2026.

§ 1º As metas e as prioridades integrantes do Anexo I serão discriminadas na Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2026, em cada projeto e/ou atividade orçamentária, especificando a natureza de despesa e respectivas fontes de recursos.



§ 2º Integrará a Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2026, anexo discriminando as fontes e origem dos recursos.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – Programa, instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado pelos indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II – Ação, específica a forma de alcance do objetivo do programa de governo, onde descreve o produto e a meta física e sua finalidade, bem como os investimentos devem ser detalhados em unidades e medidas;

III – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

V – Unidade orçamentária, é o mesmo nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos como o de maior nível da classificação.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos.

§ 2º As atividades e projetos serão dispostos de modo a especificar a localização física integral ou parcial dos programas de governo.

§ 3º Cada programa, atividade e projeto, identificará a função e subfunção às quais se vinculam.

§ 4º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária por programas, atividades e projetos, sendo identificados através da aplicação programada.

§ 5º Os programas, ações, projetos e atividades no que aplicável e possível, serão vinculadas aos objetivos do desenvolvimento sustentável agenda 2030.



Art. 4º Os Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a unidade orçamentária, as categorias econômicas, os grupos de natureza de despesa, as modalidades de aplicação, os elementos de despesas, o grupo de destinação de recursos e as fontes de recursos.

§ 1º Nas categorias econômicas estão assim detalhadas:

I – Despesas correntes – 3;

II – Despesas de capital – 4.

§ 2º Nos grupos de natureza da despesa será observado o seguinte detalhamento:

I – Pessoal e encargos sociais – 1;

II – Juros e encargos da dívida – 2;

III – Outras despesas correntes – 3;

IV – Investimentos – 4;

V – Inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou aumento de capital de empresas – 5;

VI – Amortização da dívida – 6.

§ 3º A reserva de Contingência prevista no art. 20, desta Lei, será identificada pelo dígito 99 (noventa e nove) no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

§ 4º A especificação por natureza de despesa será apresentada por unidade orçamentária, conforme sua aplicação.

§ 5º Na especificação das modalidades de aplicação será observada, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I – Transferências à União – 20;

II – Transferências a Estados e ao Distrito Federal – 30;

III – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos – 50;

IV – Transferências a Instituições Multigovernamentais – 70;

V – Transferências a Consórcios Públicos – 71;



VI – Aplicações diretas – 90;

VII – Aplicação direta decorrente de operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social – 91.

Art. 5º A Lei Orçamentária Anual para 2026 conterà a destinação de recursos, classificados pela Fonte de Recursos, regulamentados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, do Ministério da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a criar, alterar ou extinguir os Códigos da destinação de recursos, composta por Identificador de Uso, Grupo de Destinação de Recursos e Fontes de Recursos, incluídos na Lei Orçamentária Anual para 2026.

Art. 6º O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado à Câmara Municipal de Araucária, devidamente acompanhado do quadro de detalhamento da despesa, discriminando as unidades orçamentárias, a natureza de despesas e seus respectivos valores e respectivas fontes de recursos, as ações a serem realizadas pelo projeto e/ou atividade orçamentária, observando-se, no que aplicável e possível, os objetivos do desenvolvimento sustentável agenda 2030, conforme Decreto Municipal 32.311 de 4 de Julho de 2018.

Art. 7º O orçamento fiscal e da seguridade social discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação no mínimo até natureza de despesa, com suas respectivas fontes de recursos.

Art. 8º Na elaboração do orçamento fiscal da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos, Sociedades de Economia Mista e Consórcios Públicos, deverá ser discriminada a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando para cada categoria econômica a natureza de despesa.

Art. 9º As metas físicas serão indicadas no desdobramento das programações vinculadas às respectivas atividades e projetos.

Art. 10. O orçamento fiscal e o de investimento compreenderão a programação dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos, Sociedades de Economia Mista e Consórcios Públicos, mantidos pela Administração Pública Municipal.

Art. 11. A Lei Orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

I – A participação em constituição ou o aumento de capital de empresas;



II – Ao pagamento de precatórios judiciais e serviço da dívida, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos.

Art. 12 O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal de Araucária constituir-se-á de:

I – texto da Lei;

II – quadros orçamentários consolidados;

III – anexo do orçamento fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

IV – anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal e no art. 129, § 3º, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Araucária, na forma definida nesta Lei;

V – discriminação da legislação da receita e da despesa, referente ao orçamento fiscal.

§ 1º A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I – Avaliação das necessidades de financiamento do setor público municipal explicitando receitas e despesas, bem como indicando resultado primário e operacional, implícitos no Projeto de Lei Orçamentária para 2026, os estimados para 2025 e os observados em 2024, evidenciando ainda, a metodologia do cálculo e de todos os itens computados nas necessidades de financiamento, com referência específica ao cálculo dos juros reais por competência;

II – Justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e da despesa.

§ 2º O Poder Executivo enviará à Câmara Municipal de Araucária os Projetos de Lei Orçamentária e dos Créditos Adicionais por meio tradicional ou eletrônico, com sua despesa discriminada por natureza de despesa e fontes de recursos.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 13. A elaboração do Projeto, aprovação e execução da Lei Orçamentária de 2026 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, bem como levando-se em consideração a obtenção de resultados previstos no Anexo II de Metas Fiscais, em seus demonstrativos, que integram a presente Lei.

Art. 14. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária Anual para 2026 e em seus créditos



adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 15. O Projeto de Lei Orçamentária incluirá a programação constante do Plano Plurianual 2026.

Art. 16. Na programação da despesa não poderão ser:

I – Fixadas despesas sem que estejam legalmente instituídas as unidades executoras;

II – Incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de uma unidade orçamentária;

III – Incluídas despesas a título de Investimentos – Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública, formalmente reconhecidos, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição Federal;

IV – Transferidos a outras unidades orçamentárias os recursos recebidos por transferência de outra esfera do governo.

Art. 17. As subvenções sociais ocorrem nos termos do art. 16, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo único. Os repasses de recursos serão efetivados através de convênios, conforme determina o artigo 184 da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos e suas alterações, a exigência do art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 18. A Lei Orçamentária conterá reserva de contingência em montante equivalente a, no mínimo, 0,5% (zero vírgula cinco por cento) da receita corrente líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos fiscais imprevistos, abertura de créditos suplementares e especiais.

§ 1º A partir do mês de fevereiro, a Reserva de Contingência poderá ser utilizada na proporção de 1/12 do valor do saldo remanescente para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais destinados ao reforço de dotações orçamentárias que se revelarem insuficientes no decorrer do Exercício, nos limites e formas legalmente estabelecidas, prioritariamente, para:

I – Pagamento de despesas com Pessoal e Encargos Sociais;

II – Manutenção de serviços públicos de Saúde, Educação e Assistência Social;

III – Pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública;



IV – Atendimento de contrapartidas para convênios e ou contratos firmados e não previstos na proposta orçamentária inicial;

V – Atendimento de despesas de custeio em conformidade com o disposto no art. 12, § 1º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 2º Iniciado o mês de Novembro, o saldo remanescente poderá ser utilizado livremente como fonte de recursos para a abertura de Créditos Adicionais, desde que não tenha se apresentado passivos contingentes e riscos e eventos fiscais previstos no art. 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 19. Os Projetos de Lei relativos a Créditos Adicionais serão apresentados com o mesmo detalhamento da Lei Orçamentária.

Parágrafo Único. Acompanharão os Projetos de Lei relativos a Créditos Adicionais, exposições de motivos circunstanciados que justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução dos programas, das atividades e dos projetos.

Art. 20. O orçamento de investimento, previsto no art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal e no art. 129, § 5º, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Araucária, será apresentado para cada empresa em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Art. 21. As receitas serão programadas para atender prioritariamente as despesas com:

- I – Pessoal e encargos sociais;
- II – Custeio administrativo e operacional;
- III – Pagamento de amortizações e encargos da dívida;
- IV – Precatórios judiciais;
- V – Contrapartida das Operações de Crédito.

Parágrafo Único. Somente após atendidas as prioridades elencadas acima, poderão ser programados recursos para atender novos investimentos.

CAPÍTULO IV

DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES

Art. 22. O Executivo Municipal, fundamentado na Constituição Federal, Lei Orgânica do Município de Araucária e Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, nos



termos do art. 43, todos os seus incisos e parágrafos, de acordo com o art. 7º da mesma Lei, é autorizado a:

I – Abrir Créditos Adicionais Suplementares até o limite de 10,00% (dez por cento) do total da despesa fixada na Lei Orçamentária;

a) fica o Poder Executivo autorizado a abrir Créditos Suplementares, mediante Decreto, com recursos do Superávit Financeiro do exercício anterior, até o limite do Superávit apurado no Balanço Patrimonial.

b) os créditos suplementares abertos com recursos do Superávit Financeiro, não integrarão o limite de movimentação orçamentária estabelecido no inciso I, do caput, deste artigo, restando desta excluídos.

c) fica o Poder Executivo autorizado a abrir, mediante Decreto, Créditos Suplementares por excesso de arrecadação, até o limite do excesso verificado no exercício.

d) os créditos suplementares abertos com recursos de excesso de arrecadação, não integrarão o limite de movimentação orçamentária estabelecido no inciso I, do caput, deste artigo, restando desta excluídos.

II – Abrir Créditos Adicionais Suplementares para atender insuficiência nas dotações relativas a encargos com pessoal, utilizando como recurso, cancelamento parcial ou total do mesmo elemento ou de outro elemento não comprometido;

III – Abrir Créditos Adicionais Suplementares para atender insuficiência nas dotações relativas a Despesas Correntes e Despesas de Capital, utilizando como recurso, cancelamento parcial ou total do mesmo elemento ou de outro elemento não comprometido;

IV – Proceder abertura de créditos adicionais em dotações de despesas determinadas pelo recebimento de subvenções, contribuições e auxílios e outros diversos para aplicação em despesas vinculadas, inclusive as cotas-partes dos impostos Federais e Estaduais previstas nas Constituições.

V – Realizar mediante Decreto a abertura de créditos adicionais especiais limitados ao valor R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) por dotação, para o atendimento de despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

VI – Realizar mediante Decreto a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro.

§ 1º Compreendem as movimentações orçamentárias:



a) Transposição – tem por objeto realocar recursos dentro de um mesmo órgão, entre mais de um programa de trabalho, podendo ser realizados entre categorias econômicas de despesa diferentes, na mesma fonte de recursos;

b) Remanejamento – tem por objeto remanejar dotações orçamentárias, entre órgãos, bem como, no caso de extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos, entidades ou fundos, como alterações de competências e atribuições;

c) Transferência – tem por objeto a transferir recursos dentro do mesmo órgão orçamentário, no mesmo nível de programa de trabalho e mesma categoria econômica de despesa, considerando ainda a mesma fonte de recursos;

§ 2º A soma dos valores das movimentações orçamentárias oriundas de transposição, remanejamento e transferência estarão limitadas a 10% (dez por cento) do total da despesa fixada, limite exclusivo para as categorias de alteração orçamentária de que trata este inciso, não onerando o limite citado no inciso I do caput.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 23. As despesas com pessoal e encargos sociais serão fixadas observando-se o disposto nas normas constitucionais aplicáveis, Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, e a Legislação Municipal em vigor.

Art. 24. A instituição, concessão e o aumento de qualquer vantagem pecuniária ou remuneração, a criação de cargos ou adaptações na estrutura de carreiras e admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas pelo Município, observado o contido no art. 37, inciso II, da Constituição Federal e no art. 138 da Lei Orgânica do Município de Araucária, poderão ser levados a efeito para o Exercício de 2026, de acordo com os limites estabelecidos na Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000, na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 25. O Município poderá, por iniciativa do Poder Executivo, encaminhar Projetos de Lei, no corrente exercício, no sentido de criar, rever, adequar e atualizar a Legislação Tributária para o ano 2026, objetivando a modernização da máquina fazendária e visando o aumento de produtividade.



Parágrafo Único. As receitas oriundas de atividades econômicas exercidas no Município terão as suas fontes revisadas e atualizadas, considerando os fatores conjunturais e sociais que possam influenciar as suas respectivas produtividades.

Art. 26. Os lançamentos de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana, para o Exercício de 2026 e subsequentes, poderão ser corrigidos com base na planta genérica de valores, e levando em consideração as alterações realizadas nos imóveis, conforme o disposto no art. 33 da Lei Complementar Municipal nº 001, de 29 de dezembro de 1997.

§ 1º O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana de 2026 terá desconto de até 10 % (dez por cento), para pagamento à vista efetuado até o dia 10 de junho de 2026.

§ 2º O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana de 2026 poderá ser parcelado em no máximo 5 (cinco) prestações;

§ 3º O prazo para pagamento e parcelamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana poderão sofrer alteração mediante ato regulamentador;

§ 4º A administração do Município despenderá esforços para diminuir o volume da Dívida Ativa inscrita de natureza tributária e não tributária.

Art. 27. Poderão, mediante Decreto do Poder Executivo, ser desvinculados, de órgão, fundo ou despesa, 30% (trinta por cento) das receitas do Município relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados dentro do exercício, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes, conforme disposto na Emenda Constitucional nº 132/2023 “Art. 76-B. São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2032, 30% (trinta por cento) das receitas dos Municípios relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes.

Art. 28. Nas estimativas das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária, em especial:

I – As modificações na Legislação Tributária decorrente de alterações no Sistema Tributário Nacional;

II – A concessão e redução de isenções fiscais;

III – A revisão de alíquotas dos tributos de competência;

IV – aperfeiçoamento da cobrança da dívida ativa do Município;

V – Em função de interesse público relevante.



Parágrafo Único. Para fins deste artigo dever-se-á observar o disposto no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 29. O Projeto de Lei Orçamentária Anual poderá considerar na previsão da receita o incremento de arrecadação decorrente das alterações tributárias propostas, desde que as despesas sejam detalhadas por projetos e atividades orçamentárias, que ficam condicionados à aprovação dessas alterações.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30. O Poder Executivo realizará estudos visando implantar sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo Único. A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

Art. 31. Os valores das metas fiscais, constantes do Anexo II, devem ser vistos como indicativo, para tanto ficam admitidas variações, de forma a acomodar a trajetória que as determinem até o envio do Projeto da Lei Orçamentária para 2026.

Parágrafo Único. As Metas Fiscais e os Riscos Fiscais para o Exercício de 2026 são as constantes do Anexo II, desta Lei.

Art. 32. Para efeitos do art. 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos os incisos I e II, do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos e suas alterações, atualizada pelo Decreto Federal nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024.

Art. 33. Caso seja necessária a limitação de empenhos, das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, para cumprimento do disposto no art. 9º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, serão fixados, em ato próprio, os percentuais e os montantes estabelecidos para cada órgão, fundo e entidade, serão excluídas as despesas que constituem obrigações constitucional ou legal de execução e de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária de 2026.

§ 1º Na hipótese de ocorrência do disposto no “caput” deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 2º O cumprimento das determinações previstas neste artigo é de competência da Secretaria Municipal de Finanças.



Art. 34. Todas as receitas realizadas pelos órgãos, fundos e entidades integrantes do orçamento fiscal, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no mês em que ocorrer o respectivo ingresso.

Art. 35. Os recursos decorrentes de emendas que ficarem sem despesas correspondentes ou alterem os valores da receita orçamentária poderão ser utilizados mediante crédito suplementar e especial, com a prévia e específica autorização legislativa nos termos do art. 166, § 8º, da Constituição Federal.

Art. 36. O Poder Executivo poderá firmar convênios com outras esferas de governo, ou entidades privadas, para desenvolver programas nas áreas de saúde, educação, infraestrutura urbana e rural, saneamento básico, assistência social, cultura, meio ambiente e outras áreas de sua competência.

Art. 37. Os recursos provenientes de convênios, repassados pelo Município, deverão ter sua aplicação comprovada através da prestação de contas.

Art. 38. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 39. Cabe à Secretaria Municipal de Finanças a coordenação e elaboração orçamentária de que trata essa Lei.

Parágrafo Único. A Secretaria Municipal de Finanças determinará sobre:

I – O calendário de atividades para elaboração dos orçamentos;

II – Elaboração e distribuição do material que compõe as propostas parciais do orçamento anual da administração direta, autarquias, fundações, fundos e sociedades de economia mista;

III – Instruções para o devido preenchimento das propostas parciais dos orçamentos de que trata esta Lei.

Art. 40. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos vereadores, não poderá ultrapassar o percentual de 6% (seis por cento), relativo ao somatório da receita tributária com as transferências previstas nos arts. 153, § 5º, 158 e 159, da Constituição Federal, efetivamente realizado no Exercício anterior, em conformidade com as Emendas Constitucionais nº 25/2000 e nº 58/2009.

§ 1º A despesa total com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluídos os gastos com subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar a setenta por cento de sua receita, de acordo com o estabelecido no art. 29 A, § 1º da Constituição Federal.



§ 2º Verificado no decorrer do Exercício de 2026, que o somatório da receita tributária e transferências efetivamente arrecadadas até o final do Exercício de 2026 resultaram em valor inferior ao previsto, conforme determina a Emenda Constitucional Federal nº 58/2009, deverá o Poder Executivo informar o Poder Legislativo para que promova as ações necessárias ao contingenciamento de suas despesas de forma a atender ao disposto no Art. 29 A da Constituição Federal.

§ 3º Caberá a Secretaria Municipal de Finanças a verificação do somatório das receitas de que trata o parágrafo segundo do caput.

Art. 41. Compete à Secretaria Municipal de Finanças calcular a previsão da receita para o Exercício de 2026, conforme determina o art. 12, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e normas vigentes do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE.

Art. 42. Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for aprovado até o término da Sessão Legislativa, a Câmara Municipal de Araucária será, de imediato, convocada extraordinariamente pelo Prefeito, até sua aprovação.

Art. 43. Se o Projeto de Lei Orçamentária anual não for encaminhado para sanção do Prefeito até o primeiro dia de janeiro de 2026, a programação constante deste Projeto encaminhado pelo Executivo poderá ser executada em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, enquanto não completar-se o ato sancionatório.

Art. 44. Esta Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2026.

Prefeitura do Município de Araucária, 01 de agosto de 2025.

Assinado digitalmente por:
**LUIZ GUSTAVO
BOTOGOSKI:01766610935**
 017.666.109-35
01/08/2025 16:11:01

LUIZ GUSTAVO BOTOGOSKI
Prefeito do Município de Araucária

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/08/2025 16:11 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.lgm.com.br/pdf18a33515c148>



ANEXO I

METAS E PRIORIDADES

E

METAS FISCAIS DA RECEITA

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 01/08/2025 16:11 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://lc.lgpm.com.br/pd18a351f5c148>.



ANEXO I – METAS E PRIORIDADES

A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem por objetivo principal fornecer as orientações necessárias para a elaboração da Lei de Orçamentária Anual. Neste sentido, o presente anexo visa estabelecer as prioridades a serem adotadas quando da fixação das despesas para o ano de 2026 na Lei Orçamentária Anual.

Tais prioridades devem ser adotadas como indicativo, admitindo-se adequações em virtude do surgimento de novas demandas ou pela alteração no cenário projetado para a arrecadação.

1. DESPESA COM PESSOAL

A projeção da despesa com pessoal para o ano de 2026 foi realizada tendo como base o realizado no mês de maio de 2025.

Em relação a Contribuição Patronal ao FPMA, foi considerado um incremento de 0,5% na taxa, passando de 16% para 16,5%.

A projeção da despesa com pessoal totalizou R\$761.642.773,60.

Secretaria	Folha +Aux. Alimentação
03-SMGO	R\$ 7.198.206,00
04-PGM	R\$ 59.807.290,00
06-CGM	R\$ 1.418.824,00
07-SMAD	R\$ 5.774.693,00
08-SMGP	R\$ 6.343.932,00
09-SMFI	R\$ 10.352.216,00
10-SMPL	R\$ 9.691.637,00
11-SMED	R\$ 325.362.231,66
12-SMSA	R\$ 189.089.585,23
13-SMAG	R\$ 8.430.423,00
14-SMAS	R\$ 31.390.866,00
15-SMMA	R\$ 9.714.478,00
18-SMCT	R\$ 10.040.164,00
19-SMEL	R\$ 10.494.218,00
20-SMCIT	R\$ 5.518.461,00
23-SMTE	R\$ 5.374.417,00
25-SMUR	R\$ 14.972.581,00
26-SMOP	R\$ 24.564.479,00
27-SMSP	R\$ 45.545.646,91
28-SMCS	R\$ 2.341.771,00
55-SMEES	R\$ 836.000,00
TOTAL	R\$ 784.262.119,80

2. PRECATÓRIOS



Foram projetados para o ano de 2026 o pagamento de precatórios que totalizam R\$ 63.374.268,03. Tais valores podem ser quitados pelo município até o final do ano de 2026. Os valores informados como correção são uma projeção e podem variar de acordo com a data de pagamento e do índice correspondente à época.

3. CÂMARA MUNICIPAL

A Constituição Federal estabelece em seu Artigo 29-A que municípios com população entre 100.000 e 300.000 habitantes destinem no máximo 6% do “somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior”.

Como forma de simplificação o cálculo foi realizado com dados do exercício de 2025 (previsão LOA), o que totalizou um valor máximo possível para custeio do Poder Legislativo de R\$68.743.319 para o ano de 2026.

Base Legal	Descrição	Valor 2024
Constituição Federal Art. 29-A	Receitas Tributárias	178.338.773
Constituição Federal Art. 158-I	IRRF	107.313.320
Constituição Federal Art. 158-II	ITR	347.085
Constituição Federal Art. 158-III	IPVA	30.897.579
Constituição Federal Art. 158-IV	ICMS	686.328.971
Constituição Federal Art. 159-I	FPM	132.441.194
Constituição Federal Art. 159-§3º	IPI	9.954.059
Constituição Federal Art. 159-§4º	CIDE	101.000
TOTAL BASE DE CÁLCULO		1.145.721.981
Valor máximo para o Legislativo 2026		68.743.319

O valor solicitado foi de R\$ 58.917.000.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA	
Reformar e ampliar a sede da Câmara dos Vereadores	5.310.000,00
Manter e aprimorar o processo Legislativo	20.296.000,00
Manter e aprimorar o processo fiscalizatório	5.074.000,00
Manter e aprimorar a estrutura administrativa	25.370.000,00
Capacitar e aperfeiçoar servidores e agentes políticos	2.277.000,00
Realizar cursos e eventos educativos	590.000,00
TOTAL	58.917.000,00

O valor executado pelo Poder Legislativo nos anos anteriores é o que segue:

DESPESA	2020	2021	2022	2023	2024	2025
ORÇADA INICIAL	30.000.000,00	35.000.000,00	40.000.000,00	45.000.000,00	51.000.000,00	50.000.000,00
EMPENHADA ANUAL	16.412.009,95	22.319.508,99	22.213.371,03	24.224.573,05	28.745.383,75	EM EXECUÇÃO



SALDO NÃO EXECUTADO	11.787.990,05	12.680.491,01	17.786.628,97	20.775.426,95	22.254.616,28	O
FONTE:	RREO 6º BIMESTRE	RREO 6º BIMESTRE	RREO 6º BIMESTRE	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA CÂMARA	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA CÂMARA	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA CÂMARA

4. FPMA

Os valores projetados para o FPMA são os que seguem:

FPMA - FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA	
RECEITA	TOTAL
Cpsss do servidor civil ativo – principal	61.451.500,00
Cpsss do servidor civil inativo – principal	4.100.000,00
Cpsss do servidor civil pensionista – principal	166.500,00
Contribuição servidor – Sentenças judiciais	1.450.000,00
Rendimentos de Aplicação Financeira – Vinculado (fonte 040)	126.510.000,00
Rendimentos de Aplicação Financeira – Taxa de Adm. FPMA	910.000,00
Rendimentos de Aplicação Financeira – Comp. Financeira FPMA	2.595.000,00
Rendimentos de Aplicação Financeira FPMA (040)	8.500.000,00
Rendimentos de Aplicação Imobiliária FPMA	175.500,00
Compensações financeiras entre o regime geral e os regimes próprios de previdência dos servidores – principal	7.300.000,00
Cpsss patronal – servidor civil ativo – principal	71.900.000,00
Cpsss patronal – sentença judicial	500.00,00
Aportes periódicos para amortização de déficit atuarial do RPPS – principal	77.634.003,45
TOTAL RECEITA ORÇAMENTÁRIA	363.192.503,45
Taxa de Administração - RPPS	5.270.000,00
Repasso – Artº 4 – Folha de Pagamento	100.615.500,00
TOTAL RECEITA EXTRA ORÇAMENTÁRIA	105.885.500,00
TOTAL RECEITA GERAL	469.078.003,45
DESPESA	TOTAL
Construir a sede do Fundo de Previdência Municipal de Araucária	10.000,00
Manter a reserva de Contingência do Fundo de Previdência Municipal de Araucária	158.102.503,45
Manter a folha de pagamento de benefícios	201.730.000,00
Manter a folha de pagamento de benefícios proporcionalidade artigo 4º da Lei 1493	100.615.500,00
Manter as obrigações da compensação previdenciária	2.450.000,00
Melhorar a estrutura operacional e administrativa do Fundo de Previdência Municipal de Araucária	80.000,00
Manter as atividades do Fundo de Previdência Municipal de Araucária	6.090.000,00
TOTAL DESPESA	469.078.003,45



ANEXO II

METAS FISCAIS DA RECEITA





MUNICIPIO DE ARAUCARIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades
Entidade(s): Consolidado
LDO: 2025

Órgão: 01 - Câmara Municipal de Araucária						
Unidade: 001 - Câmara de Vereadores						
Programa: 0001 - Programa Municipal de Ação Legislativa						
Proj./Ativ.: 1004 - Reformar e ampliar a sede da Câmara de Vereadores						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
1004	Reformar e ampliar a sede da Câmara de Vereadores	Metros Quadrados	400,0000	0,00	7.200.000,00	7.200.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	7.200.000,00	7.200.000,00
Proj./Ativ.: 2001 - Manter o quadro funcional da Câmara de Vereadores						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2001	Manter o quadro funcional da Câmara de Vereadores	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	28.615.000,00	28.615.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	28.615.000,00	28.615.000,00
Proj./Ativ.: 2002 - Manter e ampliar a estrutura operacional da Câmara de Vereadores						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2002	Manter e ampliar a estrutura operacional da Câmara de Vereadores	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	12.620.000,00	12.620.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	12.620.000,00	12.620.000,00
Proj./Ativ.: 2003 - Adquirir bens móveis e material permanente para a Câmara de Vereadores						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2003	Adquirir bens móveis e material permanente para a Câmara de Vereadores	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	200.000,00	200.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	200.000,00	200.000,00
Total do Programa				0,00	48.635.000,00	48.635.000,00
Total da Unidade				0,00	48.635.000,00	48.635.000,00
Unidade: 002 - Programa Municipal de Educação Legislativa						
Programa: 0019 - Programa Municipal de Educação Legislativa						
Proj./Ativ.: 2279 - Instituir e Manter a Escola do Legislativo						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2279	Instituir e Manter a Escola do Legislativo	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	1.365.000,00	1.365.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	1.365.000,00	1.365.000,00
Total do Programa				0,00	1.365.000,00	1.365.000,00
Total da Unidade				0,00	1.365.000,00	1.365.000,00
Total do Órgão				0,00	50.000.000,00	50.000.000,00



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades
Entidade(s): Consolidado
LDO: 2025

Pág 2 / 40

Órgão: 03 - Secretaria Municipal de Governo Unidade: 001 - Gabinete do Secretário - SMGO Programa: 0002 - Programa Municipal de Apoio Administrativo Proj./Ativ.: 2005 - Adquirir equipamentos, bens e material permanente.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2005	Adquirir equipamentos, bens e material permanente.	Outras Unidades e Medidas	0,0000	0,00	20.000,00	20.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	20.000,00	20.000,00
Proj./Ativ.: 2006 - Manter a estrutura funcional da Secretaria Municipal de Governo.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2006	Manter a estrutura funcional da Secretaria Municipal de Governo.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	5.701.000,00	5.701.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	5.701.000,00	5.701.000,00
Proj./Ativ.: 2007 - Manter a estrutura operacional e administrativa, apoiar a administração indireta, as assessorias e atividades correlatas da Secretaria Municipal de Governo.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2007	Manter a estrutura operacional e administrativa, apoiar a administração indireta, as assessorias e atividades correlatas da Secretaria Municipal de Governo.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	290.500,00	290.500,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	290.500,00	290.500,00
Proj./Ativ.: 2008 - Apoiar os serviços de Alistamento Militar.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2008	Apoiar os serviços de Alistamento Militar.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	2.000,00	2.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	2.000,00	2.000,00
Total do Programa				0,00	6.013.500,00	6.013.500,00
Total da Unidade				0,00	6.013.500,00	6.013.500,00
Unidade: 002 - Promoção da Igualdade Racial Programa: 0002 - Programa Municipal de Apoio Administrativo Proj./Ativ.: 2277 - Manter as atividades do CONPIR						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2277	Manter as atividades do CONPIR	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	2.000,00	2.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	2.000,00	2.000,00
Proj./Ativ.: 2278 - Adquirir equipamentos para o CONPIR						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2278	Adquirir equipamentos para o CONPIR	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	1.000,00	1.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	1.000,00	1.000,00
Total do Programa				0,00	3.000,00	3.000,00
Total da Unidade				0,00	3.000,00	3.000,00
Total do Órgão				0,00	6.016.500,00	6.016.500,00



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades
Entidade(s): Consolidado
LDO: 2025

Pág 3 / 40

Órgão: 04 - Procuradoria Geral do Município Unidade: 001 - Gabinete do Procurador - PGM Programa: 0002 - Programa Municipal de Apoio Administrativo Proj./Ativ.: 2009 - Defender os interesses do Município						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2009	Defender os interesses do Município	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	270.000,00	270.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	270.000,00	270.000,00
Proj./Ativ.: 2013 - Efetuar pagamento de sentenças judiciais e precatórios no comprimento dos compromissos judiciais						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2013	Efetuar pagamento de sentenças judiciais e precatórios no comprimento dos compromissos judiciais	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	40.999.536,41	40.999.536,41
Total Projeto/Atividade:				0,00	40.999.536,41	40.999.536,41
Proj./Ativ.: 2017 - Manter o Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município FUNPG						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2017	Manter o Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município FUNPG	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	673.000,00	673.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	673.000,00	673.000,00
Proj./Ativ.: 2018 - Adquirir equipamentos e material permanente						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2018	Adquirir equipamentos e material permanente	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	9.000,00	9.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	9.000,00	9.000,00
Proj./Ativ.: 2019 - Adquirir equipamentos e material permanente						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2019	Adquirir equipamentos e material permanente	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	27.000,00	27.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	27.000,00	27.000,00
Proj./Ativ.: 2020 - Manter e ampliar a estrutura funcional e técnica da Procuradoria jurídica						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2020	Manter e ampliar a estrutura funcional e técnica da Procuradoria jurídica	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	11.997.200,00	11.997.200,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	11.997.200,00	11.997.200,00
Total do Programa				0,00	53.975.736,41	53.975.736,41
Total da Unidade				0,00	53.975.736,41	53.975.736,41
Unidade: 002 - Fundo Procon Araucaria Programa: 0002 - Programa Municipal de Apoio Administrativo Proj./Ativ.: 2025 - Manter o PROCON na defesa dos direitos da cidadania						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2025	Manter o PROCON na defesa dos direitos da cidadania	Outras Unidades e Medidas	1,0000	74.933,33	0,00	74.933,33



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades
Entidade(s): Consolidado
LDO: 2025

Pág 4 / 40

Órgão: 04 - Procuradoria Geral do Município Unidade: 002 - Fundo Procon Araucaria Programa: 0002 - Programa Municipal de Apoio Administrativo Proj./Ativ.: 2025 - Manter o PROCON na defesa dos direitos da cidadania						
Total Projeto/Atividade:				74.933,33	0,00	74.933,33
Proj./Ativ.: 2026 - Adquirir equipamentos e material permanente						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2026	Adquirir equipamentos e material permanente	Outras Unidades e Medidas	1,0000	37.466,67	0,00	37.466,67
Total Projeto/Atividade:				37.466,67	0,00	37.466,67
Total do Programa				112.400,00	0,00	112.400,00
Total da Unidade				112.400,00	0,00	112.400,00
Total do Órgão				112.400,00	53.975.736,41	54.088.136,41
Órgão: 06 - Controladoria Geral do Município Unidade: 001 - Controladoria Geral - CGM Programa: 0002 - Programa Municipal de Apoio Administrativo Proj./Ativ.: 2027 - Manter e ampliar a estrutura física, técnica e operacional, através de atividade de controle, auditoria e fiscalização.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2027	Manter e ampliar a estrutura física, técnica e operacional, através de atividade de controle, auditoria e fiscalização.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	30.000,00	30.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	30.000,00	30.000,00
Proj./Ativ.: 2028 - Manter e ampliar o quadro funcional.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2028	Manter e ampliar o quadro funcional.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	1.493.800,00	1.493.800,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	1.493.800,00	1.493.800,00
Proj./Ativ.: 2029 - Manter e ampliar a estrutura patrimonial.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2029	Manter e ampliar a estrutura patrimonial.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	20.000,00	20.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	20.000,00	20.000,00
Total do Programa				0,00	1.543.800,00	1.543.800,00
Total da Unidade				0,00	1.543.800,00	1.543.800,00
Total do Órgão				0,00	1.543.800,00	1.543.800,00
Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Administração Unidade: 001 - Gabinete do Secretário - SMAD Programa: 0002 - Programa Municipal de Apoio Administrativo Proj./Ativ.: 2030 - Manter e ampliar a estrutura física das unidades da SMAD e Paço Municipal, através de melhorias						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2030	Manter e ampliar a estrutura física das unidades da SMAD e Paço Municipal, através de melhorias	Outras Unidades e Medidas	0,0000	110.000,00	10.000,00	120.000,00



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades
Entidade(s): Consolidado
LDO: 2025

Pág 5 / 40

Órgão: 07 - Secretaria Municipal de Administração Unidade: 001 - Gabinete do Secretário - SMAD Programa: 0002 - Programa Municipal de Apoio Administrativo Proj./Ativ.: 2030 - Manter e ampliar a estrutura física das unidades da SMAD e Paço Municipal, através de melhorias						
Total Projeto/Atividade:				110.000,00	10.000,00	120.000,00
Proj./Ativ.: 2031 - Manter e ampliar o quadro funcional da SMAD						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2031	Manter e ampliar o quadro funcional da SMAD	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	9.024.000,00	9.024.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	9.024.000,00	9.024.000,00
Proj./Ativ.: 2032 - Manter e ampliar a estrutura técnica, administrativa e operacional das unidades da SMAD e Paço Municipal, e apoiar as demais secretarias no que cabe à Secretaria de Administração						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2032	Manter e ampliar a estrutura técnica, administrativa e operacional das unidades da SMAD e Paço Municipal, e apoiar as demais secretarias no que cabe à Secretaria de Administração	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	8.915.000,00	8.915.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	8.915.000,00	8.915.000,00
Proj./Ativ.: 2033 - Manter e ampliar a estrutura patrimonial das unidades da SMAD e Paço Municipal						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2033	Manter e ampliar a estrutura patrimonial das unidades da SMAD e Paço Municipal	Outras Unidades e Medidas	1,0000	1.000,00	10.000,00	11.000,00
Total Projeto/Atividade:				1.000,00	10.000,00	11.000,00
Total do Programa				111.000,00	17.959.000,00	18.070.000,00
Total da Unidade				111.000,00	17.959.000,00	18.070.000,00
Total do Órgão				111.000,00	17.959.000,00	18.070.000,00
Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas Unidade: 001 - Gabinete do Secretário - SMGP Programa: 0002 - Programa Municipal de Apoio Administrativo Proj./Ativ.: 2035 - Manter e ampliar a estrutura física, administrativa e operacional da SMGP e suas unidades administrativas e viabilizar as ações inerentes à competência do órgão.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2035	Manter e ampliar a estrutura física, administrativa e operacional da SMGP e suas unidades administrativas e viabilizar as ações inerentes à competência do órgão.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	557.000,00	557.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	557.000,00	557.000,00
Proj./Ativ.: 2036 - Manter e ampliar a estrutura física e patrimonial da SMGP e suas unidades administrativas (Obras e Instalações).						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2036	Manter e ampliar a estrutura física e patrimonial da SMGP e suas unidades administrativas (Obras e Instalações).	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	10.000,00	10.000,00



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades
Entidade(s): Consolidado
LDO: 2025

Pág 6 / 40

Órgão: 08 - Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas Unidade: 001 - Gabinete do Secretário - SMGP Programa: 0002 - Programa Municipal de Apoio Administrativo Proj./Ativ.: 2036 - Manter e ampliar a estrutura física e patrimonial da SMGP e suas unidades administrativas (Obras e Instalações).						
Total Projeto/Atividade:			0,00	10.000,00	10.000,00	
Proj./Ativ.: 2037 - Manter e ampliar a estrutura patrimonial da SMGP e suas unidades administrativas (Equipamentos).						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2037	Manter e ampliar a estrutura patrimonial da SMGP e suas unidades administrativas (Equipamentos).	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	11.000,00	11.000,00
Total Projeto/Atividade:			0,00	11.000,00	11.000,00	
Proj./Ativ.: 2038 - Manter e ampliar o quadro funcional da SMGP e suas unidades administrativas.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2038	Manter e ampliar o quadro funcional da SMGP e suas unidades administrativas.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	5.374.666,87	5.374.666,87
Total Projeto/Atividade:			0,00	5.374.666,87	5.374.666,87	
Proj./Ativ.: 2039 - Manter e ampliar oportunidades de estágio a estudantes de ensino médio, pós-médio e superior conforme legislação municipal.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2039	Manter e ampliar oportunidades de estágio a estudantes de ensino médio, pós-médio e superior conforme legislação municipal.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	2.667.166,87	2.667.166,87
Total Projeto/Atividade:			0,00	2.667.166,87	2.667.166,87	
Proj./Ativ.: 2041 - Promover e zelar pela integração e o bem estar dos servidores municipais.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2041	Promover e zelar pela integração e o bem estar dos servidores municipais.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	3.000,00	3.000,00
Total Projeto/Atividade:			0,00	3.000,00	3.000,00	
Proj./Ativ.: 2042 - Custear despesas com vale transporte obrigatório.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2042	Custear despesas com vale transporte obrigatório.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	181.000,00	181.000,00
Total Projeto/Atividade:			0,00	181.000,00	181.000,00	
Total do Programa				0,00	8.803.833,74	8.803.833,74
Total da Unidade				0,00	8.803.833,74	8.803.833,74
Total do Órgão				0,00	8.803.833,74	8.803.833,74
Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Finanças Unidade: 001 - Gabinete do Secretário - SMFI Programa: 0002 - Programa Municipal de Apoio Administrativo Proj./Ativ.: 2043 - Adquirir Materiais e Equipamentos Permanentes.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2043	Adquirir Materiais e Equipamentos Permanentes.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	812.556,75	10.000,00	822.556,75



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades
Entidade(s): Consolidado
LDO: 2025

Pág 7 / 40

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Finanças Unidade: 001 - Gabinete do Secretário - SMFI Programa: 0002 - Programa Municipal de Apoio Administrativo Proj./Ativ.: 2043 - Adquirir Materiais e Equipamentos Permanentes.						
Total Projeto/Atividade:				812.556,75	10.000,00	822.556,75
Proj./Ativ.: 2047 - Manter as Atividades da Secretaria Municipal de Finanças.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2047	Manter as Atividades da Secretaria Municipal de Finanças.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	1.324.720,00	1.000,00	1.325.720,00
Total Projeto/Atividade:				1.324.720,00	1.000,00	1.325.720,00
Proj./Ativ.: 2048 - Desenvolvimento Econômico para Micro e Pequenas Empresas.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2048	Desenvolvimento Econômico para Micro e Pequenas Empresas.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	8.000,00	8.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	8.000,00	8.000,00
Proj./Ativ.: 2049 - Manter e Ampliar o Quadro Funcional.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2049	Manter e Ampliar o Quadro Funcional.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	10.702.000,00	10.702.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	10.702.000,00	10.702.000,00
Proj./Ativ.: 2270 - Executar obras de melhoramento e/ou ampliação de edificações						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2270	Executar obras de melhoramento e/ou ampliação de edificações	Outras Unidades e Medidas	0,0000	502.000,00	2.000,00	504.000,00
Total Projeto/Atividade:				502.000,00	2.000,00	504.000,00
Total do Programa				2.639.276,75	10.723.000,00	13.362.276,75
Total da Unidade				2.639.276,75	10.723.000,00	13.362.276,75
Total do Órgão				2.639.276,75	10.723.000,00	13.362.276,75
Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Planejamento Unidade: 001 - Gabinete do Secretário - SMPL Programa: 0002 - Programa Municipal de Apoio Administrativo Proj./Ativ.: 2050 - Celebrar convênios, operações de crédito e financiamentos com entidades pública e privadas, sendo nacional ou estrangeira para realizar obras, com ou sem recursos de contra-partida						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2050	Celebrar convênios, operações de crédito e financiamentos com entidades pública e privadas, sendo nacional ou estrangeira para realizar obras, com ou sem recursos de contra-partida	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	1.000,00	1.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	1.000,00	1.000,00



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades
Entidade(s): Consolidado
LDO: 2025

Pág 8 / 40

Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Planejamento						
Unidade: 001 - Gabinete do Secretário - SMPL						
Programa: 0002 - Programa Municipal de Apoio Administrativo						
Proj./Ativ.: 2051 - Celebrar convênios, operações de crédito e financiamentos com entidades pública e privadas, sendo nacional ou estrangeira, para adquirir equipamentos e material permanente, com ou sem recursos de contra-partida						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2051	Celebrar convênios, operações de crédito e financiamentos com entidades pública e privadas, sendo nacional ou estrangeira, para adquirir equipamentos e material permanente, com ou sem recursos de contra-partida	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	1.000,00	1.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	1.000,00	1.000,00
Proj./Ativ.: 2052 - Celebrar convênios, operações de crédito e financiamentos com entidades pública e privadas, sendo nacional ou estrangeira, para a execução de serviços e/ou aquisição de material de consumo, com ou sem recursos de contra-partida						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2052	Celebrar convênios, operações de crédito e financiamentos com entidades pública e privadas, sendo nacional ou estrangeira, para a execução de serviços e/ou aquisição de material de consumo, com ou sem recursos de contra-partida	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	3.000,00	3.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	3.000,00	3.000,00
Proj./Ativ.: 2053 - Manter e ampliar o quadro funcional da Secretaria Municipal de Planejamento						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2053	Manter e ampliar o quadro funcional da Secretaria Municipal de Planejamento	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	9.236.000,00	9.236.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	9.236.000,00	9.236.000,00
Proj./Ativ.: 2054 - Executar atividades administrativas e operacionais, incluindo a realização de serviços e/ou aquisição de material de consumo atendendo a demanda da secretaria, inclusive com a tecnologia de informação						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2054	Executar atividades administrativas e operacionais, incluindo a realização de serviços e/ou aquisição de material de consumo atendendo a demanda da secretaria, inclusive com a tecnologia de informação	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	443.000,00	443.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	443.000,00	443.000,00
Proj./Ativ.: 2055 - Realizar obras para atender a demanda da secretaria						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2055	Realizar obras para atender a demanda da secretaria	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	200.000,00	200.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	200.000,00	200.000,00



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades
Entidade(s): Consolidado
LDO: 2025

Pág 9 / 40

Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Planejamento Unidade: 001 - Gabinete do Secretário - SMPL Programa: 0002 - Programa Municipal de Apoio Administrativo						
Proj./Ativ.: 2056 - Adquirir equipamentos e materiais permanentes atendendo a demanda da secretaria, inclusive com a tecnologia de informação						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2056	Adquirir equipamentos e materiais permanentes atendendo a demanda da secretaria, inclusive com a tecnologia de informação	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	50.000,00	50.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	50.000,00	50.000,00
Proj./Ativ.: 2057 - Planejar, Coordenar, Implantar e Manter o Programa Cidade Digital na Cidade de Araucária						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2057	Planejar, Coordenar, Implantar e Manter o Programa Cidade Digital na Cidade de Araucária	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	151.000,40	151.000,40
Total Projeto/Atividade:				0,00	151.000,40	151.000,40
Total do Programa				0,00	10.085.000,40	10.085.000,40
Total da Unidade				0,00	10.085.000,40	10.085.000,40
Unidade: 002 - Gerência de Transporte Coletivo Programa: 0011 - Programa Municipal de Transportes Proj./Ativ.: 2271 - Manter as atividades do Transporte Público						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2271	Manter as atividades do Transporte Público	Outras Unidades e Medidas	1,0000	14.753.235,28	88.247.764,72	103.001.000,00
Total Projeto/Atividade:				14.753.235,28	88.247.764,72	103.001.000,00
Total do Programa				14.753.235,28	88.247.764,72	103.001.000,00
Total da Unidade				14.753.235,28	88.247.764,72	103.001.000,00
Unidade: 003 - Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano de Araucária - SMPL Programa: 0002 - Programa Municipal de Apoio Administrativo Proj./Ativ.: 2289 - Manter Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano de Araucária						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2289	Manter Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano de Araucária	Outras Unidades e Medidas	0,0000	0,00	5.000,40	5.000,40
Total Projeto/Atividade:				0,00	5.000,40	5.000,40
Total do Programa				0,00	5.000,40	5.000,40
Total da Unidade				0,00	5.000,40	5.000,40
Total do Órgão				14.753.235,28	98.337.765,52	113.091.000,80



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades
Entidade(s): Consolidado
LDO: 2025

Pág 10 / 40

Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Educação Unidade: 001 - Administração Geral da Educação Programa: 0003 - Programa Municipal de Desenvolvimento da Educação Proj./Ativ.: 1068 - Construir escolas municipais, para atendimento ao Ensino Fundamental.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
1068	Construir escolas municipais, para atendimento ao Ensino Fundamental.	Metros Quadrados	1000,0000	10.000,00	0,00	10.000,00
Total Projeto/Atividade:				10.000,00	0,00	10.000,00
Proj./Ativ.: 1080 - Construir centros municipais de educação infantil.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
1080	Construir centros municipais de educação infantil.	Metros Quadrados	1000,0000	0,00	10.000,00	10.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	10.000,00	10.000,00
Proj./Ativ.: 1086 - Reformar e ampliar Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI).						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
1086	Reformar e ampliar Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI).	Metros Quadrados	1000,0000	0,00	91.000,00	91.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	91.000,00	91.000,00
Proj./Ativ.: 2058 - Administrar, planejar e coordenar a educação municipal e assegurar o pleno funcionamento das unidades administrativas da coordenação geral da rede municipal de ensino.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2058	Administrar, planejar e coordenar a educação municipal e assegurar o pleno funcionamento das unidades administrativas da coordenação geral da rede municipal de ensino.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	7.827.169,25	9.008.000,00	16.835.169,25
Total Projeto/Atividade:				7.827.169,25	9.008.000,00	16.835.169,25
Proj./Ativ.: 2059 - Manter e prover recursos humanos para as unidades administrativas da coordenação geral da rede municipal de ensino.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2059	Manter e prover recursos humanos para as unidades administrativas da coordenação geral da rede municipal de ensino.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	14.705.989,54	16.918.013,50	31.624.003,04
Total Projeto/Atividade:				14.705.989,54	16.918.013,50	31.624.003,04
Proj./Ativ.: 2060 - Manter oportunidades de estágio a estudantes do ensino médio e superior nas unidades da coordenação geral.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2060	Manter oportunidades de estágio a estudantes do ensino médio e superior nas unidades da coordenação geral.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	2.351,00	320.000,00	322.351,00
Total Projeto/Atividade:				2.351,00	320.000,00	322.351,00
Proj./Ativ.: 2061 - Manter auxílio alimentação aos servidores lotados nas unidades da Coordenação Geral.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2061	Manter auxílio alimentação aos servidores lotados nas unidades da Coordenação Geral.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	2.289.164,49	8.131.294,27	10.420.458,76
Total Projeto/Atividade:				2.289.164,49	8.131.294,27	10.420.458,76



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades
Entidade(s): Consolidado
LDO: 2025

Pág 11 / 40

Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Educação Unidade: 001 - Administração Geral da Educação Programa: 0003 - Programa Municipal de Desenvolvimento da Educação Proj./Ativ.: 2062 - Ampliar os recursos da educação municipal através de projetos, convênios e parcerias com órgãos governamentais e não governamentais.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2062	Ampliar os recursos da educação municipal através de projetos, convênios e parcerias com órgãos governamentais e não governamentais.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	272.887,95	272.887,95
Total Projeto/Atividade:				0,00	272.887,95	272.887,95
Proj./Ativ.: 2065 - Manter auxílio alimentação aos servidores das unidades educacionais de ensino fundamental do município.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2065	Manter auxílio alimentação aos servidores das unidades educacionais de ensino fundamental do município.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	11.821.727,95	8.200.000,00	20.021.727,95
Total Projeto/Atividade:				11.821.727,95	8.200.000,00	20.021.727,95
Proj./Ativ.: 2066 - Manter e prover recursos humanos (servidores) para as unidades educacionais de Ensino Fundamental.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2066	Manter e prover recursos humanos (servidores) para as unidades educacionais de Ensino Fundamental.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	35.121.630,11	18.698.579,13	53.820.209,24
Total Projeto/Atividade:				35.121.630,11	18.698.579,13	53.820.209,24
Proj./Ativ.: 2067 - Manter oportunidades de estágio a estudantes do ensino médio e superior nas unidades educacionais de Ensino Fundamental.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2067	Manter oportunidades de estágio a estudantes do ensino médio e superior nas unidades educacionais de Ensino Fundamental.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	1.309.862,60	100.000,00	1.409.862,60
Total Projeto/Atividade:				1.309.862,60	100.000,00	1.409.862,60
Proj./Ativ.: 2070 - Administrar, planejar e coordenar a educação municipal assegurando o pleno funcionamento das unidades do Ensino Fundamental.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2070	Administrar, planejar e coordenar a educação municipal assegurando o pleno funcionamento das unidades do Ensino Fundamental.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	20.049.134,68	7.193.900,00	27.243.034,68
Total Projeto/Atividade:				20.049.134,68	7.193.900,00	27.243.034,68
Proj./Ativ.: 2071 - Garantir os recursos necessários para a formatura dos alunos atendidos pelo PROERD.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2071	Garantir os recursos necessários para a formatura dos alunos atendidos pelo PROERD.	Pessoas	1000,0000	2.000,00	10.000,00	12.000,00
Total Projeto/Atividade:				2.000,00	10.000,00	12.000,00



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades
Entidade(s): Consolidado
LDO: 2025

Pág 12 / 40

Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Educação Unidade: 001 - Administração Geral da Educação Programa: 0003 - Programa Municipal de Desenvolvimento da Educação						
Proj./Ativ.: 2072 - Garantir alimentação escolar aos alunos da rede pública do município de Araucária matriculados no Ensino Fundamental.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2072	Garantir alimentação escolar aos alunos da rede pública do município de Araucária matriculados no Ensino Fundamental.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	925.600,00	5.650.000,00	6.575.600,00
Total Projeto/Atividade:				925.600,00	5.650.000,00	6.575.600,00
Proj./Ativ.: 2073 - Garantir o transporte escolar aos alunos da rede pública do município de Araucária matriculados no Ensino Fundamental.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2073	Garantir o transporte escolar aos alunos da rede pública do município de Araucária matriculados no Ensino Fundamental.	Pessoas	1000,0000	3.241.640,75	150.000,00	3.391.640,75
Total Projeto/Atividade:				3.241.640,75	150.000,00	3.391.640,75
Proj./Ativ.: 2074 - Reformar e ampliar escolas municipais do Ensino fundamental, visando atender a progressiva ampliação da jornada escolar.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2074	Reformar e ampliar escolas municipais do Ensino fundamental, visando atender a progressiva ampliação da jornada escolar.	Metros Quadrados	1000,0000	0,00	10.000,00	10.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	10.000,00	10.000,00
Proj./Ativ.: 2076 - Manter auxílio alimentação aos servidores atuantes nas unidades dos centros municipais de Educação Infantil.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2076	Manter auxílio alimentação aos servidores atuantes nas unidades dos centros municipais de Educação Infantil.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	1.200.001,00	520.104,00	1.720.105,00
Total Projeto/Atividade:				1.200.001,00	520.104,00	1.720.105,00
Proj./Ativ.: 2077 - Manter e prover recursos humanos (servidores) para as unidades de Educação Infantil.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2077	Manter e prover recursos humanos (servidores) para as unidades de Educação Infantil.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	9.303.369,57	8.301.059,62	17.604.429,19
Total Projeto/Atividade:				9.303.369,57	8.301.059,62	17.604.429,19
Proj./Ativ.: 2078 - Manter oportunidades de estágio a estudantes do ensino médio e superior nas unidades da Educação Infantil						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2078	Manter oportunidades de estágio a estudantes do ensino médio e superior nas unidades da Educação Infantil	Outras Unidades e Medidas	1,0000	1.305.637,44	10.000,00	1.315.637,44
Total Projeto/Atividade:				1.305.637,44	10.000,00	1.315.637,44



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades
Entidade(s): Consolidado
LDO: 2025

Pág 13 / 40

Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Educação Unidade: 001 - Administração Geral da Educação Programa: 0003 - Programa Municipal de Desenvolvimento da Educação						
Proj./Ativ.: 2082 - Administrar, planejar e coordenar a educação municipal, assegurando o pleno funcionamento das unidades da Educação Infantil.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2082	Administrar, planejar e coordenar a educação municipal, assegurando o pleno funcionamento das unidades da Educação Infantil.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	1.689.062,40	1.935.676,87	3.624.739,27
Total Projeto/Atividade:				1.689.062,40	1.935.676,87	3.624.739,27
Proj./Ativ.: 2083 - Garantir alimentação escolar aos alunos da rede pública do município de Araucária matriculados na educação infantil - Pré Escola.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2083	Garantir alimentação escolar aos alunos da rede pública do município de Araucária matriculados na educação infantil - Pré Escola.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	1.301.000,00	700.000,00	2.001.000,00
Total Projeto/Atividade:				1.301.000,00	700.000,00	2.001.000,00
Proj./Ativ.: 2084 - Garantir alimentação escolar aos alunos da rede pública do município de Araucária matriculados na educação infantil - Creche.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2084	Garantir alimentação escolar aos alunos da rede pública do município de Araucária matriculados na educação infantil - Creche.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	675.400,00	10.000,00	685.400,00
Total Projeto/Atividade:				675.400,00	10.000,00	685.400,00
Proj./Ativ.: 2085 - Garantir o transporte escolar aos alunos da rede pública do município de Araucária matriculados na educação infantil.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2085	Garantir o transporte escolar aos alunos da rede pública do município de Araucária matriculados na educação infantil.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	2.315.432,59	10.000,00	2.325.432,59
Total Projeto/Atividade:				2.315.432,59	10.000,00	2.325.432,59
Proj./Ativ.: 2087 - Manter auxílio alimentação aos servidores atuantes na educação de jovens e adultos do município.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2087	Manter auxílio alimentação aos servidores atuantes na educação de jovens e adultos do município.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	2.000.000,00	262.107,06	2.262.107,06
Total Projeto/Atividade:				2.000.000,00	262.107,06	2.262.107,06
Proj./Ativ.: 2088 - Manter auxílio alimentação aos servidores atuantes nas unidades da educação especial do município.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2088	Manter auxílio alimentação aos servidores atuantes nas unidades da educação especial do município.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	1.000,00	5.100.000,00	5.101.000,00
Total Projeto/Atividade:				1.000,00	5.100.000,00	5.101.000,00



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades
Entidade(s): Consolidado
LDO: 2025

Pág 14 / 40

Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Educação						
Unidade: 001 - Administração Geral da Educação						
Programa: 0003 - Programa Municipal de Desenvolvimento da Educação						
Proj./Ativ.: 2089 - Manter e prover recursos humanos (servidores) para as unidades educacionais especiais do município de Araucária.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2089	Manter e prover recursos humanos (servidores) para as unidades educacionais especiais do município de Araucária.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	23.689.336,34	1.697.000,00	25.386.336,34
Total Projeto/Atividade:				23.689.336,34	1.697.000,00	25.386.336,34
Proj./Ativ.: 2091 - Administrar, planejar e coordenar a educação municipal assegurando o pleno funcionamento das unidades do ensino especial.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2091	Administrar, planejar e coordenar a educação municipal assegurando o pleno funcionamento das unidades do ensino especial.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	197.000,00	197.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	197.000,00	197.000,00
Proj./Ativ.: 2092 - Manter oportunidades, através de estágio, a estudantes do ensino médio e superior nas unidades de ensino especial.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2092	Manter oportunidades, através de estágio, a estudantes do ensino médio e superior nas unidades de ensino especial.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	223.318,71	223.318,71
Total Projeto/Atividade:				0,00	223.318,71	223.318,71
Proj./Ativ.: 2093 - Garantir transporte escolar aos alunos da rede pública do município de Araucária matriculados no ensino especial.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2093	Garantir transporte escolar aos alunos da rede pública do município de Araucária matriculados no ensino especial.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	50.000,00	50.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	50.000,00	50.000,00
Proj./Ativ.: 2095 - Manter equipadas as Unidades Educacionais da rede municipal de Educação Infantil						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2095	Manter equipadas as Unidades Educacionais da rede municipal de Educação Infantil	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	300.000,00	300.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	300.000,00	300.000,00
Proj./Ativ.: 2096 - Manter equipadas as unidades da Educação Especial.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2096	Manter equipadas as unidades da Educação Especial.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	50.000,00	50.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	50.000,00	50.000,00
Total do Programa				140.786.509,71	94.129.941,11	234.916.450,82
Total da Unidade				140.786.509,71	94.129.941,11	234.916.450,82



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades
Entidade(s): Consolidado
LDO: 2025

Pág 15 / 40

Órgão: 11 - Secretaria Municipal de Educação						
Unidade: 002 - FUNDEB						
Programa: 0003 - Programa Municipal de Desenvolvimento da Educação						
Proj./Ativ.: 2097 - Garantir recursos humanos à educação básica com recursos do FUNDEB.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2097	Garantir recursos humanos à educação básica com recursos do FUNDEB.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	135.596.594,17	0,00	135.596.594,17
Total Projeto/Atividade:				135.596.594,17	0,00	135.596.594,17
Total do Programa				135.596.594,17	0,00	135.596.594,17
Total da Unidade				135.596.594,17	0,00	135.596.594,17
Total do Órgão				276.383.103,88	94.129.941,11	370.513.044,99
Órgão: 12 - Secretaria Municipal de Saúde						
Unidade: 001 - Fundo Municipal de Saúde - SMSA						
Programa: 0005 - Programa Municipal de Saúde						
Proj./Ativ.: 2098 - Construir, reformar e ampliar pontos da atenção primária a saúde						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2098	Construir, reformar e ampliar pontos da atenção primária a saúde	Outras Unidades e Medidas	1,0000	10.000,00	11.000,00	21.000,00
Total Projeto/Atividade:				10.000,00	11.000,00	21.000,00
Proj./Ativ.: 2101 - Adquirir equipamentos para o desenvolvimento de ações de promoção à saúde						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2101	Adquirir equipamentos para o desenvolvimento de ações de promoção à saúde	Outras Unidades e Medidas	1,0000	1.975.988,16	6.000.000,00	7.975.988,16
Total Projeto/Atividade:				1.975.988,16	6.000.000,00	7.975.988,16
Proj./Ativ.: 2102 - Manter e fortalecer a participação popular e controle social						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2102	Manter e fortalecer a participação popular e controle social	Outras Unidades e Medidas	0,0000	5.000,00	0,00	5.000,00
Total Projeto/Atividade:				5.000,00	0,00	5.000,00
Proj./Ativ.: 2105 - Manter e fortalecer as ações de saúde na atenção primária a saúde						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2105	Manter e fortalecer as ações de saúde na atenção primária a saúde	Outras Unidades e Medidas	1,0000	2.796.563,66	8.000.000,00	10.796.563,66
Total Projeto/Atividade:				2.796.563,66	8.000.000,00	10.796.563,66
Proj./Ativ.: 2107 - Manter as atividades de gestão de recursos humanos para o sistema municipal de saúde						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2107	Manter as atividades de gestão de recursos humanos para o sistema municipal de saúde	Outras Unidades e Medidas	1,0000	154.906.783,57	54.842.990,50	209.749.774,07
Total Projeto/Atividade:				154.906.783,57	54.842.990,50	209.749.774,07



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades
Entidade(s): Consolidado
LDO: 2025

Pág 16 / 40

Órgão: 12 - Secretaria Municipal de Saúde Unidade: 001 - Fundo Municipal de Saúde - SMSA Programa: 0005 - Programa Municipal de Saúde						
Proj./Ativ.: 2118 - Manter e fortalecer as ações de saúde na atenção secundária e terciária						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2118	Manter e fortalecer as ações de saúde na atenção secundária e terciária	Outras Unidades e Medidas	1,0000	66.975.110,72	9.551.000,00	76.526.110,72
Total Projeto/Atividade:				66.975.110,72	9.551.000,00	76.526.110,72
Proj./Ativ.: 2119 - Adquirir equipamentos para a manutenção e desenvolvimento das ações de saúde na atenção secundária e terciária						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2119	Adquirir equipamentos para a manutenção e desenvolvimento das ações de saúde na atenção secundária e terciária	Outras Unidades e Medidas	1,0000	936.000,00	10.000,00	946.000,00
Total Projeto/Atividade:				936.000,00	10.000,00	946.000,00
Proj./Ativ.: 2120 - Construir, reformar e pontos de atenção secundária e terciária a saúde						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2120	Construir, reformar e pontos de atenção secundária e terciária a saúde	Outras Unidades e Medidas	1,0000	10.000,00	10.000,00	20.000,00
Total Projeto/Atividade:				10.000,00	10.000,00	20.000,00
Proj./Ativ.: 2122 - Qualificar a assistência farmacêutica e promover o acesso da população aos medicamentos essenciais						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2122	Qualificar a assistência farmacêutica e promover o acesso da população aos medicamentos essenciais	Outras Unidades e Medidas	1,0000	2.534.000,00	2.384.439,75	4.918.439,75
Total Projeto/Atividade:				2.534.000,00	2.384.439,75	4.918.439,75
Proj./Ativ.: 2123 - Desenvolver ações para identificar e controlar determinantes e condicionantes, riscos e danos à saúde, por meios de ações de vigilância sanitária						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2123	Desenvolver ações para identificar e controlar determinantes e condicionantes, riscos e danos à saúde, por meios de ações de vigilância sanitária	Outras Unidades e Medidas	1,0000	446.538,52	0,00	446.538,52
Total Projeto/Atividade:				446.538,52	0,00	446.538,52
Proj./Ativ.: 2124 - Adquirir mobiliário e equipamentos para os serviços que desenvolvem ações de Vigilância Sanitária.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2124	Adquirir mobiliário e equipamentos para os serviços que desenvolvem ações de Vigilância Sanitária.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	2.865.598,18	0,00	2.865.598,18
Total Projeto/Atividade:				2.865.598,18	0,00	2.865.598,18



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades
Entidade(s): Consolidado
LDO: 2025

Pág 17 / 40

Órgão: 12 - Secretaria Municipal de Saúde Unidade: 001 - Fundo Municipal de Saúde - SMSA Programa: 0005 - Programa Municipal de Saúde						
Proj./Ativ.: 2125 - Desenvolver ações para identificar e controlar determinantes e condicionantes, riscos e danos à saúde, por meio de ações de vigilância epidemiológica, vigilância ambiental, vigilância da saúde do trabalhador e vigilância laboratorial.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2125	Desenvolver ações para identificar e controlar determinantes e condicionantes, riscos e danos à saúde, por meio de ações de vigilância epidemiológica, vigilância ambiental, vigilância da saúde do trabalhador e vigilância laboratorial.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	1.326.017,88	0,00	1.326.017,88
Total Projeto/Atividade:				1.326.017,88	0,00	1.326.017,88
Proj./Ativ.: 2126 - Adquirir equipamentos e mobiliários para os serviços que desenvolvem ações de vigilância epidemiológica, vigilância ambiental, vigilância da saúde do trabalhador e vigilância laboratorial.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2126	Adquirir equipamentos e mobiliários para os serviços que desenvolvem ações de vigilância epidemiológica, vigilância ambiental, vigilância da saúde do trabalhador e vigilância laboratorial.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	1.538,52	0,00	1.538,52
Total Projeto/Atividade:				1.538,52	0,00	1.538,52
Proj./Ativ.: 2275 - Manter ações de promoção à saúde						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2275	Manter ações de promoção à saúde	Outras Unidades e Medidas	1,0000	1.006.538,78	0,00	1.006.538,78
Total Projeto/Atividade:				1.006.538,78	0,00	1.006.538,78
Proj./Ativ.: 2276 - Manter a estrutura administrativa e de infraestrutura do sistema de saúde						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2276	Manter a estrutura administrativa e de infraestrutura do sistema de saúde	Outras Unidades e Medidas	0,0000	12.641.831,89	108.631,89	12.750.463,78
Total Projeto/Atividade:				12.641.831,89	108.631,89	12.750.463,78
Total do Programa				248.437.509,88	80.918.062,14	329.355.572,02
Total da Unidade				248.437.509,88	80.918.062,14	329.355.572,02
Total do Órgão				248.437.509,88	80.918.062,14	329.355.572,02
Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento Unidade: 001 - Gabinete do Secretário - SMAG Programa: 0007 - Programa Municipal de Agricultura e Abastecimento Proj./Ativ.: 2130 - Manter estrutura operacional e Programas da SMAG						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2130	Manter estrutura operacional e Programas da SMAG	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	486.000,00	486.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	486.000,00	486.000,00



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades
Entidade(s): Consolidado
LDO: 2025

Pág 18 / 40

Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento						
Unidade: 001 - Gabinete do Secretário - SMAG						
Programa: 0007 - Programa Municipal de Agricultura e Abastecimento						
Proj./Ativ.: 2131 - Manter o quadro funcional de servidores						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2131	Manter o quadro funcional de servidores	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	9.053.030,89	9.053.030,89
Total Projeto/Atividade:				0,00	9.053.030,89	9.053.030,89
Proj./Ativ.: 2132 - Manter os secadores de cereais						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2132	Manter os secadores de cereais	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	73.000,00	73.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	73.000,00	73.000,00
Proj./Ativ.: 2133 - Adquirir equipamentos para secadores						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2133	Adquirir equipamentos para secadores	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	1.000,00	1.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	1.000,00	1.000,00
Proj./Ativ.: 2135 - Desenvolver ações e adquirir insumos para incentivo ao produtor rural						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2135	Desenvolver ações e adquirir insumos para incentivo ao produtor rural	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	1.022.000,00	1.022.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	1.022.000,00	1.022.000,00
Proj./Ativ.: 2136 - Coordenar o programa de inseminação artificial						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2136	Coordenar o programa de inseminação artificial	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	10.000,00	10.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	10.000,00	10.000,00
Proj./Ativ.: 2137 - Coordenar o serviço de inspeção						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2137	Coordenar o serviço de inspeção	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	2.000,00	2.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	2.000,00	2.000,00
Proj./Ativ.: 2138 - Manter e ampliar programa de piscicultura						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2138	Manter e ampliar programa de piscicultura	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	2.000,00	2.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	2.000,00	2.000,00
Proj./Ativ.: 2139 - Adquirir equipamentos para departamentos da SMAG						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2139	Adquirir equipamentos para departamentos da SMAG	Outras Unidades e Medidas	1,0000	40.000,00	66.000,00	106.000,00
Total Projeto/Atividade:				40.000,00	66.000,00	106.000,00



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades
Entidade(s): Consolidado
LDO: 2025

Pág 19 / 40

Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento						
Unidade: 001 - Gabinete do Secretário - SMAG						
Programa: 0007 - Programa Municipal de Agricultura e Abastecimento						
Proj./Ativ.: 2141 - Realizar Eventos						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2141	Realizar Eventos	Outras Unidades e Medidas	5,0000	0,00	1.516.388,53	1.516.388,53
Total Projeto/Atividade:				0,00	1.516.388,53	1.516.388,53
Proj./Ativ.: 2142 - Adquirir maquinas para o programa da patrulha rural mecanizada						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2142	Adquirir maquinas para o programa da patrulha rural mecanizada	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	51.000,00	51.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	51.000,00	51.000,00
Proj./Ativ.: 2143 - Manter a estrutura da patrulha rural mecanizada						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2143	Manter a estrutura da patrulha rural mecanizada	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
Proj./Ativ.: 2144 - Implantar e manter programa restaurante popular e mercado municipal						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2144	Implantar e manter programa restaurante popular e mercado municipal	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	2.000,00	2.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	2.000,00	2.000,00
Proj./Ativ.: 2145 - Manter o atendimento veterinario						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2145	Manter o atendimento veterinario	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	42.221,64	42.221,64
Total Projeto/Atividade:				0,00	42.221,64	42.221,64
Proj./Ativ.: 2147 - Gerenciar o fundera						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2147	Gerenciar o fundera	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	11.001,00	11.001,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	11.001,00	11.001,00
Total do Programa				40.000,00	13.337.642,06	13.377.642,06
Total da Unidade				40.000,00	13.337.642,06	13.377.642,06
Total do Órgão				40.000,00	13.337.642,06	13.377.642,06



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades
Entidade(s): Consolidado
LDO: 2025

Pág 20 / 40

Órgão: 14 - Secretaria Municipal de Assistência Social Unidade: 001 - Fundo Municipal de Assistência Social - SMAS Programa: 0008 - Programa Municipal de Ação Social e Cidadania Proj./Ativ.: 1149 - Capacitar servidores lotados na SMAS e membros dos Conselhos Municipais vinculados a Política Municipal de Assistência Social.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
1149	Capacitar servidores lotados na SMAS e membros dos Conselhos Municipais vinculados a Política Municipal de Assistência Social.	Pessoas	500,0000	131.000,00	31.786,61	162.786,61
Total Projeto/Atividade:				131.000,00	31.786,61	162.786,61
Proj./Ativ.: 1153 - Construir e ampliar unidades da SMAS de Proteção Social Básica e Especial.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
1153	Construir e ampliar unidades da SMAS de Proteção Social Básica e Especial.	Metros Quadrados	1000,0000	0,00	50.000,00	50.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	50.000,00	50.000,00
Proj./Ativ.: 2148 - Manter e ampliar estrutura funcional da smas						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2148	Manter e ampliar estrutura funcional da smas	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	28.947.000,00	28.947.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	28.947.000,00	28.947.000,00
Proj./Ativ.: 2150 - Adquirir equipamentos e materiais permanentes para unidades da SMAS (Órgão Gestor, PSB, PSE, Cadúnico (Bolsa Família), Casa dos Conselhos e Conselho Tutelar.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2150	Adquirir equipamentos e materiais permanentes para unidades da SMAS (Órgão Gestor, PSB, PSE, Cadúnico (Bolsa Família), Casa dos Conselhos e Conselho Tutelar.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	100.000,00	100.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	100.000,00	100.000,00
Proj./Ativ.: 2151 - Manter, Implementar e Implantar Programas da Proteção Social Básica (Renda Cidadã, Benefícios Eventuais e Oficinas Sócio educativas).						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2151	Manter, Implementar e Implantar Programas da Proteção Social Básica (Renda Cidadã, Benefícios Eventuais e Oficinas Sócio educativas).	Outras Unidades e Medidas	0,0000	433.404,59	508.195,41	941.600,00
Total Projeto/Atividade:				433.404,59	508.195,41	941.600,00
Proj./Ativ.: 2152 - Manter, Implementar e Implantar os Programas da Proteção Social Especial (Acolhimentos Institucionais, Família Acolhedora e Oficinas Sócioeducativas).						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2152	Manter, Implementar e Implantar os Programas da Proteção Social Especial (Acolhimentos Institucionais, Família Acolhedora e Oficinas Sócioeducativas).	Pessoas	10000,0000	647.288,84	861.686,60	1.508.975,44
Total Projeto/Atividade:				647.288,84	861.686,60	1.508.975,44



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades
Entidade(s): Consolidado
LDO: 2025

Pág 21 / 40

Órgão: 14 - Secretaria Municipal de Assistência Social Unidade: 001 - Fundo Municipal de Assistência Social - SMAS Programa: 0008 - Programa Municipal de Ação Social e Cidadania						
Proj./Ativ.: 2154 - Manter as unidades da SMAS (Órgão Gestor, Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Cadúnico, Casa dos Conselho Tutelar.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2154	Manter as unidades da SMAS (Órgão Gestor, Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Cadúnico, Casa dos Conselho Tutelar.	Outras Unidades e Medidas	0,0000	465.807,53	1.771.000,00	2.236.807,53
Total Projeto/Atividade:				465.807,53	1.771.000,00	2.236.807,53
Total do Programa				1.677.500,96	32.269.668,62	33.947.169,58
Total da Unidade				1.677.500,96	32.269.668,62	33.947.169,58
Unidade: 002 - Fundo Municipal para Infância e a Adolescência Programa: 0008 - Programa Municipal de Ação Social e Cidadania Proj./Ativ.: 6155 - Manter, Implantar e Implementar Programas e Projetos voltados à Criança e ao Adolescente.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
6155	Manter, Implantar e Implementar Programas e Projetos voltados à Criança e ao Adolescente.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	941.211,88	0,00	941.211,88
Total Projeto/Atividade:				941.211,88	0,00	941.211,88
Total do Programa				941.211,88	0,00	941.211,88
Total da Unidade				941.211,88	0,00	941.211,88
Unidade: 003 - Fundo Municipal para o Idoso Programa: 0008 - Programa Municipal de Ação Social e Cidadania Proj./Ativ.: 2157 - Manter, Implantar e Implementar Programas e Projetos voltados à Pessoa Idosa.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2157	Manter, Implantar e Implementar Programas e Projetos voltados à Pessoa Idosa.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	238.230,08	238.230,08
Total Projeto/Atividade:				0,00	238.230,08	238.230,08
Proj./Ativ.: 2158 - Adquirir equipamentos e material permanente para Programas e Projetos voltados à Pessoa Idosa.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2158	Adquirir equipamentos e material permanente para Programas e Projetos voltados à Pessoa Idosa.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	65.125,76	65.125,76
Total Projeto/Atividade:				0,00	65.125,76	65.125,76
Total do Programa				0,00	303.355,84	303.355,84
Total da Unidade				0,00	303.355,84	303.355,84



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades
Entidade(s): Consolidado
LDO: 2025

Pág 22 / 40

Órgão: 14 - Secretaria Municipal de Assistência Social						
Unidade: 004 - Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência						
Programa: 0008 - Programa Municipal de Ação Social e Cidadania						
Proj./Ativ.: 2272 - Adquirir equipamentos e material permanente para Programas e Projetos voltados à pessoa com deficiência						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2272	Adquirir equipamentos e material permanente para Programas e Projetos voltados à pessoa com deficiência	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	10.000,00	10.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	10.000,00	10.000,00
Proj./Ativ.: 2273 - Manter, Implantar e Implementar Programas e Projetos coltados à pessoa com deficiência						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2273	Manter, Implantar e Implementar Programas e Projetos coltados à pessoa com deficiência	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	252.145,69	252.145,69
Total Projeto/Atividade:				0,00	252.145,69	252.145,69
Total do Programa				0,00	262.145,69	262.145,69
Total da Unidade				0,00	262.145,69	262.145,69
Unidade: 005 - Fundo Municipal dos Direitos da Mulher						
Programa: 0008 - Programa Municipal de Ação Social e Cidadania						
Proj./Ativ.: 2274 - Manter, Implantar e Implementar Programas e Projetos voltados à mulher						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2274	Manter, Implantar e Implementar Programas e Projetos voltados à mulher	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	323.227,85	323.227,85
Total Projeto/Atividade:				0,00	323.227,85	323.227,85
Total do Programa				0,00	323.227,85	323.227,85
Total da Unidade				0,00	323.227,85	323.227,85
Total do Órgão				2.618.712,84	33.158.398,00	35.777.110,84
Órgão: 15 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente						
Unidade: 001 - Gabinete do Secretário - SMMA						
Programa: 0009 - Programa Municipal de Gestão Ambiental						
Proj./Ativ.: 2159 - Gerenciar os serviços de Limpeza Pública.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2159	Gerenciar os serviços de Limpeza Pública.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	14.564.468,33	2.001.000,00	16.565.468,33
Total Projeto/Atividade:				14.564.468,33	2.001.000,00	16.565.468,33
Proj./Ativ.: 2160 - Dar destino adequado aos Resíduos Sólidos Urbanos.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2160	Dar destino adequado aos Resíduos Sólidos Urbanos.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	500.000,00	912.000,00	1.412.000,00
Total Projeto/Atividade:				500.000,00	912.000,00	1.412.000,00



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades
Entidade(s): Consolidado
LDO: 2025

Pág 23 / 40

Órgão: 15 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente Unidade: 001 - Gabinete do Secretário - SMMA Programa: 0009 - Programa Municipal de Gestão Ambiental						
Proj./Ativ.: 2161 - Construir, ampliar e reformar edifícios administrativos, barracões, praças, parques, bosques e outros bens de domínio público.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2161	Construir, ampliar e reformar edifícios administrativos, barracões, praças, parques, bosques e outros bens de domínio público.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	20.000,00	20.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	20.000,00	20.000,00
Proj./Ativ.: 2162 - Manter e ampliar o quadro funcional.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2162	Manter e ampliar o quadro funcional.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	11.400.000,00	11.400.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	11.400.000,00	11.400.000,00
Proj./Ativ.: 2163 - Gerenciar as atividades de infraestrutura, controle, fiscalização, educação ambiental e o COMDEMA (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente).						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2163	Gerenciar as atividades de infraestrutura, controle, fiscalização, educação ambiental e o COMDEMA (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente).	Outras Unidades e Medidas	1,0000	10.000,00	398.400,00	408.400,00
Total Projeto/Atividade:				10.000,00	398.400,00	408.400,00
Proj./Ativ.: 2164 - Manter e ampliar a estrutura física, operacional e administrativa da SMMA.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2164	Manter e ampliar a estrutura física, operacional e administrativa da SMMA.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	5.002.000,00	10.000,00	5.012.000,00
Total Projeto/Atividade:				5.002.000,00	10.000,00	5.012.000,00
Total do Programa				20.076.468,33	14.741.400,00	34.817.868,33
Total da Unidade				20.076.468,33	14.741.400,00	34.817.868,33
Unidade: 002 - Fundo Municipal de Meio Ambiente - SMMA Programa: 0009 - Programa Municipal de Gestão Ambiental Proj./Ativ.: 2165 - Adquirir mudas e insumos para a arborização urbana.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2165	Adquirir mudas e insumos para a arborização urbana.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	10.000,00	618.394,24	628.394,24
Total Projeto/Atividade:				10.000,00	618.394,24	628.394,24
Proj./Ativ.: 2166 - Adquirir veículos e equipamentos para auxiliar as atividades de infraestrutura, controle, fiscalização e educação ambiental.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2166	Adquirir veículos e equipamentos para auxiliar as atividades de infraestrutura, controle, fiscalização e educação ambiental.	Outras Unidades e Medidas	0,0000	0,00	2.000,00	2.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	2.000,00	2.000,00
Total do Programa				10.000,00	620.394,24	630.394,24



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades
Entidade(s): Consolidado
LDO: 2025

Pág 24 / 40

Órgão: 15 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente						
Unidade: 002 - Fundo Municipal de Meio Ambiente - SMMA						
Total da Unidade				10.000,00	620.394,24	630.394,24
Total do Órgão				20.086.468,33	15.361.794,24	35.448.262,57
Órgão: 18 - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo						
Unidade: 001 - Gabinete do Secretário - SMCT						
Programa: 0010 - Programa Municipal de Cultura						
Proj./Ativ.: 2167 - Manter e ampliar a estrutura física						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2167	Manter e ampliar a estrutura física	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	105.000,00	105.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	105.000,00	105.000,00
Proj./Ativ.: 2168 - Manter e ampliar projetos, programas e atividades culturais e turísticas						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2168	Manter e ampliar projetos, programas e atividades culturais e turísticas	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	18.200,00	18.200,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	18.200,00	18.200,00
Proj./Ativ.: 2169 - Adquirir bens móveis e equipamentos						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2169	Adquirir bens móveis e equipamentos	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	10.000,00	10.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	10.000,00	10.000,00
Proj./Ativ.: 2170 - Ampliar, adaptar, revitalizar ou reformar os espaços da SMCT						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2170	Ampliar, adaptar, revitalizar ou reformar os espaços da SMCT	Metros Quadrados	1000,0000	0,00	12.000,00	12.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	12.000,00	12.000,00
Proj./Ativ.: 2171 - Manter a estrutura operacional e administrativa						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2171	Manter a estrutura operacional e administrativa	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	235.000,00	235.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	235.000,00	235.000,00
Proj./Ativ.: 2172 - Promover a capacitação e a qualificação de servidores, empreendedores, agentes culturais, conselheiros e demais áreas afins						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2172	Promover a capacitação e a qualificação de servidores, empreendedores, agentes culturais, conselheiros e demais áreas afins	Pessoas	1000,0000	0,00	18.200,00	18.200,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	18.200,00	18.200,00
Proj./Ativ.: 2173 - Manter e ampliar os cursos livres						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2173	Manter e ampliar os cursos livres	Pessoas	5000,0000	0,00	57.824,00	57.824,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	57.824,00	57.824,00



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades
Entidade(s): Consolidado
LDO: 2025

Pág 25 / 40

Órgão: 18 - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo Unidade: 001 - Gabinete do Secretário - SMCT Programa: 0010 - Programa Municipal de Cultura Proj./Ativ.: 2174 - Promover a divulgação e o intercâmbio de bens e produtos culturais e turísticos						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2174	Promover a divulgação e o intercâmbio de bens e produtos culturais e turísticos	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	26.520,00	26.520,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	26.520,00	26.520,00
Proj./Ativ.: 2175 - Manter e ampliar o programa Bolsa Cultura						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2175	Manter e ampliar o programa Bolsa Cultura	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	15.600,00	15.600,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	15.600,00	15.600,00
Proj./Ativ.: 2176 - Manter e ampliar o Programa Bolsa Cultura - ECA						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2176	Manter e ampliar o Programa Bolsa Cultura - ECA	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	36.400,00	36.400,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	36.400,00	36.400,00
Proj./Ativ.: 2177 - Realizar, promover, fomentar e apoiar eventos						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2177	Realizar, promover, fomentar e apoiar eventos	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	751.000,00	751.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	751.000,00	751.000,00
Proj./Ativ.: 2178 - Manter e ampliar a estrutura funcional						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2178	Manter e ampliar a estrutura funcional	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	8.999.000,00	8.999.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	8.999.000,00	8.999.000,00
Proj./Ativ.: 2179 - Criar e manter o Fundo Municipal do Patrimônio Cultural						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2179	Criar e manter o Fundo Municipal do Patrimônio Cultural	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	10.000,00	10.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	10.000,00	10.000,00
Proj./Ativ.: 2180 - Manter e ampliar os cursos livres - ECA						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2180	Manter e ampliar os cursos livres - ECA	Outras Unidades e Medidas	5000,0000	0,00	10.000,00	10.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	10.000,00	10.000,00
Total do Programa				0,00	10.304.744,00	10.304.744,00
Total da Unidade				0,00	10.304.744,00	10.304.744,00



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades
Entidade(s): Consolidado
LDO: 2025

Pág 26 / 40

Órgão: 18 - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo						
Unidade: 002 - Fundo Municipal de Cultura						
Programa: 0010 - Programa Municipal de Cultura						
Proj./Ativ.: 2181 - Manter o Fundo Municipal de Cultura						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2181	Manter o Fundo Municipal de Cultura	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	30.120,00	30.120,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	30.120,00	30.120,00
Total do Programa				0,00	30.120,00	30.120,00
Total da Unidade				0,00	30.120,00	30.120,00
Total do Órgão				0,00	10.334.864,00	10.334.864,00
Órgão: 19 - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer						
Unidade: 001 - Gabinete do Secretário - SMEL						
Programa: 0004 - Programa Municipal de Esporte e Lazer						
Proj./Ativ.: 1184 - Construir, reformar ou ampliar unidades Poliesportivas						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
1184	Construir, reformar ou ampliar unidades Poliesportivas	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	50.000,00	50.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	50.000,00	50.000,00
Proj./Ativ.: 1189 - Construir/Reformar Campo de Futebol						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
1189	Construir/Reformar Campo de Futebol	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	1.010.000,00	1.010.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	1.010.000,00	1.010.000,00
Proj./Ativ.: 2182 - Manter e ampliar o quadro funcional						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2182	Manter e ampliar o quadro funcional	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	9.399.000,00	9.399.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	9.399.000,00	9.399.000,00
Proj./Ativ.: 2183 - Realizar Convênios ou parcerias com entidades esportivas						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2183	Realizar Convenios ou parcerias com entidades esportivas	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	1.000,00	1.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	1.000,00	1.000,00
Proj./Ativ.: 2185 - Apoiar a participação desportiva para atletas do município em competições						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2185	Apoiar a participação desportiva para atletas do município em competições	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	375.000,00	375.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	375.000,00	375.000,00



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades
Entidade(s): Consolidado
LDO: 2025

Pág 27 / 40

Órgão: 19 - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer						
Unidade: 001 - Gabinete do Secretário - SMEL						
Programa: 0004 - Programa Municipal de Esporte e Lazer						
Proj./Ativ.: 2186 - Criar, implantar e manter o Fundo Municipal de Esporte e Lazer						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2186	Criar, implantar e manter o Fundo Municipal de Esporte e Lazer	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	10.000,00	10.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	10.000,00	10.000,00
Proj./Ativ.: 2187 - Manter e ampliar o programa Bolsa Atleta						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2187	Manter e ampliar o programa Bolsa Atleta	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	135.000,00	135.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	135.000,00	135.000,00
Proj./Ativ.: 2191 - Manter a estrutura operacional e administrativa da SMEL						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2191	Manter a estrutura operacional e administrativa da SMEL	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	771.000,00	771.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	771.000,00	771.000,00
Proj./Ativ.: 2192 - Adquirir equipamentos e materiais permanente						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2192	Adquirir equipamentos e materiais permanente	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	10.000,00	10.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	10.000,00	10.000,00
Proj./Ativ.: 2193 - Promover Campeonatos e competições, eventos de lazer e recreativos						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2193	Promover Campeonatos e competições, eventos de lazer e recreativos	Pessoas	10000,0000	0,00	130.000,00	130.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	130.000,00	130.000,00
Proj./Ativ.: 6188 - Apoiar a participação desportiva para atletas do município em competições-ECA						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
6188	Apoiar a participação desportiva para atletas do município em competições - ECA	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	57.630,63	57.630,63
Total Projeto/Atividade:				0,00	57.630,63	57.630,63
Proj./Ativ.: 6190 - Manter e ampliar o programa Bolsa Atleta-ECA						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
6190	Manter e ampliar o programa Bolsa Atleta-ECA	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	300.000,00	300.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	300.000,00	300.000,00
Total do Programa				0,00	12.248.630,63	12.248.630,63
Total da Unidade				0,00	12.248.630,63	12.248.630,63
Total do Órgão				0,00	12.248.630,63	12.248.630,63



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades
Entidade(s): Consolidado
LDO: 2025

Pág 28 / 40

Órgão: 20 - Secretaria Municipal de Ciência, Inovação, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico Unidade: 001 - Gabinete do Secretário - SMCIT Programa: 0002 - Programa Municipal de Apoio Administrativo Proj./Ativ.: 2294 - Manter e ampliar o quadro funcional da Secretaria Municipal de Ciência, Inovação, Tecnologia e Desenvolvimento						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2294	Manter e ampliar o quadro funcional da Secretaria Municipal de Ciência, Inovação, Tecnologia e Desenvolvimento	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	4.106.000,00	4.106.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	4.106.000,00	4.106.000,00
Proj./Ativ.: 2295 - Executar atividades administrativas e operacionais.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2295	Executar atividades administrativas e operacionais, incluindo a realização de serviços e/ ou aquisição de material de consumo atendendo as demandas da secretaria	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	10.000,00	10.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	10.000,00	10.000,00
Proj./Ativ.: 2296 - Realizar Obras e adquirir equipamentos e materiais permanentes, atendendo as demandas da secretaria						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2296	Realizar Obras e adquirir equipamentos e materiais permanentes, atendendo as demandas da secretaria	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	20.000,00	20.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	20.000,00	20.000,00
Proj./Ativ.: 2297 - Desenvolver ações nas áreas de Ciência, Inovação, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2297	Planejamento e a implementação dos recursos e sistemas da tecnologia de informação, implementação e o desenvolvimento do Plano de Informática e do Centro de Processamento de Dados, formular e implementar a política de Ciência, Inovação e Tecnologia da Informação.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	35.000,00	35.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	35.000,00	35.000,00
Proj./Ativ.: 2298 - Manter e ampliar o suporte as ações de Tecnologia da Informação						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2298	Manter e ampliar o suporte as ações de Tecnologia da Informação	Outras Unidades e Medidas	1,0000	3.950.000,00	4.564.000,00	8.514.000,00
Total Projeto/Atividade:				3.950.000,00	4.564.000,00	8.514.000,00
Total do Programa				3.950.000,00	8.735.000,00	12.685.000,00
Total da Unidade				3.950.000,00	8.735.000,00	12.685.000,00
Total do Órgão				3.950.000,00	8.735.000,00	12.685.000,00



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades
Entidade(s): Consolidado
LDO: 2025

Órgão: 21 - Encargos Gerais do Município						
Unidade: 001 - Encargos Gerais do Município						
Programa: 0002 - Programa Municipal de Apoio Administrativo						
Proj./Ativ.: 2194 - Custear Despesas do Aporte do RPPS.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2194	Custear Despesas do Aporte do RPPS.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	40.491.154,32	35.699.900,00	76.191.054,32
Total Projeto/Atividade:				40.491.154,32	35.699.900,00	76.191.054,32
Proj./Ativ.: 2195 - Administrar Recursos Reserva de Contingência.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2195	Administrar Recursos Reserva de Contingência.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	8.033.274,39	8.033.274,39
Total Projeto/Atividade:				0,00	8.033.274,39	8.033.274,39
Proj./Ativ.: 2196 - Proceder Pagamento de Contribuições ao PASEP e Outros.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2196	Proceder Pagamento de Contribuições ao PASEP e Outros.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	1.010,00	17.300.314,75	17.301.324,75
Total Projeto/Atividade:				1.010,00	17.300.314,75	17.301.324,75
Proj./Ativ.: 2197 - Proceder Pagamento de Amortizações e Juros da Dívida Pública.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2197	Proceder Pagamento de Amortizações e Juros da Dívida Pública.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	13.000.000,00	66.406.012,37	79.406.012,37
Total Projeto/Atividade:				13.000.000,00	66.406.012,37	79.406.012,37
Total do Programa				53.492.164,32	127.439.501,51	180.931.665,83
Total da Unidade				53.492.164,32	127.439.501,51	180.931.665,83
Total do Órgão				53.492.164,32	127.439.501,51	180.931.665,83
Órgão: 22 - Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros						
Unidade: 001 - Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros						
Programa: 0002 - Programa Municipal de Apoio Administrativo						
Proj./Ativ.: 1199 - Reformar, ampliar, instalar e concluir obras do aquartelamento.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
1199	Reformar, ampliar, instalar e concluir obras do aquartelamento.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	180.000,00	180.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	180.000,00	180.000,00
Proj./Ativ.: 2200 - Manter a estrutura física, operacional e administrativa, os equipamentos e veículos do Grupamento e promover a capacitação e atualização de bombeiros						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2200	Manter a estrutura física, operacional e administrativa, os equipamentos e veículos do Grupamento e promover a capacitação e atualização de bombeiros	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	130.000,00	130.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	130.000,00	130.000,00



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades
Entidade(s): Consolidado
LDO: 2025

Pág 30 / 40

Órgão: 22 - Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Unidade: 001 - Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Programa: 0002 - Programa Municipal de Apoio Administrativo						
Proj./Ativ.: 2201 - Adquirir, local e manter softwares de base e aplicação, licenças, programas administrativos e soluções de gestão, tecnologia da informação e lógica.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2201	Adquirir, local e manter softwares de base e aplicação, licenças, programas administrativos e soluções de gestão, tecnologia da informação e lógica.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	20.000,00	20.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	20.000,00	20.000,00
Proj./Ativ.: 2202 - Adquirir veículos novos e custear adaptação estrutural necessária, equipamentos operacionais, de escritório, de comunicação, de processamento de dados, eletroeletrônicos, de comunicação visual, mobiliários em geral, eletrodomésticos e ferramentas.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2202	Adquirir veículos novos e custear adaptação estrutural necessária, equipamentos operacionais, de escritório, de comunicação, de processamento de dados, eletroeletrônicos, de comunicação visual, mobiliários em geral, eletrodomésticos e ferramentas.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	135.000,00	135.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	135.000,00	135.000,00
Total do Programa				0,00	465.000,00	465.000,00
Total da Unidade				0,00	465.000,00	465.000,00
Total do Órgão				0,00	465.000,00	465.000,00
Órgão: 23 - Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego Unidade: 001 - Gabinete do Secretário - SMTE Programa: 0015 - Programa Municipal de Trabalho e Emprego Proj./Ativ.: 2203 - Desenvolver, implantar, manter ou promover a participação dos servidores em eventos ou cursos de aperfeiçoamento.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2203	Desenvolver, implantar, manter ou promover a participação dos servidores em eventos ou cursos de aperfeiçoamento.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	10.000,00	10.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	10.000,00	10.000,00
Proj./Ativ.: 2204 - Criar Fundo Municipal de Trabalho - FMT/Araucária.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2204	Criar Fundo Municipal de Trabalho - FMT/ Araucária.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	10.000,00	10.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	10.000,00	10.000,00
Proj./Ativ.: 2205 - Implantar o serviço de Agentes Empresariais visando a inserção da mão de obra local no mercado de trabalho.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2205	Implantar o serviço de Agentes Empresariais visando a inserção da mão de obra local no mercado de trabalho.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	10.000,00	10.000,00



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades
Entidade(s): Consolidado
LDO: 2025

Pág 31 / 40

Órgão: 23 - Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego Unidade: 001 - Gabinete do Secretário - SMTE Programa: 0015 - Programa Municipal de Trabalho e Emprego Proj./Ativ.: 2205 - Implantar o serviço de Agentes Empresariais visando a inserção da mão de obra local no mercado de trabalho.						
Total Projeto/Atividade:				0,00	10.000,00	10.000,00
Proj./Ativ.: 2206 - Gestionar junto ao Governo Federal a implantação de cursos profissionalizantes, através de uma unidade da Universidade Tecnológica Federal do Pr (UTFPR).						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2206	Gestionar junto ao Governo Federal a implantação de cursos profissionalizantes, através de uma unidade da Universidade Tecnológica Federal do Pr (UTFPR).	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	10.000,00	10.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	10.000,00	10.000,00
Proj./Ativ.: 2207 - Implementar Programas através de convênios visando a qualificação profissional, geração de renda, intermediação de mão de obra, empreendedorismo, relações empresariais entre outros com contrapartida do município.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2207	Implementar Programas através de convênios visando a qualificação profissional, geração de renda, intermediação de mão de obra, empreendedorismo, relações empresariais entre outros com contrapartida do município.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	59.217,60	59.217,60
Total Projeto/Atividade:				0,00	59.217,60	59.217,60
Proj./Ativ.: 2208 - Manter e Ampliar a estrutura funcional.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2208	Manter e Ampliar a estrutura funcional.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	4.640.850,27	4.640.850,27
Total Projeto/Atividade:				0,00	4.640.850,27	4.640.850,27
Proj./Ativ.: 2209 - Adquirir equipamentos e materiais permanentes.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2209	Adquirir equipamentos e materiais permanentes.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	10.000,00	10.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	10.000,00	10.000,00
Proj./Ativ.: 2210 - Manter a sede da secretaria, manter, reativar e criar novos postos avançados e itinerantes de atendimento, manter o Cenep, as incubadoras de cooperativas e associações.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2210	Manter a sede da secretaria, manter, reativar e criar novos postos avançados e itinerantes de atendimento, manter o Cenep, as incubadoras de cooperativas e associações.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	66.000,00	66.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	66.000,00	66.000,00



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades
Entidade(s): Consolidado
LDO: 2025

Pág 32 / 40

Órgão: 23 - Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego Unidade: 001 - Gabinete do Secretário - SMTE Programa: 0015 - Programa Municipal de Trabalho e Emprego						
Proj./Ativ.: 6211 - Criar , desenvolver, implantar e manter ações e oportunidades de trabalho para jovens e adolescentes preparando-os para o mercado de trabalho, estimulando e fomentando a geração do Primeiro Emprego e viabilizando o Programa Jovem Aprendiz/ECA.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
6211	Criar , desenvolver, implantar e manter ações e oportunidades de trabalho para jovens e adolescentes preparando-os para o mercado de trabalho, estimulando e fomentando a geração do Primeiro Emprego e viabilizando o Programa Jovem Aprendiz/ECA.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	10.000,00	10.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	10.000,00	10.000,00
Total do Programa				0,00	4.826.067,87	4.826.067,87
Total da Unidade				0,00	4.826.067,87	4.826.067,87
Total do Órgão				0,00	4.826.067,87	4.826.067,87
Órgão: 25 - Secretaria Municipal de Urbanismo Unidade: 001 - Gabinete do Secretário - SMUR Programa: 0006 - Programa Municipal de Urbanismo e Obras Públicas Proj./Ativ.: 2212 - Manter a estrutura operacional e administrativa da SMUR						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2212	Manter a estrutura operacional e administrativa da SMUR	Outras Unidades e Medidas	1,0000	12.322.760,00	624.000,00	12.946.760,00
Total Projeto/Atividade:				12.322.760,00	624.000,00	12.946.760,00
Proj./Ativ.: 2213 - Contratar empresa para a implantação do programa de manutenção e operação de fiscalização de trânsito						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2213	Contratar empresa para a implantação do programa de manutenção e operação de fiscalização de trânsito	Outras Unidades e Medidas	1,0000	10.000,00	0,00	10.000,00
Total Projeto/Atividade:				10.000,00	0,00	10.000,00
Proj./Ativ.: 2215 - Adquirir máquinas, equipamentos, veículos e mobiliários em geral						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2215	Adquirir máquinas, equipamentos, veículos e mobiliários em geral	Outras Unidades e Medidas	1,0000	248.210,00	10.000,00	258.210,00
Total Projeto/Atividade:				248.210,00	10.000,00	258.210,00
Proj./Ativ.: 2216 - Desapropriar imóveis e incorporá-los ao patrimônio público						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2216	Desapropriar imóveis e incorporá-los ao patrimônio público	Metros Quadrados	100000,0000	0,00	1.000,00	1.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	1.000,00	1.000,00



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades
Entidade(s): Consolidado
LDO: 2025

Pág 33 / 40

Órgão: 25 - Secretaria Municipal de Urbanismo						
Unidade: 001 - Gabinete do Secretário - SMUR						
Programa: 0006 - Programa Municipal de Urbanismo e Obras Públicas						
Proj./Ativ.: 2222 - Manter, ampliar, efficientizar e modernizar o serviço de rede de iluminação pública						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2222	Manter, ampliar, efficientizar e modernizar o serviço de rede de iluminação pública	Outras Unidades e Medidas	1,0000	4.799.830,00	110.000,00	4.909.830,00
Total Projeto/Atividade:				4.799.830,00	110.000,00	4.909.830,00
Proj./Ativ.: 2224 - Contratar empresa para a execução de obras visando a manutenção, ampliação, efficientização e modernização do serviço de rede de iluminação pública						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2224	Contratar empresa para a execução de obras visando a manutenção, ampliação, efficientização e modernização do serviço de rede de iluminação pública	Outras Unidades e Medidas	1,0000	2.144.000,00	10.000,00	2.154.000,00
Total Projeto/Atividade:				2.144.000,00	10.000,00	2.154.000,00
Proj./Ativ.: 2227 - Manter e ampliar o serviço de sinalização viária (horizontal, vertical e semaforica) e toponímea						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2227	Manter e ampliar o serviço de sinalização viária (horizontal, vertical e semaforica) e toponímea	Outras Unidades e Medidas	1,0000	1.669.200,00	0,00	1.669.200,00
Total Projeto/Atividade:				1.669.200,00	0,00	1.669.200,00
Proj./Ativ.: 2228 - Manter e ampliar o quadro funcional						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2228	Manter e ampliar o quadro funcional	Outras Unidades e Medidas	1,0000	6.000,00	15.963.318,92	15.969.318,92
Total Projeto/Atividade:				6.000,00	15.963.318,92	15.969.318,92
Proj./Ativ.: 2229 - Contratar empresas para projeto, execução de obras, instalações e demais serviços de engenharia						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2229	Contratar empresas para projeto, execução de obras, instalações e demais serviços de engenharia	Outras Unidades e Medidas	1,0000	300.000,00	0,00	300.000,00
Total Projeto/Atividade:				300.000,00	0,00	300.000,00
Total do Programa				21.500.000,00	16.718.318,92	38.218.318,92
Total da Unidade				21.500.000,00	16.718.318,92	38.218.318,92
Total do Órgão				21.500.000,00	16.718.318,92	38.218.318,92



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades
Entidade(s): Consolidado
LDO: 2025

Pág 34 / 40

Órgão: 26 - Secretaria Municipal de Obras Públicas e Transportes Unidade: 001 - Gabinete do Secretário - SMOP Programa: 0006 - Programa Municipal de Urbanismo e Obras Públicas Proj./Ativ.: 2230 - Aumentar o número de vias pavimentadas na malha viária urbana e rural. Construir viaduto na Av. Independência com Rodovia do Xisto, construir anel viário entre as distribuidoras e implantar passarelas na Rodovia do Xisto.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2230	Aumentar o número de vias pavimentadas na malha viária urbana e rural. Construir viaduto na Av. Independência com Rodovia do Xisto, construir anel viário entre as distribuidoras e implantar passarelas na Rodovia do Xisto.	Metros Lineares	100000,0000	2.263.990,00	11.000,00	2.274.990,00
Total Projeto/Atividade:				2.263.990,00	11.000,00	2.274.990,00
Proj./Ativ.: 2231 - Otimizar a Usina Municipal de Asfalto com aquisição de materiais e insumos para pavimentação de vias urbanas e rurais						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2231	Otimizar a Usina Municipal de Asfalto com aquisição de materiais e insumos para pavimentação de vias urbanas e rurais	Outras Unidades e Medidas	1,0000	2.799.600,00	0,00	2.799.600,00
Total Projeto/Atividade:				2.799.600,00	0,00	2.799.600,00
Proj./Ativ.: 2232 - Manter e ampliar a estrutura de Recursos Humanos da SMOP						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2232	Manter e ampliar a estrutura de Recursos Humanos da SMOP	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	25.711.542,34	25.711.542,34
Total Projeto/Atividade:				0,00	25.711.542,34	25.711.542,34
Proj./Ativ.: 2235 - Investir em equipamentos, máquinas, veículos e materiais permanentes para manutenção e ampliação da estrutura operacional da SMOP.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2235	Investir em equipamentos, máquinas, veículos e materiais permanentes para manutenção e ampliação da estrutura operacional da SMOP.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	491.918,96	10.000,00	501.918,96
Total Projeto/Atividade:				491.918,96	10.000,00	501.918,96
Proj./Ativ.: 2236 - Suprir com materiais e serviços visando a manutenção predial para os próprios municipais.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2236	Suprir com materiais e serviços visando a manutenção predial para os próprios municipais.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	260.000,00	100.000,00	360.000,00
Total Projeto/Atividade:				260.000,00	100.000,00	360.000,00
Proj./Ativ.: 2237 - Construir novos empreendimentos reformar e ampliar espaços públicos, visando a melhoria da estrutura operacional dos próprios municipais.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2237	Construir novos empreendimentos reformar e ampliar espaços públicos, visando a melhoria da estrutura operacional dos próprios municipais.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	103.070.000,00	1.000,00	103.071.000,00
Total Projeto/Atividade:				103.070.000,00	1.000,00	103.071.000,00



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades
Entidade(s): Consolidado
LDO: 2025

Pág 35 / 40

Órgão: 26 - Secretaria Municipal de Obras Públicas e Transportes Unidade: 001 - Gabinete do Secretário - SMOP Programa: 0006 - Programa Municipal de Urbanismo e Obras Públicas						
Proj./Ativ.: 2238 - Manter e ampliar a estrutura operacional da SMOP, suprimindo com materiais, treinamentos, locações de imóveis e demais serviços.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2238	Manter e ampliar a estrutura operacional da SMOP, suprimindo com materiais, treinamentos, locações de imóveis e demais serviços.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	161.200,40	183.000,00	344.200,40
Total Projeto/Atividade:				161.200,40	183.000,00	344.200,40
Total do Programa				109.046.709,36	26.016.542,34	135.063.251,70
Programa: 0011 - Programa Municipal de Transportes Proj./Ativ.: 2233 - Suprir com materiais e serviços visando a manutenção e conservação vias urbanas e estradas rurais. Melhorar os acessos de Araucária a Curitiba, melhoria nas calçadas e criar caminhos alternativos com ciclovias.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2233	Suprir com materiais e serviços visando a manutenção e conservação vias urbanas e estradas rurais. Melhorar os acessos de Araucária a Curitiba, melhoria nas calçadas e criar caminhos alternativos com ciclovias.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	2.090.000,00	0,00	2.090.000,00
Total Projeto/Atividade:				2.090.000,00	0,00	2.090.000,00
Proj./Ativ.: 2234 - Aquisição de combustíveis, lubrificantes, peças de reposição, contratação de serviços mecânicos e demais necessários para manutenção de veículos e máquinas da frota municipal.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2234	Aquisição de combustíveis, lubrificantes, peças de reposição, contratação de serviços mecânicos e demais necessários para manutenção de veículos e máquinas da frota municipal.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	3.200.000,00	0,00	3.200.000,00
Total Projeto/Atividade:				3.200.000,00	0,00	3.200.000,00
Total do Programa				5.290.000,00	0,00	5.290.000,00
Total da Unidade				114.336.709,36	26.016.542,34	140.353.251,70
Total do Órgão				114.336.709,36	26.016.542,34	140.353.251,70
Órgão: 27 - Secretaria Municipal de Segurança Pública Unidade: 001 - Gabinete do Secretário Programa: 0018 - Programa Municipal de Segurança Pública Proj./Ativ.: 2239 - Manter e ampliar a estrutura técnica, patrimonial e operacional da Secretaria de Segurança e seus Departamentos, Conselhos e afins.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2239	Manter e ampliar a estrutura técnica, patrimonial e operacional da Secretaria de Segurança e seus Departamentos, Conselhos e afins.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	788.000,00	788.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	788.000,00	788.000,00



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades
Entidade(s): Consolidado
LDO: 2025

Pág 36 / 40

Órgão: 27 - Secretaria Municipal de Segurança Pública Unidade: 001 - Gabinete do Secretário Programa: 0018 - Programa Municipal de Segurança Pública						
Proj./Ativ.: 2240 - Custear despesas com folha de pagamento dos servidores da SMSP, incluindo aumento do quadro funcional, despesas com promoções, progressões, risco de vida, insalubridade e afins.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2240	Custear despesas com folha de pagamento dos servidores da SMSP, incluindo aumento do quadro funcional, despesas com promoções, progressões, risco de vida, insalubridade e afins.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	53.469.375,00	53.469.375,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	53.469.375,00	53.469.375,00
Proj./Ativ.: 2241 - Criar, desenvolver e executar projetos com órgãos e/ou entidades governamentais e não governamentais.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2241	Criar, desenvolver e executar projetos com órgãos e/ou entidades governamentais e não governamentais.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	3.000,00	3.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	3.000,00	3.000,00
Proj./Ativ.: 2242 - Adquirir equipamentos diversos e materiais permanentes para estruturação e funcionamento da SMSP e seus departamentos.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2242	Adquirir equipamentos diversos e materiais permanentes para estruturação e funcionamento da SMSP e seus departamentos.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	20.000,00	20.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	20.000,00	20.000,00
Proj./Ativ.: 2284 - Desenvolver, executar projetos e custear despesas do Consórcio Intermunicipal das Guardas Municipais da Região Metropolitana de Curitiba - COIN - GM						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2284	Desenvolver, executar projetos e custear despesas do Consórcio Intermunicipal das Guardas Municipais da Região Metropolitana de Curitiba - COIN - GM	Outras Unidades e Medidas	0,0000	0,00	86.122,69	86.122,69
Total Projeto/Atividade:				0,00	86.122,69	86.122,69
Total do Programa				0,00	54.366.497,69	54.366.497,69
Total da Unidade				0,00	54.366.497,69	54.366.497,69
Total do Órgão				0,00	54.366.497,69	54.366.497,69
Órgão: 28 - Secretaria Municipal de Comunicação Social Unidade: 001 - Gabinete do Secretário Programa: 0002 - Programa Municipal de Apoio Administrativo Proj./Ativ.: 2243 - Manter a estrutura funcional						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2243	Manter a estrutura funcional	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	2.305.600,00	2.305.600,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	2.305.600,00	2.305.600,00



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades
Entidade(s): Consolidado
LDO: 2025

Pág 37 / 40

Órgão: 28 - Secretaria Municipal de Comunicação Social Unidade: 001 - Gabinete do Secretário Programa: 0002 - Programa Municipal de Apoio Administrativo Proj./Ativ.: 2244 - Adquirir equipamentos, bens e material permanente						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2244	Adquirir equipamentos, bens e material permanente	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	20.000,00	20.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	20.000,00	20.000,00
Proj./Ativ.: 2245 - Manter a estrutura operacional, promoção de eventos através do Cerimonial e a capacitação profissional						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2245	Manter a estrutura operacional, promoção de eventos através do Cerimonial e a capacitação profissional	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	87.155,85	87.155,85
Total Projeto/Atividade:				0,00	87.155,85	87.155,85
Proj./Ativ.: 2246 - Manter o programa de publicidade, assessoria de imprensa e divulgação de atos oficiais da administração.						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2246	Manter o programa de publicidade, assessoria de imprensa e divulgação de atos oficiais da administração.	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	1.001.000,00	1.001.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	1.001.000,00	1.001.000,00
Total do Programa				0,00	3.413.755,85	3.413.755,85
Total da Unidade				0,00	3.413.755,85	3.413.755,85
Total do Órgão				0,00	3.413.755,85	3.413.755,85
Órgão: 35 - Cohab - Araucária Unidade: 001 - Cohab - Araucária Programa: 0014 - Programa Municipal de Habitação Proj./Ativ.: 1253 - Desenvolver trabalho social junto às famílias atendidas nos programas habitacionais						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
1253	Desenvolver trabalho social junto às famílias atendidas nos programas habitacionais	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	1.000,00	1.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	1.000,00	1.000,00
Proj./Ativ.: 1254 - Promover a urbanização, regularização fundiária e recuperação ambiental de assentamentos precários						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
1254	Promover a urbanização, regularização fundiária e recuperação ambiental de assentamentos precários	Outras Unidades e Medidas	35,0000	248.000,00	1.000,00	249.000,00
Total Projeto/Atividade:				248.000,00	1.000,00	249.000,00
Proj./Ativ.: 1255 - Executar infraestrutura em áreas para construção de unidades habitacionais - Obra						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
1255	Executar infraestrutura em áreas para construção de unidades habitacionais - Obra	Outras Unidades e Medidas	25,0000	423.000,00	1.000,00	424.000,00



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades
Entidade(s): Consolidado
LDO: 2025

Pág 38 / 40

Órgão: 35 - Cohab - Araucária Unidade: 001 - Cohab - Araucária Programa: 0014 - Programa Municipal de Habitação Proj./Ativ.: 1255 - Executar infraestrutura em áreas para construção de unidades habitacionais - Obra						
Total Projeto/Atividade:			423.000,00	1.000,00	424.000,00	
Proj./Ativ.: 1256 - Executar infraestrutura em áreas para construção de unidades habitacionais						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
1256	Executar infraestrutura em áreas para construção de unidades habitacionais	Outras Unidades e Medidas	25,0000	0,00	1.000,00	1.000,00
Total Projeto/Atividade:			0,00	1.000,00	1.000,00	
Proj./Ativ.: 1260 - Adquirir e desapropriar terrenos						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
1260	Adquirir e desapropriar terrenos	Metros Quadrados	20000,0000	429.000,00	0,00	429.000,00
Total Projeto/Atividade:			429.000,00	0,00	429.000,00	
Proj./Ativ.: 2257 - Manter e ampliar a estrutura funcional						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2257	Manter e ampliar a estrutura funcional	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	2.217.076,10	2.217.076,10
Total Projeto/Atividade:			0,00	2.217.076,10	2.217.076,10	
Proj./Ativ.: 2258 - Ampliar a estrutura administrativa e operacional com a aquisição de equipamentos						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2258	Ampliar a estrutura administrativa e operacional com a aquisição de equipamentos	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	20.000,00	20.000,00
Total Projeto/Atividade:			0,00	20.000,00	20.000,00	
Proj./Ativ.: 2259 - Manter a estrutura administrativa e operacional em funcionamento						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2259	Manter a estrutura administrativa e operacional em funcionamento	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	560.923,90	560.923,90
Total Projeto/Atividade:			0,00	560.923,90	560.923,90	
Total do Programa				1.100.000,00	2.802.000,00	3.902.000,00
Total da Unidade				1.100.000,00	2.802.000,00	3.902.000,00
Total do Órgão				1.100.000,00	2.802.000,00	3.902.000,00
Órgão: 45 - Fundo de Previdência do Município de Araucária Unidade: 001 - Fundo de Previdência Municipal Programa: 0017 - Programa Municipal de Previdência Social Proj./Ativ.: 1262 - Construir a sede do Fundo de Previdência Municipal de Araucária						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
1262	Construir a sede do Fundo de Previdência Municipal de Araucária	Metros Quadrados	1000,0000	0,00	60.500,00	60.500,00
Total Projeto/Atividade:			0,00	60.500,00	60.500,00	



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades
Entidade(s): Consolidado
LDO: 2025

Pág 39 / 40

Órgão: 45 - Fundo de Previdência do Município de Araucária Unidade: 001 - Fundo de Previdência Municipal Programa: 0017 - Programa Municipal de Previdência Social Proj./Ativ.: 2265 - Melhorar a estrutura operacional e administrativa do Fundo de Previdência Municipal de Araucária						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2265	Melhorar a estrutura operacional e administrativa do Fundo de Previdência Municipal de Araucária	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	121.000,00	121.000,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	121.000,00	121.000,00
Proj./Ativ.: 2266 - Manter as atividades do Fundo de Previdência Municipal de Araucária						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2266	Manter as atividades do Fundo de Previdência Municipal de Araucária	Outras Unidades e Medidas	1,0000	0,00	5.966.200,00	5.966.200,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	5.966.200,00	5.966.200,00
Total do Programa				0,00	6.147.700,00	6.147.700,00
Total da Unidade				0,00	6.147.700,00	6.147.700,00
Unidade: 002 - Fundo Previdenciário Programa: 0017 - Programa Municipal de Previdência Social Proj./Ativ.: 2286 - MANTER A FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2286	MANTER A FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS	Outras Unidades e Medidas	135641000,0000	154.180.000,00	0,00	154.180.000,00
Total Projeto/Atividade:				154.180.000,00	0,00	154.180.000,00
Proj./Ativ.: 2287 - MANTER A FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS PROPORCIONALIDADE ART. 4º						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2287	MANTER A FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS PROPORCIONALIDADE ART. 4º	Outras Unidades e Medidas	99220000,0000	99.220.000,00	0,00	99.220.000,00
Total Projeto/Atividade:				99.220.000,00	0,00	99.220.000,00
Total do Programa				253.400.000,00	0,00	253.400.000,00
Total da Unidade				253.400.000,00	0,00	253.400.000,00
Unidade: 003 - COMPREV Programa: 0017 - Programa Municipal de Previdência Social Proj./Ativ.: 2285 - Manter as obrigações da compensação Previdenciária						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2285	Manter as obrigações da compensação Previdenciária	Outras Unidades e Medidas	484000,0000	2.236.500,00	0,00	2.236.500,00
Total Projeto/Atividade:				2.236.500,00	0,00	2.236.500,00
Total do Programa				2.236.500,00	0,00	2.236.500,00
Total da Unidade				2.236.500,00	0,00	2.236.500,00



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - LDO das Metas e Prioridades
Entidade(s): Consolidado
LDO: 2025

Órgão: 45 - Fundo de Previdência do Município de Araucária						
Unidade: 004 - Reserva de Contingência						
Programa: 0017 - Programa Municipal de Previdência Social						
Proj./Ativ.: 2288 - MANTER A RESERVA FINANCEIRA DO FPMA						
Cód. Ação	Descrição	Unidade Medida	Meta Física	Valor Vinculado	Valor Ordinário	Valor Total
2288	MANTER A RESERVA FINANCEIRA DO FPMA	Outras Unidades e Medidas	155797971,0000	0,00	262.278.786,00	262.278.786,00
Total Projeto/Atividade:				0,00	262.278.786,00	262.278.786,00
Total do Programa				0,00	262.278.786,00	262.278.786,00
Total da Unidade				0,00	262.278.786,00	262.278.786,00
Total do Órgão				255.636.500,00	268.426.486,00	524.062.986,00
Total Geral				1.015.197.080,64	1.020.058.138,03	2.035.255.218,67

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA. Emissão: 31/07/2025, às 16:36:11.



www.LeisMunicipais.com.br

versão consolidada, com alterações até o dia 26/01/2024

LEI COMPLEMENTAR Nº 19, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2019

(Vide Lei nº 3866/2022)

(Regulamentada pelo Decreto nº 34.137/2020 nº 37.352/2022 nº 40275/2024)

Aprova a Revisão do Plano Diretor Participativo do Município de Araucária, revoga a Lei Complementar nº 5, de 6 de outubro de 2006, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei, com fundamento nos artigos 30 e 182 da Constituição Federal, no § 3º do art. 40 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, nos artigos 21 a 26, e 150 a 152 da Constituição do Estado do Paraná e na art. 84 da Lei Orgânica do Município de Araucária, promove a revisão do Plano Diretor do Município de Araucária.

Parágrafo único. O Plano Diretor consolida as políticas públicas, princípios, diretrizes e objetivos sucessivamente implantados no Município, incorpora novos princípios, diretrizes e objetivos alinhados às demais disposições legais e as dinâmicas demográfica, social, econômica, ambiental, orientando as ações futuras de adequação da estrutura urbana.

Art. 2º O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana do Município, abrange a totalidade do território municipal e integra o processo de planejamento municipal e deve ser observado na elaboração das Leis do Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, as quais devem incorporar as diretrizes, as ações e as estratégias nele contidas.

Parágrafo único. O Plano Diretor do Município observa os seguintes instrumentos:

I - Planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

II - Planejamento da Região Metropolitana de Curitiba, em especial o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, sem prejuízo à autonomia municipal;

III - O zoneamento ecológico-econômico das unidades de conservação previstas na legislação federal, como áreas de proteção ambiental, e demais instrumentos estaduais de ordenamento territorial, como unidades territoriais de planejamento e áreas de proteção aos mananciais;

IV - Demais leis federais e estaduais.

Art. 3º Integram o Plano Diretor, instituído pela presente Lei Complementar, as seguintes Leis:

I - Lei do Perímetro Urbano;

II - Lei do Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo;

III - Lei de Parcelamento do Solo Urbano;

IV - Lei que institui a Política Municipal de Mobilidade;

V - Lei de Diretrizes e Hierarquias do Sistema Viário Municipal;

VI - Código de Obras e Edificações;

VII - Código de Posturas;

VIII - Código Ambiental;

IX - Legislação dos instrumentos de política urbana previstos neste Plano Diretor.

Parágrafo único. Outras Leis e Decretos poderão regulamentar o Plano, desde que, cumulativamente:

I - Tratem de matéria pertinente ao planejamento municipal, ao desenvolvimento urbano e rural;

II - Mencionem, expressamente, em seu texto, a condição de integrantes do conjunto de Leis

componentes do Plano;

III - Definam as ligações existentes e a compatibilidade entre os seus dispositivos e aqueles das outras leis já componentes do Plano, fazendo remissão, quando for o caso, aos artigos dessas Leis.

Art. 4º Os instrumentos legais conexos à política de desenvolvimento do Município serão desenvolvidos ou adaptados em consonância com este Plano Diretor, constituindo parte do processo contínuo e integrado de planejamento territorial, respeitando e garantindo a participação popular.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS BÁSICOS Art. 5º Constituem princípios deste Plano Diretor:

I - Atendimento à função social e ambiental das propriedades privadas e públicas;

II - Afirmação de Araucária como um território qualificado e de grande importância no contexto metropolitano;

III - Reordenamento territorial do município para o fortalecimento de centralidades;

IV - Implementação de um zoneamento promotor de uma cidade compacta;

V - Reconfiguração ambiental do município destacando sua importância regional;

VI - Adequação dos usos das áreas verdes e consolidação das áreas ambientalmente frágeis;

VII - Desenvolvimento econômico e social baseado na requalificação da inserção do município na Região Metropolitana de Curitiba e na diversificação das funções urbanas e rurais municipais;

VIII - Preservação e promoção da memória de Araucária;

IX - Promoção da modernização administrativa, da democratização de informações e da integração e valorização profissional.

Parágrafo único. A função social da cidade de Araucária corresponde ao direito à terra, à moradia, ao saneamento ambiental, a uma cidade humanizada, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho, à cultura, ao lazer e ao meio ambiente sustentável, para as presentes e futuras gerações.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS Art. 6º São objetivos gerais deste Plano Diretor:

I - Democratizar o acesso à terra, à moradia e aos serviços públicos de qualidade, revertendo o processo de segregação socioespacial;

II - Promover a qualidade de vida e do ambiente urbano e rural, por meio da preservação, conservação, manutenção e recuperação dos recursos naturais, em especial a água, do uso de energias e tecnologias sustentáveis e da promoção e manutenção do conforto ambiental;

III - Promover o desenvolvimento sustentável do município, integrando a política físico-territorial e ambiental com a política socioeconômica;

IV - Reafirmar os compromissos para com o desenvolvimento urbano sustentável;

V - Promover o reordenamento do território priorizando-se a racionalização, a sustentabilidade e a ocupação dos vazios urbanos;

Parágrafo único. Os compromissos referidos no inciso IV deste artigo são expressos, entre outros, pela implementação da Nova Agenda Urbana integrada à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável com o alcance das metas e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, em especial o ODS 11, que visa tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Art. 7º São objetivos específicos deste Plano Diretor:

I - Adotar medidas mitigadoras e de adaptação para a resiliência climática;

II - Fomentar, promover, desenvolver e aprimorar atividades e processos tecnológicos que resultem na redução das emissões de gases de efeito estufa - GEE;

III - Fomentar a diversidade econômica no Município disciplinando a instalação de usos e atividades e criando mecanismos para a disseminação de centralidades no território;

IV - Promover a distribuição dos equipamentos urbanos e comunitários, dos espaços livres de uso público e das áreas verdes urbanas, de forma a atender à população residente em todas as áreas do Município;

V - Universalizar a acessibilidade;

VI - Proporcionar à população o acesso à rede de transporte coletivo eficiente e de qualidade, bem como disponibilizar infraestrutura de suporte à utilização de modos de transporte não motorizados;

VII - Promover a captação de recursos que possibilitem o cumprimento das estratégias, planos, programas e projetos, inclusive mediante a criação de incentivos;

VIII - Coibir o uso especulativo dos imóveis urbanos de modo a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

CAPÍTULO IV

DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Art. 8º A política municipal de desenvolvimento econômico visa o desenvolvimento social, aliado à sustentabilidade ambiental, assegurando o compromisso com a qualidade de vida da população, com o bem-estar geral da sociedade, com a inclusão social e com a aceleração do desenvolvimento da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 9º São objetivos das políticas públicas de desenvolvimento econômico no Município:

I - Consolidar a posição do Município como importante polo industrial no contexto da Região

Metropolitana de Curitiba;

II - Desenvolver no Município um novo perfil de polo tecnológico, de inovação e de economia criativa;

III - Desenvolver potencialidades e promover a dinamização das vocações locais, tais como: logística, agricultura, turismo, tecnologia, construção civil, comércio e serviços e economia criativa, favorecendo a oferta de emprego e geração de renda e buscando a participação da iniciativa privada nos investimentos necessários;

IV - Estimular parcerias entre os setores público e privado para melhorar os serviços nas áreas da educação, saúde, segurança pública, habitação, meio ambiente e outros;

V - Estimular a ampliação da oferta de serviços privados nas áreas de educação, saúde, segurança, habitação, meio ambiente e outros;

VI - Estimular o surgimento de novos negócios, especialmente daqueles que se enquadrem nas vocações do Município;

VII - Potencializar as oportunidades decorrentes da indústria petroquímica;

VIII - Potencializar as oportunidades de implantação de indústrias sustentáveis;

IX - Aumentar a competitividade regional;

X - Fortalecer a cultura empreendedora;

XI - Estimular o desenvolvimento econômico em áreas com vulnerabilidade social;

XII - Compatibilizar o desenvolvimento econômico do Município e a sua polaridade industrial com o desenvolvimento social e cultural, a proteção ao meio ambiente, a configuração do espaço urbano pautado pelo interesse público e a busca da redução das desigualdades sociais locais e regionais;

XIII - Criar condições de empregabilidade à toda mão de obra produtiva do Município.

Seção I

Do Desenvolvimento da Atividade Industrial

Art. 10. Constituem diretrizes para o desenvolvimento da atividade industrial no Município:

I - Diversificar e fortalecer a estrutura da atividade econômica;

II - Fortalecer as cadeias produtivas de turismo, saúde, educação, indústria, tecnologia e logística, de forma a promover a integração no nível metropolitano, estadual e nacional;

III - Consolidar Araucária como centro industrial com base nas vantagens competitivas e comparativas;

IV - Promover uma melhoria expressiva do ambiente de negócios para ganho de atratividade para empresas e investimentos, reduzindo a taxa de desocupação e fortalecendo o contínuo crescimento da renda média dos trabalhadores;

V - Incentivar adoção de atividades e tecnologias de baixa emissão de gases de efeito estufa e o desenvolvimento de novos padrões sustentáveis de produção e consumo de forma a promover a transição para uma economia de baixo carbono e fortalecer a economia circular;

VI - Introduzir o conceito de ativos ambientais, com vistas à valoração dos benefícios financeiros provenientes de investimentos públicos ou privados, que possam ser captados para o bem coletivo;

VII - Fomentar as centralidades de forma a promover o desenvolvimento econômico e social;

VIII - Fortalecer as cadeias produtivas locais urbanas e rurais, incorporando transformações tecnológicas, processo, gestão para setores privados e públicos, agregando valor ao produtos e serviços gerados em Araucária;

IX - Ordenar e disciplinar o desenvolvimento socioeconômico de modo a proporcionar uma integração das cadeias produtivas locais;

X - Prospectar a captação de recursos provenientes dos setores público, privado e organizações não governamentais para viabilização dos projetos municipais;

XI - Fomentar a integração entre equipamentos considerados vetores de crescimento econômico com as áreas industriais.

Seção II

Do Desenvolvimento da Atividade Agropecuária

Art. 11. O desenvolvimento da atividade Agropecuária envolve análises das atividades econômicas, da produção de alimentos, criação de animais e dos serviços existentes.

§ 1º Para a otimização da produção agrícola, agropastoril, pastagens nativas, áreas de exploração extrativista, florestais ou outras, poderão ser identificadas áreas prioritárias com o objetivo de fortalecer os respectivos setores.

§ 2º O desenvolvimento das atividades rurais deverá considerar a rede de drenagem natural, respeitando a preservação e recuperação dos mananciais e observada a função primordial de abastecimento e irrigação.

Art. 12. Constituem diretrizes para o desenvolvimento da atividade agropecuária no Município:

I - Prestar assistência técnica e de extensão rural ao homem do campo, em especial aos pequenos e médios produtores;

II - Incentivar a captação de águas pluviais, bem como a execução de pequenas barragens;

III - Promover parcerias com as demais esferas governamentais, objetivando a integração das políticas públicas, em específico quanto à gestão e a disponibilidade dos recursos hídricos, considerando seus diversos usos e a configuração das bacias hidrográficas;

IV - Apoiar o investimento em tecnologias sustentáveis visando a economia de água na agricultura;

V - Melhorar as condições para o aumento da segurança rodoviária e do transporte de carga e escoamento da produção;

VI - Promover a construção, reforma e manutenção de estradas, bueiros e pontes vicinais;

VII - Incentivar a transferência de tecnologia voltada à instalação de agroindústrias artesanais e empreendimentos rurais de pequeno porte, bem como apoio à comercialização da produção;

VIII - Incentivar a agricultura de pequeno porte, aliando práticas de:

- a) utilização da agricultura de baixo carbono;
- b) racionalização do consumo de recursos naturais e de energia;
- c) Incentivo à compostagem.

IX - Desenvolver políticas de monitoramento, em conjunto com as demais esferas de governo, em relação aos danos ambientais gerados pelos produtores rurais;

X - Promover ações que visem à melhoria do meio ambiente, tais como a proteção de mananciais, a conservação do solo e da água, o destino adequado de resíduos, a utilização correta de defensivos agrícolas e a sustentabilidade ambiental;

XI - Elaborar políticas públicas de incentivo financeiro ao produtor rural, visando a permanência desses produtores no campo, com a oferta de assistência técnica individual ou em grupo, através de implantação de unidades demonstrativas e da realização de ações nas comunidades rurais;

XII - Estruturar o órgão municipal de assistência técnica e extensão rural de modo a garantir maior abrangência dos trabalhos dos técnicos junto aos produtores rurais do Município, com difusão de tecnologias que possibilitem o aumento da produção agrícola e o desenvolvimento de ações que fortaleçam o associativismo e cooperativismo entre os produtores;

XIII - Implantar programa de conservação de solo e água, que contemple ações nas áreas produtivas, cursos d'água e nascentes garantindo, assim, preservação e abastecimento de água às comunidades rurais;

XIV - Promover a criação de um centro de compostagem, visando à transformação do material coletado na poda de galhadas em adubo orgânico e respectiva distribuição às hortas comunitárias e aos produtores de hortaliças e frutas do Município;

XV - Elaborar políticas públicas de incentivo ao produtor rural, visando à permanência desses produtores no campo, com a oferta de assistência técnica individual ou em grupo;

XVI - Implantar campanhas permanentes de conscientização ambiental e preservação dos bens naturais e de fiscalização e acompanhamento das áreas especialmente protegidas.

Seção III

Do Desenvolvimento da Atividade Turística

Art. 13. Constituem diretrizes para o desenvolvimento da atividade turística no Município:

I - Fomentar ações integradas voltadas a cadeia do turismo, atentando para capacidade do suporte dos ambientes;

II - Criar e implementar um sistema de informações turísticas no Município;

III - Estimular a criação de cooperativas populares para exploração das atividades turísticas;

IV - Desenvolver programas de qualificação profissional e técnica na área do turismo, priorizando a população local;

V - Priorizar o uso sustentável do espaço turístico, seguindo os princípios da descentralização, com a diversificação dos polos de turismo, no sentido de favorecer o desenvolvimento de atividades turísticas geradoras de trabalho e renda em todo o território municipal, buscando a integração com os Municípios do entorno de Araucária;

VI - Realizar ações que estimulem o crescimento do fluxo turístico, apoiando e fortalecendo mecanismos de captação e realização de eventos, em todas as épocas do ano;

t i

VII - Promover melhorias urbanas com infraestrutura e equipamentos comunitários de uso público que qualifique a cidade e amplie sua atratividade para a visitação e permanência do turista e vocação para a exploração desse setor da economia;

VIII - Incentivar a formação profissional voltada ao desempenho de atividades que apoiam o turismo, bem como promover a educação da população, em geral, para interagir positivamente com essa atividade;

IX - Promover convênios com os segmentos que exploram a atividade turística para desenvolver e implementar programas e projetos voltados ao turismo no Município;

X - Incentivar e apoiar as atividades tradicionais e manifestações culturais, que contribuem para a construção da identidade do Município;

XI - Estabelecer juntamente com a população e o segmento que atua na atividade turística, um conjunto de produtos que contribuam para a consolidação de uma identidade turística peculiar do Município, visando empreender um programa estratégico de valorização e promoção da sua imagem no contexto regional.

Seção IV

Do Desenvolvimento da Atividade de Pesquisa, Inovação e Tecnologia

Art. 14. Constituem diretrizes para o desenvolvimento da atividade de pesquisa, inovação e tecnologia no Município:

I - Incentivar um ambiente urbano atrativo às empresas de alta tecnologia;

II - Estabelecer planejamento, monitoramento, fiscalização, fomento, execução, análise e reavaliação de instrumentos de inserção de mobilidade e comunicação universais, de forma integrada com as demais diretrizes da política de desenvolvimento;

III - Adotar medidas que viabilizem a consolidação do município como referência tecnológica nacional;

IV - Promover ações que visem incentivos à implantação de universidades e instituições de ensino e pesquisa, relacionados à produção de bens e serviços voltados ao desenvolvimento tecnológico;

t

V - Estimular parcerias com universidades e instituições de ensino e pesquisa visando a produção de conhecimento científico e a formulação de soluções tecnológica e ambientalmente adequadas às políticas públicas e à Zona de Desenvolvimento Tecnológico no Município;

VI - Apoiar programas de pesquisas voltadas ao desenvolvimento do setor e ao desenvolvimento urbano local e regional;

VII - Estimular iniciativas de produção cooperativa, inclusive as sociais, empresas ou atividades desenvolvidas por meio de micro e pequenos empreendimentos.

CAPÍTULO V

DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Art. 15. A política municipal de desenvolvimento sustentável tem por objetivo alinhar todas as ações de planejamento e gestão da cidade, colocando o ser humano no centro do planejamento urbano de forma a buscar a plena qualidade de vida e ambiental para a presente e futuras gerações.

Art. 16. A política municipal de desenvolvimento urbano sustentável define diretrizes para um processo contínuo, global, de longo prazo e macro orientador do planejamento municipal, que contempla princípios norteadores para o desenvolvimento urbano visando a sua sustentabilidade ambiental, social e econômica.

Art. 17. São objetivos para o desenvolvimento sustentável no Município:

I - Promover a descentralização dos serviços e a valorização dos bairros mediante a criação e estruturação dos centros de bairro;

II - Promover a melhoria da qualidade de atendimento de qualquer serviço prestado pelo poder público municipal e otimização dos recursos através do trabalho em rede;

III - Fortalecer a gestão ambiental do Município, atendendo à política municipal de meio ambiente, visando o efetivo monitoramento e controle ambiental, bem como a ampliação das áreas verdes urbanas por habitante e o desenvolvimento da consciência ecológica;

IV - Elevar a qualidade do ambiente urbano e rural mediante preservação dos recursos naturais e da proteção do patrimônio histórico, artístico, cultural, urbanístico, arqueológico e paisagístico;

V - Promover a preservação das áreas das bacias hidrográficas dos mananciais atuais e futuros;

VI - Garantir o acesso a condições seguras de qualidade do ar, da água e de alimentos, química e bacteriologicamente seguros, de circulação e habitação em áreas livres de resíduos, de poluição visual e sonora, de uso dos espaços abertos e verdes;

VII - Elevar a qualidade de vida da população, no que se refere à saúde, educação, cultura, condições habitacionais, infraestrutura e serviços públicos, saneamento ambiental e espaços livres, visando promover a inclusão social a partir da redução das desigualdades que atingem diferentes camadas da população e regiões do Município;

VIII - Adequar o adensamento à capacidade de suporte do meio ambiente e do meio antrópico, potencializando a utilização das áreas providas de infraestrutura e evitando a sobrecarga nas redes já instaladas;

IX - Consolidar o sistema viário, visando a acessibilidade regional e municipal, a fluidez no trânsito e a segurança viária;

X - Garantir a acessibilidade universal, principalmente aos equipamentos comunitários;

XI - Estimular a ocupação dos vazios urbanos no sentido permitido pelo suporte natural e de forma a reduzir conflitos de uso do solo;

XII - Promover a concentração de terras para uso industrial, estimulando a oferta e otimizando as áreas já destinadas para esse uso, porém ainda caracterizadas por um uso rural;

XIII - Consolidar a região central e orientar a ocupação urbana de forma estruturada, incentivando o uso misto, a dinamização das atividades econômicas, a ampliação do uso habitacional e a descentralização dos serviços;

XIV - Garantir a segurança da população mediante delimitação e processos de contenção da ocupação nas regiões de risco;

XV - Assegurar o cumprimento da função social da cidade e da propriedade, coibindo a distorção de usos e o uso especulativo de imóveis urbanos como reserva de valor, que resulte na sua não utilização ou subutilização;

XVI - Garantir a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes da ação do Poder Público em obras e serviços de infraestrutura urbana, quando estes ocasionam a valorização dos imóveis lindeiros;

XVII - Promover a construção e manutenção georreferenciada, de bancos de dados, cadastros urbanos, parâmetros e indicadores, que permitam o monitoramento e a avaliação sistemática do desenvolvimento urbano e rural, garantindo acesso público a todos;

XVIII - Garantir o direito universal à moradia digna, democratizando o acesso à terra e a serviços públicos de qualidade;

XIX - Democratizar o acesso à terra e à habitação, estimulando o mercado imobiliário acessível às faixas de baixa renda;

XX - Promover a redução do processo de segregação socioespacial na cidade por meio da oferta de áreas para produção habitacional dirigida aos segmentos sociais de menor renda, inclusive em áreas centrais, visando à inclusão social de seus habitantes;

XXI - Conter a ampliação da ocupação habitacional nas áreas localizadas ao longo de regiões de proteção ambiental, garantindo a proteção dos corpos hídricos;

XXII - Promover o desenvolvimento sustentável, a justa distribuição das riquezas e a equidade social no Município;

XXIII - Promover ações em consonância com o "Programa Cidades Sustentáveis";

XXIV - Promover a integração e a cooperação com os governos federal, estadual e os demais

Municípios da Região Metropolitana de Curitiba;

XXV - Estimular parcerias entre os setores público e privado em projetos de urbanização, ampliação, otimização e transformação dos espaços públicos municipais;

XXVI - Promover a gestão participativa nos processos de planejamento municipal, de modo a melhorar a transparência da ação governamental;

XXVII - Fortalecer os Conselhos Municipais, dando condições para a melhoria no desenvolvimento de suas funções;

XXVIII - Promover a melhoria na comunicação entre poder público e sociedade, de modo que as informações sejam acessíveis ao cidadão.

CAPÍTULO VI

DA INTEGRAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS LIMÍTROFES DA REGIÃO METROPOLITANA, COM O ESTADO E COM A UNIÃO

Art. 18. O desenvolvimento integrado com os Municípios limítrofes e demais Municípios da Região Metropolitana, será realizado por meio de Planos, Programas e Projetos conjuntos firmados entre o Município de Araucária e os demais municípios, a partir de consórcios públicos ou convênios de cooperação.

Parágrafo único. Os consórcios ou convênios de cooperação terão por objetivo a prestação de serviços e aquisição de bens, produtos e equipamentos, instalação de infraestrutura e serviços para o saneamento ambiental.

Art. 19. A gestão associada entre as esferas governamentais para a realização de serviços públicos de interesse comum poderá realizadas por meio de consórcio público nos termos da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005 e suas alterações.

Art. 20. Constituem diretrizes para a integração entre os entes federados no Município:

I - Elaborar macroplanejamento com o objetivo de normatizar e criar critérios para instalação de infraestrutura e serviços de interesse comum, bem como definindo normas para sua operação e manutenção;

II - Fortalecer a governança voltada às ações ambientais, em especial para obtenção de maior controle na gestão das áreas protegidas e de fragilidade ambiental, visando evitar ocupações e usos divergentes daqueles estabelecidos pela legislação, zoneamento e planos de manejo;

III - Promover a gestão integrada dos recursos hídricos, visando à prestação de serviços ecossistêmicos, o manejo sustentável e o comprometimento em função dos objetivos sociais, econômicos e ambientais;

IV - Integrar as cadeias produtivas locais de forma a induzir valor agregado na produção regional e melhoria no desenvolvimento da cidade de Araucária.

Art. 21. O planejamento e a gestão das políticas públicas do Município de Araucária deverão considerar as diferenças e especificidades regionais, buscando a redução das desigualdades sociais, a melhoria das condições ambientais e o desenvolvimento econômico equânime.

CAPÍTULO VII

DA INCLUSÃO SOCIAL

Art. 22. O Poder Público Municipal priorizará a redução das desigualdades sociais, adotando políticas públicas que promovam e ampliem a garantia dos direitos sociais e a melhoria da qualidade de vida dos seus munícipes, atendendo às suas necessidades básicas, garantindo o acesso e a fruição de bens e serviços socioculturais e urbanos que o Município oferece, orientando todas as políticas setoriais nesta direção e buscando a participação e inclusão de todos os segmentos sociais, sem qualquer tipo de discriminação.

Art. 23. As políticas sociais são de interesse público e têm caráter universal, compreendidas como direito do cidadão e dever do Estado, com participação da sociedade civil nas fases de decisão, execução e fiscalização dos resultados.

Art. 24. As ações do Poder Público deverão garantir a transversalidade das políticas de gênero e raça, e as destinadas às crianças e adolescentes, aos jovens, idosos e pessoas portadoras de necessidades especiais, permeando o conjunto das políticas sociais e buscando reduzir a desigualdade e a discriminação nas diversas áreas.

Art. 25. Para garantir a inclusão social plena no Município, o Poder Público deve estimular a participação da população na definição, execução e controle das políticas públicas e a preservação e melhoria da qualidade de vida, bem como a superação dos obstáculos ao acesso aos benefícios da urbanização.

Art. 26. É pressuposto das políticas sociais do Município a integração de programas e projetos específicos como forma de potencializar seus efeitos positivos, particularmente no que tange à inclusão social e à diminuição das desigualdades.

Art. 27. A distribuição de equipamentos e serviços sociais deve respeitar as necessidades regionais e as prioridades definidas a partir da demanda, privilegiando as áreas de urbanização precária, com atenção para as Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS e demais áreas com população em situação de vulnerabilidade social.

Art. 28. Constituem diretrizes para a inclusão social no Município:

I - Desenvolver e implantar programas para prevenir e superar a condição de pobreza;

II - Assegurar acesso equitativo aos serviços públicos, à educação, à saúde, à assistência social, às oportunidades de emprego, à formação profissional, às atividades culturais e esportivas, à informação e à inclusão digital com acesso à rede mundial de computadores;

III - Promover a inclusão social e a igualdade entre os gêneros, raças e etnias e o respeito à diversidade sexual;

IV - Aumentar a segurança da comunidade e promover a cultura de paz;

V - Garantir o direito à habitação e aos equipamentos urbanos e comunitários em condições socioambientais de boa qualidade;

VI - Ampliar o processo de governança participativa, colaborativa e gestão democrática, incentivando a participação da população por meio de entidades representativas dos vários segmentos da comunidade e empresas de forma associada às esferas de governo na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento sustentável;

VII - Promover qualificação, realinhamento profissional, ensino profissionalizante e educação de trabalhadores;

VIII - Fomentar e instituir programas de ação nas áreas de conhecimento e tecnologia, modernização administrativa e de gestão municipal, de desenvolvimento do potencial ecológico, de apoio a cooperativas e empreendedorismo, de forma a atingir os objetivos preconizados por esta lei complementar;

IX - Implantar e integrar nas áreas de vulnerabilidade social os equipamentos voltados à execução de programas vinculados às políticas sociais;

X - Garantir o direito à segurança alimentar e nutricional.

TÍTULO II DO ORDENAMENTO TERRITORIAL

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 29. O território do município de Araucária é constituído por Macrozonas, compreendendo:

I - Macrozona Urbana;

II - Macrozona Rural;

III - Macrozona de Interesse Ambiental; e

IV - Macrozona de Proteção das Áreas de Interesse de Manancial Metropolitano.

§ 1º As Macrozonas caracterizam-se como espaços territoriais homogêneos, tendo uso e ocupação

subordinados às restrições ambientais, locacionais e funcionais presentes no território municipal.

§ 2º O adensamento, bem como os usos e atividades permitidos, é conformado às características de cada Macrozona, orientando a oferta de infraestrutura e serviços e buscando a redução dos custos de administração municipal.

Art. 30. As Macrozonas podem ser divididas em Zonas, sendo identificadas de acordo com características socioeconômicas, culturais, espaciais e ambientais similares.

Art. 31. A ordenação do território consiste no processo de organização do espaço físico, de forma a possibilitar as ocupações, a utilização e a transformação do ambiente de acordo com as suas potencialidades, aproveitando as infraestruturas existentes e assegurando a preservação de recursos limitados.

Seção I

Dos Objetivos e Diretrizes do Ordenamento Territorial

Art. 32. Os objetivos do ordenamento territorial no Município são:

I - Garantir a justa distribuição dos benefícios e ônus do processo de urbanização;

II - Dotar as áreas do território do município de infraestrutura necessárias ao seu desenvolvimento e compatíveis com as diretrizes e objetivos de sustentabilidade, e promover melhorias nas áreas onde estas estruturas já são existentes, garantindo a universalização das políticas urbanas;

III - Promover a distribuição de usos e intensificação do aproveitamento do solo, de forma equilibrada com relação à infraestrutura, aos sistemas de transportes e ao meio ambiente,

evitando a ociosidade ou a sobrecarga, a fim de potencializar os investimentos coletivos e públicos;

IV - Propor e admitir novas formas de urbanização adequadas às necessidades decorrentes de novas tecnologias e do desenvolvimento social, possibilitando a eliminação de passivos urbanos e a recuperação de áreas degradadas e/ou ocupadas irregularmente;

V - Promover a regularização fundiária e urbanística, garantindo a implantação dos planos urbanísticos e de infraestrutura urbana nas áreas regularizadas pelo município;

VI - Instituir, na área urbana, mecanismos e regramentos urbanísticos destinados a estimular o adensamento sustentável de áreas com infraestrutura ociosa;

VII - Implantar mecanismos de incentivo à recuperação e conservação do patrimônio cultural, natural

e construído;

VIII - Investir na Macrozona de Urbanização Prioritária do município, visando, prioritariamente, à fixação e diversificação da população e o adensamento sustentável, garantindo o direito à moradia, o acesso à infraestrutura e aos serviços públicos;

IX - Garantir o direito a uma cidade sustentável, compreendendo o direito ao acesso à terra urbanizada, à moradia digna, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, aos sistemas de transportes, aos serviços públicos, ao trabalho, à cultura e ao lazer, para a presente e as futuras gerações;

X - Definir a adoção de padrões de produção, de consumo de bens e serviços e de expansão urbana compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental, social e econômica do município;

XI - Disciplinar o uso e a ocupação do solo nas áreas fora do perímetro urbano, incentivando a implantação de atividades compatíveis e a execução de planos de manejo, de forma a garantir sua sustentabilidade;

XII - Garantir o direito à saúde da população, através de medidas proativas nas áreas de saneamento;

XIII - Estabelecer exigências e sanções para controle do impacto da implantação de empreendimentos que possam representar sobrecarga na capacidade de infraestrutura, inclusive viária ou danos ao ambiente natural e construído em suas áreas de influência;

XIV - Fortalecer diretrizes e procedimentos que possibilitem a mitigação da implantação de empreendimentos geradores de impacto, harmonizando-os com o entorno;

XV - Reforçar ações para coibir as ocupações em áreas de risco ambiental, áreas de preservação permanente e outras áreas não edificáveis, a partir de ação integrada dos setores municipais responsáveis pelo planejamento, controle urbano, defesa civil, obras e manutenção e as redes de agentes comunitários, ambientais e de saúde;

XVI - Adotar medidas para garantir a transferência de atividades consideradas desconformes e incompatíveis com a zona em que se encontram, priorizando o atendimento às demandas de habitação de interesse social;

XVII - Desenvolver, por meio de instrumentos de incentivo, parcerias com a iniciativa privada, visando à implantação de programas de preservação, revitalização e urbanização do território municipal;

XVIII - Estimular iniciativas de produção cooperativa, empresas ou atividades desenvolvidas por meio de micro e pequenos empreendimentos, em especial nas áreas mais vulneráveis em termos sociais.

Seção II

Da Divisão do Território Para Fins Tributários e de Parcelamento do Solo

Art. 33. Para a compatibilização do planejamento e gestão do uso e da ocupação do solo, de acordo com os objetivos e diretrizes de sustentabilidade instituídos nesta Lei Complementar, fica o Município de Araucária, conforme estabelece o art. 30 desta Lei dividido em quatro Macrozonas de acordo com o nível de urbanização.

Art. 34. Nos termos do disposto na Lei que dispõe sobre o Perímetro Urbano do Município de Araucária, o perímetro urbano compreende a Área Urbana da Sede do Município de Araucária, a Área Urbana da Sede do Distrito de Guajuvira e do Núcleo Urbano da Lagoa Grande e as Áreas Urbanas Isoladas, formadas por áreas com melhoramentos e serviços públicos, especialmente unidades de educação, de saúde e de assistência social, pavimentação, drenagem, transporte coletivo, rede de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, rede de iluminação pública e coleta de lixo, nos termos da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional.

Art. 35. Para fins tributários o perímetro de expansão urbana compreende as Zonas de Expansão Urbana a serem delimitadas em Lei Complementar, formada por áreas passíveis de urbanização, observados os critérios de mitigação dos impactos ambientais e a implantação de infraestrutura urbana e de equipamentos públicos adequados, bem como do controle da ocupação de áreas contíguas, conforme objetivos gerais desta Lei Complementar.

Art. 36. A Macrozona de Interesse Ambiental e a Macrozona de Proteção das Áreas de Interesse de Manancial Metropolitano compreendem as áreas com características originais dos ecossistemas e as áreas consideradas estratégicas para a garantia de preservação e conservação dos recursos e reservas naturais, que, no Município, engloba a APA Estadual do Rio Verde, a APA Estadual do Passaúna e área de abrangência das bacias de interesse de constituição de mananciais metropolitanos futuros, conforme legislação estadual, definidas pelo Decreto Estadual nº 4.435/2016, ou outro que venha substituí-lo, e a AIERI - Área de Interesse Especial do Rio Iguaçu, criada pelo Decreto Estadual nº 3.742/2008.

CAPÍTULO II

DAS MACROZONAS MUNICIPAIS

Art. 37. Para o planejamento e gestão do uso e da ocupação do território, o Município fica dividido em quatro Macrozonas Municipais, de acordo com suas características urbanas, ambientais, sociais e econômicas similares, em relação à política de desenvolvimento urbano, assim definidas como:

I - Macrozona Urbana: compreende as porções territoriais urbanizadas (ou a urbanizar) do Município, incluindo a Área Urbana da Sede do Município (incluindo os trechos das Rodovias BR 476 e PR 423 que seccionam a área rural), a Área Urbana da Sede do Distrito de Guajuvira e do Núcleo Urbano da Lagoa Grande, onde se pretende promover o desenvolvimento sustentável destes territórios, de modo a direcionar, ordenar e controlar a ocupação e seu adensamento, tendo em vista a oferta e a demanda por redes de infraestruturas urbanas, serviços públicos, equipamentos comunitários e demais atividades que possibilitem o direito à cidade sustentável;

II - Macrozona Rural: compreende a área mais vasta do Município, caracterizada, fundamentalmente, pela aptidão do solo ao desenvolvimento de atividades primárias de caráter rural e à conservação e

preservação ambiental, onde se pretende incentivar o desenvolvimento econômico sustentável em áreas aptas para este fim, a preservação e promoção das

atividades de cunho rural, o incentivo à produção agropecuária e à exploração mineral, além da promoção do turismo rural e do ecoturismo;

III - Macrozona de Interesse Ambiental: compreende as áreas:

a) da APA Estadual do Rio Verde, instituída pelo Decreto Estadual nº 2.375/2000, e compartilhada pelos municípios de Araucária e Campo Largo, onde se pretende como objetivos primordiais a proteção e a conservação dos aspectos ambientais característicos da área, além do controle e manejo do solo e do abastecimento público de água;

b) da APA Estadual do Passaúna instituída pelo Decreto Estadual Nº 458/1991 que compreende além de território do Município de Araucária, os municípios de Almirante Tamandaré, Campo Largo, Campo Magro e Curitiba, onde se pretende como objetivos primordiais a proteção e a conservação do sistema natural existente e a preservação da qualidade ambiental, além da regulamentação e do controle da qualidade da água para fins de abastecimento público; e

c) a AIERI - Área de Interesse Especial do Rio Iguaçu, criada pelo Decreto Estadual nº 3.742/2008, onde se pretende promover a proteção, manutenção e recuperação ambiental e paisagística das áreas contíguas ao leito do Rio Iguaçu.

IV - Macrozona de Proteção das Áreas de Interesse de Manancial Metropolitano: compreende a área da região sul do território municipal de abrangência das bacias de interesse de constituição de mananciais metropolitanos futuros, conforme estabelece o Decreto Estadual nº 4.435/2016, onde se pretende como objetivo primordial a preservação socioambiental através de ações de adequação de atividades, usos, da ocupação e de parcelamentos do solo restritos de forma a garantir condições de água que sejam compatíveis com o abastecimento público; controlar a qualidade de água dos rios que compõe as bacias com medidas de soluções de saneamento básico; e ordenar a ocupação da região, com enfoque no manejo sustentável do solo.

CAPÍTULO III

DAS MACROZONAS URBANAS

Art. 38. Para o planejamento e gestão do uso e da ocupação do território, o Município fica dividido em 7 (sete) Macrozonas Urbanas, de acordo com suas características urbanas,

ambientais, sociais e econômicas similares, em relação à política de desenvolvimento urbano, assim definidas como:

I - Macrozona de Urbanização Prioritária: compreende as áreas urbanas com capacidade de acomodar maior densidade populacional, com previsão de maior diversificação de usos e atividades e alto potencial construtivo;

II - Macrozona de Consolidação Urbana: compreende as áreas urbanas com previsão de densificação populacional mediana, com prioridade para a consolidação e ampliação das redes de infraestrutura,

equipamentos e serviços públicos;

III - Macrozona de Urbanização Controlada: compreende as áreas urbanas que, por suas características ambientais, locais e urbanísticas, deverão prever uma ocupação urbana mais restritiva;

IV - Macrozona de Expansão Urbana (ZEU Guajuvira e ZEU Lagoa Grande): compreende as áreas urbanas de reserva que, por suas características locais, estão sob pressão de ocupação, com previsão de menor densidade populacional;

V - Macrozona Industrial: compreende as áreas urbanas com prioridade para o desenvolvimento de atividades industriais, de serviços e logística, incluindo os trechos das Rodovias BR 476 e PR 423 que seccionam a área rural;

VI - Macrozona de Restrição Ambiental à Ocupação: compreende as áreas que deverão prever usos compatíveis com as fragilidades ambientais do entorno urbano; e

VII - Macrozona da APA do Rio Passaúna: compreende parte da área urbana de Araucária inclusa à APA do Rio Passaúna, cuja delimitação poderá ser revista através da articulação entre o Município e os órgãos estaduais responsáveis, visando melhor adequação dos limites da APA aos loteamentos urbanos e ao sistema viário existentes.

CAPÍTULO IV

DAS ZONAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Art. 39. As zonas de uso e ocupação do solo do Município de Araucária são porções do território definidas para efeitos de parcelamento, ocupação, aproveitamento e uso do solo, e encontram - se delimitadas e normatizadas na Lei do Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo, lei integrante do Plano Diretor.

Parágrafo único. O uso e ocupação nas zonas mencionadas no caput atenderão a critérios de licenciamento de obras e de atividades consoante à observância dos respectivos índices urbanísticos a serem definidos nas leis específicas de ordenamento do uso e da ocupação do solo.

Art. 40. A implementação e a gestão do zoneamento de uso e ocupação do solo devem garantir a segregação de atividades incompatíveis, em função de porte e natureza das mesmas.

Art. 41. Na ocupação dos lotes deve ser garantida a manutenção de padrões de conforto ambiental e eficiência energética, na área de influência direta dos empreendimentos, no que diz respeito à ventilação, iluminação, insolação e mobilidade urbana.

CAPÍTULO V

DO PARCELAMENTO DO SOLO URBANO

Art. 42. O parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento, nos termos da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, observadas as disposições desta Lei Complementar e as das legislações municipal, estadual e federal pertinentes.

§ 1º Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.

§ 2º Considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.

§ 3º Considera-se lote o terreno servido de infraestrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos em leis específicas de ordenamento do uso e da ocupação do solo das Macrozonas para a zona em que se situe.

§ 4º A infraestrutura mínima do loteamento é constituída por terraplanagem, vias de circulação pavimentadas e meio fio, calçada pavimentada, rede de drenagem e escoamento das águas pluviais, rede de abastecimento de água potável, rede de esgotamento sanitário, rede de energia elétrica pública, iluminação pública, arborização, toponímia e sinalização viária horizontal e vertical.

Art. 43. Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em Área Urbana e

Área de Expansão Urbana.

CAPÍTULO VI

DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO E POLÍTICA URBANA

Art. 44. No planejamento e gestão da política urbana do Município de Araucária, de acordo com o estabelecido nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, regulamentados pela Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, serão aplicados os instrumentos nela previstos e os disciplinados por esta Lei Complementar.

Art. 45. Os objetivos dos instrumentos de gestão e política urbana no Município são:

I - Ofertar equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais;

II - Ordenar e controlar o uso do solo e a expansão urbana;

III - Promover a regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda, mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e

edificação;

IV - Garantir a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;

V - Adequar os instrumentos de política econômica, tributária e financeira e os gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano sustentável;

VI - Recuperar os investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização de imóveis urbanos;

VII - Proteger, preservar e recuperar o meio ambiente natural e construído, o patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;

VIII - Promover audiência do Poder Público municipal e da população interessada, nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população;

IX - Executar programas e Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social;

X - Criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental;

XI - Promover o desenvolvimento das funções sociais do espaço urbano de forma a garantir o bem-estar de seus habitantes;

XII - Garantir que a propriedade urbana atenda às exigências fundamentais de ordenamento da cidade expressas nesta Lei Complementar, para cumprir a função social;

XIII - Garantir que o proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado promova seu adequado aproveitamento para efetivo uso social da terra, utilizando, se for o caso, a desapropriação do imóvel;

XIV - Constituir reserva fundiária.

Art. 46. Para fins de aplicação desta Lei Complementar, serão utilizados entre outros instrumentos:

I - Plano Plurianual;

II - Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - Lei de Orçamento anual;

IV - Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo;

V - Lei de Parcelamento do Solo;

VI - Lei de Diretrizes e Hierarquias do Sistema Viário Municipal;

VII - Código de Obras e Edificações;

VIII - Código de Posturas;

IX - Código Ambiental;

X - Planos de desenvolvimento econômico e social;

XI - Planos, programas e projetos setoriais;

XII - Programas e projetos especiais de urbanização;

XIII - Demais planos definidos por Lei.

Art. 47. Consideram-se instrumentos jurídicos e urbanísticos da política municipal:

I - Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios - PEUC;

II - Desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública;

III - Instituição de Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS;

IV - Outorga onerosa do direito de construir - OODC;

V - Outorga onerosa de alteração de uso - OOAU

VI - Transferência do direito de construir - TDC;

VII - Operações urbanas consorciadas - OUC;

VIII - Consórcio imobiliário;

IX - Direito de Preempção;

X - Direito de Superfície;

XI - Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV;

XII - Estudo de Impacto Ambiental - EIA;

XIII - Tombamento;

XIV - Desapropriação;

XV - Demais instrumentos jurídicos definidos por Lei.

§ 1º Os instrumentos mencionados neste artigo regem-se segundo legislação própria, observadas as disposições desta Lei Complementar.

§ 2º Os instrumentos previstos neste artigo, que demandem dispêndio de recursos pelo Poder

Executivo municipal, devem ser objeto de controle social, garantida a participação de

comunidades, movimentos e entidades da sociedade civil, por meio dos conselhos e comissões municipais.

Art. 48. Consideram-se instrumentos jurídico-administrativos da política municipal:

I - Servidão administrativa e limitações administrativas;

II - Concessão, permissão ou autorização de uso de bens públicos municipais;

III - Contratos de concessão dos serviços públicos urbanos;

IV - Definição de objetivos de expansão de atendimento da rede municipal de água e esgoto como elemento essencial do contrato com a concessionária pública municipal desses serviços públicos;

V - Convênios e acordos técnicos, operacionais e de cooperação institucional;

VI - Termo administrativo de ajustamento de conduta;

VII - Doação de imóveis em pagamento da dívida.

Parágrafo único. Outros instrumentos da política municipal, não mencionados nesta Lei, poderão ser utilizados, desde que atendam ao disposto no Plano Diretor e nas demais normas do Município.

Art. 49. Consideram-se instrumentos tributários e financeiros da política municipal:

I - Impostos municipais;

II - Taxas e tarifas públicas específicas;

III - Contribuição de melhoria;

IV - Incentivos e benefícios fiscais e financeiros.

Seção I

Do Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios - Peuc

Art. 50. O Poder Executivo Municipal, nos termos fixados em lei específica, poderá exigir do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado que promova seu

adequado aproveitamento, sob pena de aplicar os mecanismos previstos no Estatuto da

Cidade referentes:

I - Ao parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;

II - Ao imposto predial e territorial urbano progressivo no tempo;

III - À desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública.

Art. 51. O parcelamento, a edificação ou a utilização compulsória poderão ser aplicados nos imóveis não edificados, subutilizados ou não utilizados localizados na Macrozona de Urbanização Prioritária, excetuando-se as áreas:

I - Com função ambiental essencial, tecnicamente comprovada pelo órgão municipal competente;

II - De interesse do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico ou ambiental.

Art. 52. Todos os proprietários dos imóveis objeto da aplicação de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios serão notificados pelo Poder Executivo, nos termos do contido no art.

5º do Estatuto da Cidade, a fim de que deem melhor aproveitamento aos seus imóveis, devendo a notificação ser averbada no Ofício de Registro de Imóveis competente.

§ 1º No prazo máximo de 1 (um) ano a partir do recebimento da notificação, os proprietários deverão protocolar pedido de aprovação e execução de parcelamento ou projeto de edificação.

§ 2º Só poderão ser apresentados pedidos de aprovação de projeto, pelo mesmo proprietário e sem interrupção de quaisquer prazos, até 02 (duas) vezes para o mesmo lote.

§ 3º Os parcelamentos do solo e a construção de edificações deverão ser iniciados no prazo máximo de 02 (dois) anos a contar da aprovação do projeto, ou da emissão do Alvará de Construção.

§ 4º Em empreendimentos de grande porte, em caráter excepcional, a lei municipal específica poderá prever a conclusão em etapas, assegurando-se que o projeto aprovado compreenda o empreendimento como um todo.

§ 5º A transmissão do imóvel por ato Inter vivos ou causa mortis, posterior à data da notificação, transfere as obrigações de parcelamento, edificação ou utilização compulsórios previstos neste artigo, sem interrupção de quaisquer prazos, desde que tenha ocorrido a averbação no registro imobiliário pelo Poder Público Municipal.

Seção II

Do Imposto Predial e Territorial Urbano Progressivo no Tempo

Art. 53. Em caso de descumprimento do estabelecido nos arts. 49, 50, 51 desta Lei o Município aplicará alíquotas progressivas do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, majoradas anualmente, respeitada a alíquota máxima de 15% (quinze por cento), até que o proprietário cumpra com a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar, conforme o caso.

§ 1º A gradação anual das alíquotas do IPTU Progressivo no Tempo se dará da seguinte forma:

I - 3% (três por cento) no primeiro ano;

II - 6% (seis por cento) no segundo ano;

III - 9% (nove por cento) no terceiro ano;

IV - 12% (doze por cento) no quarto ano;

V - 15% (quinze por cento) no quinto ano.

§ 2º É vedada a concessão de isenções ou anistias relativas à tributação progressiva de que trata este artigo.

§ 3º A transmissão do imóvel, por ato inter vivos ou causa mortis, posterior ao início da aplicação do IPTU Progressivo no tempo, transfere as obrigações previstas neste artigo, sem interrupção de quaisquer prazos.

§ 4º A progressividade das alíquotas poderá ser interrompida antes da conclusão do processo de desapropriação mencionado no art. 57 desta Lei Complementar retornando ao lançamento da alíquota livre da progressividade, caso seja cumprida a obrigação mencionada no art. 51, por meio de processo administrativo específico, sem prejuízo da progressividade, até que tenha sido efetivamente comprovada no referido processo, conforme o caso, a obrigação de:

I - Utilizar o imóvel edificado;

II - Construir edificação atendendo ao coeficiente de aproveitamento mínimo da zona em que o lote estiver localizado;

III - Parcelar ou implantar empreendimento na gleba.

Art. 54. Decorridos os 5 (cinco) anos de cobrança do IPTU Progressivo no Tempo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação e utilização do imóvel, o Município poderá proceder a desapropriação do imóvel com pagamentos em títulos da dívida pública, mediante condições definidas na lei específica e baseadas no art. 8º do Estatuto da Cidade.

Art. 55. A aplicação do IPTU Progressivo no tempo, objetiva:

I - Cumprimento da função social da cidade e da propriedade por meio da indução da ocupação de áreas vazias ou subutilizadas, onde o Plano Diretor considerar prioritário;

II - Fazer cumprir o disposto nos arts. 51, 52 e 53 desta Lei, que trata do parcelamento, edificação ou utilização compulsória;

III - Aumentar a oferta de lotes urbanizados nas áreas já consolidadas da malha urbana de Araucária;

IV - Combater o processo de ocupação desordenada;

V - Inibir o processo de retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização.

Art. 56. Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização adequada, é facultado ao Poder Público Municipal, proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento de títulos da dívida pública, os quais deverão ter sua emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até 10 (dez) anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Seção III Do Consórcio Imobiliário

Art. 57. Consórcio Imobiliário é a forma de viabilizar planos de urbanização ou edificação por meio da qual o proprietário transfere ao Poder Público Municipal seu imóvel e, após a realização das obras, recebe, como pagamento, unidades imobiliárias devidamente urbanizadas ou edificadas.

§ 1º A instituição do consórcio imobiliário dependerá do juízo de conveniência e oportunidade do Poder Executivo Municipal e deverá atender uma ou mais das seguintes finalidades:

- I - Promover Habitação de Interesse Social;
- II - Implantar equipamentos urbanos e comunitários;
- III - Melhorar a infraestrutura urbana local.

§ 2º O valor das unidades imobiliárias, a serem entregues ao proprietário, será correspondente ao valor do imóvel antes da execução das obras, observado o disposto nos incisos I e II do parágrafo 2º do artigo 8º da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade.

§ 3º O Poder Público municipal poderá facultar ao proprietário da área atingida pela obrigação de parcelar, edificar ou utilizar compulsoriamente ou objeto de regularização fundiária urbana para fins de regularização fundiária, o estabelecimento de consórcio imobiliário como forma de viabilização financeira do aproveitamento do imóvel.

Seção IV Do Direito de Superfície

Art. 58. O Município poderá receber em concessão, por meio da Administração Direta ou Indireta, nos termos da legislação em vigor, o direito de superfície de bens imóveis para viabilizar a implementação de ações e objetivos previstos nesta Lei, inclusive mediante a utilização do espaço aéreo e subterrâneo.

Art. 59. O Município poderá ceder, mediante contrapartida de interesse público, conforme regulamento, o direito de superfície de seus bens imóveis, inclusive o espaço aéreo e subterrâneo, com o objetivo de implantar as ações e objetivos previstos nesta lei, incluindo instalação de galerias compartilhadas de serviços públicos e para a implantação de utilidades energéticas.

Art. 60. A concessão do direito de superfície tratada no caput poderá ser gratuita ou onerosa.

Seção V

Da Concessão do Direito Real de Uso - Cdrú

Art. 61. Poderá ser outorgada Concessão de Direito Real de Uso - CDRU, nos termos da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, de terrenos públicos para fins de urbanização, industrialização, edificação, cultivo de terra ou utilização de interesse social.

Art. 62. A Concessão do Direito Real de Uso rege-se pela legislação que lhe é própria, observado o disposto nesta Lei e, em especial, as disposições do Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, ou de legislação federal que venha a substituí-la.

Art. 63. Poderá ser concedido o Direito Real de Uso aos ocupantes de imóvel localizado em áreas urbanas, de propriedade do Município ou de suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, definidas como prioritárias para este fim, não urbanizadas ou edificadas anteriormente à ocupação, que aí tenham estabelecido moradia, desde que não sejam proprietários de outro imóvel e que comprovem baixa renda, mediante o preenchimento, pelos mesmos, das seguintes condições:

I - Utilização da área, desde o início de sua posse, para residência própria ou de sua família, por cinco anos até a data de publicação desta Lei Complementar, ininterruptamente e sem oposição;

II - Utilização do espaço ocupado, por indivíduo ou unidade familiar, não superior a 200 m² (duzentos metros quadrados), respeitados os direitos adquiridos até a publicação desta Lei Complementar;

III - Comprovação de renda e de não ser proprietário de qualquer imóvel urbano ou rural.

Seção VI

Do Direito de Preempção

Art. 64. O Poder Público poderá exercer o direito de preempção para aquisição de imóvel urbano objeto

de alienação onerosa entre particulares, nos termos dos artigos 25 a 27 do Estatuto da Cidade.

Parágrafo único. Lei municipal delimitará as áreas nas quais incidirá o direito de preempção, enquadrando-as em uma ou mais das finalidades estabelecidas no artigo 26 do Estatuto da

Cidade, fixando o prazo de vigência não superior a cinco anos, renovável a partir de um ano após o decurso do prazo inicial, conforme estabelece a lei federal.

Art. 65. O Município fará publicar, em órgão oficial e em pelo menos um jornal local ou regional de grande circulação, edital de aviso de notificação recebida nos termos do caput e da intenção de aquisição do imóvel nas condições da proposta apresentada.

Art. 66. Os proprietários dos imóveis afetados pelo direito de preempção deverão ser notificados para que registrem a averbação quanto à preempção na respectiva matrícula do imóvel.

Art. 67. O proprietário deverá notificar sua intenção de alienar o imóvel, para que o Município manifeste por escrito seu interesse em adquiri-lo no prazo máximo de 30 (trinta) dias, conforme previsto no artigo 27, da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade.

§ 1º A notificação mencionada no caput será anexada à proposta de compra assinada por terceiro interessado na aquisição do imóvel, da qual constarão preço, condições de pagamento e prazo de validade.

§ 2º Transcorrido o prazo mencionado no caput, sem manifestação, fica o proprietário autorizado a realizar a alienação para terceiros, nas condições da proposta apresentada.

§ 3º Concretizada a venda a terceiro, o proprietário fica obrigado a apresentar ao Município, no prazo de 30 (trinta) dias, cópia do instrumento público de alienação do imóvel.

§ 4º A alienação processada em condições diversas da proposta apresentada é nula de pleno direito.

§ 5º Ocorrida a hipótese prevista no parágrafo anterior, o Município poderá adquirir o imóvel pelo valor de base de cálculo do IPTU ou pelo valor indicado na proposta apresentada, se este for inferior àquele.

§ 6º O processo administrativo relativo à notificação de que trata esta Lei Complementar deverá ser instruído pelo órgão gestor municipal de planejamento.

Seção VII

Da Outorga Onerosa do Direito de Construir - Oodc e da Outorga Onerosa de Alteração de Uso - Ooau

Art. 68. O Município de Araucária poderá outorgar, onerosamente, o direito de construir acima do coeficiente de aproveitamento básico até o limite do coeficiente de aproveitamento máximo do terreno, determinados neste Plano Diretor ou na Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário, nos termos dos artigos 28 e 31 do Estatuto da Cidade e de acordo com a lei específica.

Parágrafo único. A Outorga Onerosa do Direito de Construir - OODC, a que se refere este artigo será regulamentada por lei municipal específica que estabelecerá as áreas que poderão receber e as condições a serem observadas para a outorga onerosa do direito de construir.

Art. 69. A Outorga Onerosa de Direito de Construir - OODC poderá ser aplicada em áreas que vierem a ser indicadas em Lei específica observando a Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo, tendo como referência a capacidade da infraestrutura, a acessibilidade a equipamentos e serviços, a proteção ambiental e os vetores de crescimento da cidade, conforme disposto neste Plano Diretor.

Art. 70. A Outorga Onerosa de Alteração de Uso - OOAU configura contrapartida pela alteração dos usos e dos diversos tipos de atividade que venha a acarretar a valorização de unidades imobiliárias, passando a incidir nas situações indicadas em Lei específica, conforme os parâmetros a serem estabelecidos pela Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo.

Parágrafo único. Até a edição da Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo ou revisão por lei específica, a OOAU incide nas unidades imobiliárias onde houver:

I - Alteração do uso rural para o uso urbano, em todas as Macrozonas do Município;

II - Alteração de uso de solo de glebas.

Art. 71. Legislação específica estabelecerá as condições a serem observadas para a OODC e a OOAU, determinando:

I - A fórmula de cálculo para a cobrança;

II - Os casos passíveis de isenção do pagamento da outorga;

III - A contrapartida do beneficiário;

IV - Estudos técnicos, nos casos necessários; e

V - Procedimentos administrativos necessários.

Art. 72. O Município de Araucária fará uso da contribuição de melhoria de acordo com as regras definidas no Código Tributário Nacional, Código Tributário Municipal e mediante regulamentação por lei específica.

Seção IX Dos Incentivos Fiscais

Art. 73. O Município de Araucária, objetivando estimular investimentos com vistas à proteção do ambiente natural, das edificações de interesse histórico-cultural e dos programas de valorização do ambiente urbano, poderá conceder incentivos fiscais na forma de isenção ou redução de tributos municipais.

§ 1º Os benefícios tributários, para atendimento aos objetivos do Plano Diretor, poderão ser:

I - Isenções;

II - Reduções de base de cálculo; e

III - Reduções de alíquota.

§ 2º Os benefícios e incentivos previstos nesta seção serão regulamentados em legislação própria.

Seção X Da Transferência do Direito de Construir - Tdc

Art. 74. A transferência do direito de construir consiste na faculdade do Município de Araucária, mediante lei específica, autorizar o proprietário de imóvel urbano a:

I - Exercer totalmente ou em parte o seu direito de construir, limitado pelo coeficiente de aproveitamento máximo do lote, em outro local passível de receber potencial construtivo adicional;

II - Alienar, total ou parcialmente, o seu direito de construir, mediante escritura pública, que poderá ser aplicado em locais onde o coeficiente de aproveitamento máximo do lote o permita.

Parágrafo único. A lei específica referida no caput estabelecerá as condições relativas à aplicação da transferência do direito de construir.

Art. 75. A transferência do direito de construir, conforme o art. 35 do Estatuto da Cidade, somente será

autorizada para os seguintes fins:

I - Implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

II - Preservação de lotes situados nos espaços que integram a áreas de proteção e interesse ambiental ou quando o imóvel for considerado de interesse histórico, paisagístico, social ou cultural;

III - Atendimento a programas de regularização fundiária voltados à população de baixa renda e à construção de habitação de interesse social.

§ 1º A mesma faculdade poderá ser concedida ao proprietário que doar ao Poder Público seu imóvel, ou parte deste, para os fins previstos nos incisos deste artigo.

§ 2º A transferência de potencial construtivo relativa aos imóveis de interesse sócio-cultural - ambiental poderá ser concedida para construção no próprio imóvel, a título de incentivo construtivo, desde que haja área remanescente para tanto e que respeite o cone no entorno destes bens.

Art. 76. A utilização do potencial construtivo passível de transferência, nos termos dispostos no Estatuto da Cidade, deverá obedecer ao coeficiente de equivalência entre os imóveis cedente e receptor, considerado o coeficiente máximo do lote receptor, devendo os documentos referentes à transferência e à alienação do direito de construir serem averbados no registro imobiliário, junto à matrícula do imóvel cedente e do receptor.

Seção XI Da Operação Urbana Consorciada - Ouc

Art. 77. Considera-se operação urbana consorciada, o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público Municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.

§ 1º As áreas do território do Município de Araucária onde poderá ser aplicada a operação urbana consorciada serão definidas por legislações específicas que estabelecerão o respectivo plano, que terá, como conteúdo mínimo, o definido no art. 33 do Estatuto da Cidade.

§ 2º Poderão ser previstas nas operações urbanas consorciadas, entre outras medidas:

I - A modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edilícias, considerado o impacto ambiental delas decorrente;

II - A regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente;

III - A concessão de incentivos a operações urbanas que utilizam tecnologias visando a redução de impactos ambientais, e que comprovem a utilização, nas construções e uso de edificações urbanas, de tecnologias que reduzam os impactos ambientais e economizem recursos naturais, especificadas as modalidades de design e de obras a serem contempladas.

Seção XII

Do Estudo de Impacto de Vizinhança - Eiv

Art. 78. O Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV destina-se à avaliação dos efeitos negativos e positivos decorrentes da implantação de empreendimento ou atividade econômica em um determinado local e a identificação de medidas para a redução, mitigação e/ou compensação de efeitos negativos.

§ 1º Lei municipal definirá os empreendimentos e atividades privados ou públicos em área urbana que dependerão de elaboração de EIV para obter as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento a cargo do Poder Público municipal.

§ 2º A realização do Estudo de Impacto de Vizinhança não substituirá o Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA nos casos exigidos pela legislação ambiental.

Art. 79. O Estudo de Impacto de Vizinhança deverá conter, no mínimo:

I - Definição dos limites da área impactada, em função do porte do empreendimento ou atividade, e das características quanto ao uso e sua localização;

II - Avaliação técnica quanto as interferências que o empreendimento ou atividade possa causar na vizinhança, na infraestrutura de saneamento básico, no sistema viário, no meio ambiente, na paisagem e no bem-estar da população;

III - Descrição das medidas mitigadoras dos impactos negativos decorrentes da implantação do empreendimento ou atividade e seus procedimentos de controle.

TÍTULO III

DAS POLÍTICAS E PLANOS SETORIAIS

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 80. A efetivação do Plano Diretor será feita com base na implementação das políticas setoriais, na forma de objetivos, diretrizes, estratégias e ações, que contemplam os eixos territorial, institucional, ambiental, social, econômico, de infraestrutura e serviços.

ambiental, social, econômico, de infraestrutura e serviços.

§ 1º As estratégias e ações estabelecidas nesta Lei deverão ser implementadas de forma integrada e sistemática pelo Poder Público Municipal, estabelecendo o trabalho em rede.

§ 2º A implementação do Plano Diretor ocorrerá pelo Plano de Ação e Investimentos (PAI), documento técnico, o qual definirá as ações estratégicas de curto, médio e longo prazos, tendo em vista a capacidade orçamentária do Município e será objeto de lei específica.

CAPÍTULO II

DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Art. 81. Os objetivos da política de uso e ocupação do solo no Município são:

I - Promover o ordenamento territorial de forma estruturada, de modo a estimular o crescimento em áreas já urbanizadas, dotadas de serviços, infraestrutura e equipamentos, otimizando o aproveitamento da capacidade instalada e reduzindo os seus custos;

II - Estimular o uso misto, promovendo a diversificação e mesclagem de usos compatíveis, de modo a reduzir os deslocamentos da população e equilibrar as centralidades dotadas de infraestrutura;

III - Estimular a urbanização e qualificação de áreas com infraestrutura básica incompleta e com carência de equipamentos comunitários;

IV - Incentivar a regularização fundiária, mediante fiscalização integrada e outros instrumentos definidos no Plano Diretor.

Art. 82. Para a implementação da política de uso e ocupação do solo deverão ser obedecidas as seguintes estratégias:

I - Elaborar critérios para a aprovação de projetos de construções de atividades geradoras de impactos;

II - Proteger e tratar urbanisticamente os corredores de proteção estabelecidos ao longo de gasodutos, oleodutos, aquedutos, ferrovias, linhas de alta tensão, cabos de transmissão subterrâneos ou demais zonas de segurança;

III - Incentivar o parcelamento de vazios urbanos por meio da aplicação de instrumentos urbanísticos cabíveis;

IV - Desenvolver e consolidar os centros regionais com a descentralização de serviços, equipamentos comunitários e infraestrutura, promovendo a estruturação do ordenamento territorial e a valorização de áreas mais afastadas do centro;

V - Implementar programas para regularização de ocupações irregulares que não apresentem risco à preservação do meio ambiente, conforme legislação ambiental, à segurança da população, nem se apresentem contrárias ao planejamento de crescimento da cidade e à infraestrutura de serviços públicos;

VI - Criar plano de fiscalização e controle de irregularidades integrado, coibindo invasões de áreas públicas e irregularidades em construções, parcelamentos e atividades em desacordo com a legislação;

VII - Garantir a continuidade da averbação de áreas transferidas ao Município para evitar a sua descaracterização e prejudicar o planejamento territorial;

VIII - Criar campanhas de divulgação da legislação urbanística, utilizando meios de comunicação que atinjam o maior número de pessoas;

IX - Incentivar o empreendedorismo imobiliário no Município;

X - Estabelecer parcerias para implantação de infraestrutura nas áreas industriais e Zona de Desenvolvimento Tecnológico - ZDT, nos Eixos de Serviços Gerais (ESG) e Eixos de Desenvolvimento Industrial (EDI), como incentivo à atração de novos empreendimentos;

CAPÍTULO III DA MOBILIDADE

Art. 83. A Política Municipal de Mobilidade tem como principal objetivo promover a mobilidade sustentável, segundo uma gestão participativa associada ao ordenamento do uso e ocupação do solo, priorizando a integração do transporte público coletivo, do transporte não motorizado e do transporte metropolitano.

Art. 84. Para a implementação da Política Municipal de Mobilidade deverão ser obedecidos os seguintes princípios:

I - Acessibilidade universal;

II - Desenvolvimento sustentável, nas dimensões socioeconômicas e ambientais;

III - Equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo;

IV - Eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano;

V - Gestão democrática e controle social do planejamento e avaliação da Política Municipal de

Mobilidade;

VI - Segurança nos deslocamentos das pessoas;

VII - Justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do uso dos diferentes modos e serviços;

VIII - Equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros;

IX - Eficiência, eficácia e efetividade na circulação urbana.

CAPÍTULO IV DA HABITAÇÃO

Art. 85. A Política Municipal de Habitação tem como princípio a moradia digna como direito e vetor de inclusão social, garantindo um padrão e habitabilidade com inserção urbana que

permita o atendimento pelos sistemas de infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade e equipamentos públicos que assegurem o exercício pleno da cidadania.

Art. 86. Os objetivos da política de habitação no Município são:

I - Avaliar, periodicamente, o déficit habitacional quantitativo e qualitativo do Município de

Araucária e adotar soluções para sua redução, na cidade e no campo;

II - Estimular a provisão habitacional de interesse social para a população de baixa renda de modo a aproximar a moradia do emprego e a incrementar a geração de emprego e renda, assegurando o direito à moradia digna;

III - Aumentar a disponibilidade de áreas regulares de habitação para famílias de menor renda, ampliando a oferta de moradia voltada à inclusão social das famílias;

IV - Incentivar a adoção de tecnologias socioambientais, em especial as relacionadas ao uso de energia solar, e ao manejo da água e dos resíduos sólidos e à agricultura urbana, na produção de Habitação de Interesse Social e na urbanização de assentamentos precários;

V - Produzir unidades habitacionais de interesse social em áreas vazias ou subutilizadas, para a população de baixa renda, nos termos desta Lei, priorizando as regiões centrais da cidade e as centralidades dotadas de infraestrutura;

VI - Definição de mecanismos de articulação entre o Plano Local de Habitação de Interesse Social de Araucária - PLHIS, e o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, os Planos Plurianuais, a Leis de Diretrizes Orçamentárias e as Leis Orçamentárias Anuais.

Art. 87. Para a implementação da política de habitação deverão ser obedecidas as seguintes estratégias:

I - Atualizar o cadastro habitacional do Município, criando sistema para seu acompanhamento;

II - Definir reserva de terras para a promoção da Política Municipal de Habitação;

III - Incentivar o mercado local da construção civil e à geração de emprego e renda;

IV - Fortalecer as parcerias com outras esferas de governo e entidades sociais;

V - Adotar formas diversificadas para redução do déficit de moradias;

VI - Promover melhorias urbanas e habitacionais, com a promoção da infraestrutura básica e a regularização fundiária;

VII - Apoiar a produção social de moradia por meio de fomento às associações, cooperativas, e demais entidades.

Seção I

Das Zonas Especiais de Interesse Social - Zeis ([vide Regulamentação Dada Pela Lei nº 3920/2022](#))

Art. 88. As Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS são as parcelas urbanas destinadas à moradia de interesse social e a regularização fundiária, sujeitas a regras próprias de parcelamento, uso e ocupação do solo, regulamentadas por Lei Específica.

Art. 89. Os objetivos das Zonas Especiais de Interesse Social são:

I - Permitir a inclusão urbana de parcelas da população que se encontram à margem do mercado legal de terras;

II - Possibilitar a extensão dos serviços e da infraestrutura urbana nas regiões não atendidas;

III - Garantir a qualidade de vida e a equidade social entre as ocupações urbanas.

Art. 90. A Lei Específica estabelecerá os critérios para delimitação das Zonas Especiais de

Interesse Social e do conteúdo mínimo dos planos urbanísticos.

§ 1º Deverá ser elaborado um Plano Urbanístico próprio para cada área urbana caracterizada como ZEIS.

§ 2º O processo de elaboração deste plano deverá ser participativo, de acordo com o estabelecido no Título IV desta Lei.

Seção II Da Regularização Fundiária

Art. 91. A regularização fundiária no Município será realizada com fundamento na garantia do direito à moradia e na racionalidade da ocupação do território, respeitando as legislações pertinentes.

Art. 92. Os objetivos da regularização fundiária no Município são:

I - Promover a inclusão social, com a aplicabilidade da garantia do direito social à moradia;

II - Garantir o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana;

III - Garantir a preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado e a recuperação de áreas degradadas.

CAPÍTULO V DA SAÚDE

Art. 93. O Município de Araucária tem como perspectiva a construção coletiva da saúde enquanto qualidade de vida, buscando parcerias com o setor privado e com o conjunto da população, visando uma participação efetiva da comunidade.

§ 1º O Município, através da Política Municipal de Saúde, dentro de sua competência, proverá condições indispensáveis ao exercício do direito de saúde garantido a todo cidadão.

§ 2º O dever do Município de prover as condições e as garantias para o exercício do direito à saúde não exclui o dever da União, Estado, das pessoas, das famílias, das empresas e da sociedade.

Art. 94. Os objetivos da política de saúde no Município são:

I - Planejar, implantar e avaliar as ações de saúde em todo o território do Município, para a promoção, prevenção, proteção, recuperação, e reabilitação da saúde do indivíduo e de grupos populacionais;

II - Fomentar e assegurar a participação da comunidade na formulação, fiscalização e acompanhamento das ações e serviços executados no Sistema Único de Saúde;

III - Promover a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) garantindo o acesso da população às ações e serviços públicos de saúde, executados e desenvolvidos pela administração direta, indireta, fundações estaduais e municipais, os consórcios intermunicipais de saúde, bem como os serviços contratados ou conveniados com o setor privado, que integram a rede regionalizada e hierarquizada e que constituem o Sistema Único de Saúde - SUS;

IV - Implementar políticas que visem a redução do risco de doenças e de outros agravos à saúde, bem como ao acesso geral, integral, gratuito e igualitário às ações e serviços de saúde ofertados.

Art. 95. A garantia do direito à saúde deve observar os princípios e diretrizes da Constituição Federal, Constituição Estadual, da Lei Orgânica da Saúde, deste Plano Diretor, bem como as seguintes estratégias:

I - Organizar o funcionamento e o desenvolvimento dos serviços e ações de saúde, na esfera

Municipal, obedecendo às Diretrizes e Bases do Sistema Único de Saúde;

II - Planejar, organizar, gerir, orientar, controlar e avaliar as ações e serviços de promoção e atenção integral à saúde, no âmbito municipal;

III - Proceder a revisão e readequação de áreas de abrangência conforme análise situacional dos territórios, no âmbito municipal;

IV - Priorizar paulatinamente as ações preventivas e promover a resolubilidade das ações e dos serviços assistenciais, com longitudinalidade e coordenação do cuidado;

V - Elaborar, acompanhar e avaliar, com ampla divulgação à sociedade, indicadores de avaliação de resultados das ações e dos serviços de saúde, no âmbito municipal, por meio do órgão gestor municipal da saúde;

VI - Monitorar os indicadores elencados no Plano Municipal de Saúde gerando informações oportunas e conhecimentos válidos sobre a situação de saúde da população de Araucária para influenciar os processos de condução, gerência e tomada de decisão por parte de profissionais e gestores da saúde;

VII - Fortalecer e qualificar a atenção à saúde em todos os níveis, implantando e gerindo sistemas integrados de atenção à saúde, nas Redes de Atenção à Saúde - RAS, com centro de comunicação na Atenção Primária;

VIII - Integrar os pontos assistenciais por meio de Linhas de Cuidado - LC e atribuição explícita de responsabilidades clínicas/terapêuticas entre os componentes da RAS - Rede de Atenção à Saúde;

IX - Instituir e estabelecer normas, critérios e procedimentos de qualidade e segurança do paciente para o controle e a avaliação das ações e dos serviços de saúde, por meio do NQS - Núcleo de Qualidade

em Saúde do órgão gestor municipal da saúde;

X - Implantar a Responsabilidade Técnica - RT por categoria profissional aos servidores da

Órgão gestor municipal da saúde e estabelecer suas atribuições, de forma transversal, entre

todos os níveis de atenção para a qualificação, uniformidade e isonomia das ações profissionais nos serviços de saúde;

XI - Celebrar contratos e convênios com serviços de referência municipal ou regional, que envolvam novas tecnologias para fiscalização, controle e avaliação das ações e serviços de saúde;

XII - Regular e controlar a descentralização e execução das ações e serviços de saúde, no âmbito Municipal, por meio do NAC - Núcleo de Auditoria e Controladoria do órgão gestor municipal da saúde.

CAPÍTULO VI DA EDUCAÇÃO

Art. 96. A Política Municipal de Educação será fundamentada na gestão democrática, tendo como princípios e pressupostos da sua ação a democracia, a equidade, a autonomia, o trabalho coletivo e o interesse público.

Art. 97. Os objetivos da política da educação no Município são:

I - Fortalecer a política de gestão educacional coletiva, construída democraticamente;

II - Atualizar e efetivar as diretrizes municipais de Educação/Base Nacional Comum Curricular - BNCC;

III - Intensificar e aperfeiçoar o processo de formação continuada;

IV - Elevar o índice de aprovação e permanência escolar, ampliando a qualidade da educação, também refletida no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB;

V - Organizar e efetivar a Central de Cadastramento;

VI - Fortalecer o Conselho Municipal de Educação;

VII - Aprimorar a política de inclusão;

VIII - Fortalecer o Programa de Jovens e Adultos (EJA) para elevar o índice de alfabetização;

IX - Implementar e atualizar o Plano Municipal de Educação;

X - Superar a fragmentação, por meio de ações integradas que envolvam as diferentes modalidades de ensino, os profissionais e os segmentos a serem atendidos;

XI - Assegurar a autonomia das instituições educacionais quanto aos projetos pedagógicos e aos recursos financeiros necessários à sua manutenção, conforme artigo 12 da Lei Federal nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação ou outra que venha

a substituí-la;

XII - Elaborar cadastro e definir sistema de atualização de informações, com objetivo de subsidiar diagnóstico da realidade da educação no Município;

XIII - Ampliar a capacidade instalada considerando a taxa de crescimento demográfico projetada para o Município, as áreas de expansão e concentração demográfica e o plano habitacional do Município;

XIV - Considerar demais serviços públicos, buscando homogeneidade na definição das áreas de abrangência, com vistas a facilitar o trabalho integrado e intersetorial;

XV - Garantir como plano de ação estratégico em parceria com as secretarias de saúde, assistência social, esporte e lazer, cultura e turismo, planejamento, conselho tutelar e outros segmentos a rede de proteção à criança e adolescente em situação de risco e violência;

XVI - Viabilizar estudo técnico com vistas a garantir maior investimento em educação, estabelecendo metas para a qualidade do ensino municipal;

XVII - Aperfeiçoar o Sistema de Transporte Escolar Rural considerando os convênios com os Governos Estadual e Federal;

XVIII - Estabelecer, em conjunto com o Conselho Municipal de Educação, em atendimento à gestão democrática, mecanismos para avaliar a qualidade do ensino e a gestão escolar nas instituições que fazem parte do Sistema Municipal de Educação;

XIX - Sistematizar os roteiros do transporte escolar por tecnologias mais avançadas;

XX - Sistematizar, otimizar e expandir o Passe Livre Estudantil, considerando a logística e as demandas exigidas para atendimento aos usuários de transporte escolar;

XXI - Diagnosticar, otimizar e executar ações de viabilidade do transporte de alunos para a

Educação Especial;

XXII - Garantir a acessibilidade para todas as unidades educacionais da rede pública municipal conforme NBR 9050 ou outra que venha a substituí-la e demais legislações pertinentes.

Art. 98. A política de atendimento à educação infantil deve observar as seguintes estratégias:

I - Elaborar Estudo Técnico da legislação para atendimento da Educação Infantil;

II - Atender progressivamente a faixa etária 0 a 5 anos, conforme preconiza o Plano Nacional de Educação;

III - Garantir a Universalização da Educação Infantil para crianças de 4 a 5 anos.

Art. 99. A política de atendimento ao ensino fundamental deve observar as seguintes estratégias:

I - Cumprir as metas referentes ao Ensino Fundamental constantes no Plano Nacional de Educação;

II - Democratizar o processo de avaliação de rendimento escolar, visando reduzir a distorção idade/série corrigindo o fluxo escolar;

III - Implantar progressivamente contra turno escolar em regime de colaboração com governo Estadual e Federal e integrando as diversas secretarias municipais como estratégia para diminuir as desigualdades sociais e melhorando a qualidade do ensino;

IV - Estabelecer raio de abrangência de até 2 km (dois quilômetros), considerando a noção de pertinência por parte da população em relação a uma determinada comunidade, para oferta de vagas e transporte escolar;

V - Dar continuidade às ações voltadas para a valorização da escola no bairro, considerando a qualidade em todas as unidades;

VI - Estabelecer regime de colaboração com o Governo do Estado para que este assuma, gradativamente, a responsabilidade pelo atendimento à demanda dos anos finais do Ensino Fundamental;

VII - Promover práticas pedagógicas de educação ambiental nas escolas públicas municipais e privadas;

VIII - Promover práticas pedagógicas de educação no trânsito nas escolas públicas municipais e

privadas;

IX - Adequar escolas municipais, centros municipais de educação infantil, centros de atendimentos educacionais especializados e transporte coletivo à legislação vigente, visando garantir a acessibilidade;

X - Estabelecer metas para implantação e atualização permanente de infraestrutura, de internet, de biblioteca, laboratório de ciências, sala de multimídia e refeitório nas unidades educacionais do Município;

XI - Proporcionar condições para o funcionamento das bibliotecas das unidades educacionais, com acesso à internet gratuito e de qualidade e ofertar outras atividades extracurriculares para os alunos e para a comunidade;

XII - Manter acesso ao transporte gratuito e de qualidade aos alunos da rede pública, conforme legislação vigente.

Art. 100. A política de educação especial deve observar as seguintes estratégias:

I - Capacitar os profissionais da educação na perspectiva do processo inclusivo, a fim de atender pessoas com deficiência nas Unidades Educacionais;

II - Adequar progressivamente as unidades educacionais, dotando-as com recursos físicos, materiais, pedagógicos e humanos;

III - Reestruturar para garantir progressivamente salas de recursos multifuncionais em todas as unidades educacionais da rede municipal de educação;

IV - Implementar Políticas Públicas para atender às Leis nº 12.764/12 (Lei do Autismo) e nº 13.176/15 (Lei Nacional da Inclusão), ou outras que venham a substituí-las.

Art. 101. A política de educação de jovens e adultos deve observar as seguintes estratégias:

I - Fortalecer a modalidade de educação de jovens e adultos para reduzir o índice de analfabetismo;

II - Aprimorar a formação continuada a todos os profissionais da Educação de Jovens e

Adultos;

III - Garantir a matrícula e a permanência do aluno na modalidade.

Art. 102. Os objetivos da política de cultura no Município são:

I - Assegurar a universalização do acesso e a democratização aos bens e serviços culturais, fomentando as diversas linguagens artístico-culturais;

II - Preservar e valorizar a memória e o patrimônio material e imaterial;

III - Difundir e apoiar a realização de eventos e editais relacionados às manifestações culturais;

IV - Assegurar o pleno funcionamento de equipamentos e serviços culturais do Município.

Art. 103. O incentivo à criação, fruição, difusão, circulação e consumo de produtos culturais, é compreendido por meio da realização, dentre outras, das seguintes estratégias:

I - Garantir a preservação, conservação, recuperação e valorização do patrimônio cultural;

II - Ampliar e consolidar as possibilidades de convivência cotidiana do cidadão com atividades artísticas e culturais, considerando novas formas de expressão;

III - Promover e ampliar a utilização dos equipamentos municipais e espaços públicos para desconcentrar e universalizar a atividade cultural;

IV - Incentivar e fomentar a participação pública e privada no financiamento de projetos culturais;

V - Promover, incentivar e ampliar as possibilidades de produção e acesso aos bens e atividades culturais;

VI - Incentivar e apoiar as manifestações culturais do Município, ligadas à cultura popular, grupos étnicos e outros que contribuam para elevação da qualidade de vida da população, levando em conta a diversidade cultural existente;

VII - Assegurar o pleno funcionamento de equipamentos e serviços culturais do Município;

VIII - Garantir o acesso da pessoa com deficiência aos equipamentos culturais;

IX - Estabelecer normas, padrões, restrições e incentivos ao uso e ocupação dos imóveis públicos e privados, considerando os aspectos do meio ambiente natural, cultural e edificado, compatíveis com os limites da sustentabilidade ambiental;

X - Atualizar e dar continuidade na identificação dos bens de valor cultural, de natureza material e

imaterial, de interesse de conservação do Município;

XI - Preservar, atualizar, ampliar e divulgar a documentação e os acervos que constituem o patrimônio cultural do Município;

XII - Revitalizar o Arquivo Público Municipal;

XIII - Aplicar a Lei Municipal de Incentivo à Cultura;

XIV - Regulamentar e aplicar a Lei Municipal do Patrimônio Cultural;

XV - Ampliar os equipamentos e revitalizar os espaços culturais;

XVI - Desenvolver e implementar programas de incentivos fiscais para bens tombados;

XVII - Regulamentar e implementar a aplicação de incentivos construtivos e do instrumento transferência de potencial construtivo voltados para bens do patrimônio histórico cultural;

XVIII - Criar programas de capacitação de servidores, voltado para o setor cultural;

XIX - Criar sistemas de identificação visual para bens de valor histórico;

XX - Fortalecer a atuação do Conselho de Análise Cultural;

XXI - Promover eventos de cunho cultural;

XXII - Ampliar a prática de atividades culturais;

XXIII - Promover a participação da população na identificação, valorização, preservação e conservação dos elementos significativos do Patrimônio Cultural de natureza material e imaterial;

XXIV - Implantar o Fundo Municipal de Cultura.

Art. 104. O incentivo à educação e promoção do conhecimento em Cultura abrange:

I - Capacitar agentes culturais;

II - Promover convênios com entidades de natureza cultural e sem fins lucrativos para expansão da oferta de cursos de artes gratuitos;

III - Promover projetos de Formação Artística envolvendo a realização de cursos e apoiando atividades relacionadas às práticas necessárias ao aperfeiçoamento artístico.

Art. 105. Serão implantados espaços e equipamentos para apresentações culturais, bem como manutenção, qualificação e ampliação dos espaços culturais e de entretenimento já existentes.

CAPÍTULO VIII DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL

Art. 106. O objetivo da política do patrimônio histórico-cultural no Município é promover ações de incentivo à proteção e conservação dos bens materiais e imateriais, de notório valor.

Art. 107. São estratégias da política de patrimônio histórico-cultural preservar e proteger os bens tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, nos termos do artigo 216 da Constituição Federal.

CAPÍTULO IX DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 108. Os objetivos da política de assistência social no Município são:

I - Promover o fortalecimento da família, base da sociedade, como medida capaz de propiciar o equilíbrio psicossocial dos indivíduos, promovendo a saúde, o resgate de valores éticos e a redução das desigualdades sociais;

II - Garantir padrões básicos de vida, o que supõe o suprimento de necessidades sociais, que produzem a segurança da existência, da sobrevivência cotidiana e da dignidade humana;

III - Prover recursos e atenção, garantindo a proteção social e a inclusão da população aos direitos da cidadania;

IV - Garantir atuação preventiva em relação à segurança, violência e exclusão social mediante programas sociais;

V - Implantar serviços de caráter intergeracional favorecendo o desenvolvimento socioeducativo e a convivência societária;

VI - Promover atuação integrada entre os vários setores e organizações que atuam na área social de forma a otimizar recursos, racionalizar ações e qualificar o atendimento à população, especialmente a parcela da população em situação de risco social;

VII - Manter o Conselho Municipal de Assistência Social para cadastro das organizações privadas de Assistência Social e de usuários dos serviços, benefícios, programas e projetos de Assistência Social;

VIII - Realizar o atendimento social à população vitimada por situações de emergência ou de calamidade pública, em ação conjunta com a defesa civil.

Seção I Da Democratização da Assistência Social

Art. 109. Para democratização da assistência social devem ser observadas as seguintes estratégias:

I - Fortalecer as instâncias de participação e de controle da sociedade civil sobre as políticas desenvolvidas no campo da assistência social, através dos Conselhos Municipais;

II - Implantar gestão transparente e participativa do Fundo Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, criando e aperfeiçoando mecanismos de captação de recursos públicos ou privados;

III - Elaborar o Plano Municipal de Assistência Social, com a participação de outras esferas de governo e representantes da sociedade civil;

IV - Apoiar a realização da Conferência Municipal de Assistência Social;

V - Qualificar e aprimorar o Centro de Referência da Assistência Social;

VI - Assegurar que as ações no âmbito da Assistência Social tenham centralidade na família;

VII - Desenvolver ações voltadas para o apoio às iniciativas de Cooperativismo/Associativismo visando atender famílias de baixa renda.

Seção II Da Criança e do Adolescente

Art. 110. A política de atendimento à criança e ao adolescente deve observar as seguintes estratégias:

I - Implementar ações e campanhas de proteção e de valorização dos direitos da criança e do adolescente, com prioridade para temas relacionados à violência, abuso e assédio sexual, prostituição infanto-juvenil, erradicação do trabalho infantil, combate à violência doméstica e uso indevido de drogas;

II - Fortalecer a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco, integrando as áreas e os serviços de saúde, educação, conselho tutelar, cultura, esporte e lazer, assistência social, planejamento, organizações e entidades da sociedade civil e comunitárias que atuam na área infanto-juvenil, implantando, equipando e mantendo um Centro de Referência Especializado da Assistência Social;

III - Ampliar programa de aprendizagem profissional para jovens a partir de 14 (quatorze) anos, especialmente de baixa renda.

Seção III do Idoso

Art. 111. A política de atendimento ao idoso deve observar as seguintes estratégias:

I - Integrar programas de âmbito intersetorial para que seja incorporado o segmento da população idosa nas políticas públicas de habitação, transporte, acessibilidade e outras de alcance social;

II - Fortalecer o Conselho Municipal do Idoso.

Seção IV Da Pessoa Com Deficiência

Art. 112. A política de atendimento à pessoa com deficiência deve observar as seguintes estratégias:

I - Garantir o acesso da pessoa com deficiência a todos os serviços oferecidos pelo Poder

Público Municipal;

II - Oferecer atendimento especializado à pessoa com deficiência no âmbito da Assistência

Social;

III - Garantir o cumprimento das normas de acessibilidade.

CAPÍTULO X DA SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 113. Os objetivos da política de segurança pública no Município são:

I - Assegurar a integridade física e patrimonial dos cidadãos de forma integrada com a União, o

Estado e a sociedade civil;

II - Diminuir, de forma integrada com os demais órgãos de Segurança, os índices de criminalidade do Município de Araucária;

III - Estimular o envolvimento da população nas questões relativas à segurança urbana e rural;

IV - Monitorar e proteger a população, em caráter permanente, das ameaças às condições normais de funcionamento das atividades e da vida na cidade, garantindo o direito natural à vida e à incolumidade;

V - Estabelecer política de planejamento e gestão de riscos com a participação direta da população organizada, oriunda das áreas de risco do Município.

Art. 114. Para a implementação da política de segurança pública deve observar as seguintes estratégias:

I - Promover a aproximação entre os agentes de segurança municipais e a população, mediante a descentralização dos serviços de segurança;

II - Estimular à criação e a participação nos conselhos comunitários de segurança, distribuídos por bairro, encarregados de auxiliar na elaboração de planos de redução da violência, integrados às instâncias de participação em nível local, municipal e regional;

III - Executar planos para redução da violência por meio de ações múltiplas integradas com outros setores do Executivo;

IV - Desenvolver projetos intersecretariais voltados à parcela de adolescentes e jovens em condições de vulnerabilidade social;

V - Promover aperfeiçoamento e capacitação dos recursos humanos vinculados à segurança, através de treinamento e avaliação do efetivo da Guarda Municipal;

VI - Promover a integração e coordenação das ações específicas de segurança com as questões de trânsito, elaborar projetos educacionais visando a população em geral e dentro das escolas do município bem como a reeducação de trânsito e Defesa Civil no Município;

VII - Substituir a lógica da reação e da repressão pela lógica da antecipação e da prevenção através de patrulhamento Ostensivo.

patrimônio extensivo,

VIII - Implantar um Sistema Municipal de Segurança Pública Georreferenciado, coordenado pelo órgão gestor municipal de segurança pública atingindo o maior público-alvo possível;

IX - Implementar a presença da Guarda Municipal no entorno das escolas e outros equipamentos e instalações municipais, de acordo com os pressupostos do policiamento comunitário e sua atribuição constitucional;

X - Colaborar para a segurança dos usuários dos espaços públicos municipais;

XI - Coordenar, planejar e executar de forma integrada as ações da Defesa Civil no âmbito municipal através Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC), conforme a Lei Municipal nº 3.173/2017 ou outra que venha a substituí-la, com o apoio do Corpo de Bombeiros buscando viabilizar as condições necessárias para a sua atuação;

XII - Promover convênios com outros municípios, governos estadual e federal, assim como o Ministério Público para a troca de informações e ações conjuntas na área de prevenção e repressão criminal;

XIII - Desenvolver programas de informação e capacitação da comunidade sobre prevenção da violência;

XIV - Garantir atuação preventiva em relação à segurança e violência, mediante implementação de projetos e programas sociais inclusivos;

XV - Estabelecer parcerias com a iniciativa privada (PPP) para definir planos de atuação e desenvolvimento, bem como de doações para reestruturação física e material para o melhor desempenho das ações do órgão gestor municipal de segurança pública;

XVI - Criar e implantar o Setor de Ensino, Treinamento, aperfeiçoamento e Formação da Guarda Municipal de Araucária;

XVII - Contribuir no estudo de impacto na segurança local, por ocasião da construção de empreendimentos de grande, médio e pequeno porte, assessorando as demais secretarias no desenvolvimento de novos projetos visando a segurança dos mesmos;

XVIII - Implantar a política de saúde mental e física para os servidores do órgão gestor municipal de segurança pública, de forma preventiva e corretiva;

XIX - Modernizar e ampliar o Centro de Controle Operacional (CCO), bem como ampliar e modernizar as câmeras de monitoramento municipal;

XX - Implantar Regionais de Segurança na cidade.

CAPÍTULO XI

DA POLÍTICA DE ESPORTE E LAZER Art. 115 Os objetivos da política de esporte e lazer no Município são:

I - Apoiar as ações de incentivo ao esporte e ao lazer;

II - Promover ações e eventos, inclusive mediante parceria público-privada;

III - Apoiar a educação para o esporte, incentivando a formação de novos atletas;

IV - Empreender ações para captação de recursos, advindas do setor público e privados para fomento ao lazer e aos esportes;

V - Oferecer acesso universal e integral às práticas esportivas, promovendo bem-estar e melhoria da qualidade de vida para a área urbana e rural.

Art. 116. A Política Municipal de Esporte e Lazer deve observar as seguintes estratégias:

I - Recuperar os equipamentos de esportes e lazer, adequando-os as necessidades da comunidade;

II - Implantar cobertura em todas as quadras das escolas municipais, núcleos e praças esportivas;

III - Implantar obras para garantir o acesso dos portadores de necessidades especiais a todos os equipamentos esportivos municipais;

IV - Implementar descentralização dos equipamentos de esporte e lazer de forma regionalizada, administrado diretamente pelo poder público, na forma de núcleos de esporte e lazer;

V - Assegurar o pleno funcionamento de todos os equipamentos de esporte e lazer, garantindo a manutenção e preservação de suas instalações, por meio de ações diretas do poder público, campanhas de conscientização e parcerias com a sociedade civil organizada e iniciativa privada;

VI - Revitalizar os grandes equipamentos esportivos municipais: Centro de Apoio Integral à Criança - CAIC, Estádio Emílio Gunha, Centro de Treinamento São Francisco de Assis e Ginásio Joval de Paula Souza;

VII - Promover eventos esportivos e de recreação que envolvam todas as regiões da Cidade;

VIII - Informatizar e integrar as unidades esportivas municipais;

IX - Efetuar estudo de viabilidade para fornecimento de transporte gratuito, uniforme e alimentação para integrantes das escolinhas das diversas modalidades esportivas, os quais devem receber monitoramento social, implementando o trabalho em rede;

X - Efetuar estudo de viabilidade para fornecimento de transporte gratuito e alimentação para os integrantes das atividades de lazer e para atletas que participem de competições pelo Município, os quais devem receber monitoramento social;

XI - Promover parcerias com Clubes Esportivos Sociais objetivando o fomento do esporte;

XII - Implantar o programa de ruas de lazer promovendo atividades de esportes, lazer e cultura;

XIII - Implementar atividades de lazer, esportivas de recreação específicas para a população idosa nas regionais rurais e urbanas;

XIV - Criar centros de lazer na área rural;

XV - Criar Lei Municipal de Incentivo ao Esporte;

XVI - Promover parcerias público-privadas.

Art. 117. O aumento da participação da população em geral na prática de lazer e de atividade física, por meio do esporte, objetiva a melhoria das condições de saúde e qualidade de vida, devendo contemplar os gêneros e faixas etárias diversas, bem como provimento de equipamentos e infraestrutura adequada, inclusive para pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida.

Art. 118. Os eventos serão promovidos a partir de um calendário consolidado, com destaque para aqueles de maior representatividade e participação, envolvendo dentre outros:

I - Circuitos de corrida de rua;

II - Comemoração do aniversário de Araucária;

III - Eventos nos parques da cidade, contemplando tanto moradores quanto turistas e visitantes;

IV - Campeonatos de esportes para amadores;

V - Passeios ciclísticos.

DO MEIO AMBIENTE

Art. 119. São objetivos gerais da Política de Meio Ambiente no Município:

I - Promover a sustentabilidade ambiental, planejando e desenvolvendo estudos e ações visando incentivar, proteger, conservar, preservar, restaurar, recuperar e manter a qualidade ambiental;

II - Elaborar e implementar planos, projetos, programas e ações de proteção e educação ambiental e cultural, visando a gestão compartilhada do meio ambiente e o uso racional e sustentável dos recursos naturais;

III - Promover a educação ambiental de forma permanente, contribuindo para a construção de valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas à conservação e recuperação do meio ambiente;

IV - Adotar medidas de controle e fiscalização para que a disposição na natureza de qualquer forma de matéria ou energia não produza riscos ao meio ambiente ou à saúde pública, e que as atividades potencialmente poluidoras ou que utilizem recursos naturais tenham sua implantação e operação controlada;

V - Identificar e estimular a criação de unidades de conservação, públicas e privadas, para a proteção de mananciais, ecossistemas naturais, biodiversidade, recursos genéticos e outros bens naturais e culturais, estabelecendo normas específicas a serem observadas nessa área;

VI - Promover a universalização do saneamento ambiental, por meios próprios ou de terceiros, com a oferta de serviços públicos adequados às necessidades da população e às características locais, respeitando os parâmetros da legislação ambiental;

VII - Promover a inovação, descentralização e a participação popular na gestão dos resíduos visando à qualidade ambiental e a preservação do ambiente natural, principalmente os rios, solo, água subterrânea, atmosfera e biodiversidade, minimizando os custos públicos e de forma integrada com os demais Municípios da Região Metropolitana de Curitiba;

VIII - Promover a gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos e rurais, por meio do incentivo à geração consciente de resíduos, do apoio ao desenvolvimento de metodologias de reutilização de materiais, da reciclagem mediante associações e cooperativas e, por fim, do tratamento e destinação adequados por consórcios intermunicipais;

IX - Incentivar a utilização sustentável dos recursos hídricos em complemento a drenagem pluvial tradicional, existente ou não, recuperando e ampliando a capacidade de retenção, absorção e infiltração de águas pluviais no solo, de modo a reduzir os impactos ambientais dos alagamentos, enchentes e inundações;

X - Promover a preservação e a recuperação dos recursos hídricos e das matas ciliares em todo o território municipal, em áreas públicas e privadas, visando a sustentabilidade ambiental e a manutenção e

possibilidade de implantação de áreas de manancial e abastecimento público;

XI - Estabelecer a política municipal de proteção e preservação da fauna nativa e exótica, silvestre e doméstica, visando a sustentabilidade ambiental;

XII - Estabelecer normas, critérios, padrões e procedimentos de licenciamento ambiental para empreendimentos, atividades, serviços e/ou obras consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, sob qualquer forma, possam causar degradação do meio ambiente;

XIII - Estimular a redução das emissões de poluentes nocivos à saúde lançados no ar, solo, subsolo e nas águas;

XIV - Realizar a análise, o monitoramento e a fiscalização, de forma permanente, de ações e intervenções antrópicas que afetem a qualidade ambiental;

XV - Desenvolver e utilizar indicadores e demais instrumentos de monitoramento para avaliar e monitorar o desempenho da política municipal de meio ambiente;

XVI - Criar, recuperar e manter parques e praças municipais visando o bem-estar e conforto ambiental da população;

XVII - Estabelecer programas de recuperação de áreas degradadas por lavras de mineração e por empréstimo para construção de barragens;

XVIII - Estabelecer programas para demarcação, fiscalização e proteção das paisagens constituídas por solos hidromórficos no município;

XIX - Implementar ações efetivas para garantir a qualidade da água a montante e a jusante de Araucária, mediante ações coordenadas com os órgãos da Região Metropolitana de Curitiba;

XX - Gerenciar e disciplinar o uso dos cemitérios e capelas mortuárias públicas municipais, garantindo a preservação do meio ambiente e a liberdade religiosa, nos termos descritos em lei;

XXI - Estabelecer programas de divulgação e acesso público às informações sobre qualidade ambiental no Município;

XXII - Fortalecer o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) e o Fundo Especial do Meio Ambiente (FEMA) como instrumento de gestão ambiental.

Seção I
Dos Recursos Hídricos

Art. 120. A política de preservação dos recursos hídricos deve observar as seguintes estratégias:

I - Implementar programas de proteção do ecossistema de várzea do Município e revitalizar os cursos hídricos do Município;

II - Monitorar a qualidade das águas do Município;

III - Promover ações para reflorestamento das áreas de preservação permanente;

IV - Implementar corredores de biodiversidade nas principais bacias hidrográficas do Município;

V - Desenvolver ações efetivas para garantir a qualidade da água à montante de Araucária,
mediante ações coordenadas com os órgãos da Região Metropolitana de Curitiba;

VI - Disciplinar a ocupação das cabeceiras e várzeas das bacias do Município, preservando a vegetação existente e visando à sua recuperação.

Seção II
Do Controle da Poluição Ambiental

Art. 121. A política de controle da poluição ambiental deve observar as seguintes estratégias:

I - Implementar programas de monitoramento de fontes de poluição hídrica, sólida, sonora, visual e do ar;

II - Implementar programas para incentivar a recuperação de áreas, inclusive daquelas degradadas por lavras de mineração e por empréstimo para construção de barragens;

III - Desenvolver programas de orientação técnica para conservação de estradas rurais visando a preservação de córregos e nascentes;

IV - Incentivar a instalação de abastecedores para atendimento das propriedades rurais;

V - Estabelecer normas para o uso e conservação do solo agrícola;

VI - Proibir a lavra minerária no perímetro urbano;

VII - Definir formas de participação pública no debate de implantação de ferrovias e exigir

Estudo de Impacto Ambiental.

Seção III Da Qualidade do ar

I - Ampliar o sistema de monitoramento da qualidade do ar com a instalação de novas estações fixas e móveis;

II - Implementar inventário de emissões atmosféricas a fim de identificar os maiores poluidores e cobrar melhorias possíveis para redução de suas emissões;

III - Elaborar estudo de previsão da qualidade do ar com cenários futuros, usando técnicas de modelagem matemática, com o objetivo de estimar a capacidade que o Município tem para novos empreendimentos;

IV - Estabelecer parcerias com indústrias locais estabelecendo critérios de paralisação das atividades industriais quando as condições meteorológicas de dispersão, não forem favoráveis e o índice de qualidade atmosférica atingir o nível inadequado;

V - Estabelecer plano de contingência e ações de controle, para quando os níveis de poluentes na atmosfera possam representar risco à saúde pública;

VI - Controlar e licenciar a implantação e operação dos empreendimentos e atividades poluidoras ou potencialmente poluidoras, da qualidade do ar, observando as competências do órgão de meio ambiente;

VII - Fiscalizar as emissões atmosféricas de indústrias, serviços e domicílios;

VIII - Estabelecer programas para divulgação e acesso público às informações sobre qualidade do ar no Município;

IX - Implantar ações voltadas para a redução da emissão dos gases de efeito estufa - GEE, que contribuem para as mudanças climáticas.

CAPÍTULO XIII DA PAISAGEM URBANA

Seção I
Do Conceito, Dos Princípios e Das Diretrizes

Art. 123. Entende-se como Paisagem Urbana a interação entre o patrimônio natural e o construído, incluindo o ser humano, considerando como:

- a) a flora;
- b) a fauna;
- c) a geografia;
- d) a hidrografia;
- e) remanescentes florestais nativos da área urbana;
- f) os demais elementos da natureza.

II - Patrimônio construído:

- a) as praças, jardins e parques;
- b) os muros e as fachadas das edificações, c) as construções;
- d) as infraestruturas, tais como estradas, vias, rede elétrica, dentre outros;
- e) demais estruturas construídas pelo homem.

§ 1º A Paisagem Urbana é o grau de integração entre cidade e natureza, a forma como interagimos com nosso ambiente de outras maneiras, além da percepção visual.

§ 2º São temas inerentes à Paisagem Urbana o uso dos espaços pela população, a caminhabilidade, o conforto térmico nos espaços públicos, as oportunidades de encontro, a ocupação dos espaços de convivência e lazer, o exercício da cidadania, a coesão social e cultural, a valorização da escala do pedestre e a qualidade de vida urbana.

Art. 124. São princípios da Paisagem Urbana:

I - Valorizar a paisagem como elemento de identidade da cidade, em sua singularidade, diversidade e totalidade;

II - Buscar aproximar as regiões da cidade, promovendo sua integração física, social e cultural, superando a dicotomia existente entre elas;

III - Priorizar a coletividade, respeitando sua importância na concepção dos projetos de desenho urbano;

IV - Introduzir a Paisagem Urbana como critério de composição do sistema edificado;

V - zelar pelas ambiências urbanas que possuem significado especial para a população, em específico os espaços físico e seus processos histórico, culturais, sociais e econômicos, de forma a contribuir para o fortalecimento do sentimento de pertencimento ao lugar e à cidade;

VI - Acolher as iniciativas culturais da cidade, ampliando e potencializando os espaços públicos, com vistas a fomentar manifestações populares em geral;

VII - Incentivar atividades diversas nos espaços públicos, estimulando o convívio social e a interação com a paisagem;

VIII - criar regulamentações e campanhas educativas que destaquem a importância pela preservação e qualidade da paisagem.

Art. 125. Os Planos de Arborização, Mobilidade Urbana, Desenvolvimento Econômico e

Inovação, dentre outros, deverão incorporar as diretrizes de paisagem urbana.

Art. 126. É diretriz da Paisagem Urbana ampliar, incrementar e conservar os logradouros e espaços públicos, dentre outras, pelas seguintes estratégias:

I - Qualificar os logradouros e espaços públicos por meio de arborização, iluminação e mobiliário urbano tendo como prioridade a escala do pedestre, mantendo-os em bom estado de conservação;

II - Ampliar e padronizar das calçadas e ciclovias, de forma a dotá-las de identidade visual, uniformidade e acessibilidade de acordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 14/2018, que instituiu a Política Municipal de Mobilidade;

III - Otimizar e dinamizar os logradouros e espaços públicos com instalação de equipamentos comunitários e mobiliários urbanos, incentivando atividades diversas e tornando-os mais atrativos;

IV - Alocar equipamentos comunitários quando da implantação de praças e parques urbanos, como mecanismos de vigilância compartilhada destes locais, com dimensionamento adequado à área onde serão instalados;

V - Incentivar a adoção de áreas verdes urbanas públicas pela iniciativa privada;

VI - Priorizar a instalação de infraestrutura e equipamentos comunitários em áreas já consolidadas e não atendidas satisfatoriamente por estes serviços.

Seção II Da Arborização

Art. 127. Os objetivos da Política Municipal de Arborização no Município são:

- I - Criar condições para a implantação do Plano Municipal de Arborização Urbana;
- II - Ampliar as Áreas Verdes Urbanas;
- III - Incentivar a preservação dos remanescentes florestais nativos;
- IV - Ampliar a arborização de praças, parques e espaços livres de uso público, bem como de calçadas e canteiros centrais e incrementar a criação de parques lineares;
- V - Atuar como instrumento de planejamento para a implantação de uma política de plantio, preservação, manejo e expansão da arborização urbana;
- VI - Inventariar a arborização viária urbana existente, servindo como histórico das ações de modo a facilitar as ações de manejo.

Seção III Das Áreas Verdes Urbanas Art. 128 as Áreas Verdes Urbanas Tem a Função de Proporcionar:

- I - Proteção da fauna e flora;
- II - Melhoria da qualidade ambiental urbana e paisagística;
- III - Proteção dos recursos hídricos;
- IV - Proteção de bens e manifestações culturais;
- V - Recreação e lazer.

Parágrafo único. Considera-se Área Verde Urbana a área com cobertura vegetal nativa de qualquer natureza (primitiva, regenerada ou implantada), composta por aglomerados (maciços florestais) ou por espécimes isoladas, conforme critérios definidos em legislação específica, que tenha como objetivo atender aos propósitos neste artigo.

CAPÍTULO XIV DO SANEAMENTO

Art. 129. Considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, equipamentos, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas.

Art. 130. A política de saneamento básico deverá estar em estrita consonância com a de Conservação e Preservação Ambiental e deverá instituir a gestão integrada, com vistas à prevenção e o controle da poluição, a proteção e a recuperação da qualidade do meio ambiente, a inclusão social e a promoção da saúde pública, assegurando o uso adequado dos recursos naturais.

Art. 131. A prestação de serviços de saneamento básico para a área urbana do Município deve ser priorizada, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, buscando-se a sustentabilidade econômico-financeira, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços.

Art. 132. A prestação dos serviços atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade e continuidade dos produtos oferecidos para atendimento dos usuários, obedecidas as normas regulamentares e contratuais.

Parágrafo único. Na ausência de redes públicas de saneamento básico, nas hipóteses de loteamentos existentes, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de tratamento e destinação final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pela política ambiental, sanitária e de recursos hídricos, conforme prevê a Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007.

Art. 133. Deverão ser promovidos a compatibilização, a integração e, quando couber, o compartilhamento entre a iluminação pública, as redes de água, de esgotamento sanitário, de drenagem pluvial, de energia e de comunicação de dados nas fases de planejamento, projeto, implantação, operação e manutenção dos sistemas.

Art. 134. Constituem diretrizes para o saneamento básico:

I - Incentivar a adoção de tecnologias inovadoras, alternativas e sustentáveis para soluções de saneamento básico, fomentando o desenvolvimento científico e a capacitação de recursos humanos;

II - Articular os programas, projetos urbanísticos, o parcelamento do solo e a regularização fundiária com as ações de saneamento, de forma a assegurar a preservação dos mananciais, a produção de água tratada, o tratamento dos esgotos sanitários, a drenagem urbana, o controle de vetores e a adequada coleta e disposição final dos resíduos;

III - Integrar as políticas, programas, projetos e ações governamentais relacionadas com o saneamento, saúde, recursos hídricos, biodiversidade, desenvolvimento urbano e rural, habitação, uso e ocupação do solo;

IV - Estabelecer ações preventivas para a gestão dos recursos hídricos, realização da drenagem urbana, gestão integrada dos resíduos sólidos e líquidos e conservação das áreas de proteção e recuperação de mananciais e das unidades de conservação;

V - Adotar medidas para a sensibilização e participação social, assegurando a participação efetiva da sociedade na formulação das políticas, no planejamento e controle de serviços de saneamento;

VI - Proporcionar, de forma interdisciplinar, a educação sanitária e ambiental;

VII - Priorizar planos, programas e projetos que visem à ampliação de saneamento das áreas ocupadas por população de baixa renda;

VIII - Promover política tarifária que considere as condições econômicas, garantindo que a tarifa não seja empecilho para a prestação de serviços;

IX - Estabelecer mecanismos de controle sobre a atuação de concessionários dos serviços de saneamento, de maneira a assegurar a melhoria da gestão e adequada prestação dos serviços e o pleno exercício do poder concedente por parte do Município;

X - Promover o controle da poluição industrial, visando o enquadramento dos efluentes a padrões de lançamento previamente estabelecidos;

XI - Incentivar sistemas de monitoramento para o controle de contaminação do lençol freático nas áreas de depósito de resíduos industriais e de aterros sanitários;

XII - Promover o controle de vetores em todo o Município, visando à prevenção das zoonoses e à melhoria da qualidade de vida.

Seção I Do Abastecimento de Água

Art. 135. O abastecimento de água é constituído pelos serviços necessários ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição.

Parágrafo único. São componentes do sistema de abastecimento de água:

I - A infraestrutura de captação, tratamento, adução, armazenamento e distribuição de água potável;

II - Os mananciais hídricos.

Art. 136. Constituem diretrizes para o abastecimento de água no Município:

I - Empreender ações para assegurar a oferta de água para consumo residencial e outros usos, com regularidade, em quantidade suficiente para atender às necessidades básicas e com qualidade compatível com padrões de potabilidade;

II - Promover a proteção e a recuperação das bacias hidrográficas dos mananciais;

III - Incentivar estudos que apontem novos mananciais para abastecimento de água que atendam ao acréscimo populacional a médio e longo prazos, considerando a eficiência, a salubridade e a sustentabilidade ambientais das bacias hidrográficas, as fragilidades e potencialidades do território e as formas de uso e ocupação do solo indicados nesta Lei Complementar;

IV - Controlar as atividades potencialmente ou efetivamente poluidoras das águas nas bacias dos mananciais de abastecimento, articulando ações, se necessário, com o Estado do Paraná ou com Municípios da Região Metropolitana de Curitiba;

V - Adotar medidas para a proteção e controle dos mananciais superficiais e subterrâneos, em relação à contaminação por atividades poluidoras no seu entorno;

VI - Incentivar alternativas de reutilização de águas servidas para usos que não requeiram condições de potabilidade;

VII - Promover campanhas educativas que visem a contribuir para a redução e racionalização do consumo de água.

Art. 137. Para implementação da política de abastecimento de água serão adotadas as seguintes estratégias:

I - Implantar medidas voltadas à manutenção e recuperação dos mananciais utilizados para abastecimento humano e atividade agrícola;

II - Implantar programa de obras que garantam o abastecimento de água para toda população urbana;

III - Implantar e manter sistemas de abastecimento de água nas comunidades rurais onde as concentrações urbanas desfavorecem sistemas individuais de poços rasos ou fontes;

IV - Cadastrar as redes existentes e incluir no Plano Municipal de Saneamento Básico os projetos previstos para expansão de redes, adutoras e estações de tratamento de água;

Do Esgotamento Sanitário

Art. 138. O esgotamento sanitário compreende a coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos sanitários e a disposição final dos esgotos sanitários e dos lodos originários da operação de unidades de tratamento.

Art. 139. Constituem diretrizes para o esgotamento sanitário:

I - Promover a implantação, ampliação e o aperfeiçoamento dos sistemas de coleta, tratamento e disposição final de esgoto;

II - Eliminar os lançamentos de esgotos nos cursos d'água e no sistema de drenagem e de coleta de águas pluviais, contribuindo para a recuperação de rios, córregos e represas.

Art. 140. Para implementação da política de esgotamento sanitário serão adotadas as seguintes estratégias:

I - Priorizar os investimentos para a implantação de sistema de esgotamento sanitário nas áreas desprovidas de redes, servidas por tratamentos rudimentares ou cujos esgotos sejam lançados sem tratamento na rede pluvial, ou quando as características hidrogeológicas favorecerem a contaminação das águas subterrâneas;

II - Incentivar a implantação, em articulação com os órgãos competentes, sistemas individuais ou coletivos de esgotamento sanitário nos assentamentos isolados, com tecnologias adequadas a cada situação;

III - Cumprir e manter atualizado o Plano Municipal de Saneamento Básico.

Seção III

Da Gestão Dos Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana

Art. 141. A gestão dos resíduos sólidos compreende a limpeza urbana e o manejo dos resíduos sólidos que inclui a não geração, geração, transporte, transbordo, triagem para fins de reutilização ou reciclagem, tratamento e destino final do lixo doméstico, do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas, os provenientes de feiras livres, mercados, parques, edifícios públicos e bem como dos originários de demais atividades comerciais, industriais e de serviços.

§ 1º Nos casos de resíduos sólidos industriais, comerciais, agrossilvopastoris, de serviços, de transportes, de mineração, de construção civil e de saúde cujo manejo seja atribuído ao gerador, cabe a este a classificação, segregação, coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final ambientalmente adequada do resíduo, em conformidade com as legislações específicas.

§ 2º O Plano de Saneamento Básico deverá conter prescrições para manejo dos resíduos sólidos urbanos, em especial dos originários de construção e demolição, com previsão de usinas de reciclagem, bem como dos serviços de saúde.

Art. 142. São diretrizes para a gestão dos resíduos sólidos e limpeza urbana:

I - Proteger a saúde pública e a qualidade do meio ambiente;

II - Reduzir a geração dos resíduos sólidos, mediante práticas de consumo sustentável;

III - Conscientizar os agentes produtores da responsabilidade pela gestão dos resíduos gerados em razão dos seus produtos ou dos seus sistemas de produção e suas conseqüentes externalidades negativas;

IV - Controlar os efeitos potencialmente danosos ao meio ambiente e à saúde nas áreas de armazenamento, tratamento e destinação final de resíduos sólidos;

V - Incentivar estudos e pesquisas direcionados para a busca de alternativas tecnológicas e metodológicas para coleta, transporte, tratamento e deposição final do lixo.

Art. 143. São estratégias para a gestão dos resíduos sólidos e limpeza urbana:

I - Adoção de medidas pelo Poder Executivo que determinem a gestão dos resíduos editando - se regulamentação específica para tal finalidade;

II - Adoção de providências que permitam a reciclagem dos resíduos sólidos, mediante a ações a serem implementadas, preferencialmente, por cooperativas, promovendo a inclusão socioeconômica dos catadores de material reciclável;

III - Fiscalização e controle de gerenciamento de resíduos e limpeza urbana no município, incentivando a busca de alternativas ambientalmente adequadas.

Seção IV Do Manejo de Águas Pluviais

Art. 144. O manejo de águas pluviais compreende as seguintes atividades:

I - Drenagem urbana;

II - Transporte de águas pluviais urbanas;

III - Detenção ou retenção de águas pluviais urbanas para amortecimento de vazões de cheias;

IV - Tratamento e disposição final de águas pluviais urbanas.

Art. 145. São diretrizes para o manejo de águas pluviais:

I - Adotar providências no sentido de implantar infraestrutura básica adequada para promover o manejo das águas pluviais, com vistas a garantir segurança da vida e do patrimônio, bem como

evitar e reduzir prejuízos ambientais e econômicos decorrentes de processos erosivos e de retenção de água;

II - Garantir o equilíbrio entre absorção, retenção e escoamento de águas pluviais a partir das características do solo e da capacidade de suporte das bacias hidrográficas, observando-se a obrigatoriedade de previsão de áreas para execução das estruturas e sistemas de drenagem sustentável;

III - Planejar e readequar os pontos de lançamento de drenagem existentes, de forma a garantir a dissipação de energia antes de lançamento no leito dos córregos, respeitando sua capacidade hídrica;

IV - Incentivar o aproveitamento das águas pluviais mediante a captação ou aproveitamento de águas pluviais nas edificações, nas áreas públicas e privadas, condicionado ao atendimento dos requisitos de saúde pública e de proteção ambiental pertinentes;

V - Preservar e recuperar as áreas de interesse para a drenagem, tais como várzeas, fundos de vale, faixas marginais dos cursos de água, áreas sujeitas a inundações e cabeceiras de drenagem, compatibilizando, caso possível, com o uso de parques, praças e áreas de recreação;

VI - Elaborar e manter atualizado diagnóstico da drenagem urbana no Município, enfocando os aspectos relacionados à prevenção e controle de inundações, às condições de risco à saúde, ao risco geológico e à expansão do sistema de circulação;

VII - Buscar alternativa de gestão que viabilize a autossustentação econômica e financeira do sistema de drenagem urbana;

VIII - Proceder aos estudos e medidas que previnam e evitem danos às áreas urbanas e unidades de conservação, e nas áreas de interesse ambiental;

IX - Adotar medidas que visem à eliminação dos lançamentos clandestinos de efluentes líquidos e dos resíduos sólidos de qualquer natureza nos sistemas de drenagem pluvial;

X - Incentivar a adoção de implantação de drenagem sustentável nos empreendimentos.

Art. 146. Constituem estratégias para o manejo de águas pluviais:

I - Estabelecer diretrizes para o uso de dispositivos artificiais de captação de águas pluviais para fins de retenção, aproveitamento e recarga de aquíferos em unidades imobiliárias e empreendimentos, indicando incentivos para sua implementação;

II - Estabelecer na Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo as taxas de permeabilidade mínima para as unidades imobiliárias;

Parágrafo único. A taxa de permeabilidade tem por objetivo:

I - Propiciar a infiltração de águas pluviais;

II - Contribuir para o conforto hidrotérmico;

III - Contribuir com a evapotranspiração e com a redução de ilhas de calor;

IV - Favorecer a qualidade do ar;

V - Minimizar o escoamento superficial de águas pluviais e reduzir alagamentos;

VI - Contribuir para a paisagem e a qualidade do espaço urbano.

Seção V Da Drenagem Sustentável

Art. 147. A Drenagem Sustentável é composta por ações para regeneração do ciclo hidrológico natural, controlando o escoamento superficial e promovendo a infiltração do excesso de água, e a recarga dos aquíferos.

Art. 148. São diretrizes para implementação de Sistema Urbano de Drenagem Sustentável:

I - Reduzir a vazão de ponta e o volume de escoamento superficial;

II - Promover a recarga natural dos aquíferos e águas subterrâneas;

III - Promover a melhoria da qualidade da paisagem urbana integrando o tratamento das águas pluviais na paisagem;

IV - Promover o aproveitamento das águas pluviais de forma a utilizá-la em aplicações que não exijam níveis de qualidade da água elevados;

V - Promover a redução no transporte de resíduos sólidos e de outros poluentes das áreas urbanas para o corpo hídrico receptor, visando a melhoria da qualidade da água;

VI - Promover a melhoria dos regimes de escoamento nos cursos de água.

Art. 149. Para uma gestão mais eficiente e sustentável do escoamento superficial, especialmente na área urbana, o sistema de drenagem tradicional deve incorporar em sua concepção e execução os princípios e diretrizes do sistema de drenagem urbana sustentável, bem como, o conjunto de técnicas, estruturas de controle e estratégias.

CAPÍTULO XV DO TURISMO

Art. 150. Constituem diretrizes para o desenvolvimento do turismo no Município:

I - Fomentar ações integradas voltadas a cadeia do turismo, atentando para capacidade do suporte dos ambientes e em conformidade ao disposto no Capítulo XIII - Da Paisagem Urbana, desta Lei Complementar;

II - Criar e implementar um sistema de informações turísticas no Município;

III - Estimular a criação de cooperativas populares para exploração das atividades turísticas;

IV - Desenvolver programas de qualificação profissional e técnica na área do turismo, priorizando a população local;

V - Priorizar o uso sustentável do espaço turístico, seguindo os princípios da descentralização, com a diversificação dos polos de turismo, no sentido de favorecer o desenvolvimento de atividades turísticas geradoras de trabalho e renda em todo o território municipal, buscando a integração com os Municípios do entorno de Araucária;

VI - Realizar ações que estimulem o crescimento do fluxo turístico, apoiando e fortalecendo mecanismos de captação e realização de eventos, em todas as épocas do ano;

VII - Promover melhorias urbanas com infraestrutura e equipamentos de uso público que qualifique a cidade e amplie sua atratividade para a visitação e permanência do turista e vocação para a exploração desse setor da economia;

VIII - Incentivar a formação profissional voltada ao desempenho de atividades que apoiam o turismo, bem como promover a educação da população, em geral, para interagir positivamente com essa

atividade;

IX - Promover convênios com os segmentos que exploram a atividade turística para desenvolver e implementar programas e projetos voltados ao turismo no Município;

X - Incentivar e apoiar as atividades tradicionais e manifestações culturais, que contribuem para a construção da identidade do Município;

XI - Estabelecer juntamente com a população e o segmento que atua na atividade turística, um conjunto de produtos que contribuam para a consolidação de uma identidade turística peculiar do Município, visando empreender um programa estratégico de valorização e promoção da sua imagem no contexto regional.

CAPÍTULO XVI

DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO

Art. 151. Para a implementação da política de desenvolvimento econômico e inovação no Município deverão ser priorizadas estratégias que garantam a organização eficiente e dinâmica do território, otimizem a produtividade e a dinamização das vocações locais, de modo a promover a melhoria da qualidade de vida da população.

Seção I

Do Desenvolvimento da Atividade Industrial

Art. 152. São estratégias para o desenvolvimento industrial:

I - Dar continuidade e implementar o Programa Municipal de Atração de Investimentos e o

Programa de Desenvolvimento Econômico de Araucária ou outros que venham a substituí-los;

II - Promover ações integradas entre as diferentes esferas com articulação técnica, política ou financeira entre o setor público, iniciativa privada, organismos internacionais e multilaterais;

III - Fortalecer as cadeias produtivas locais por meio de uma agenda de incentivos;

IV - Prospector a captação de recursos provenientes dos setores público, privado e organizações não governamentais para viabilização dos projetos municipais;

V - Ampliar e qualificar a infraestrutura nas zonas industriais e nos eixos de serviços gerais da Cidade como forma de atração de novos investimentos, fortalecendo o papel de polo industrial na Região

Metropolitana de Curitiba;

VI - Qualificar a PR 423 e BR 476 para a consolidação dos Eixos de Desenvolvimento Industrial, criando novas oportunidades de negócios no Município, especialmente para instalação de indústrias não poluentes e atividades logísticas;

VII - Ampliar e melhorar a infraestrutura de telecomunicações;

VIII - Ampliar e melhorar a educação tecnológica e profissionalizante, visando elevar o nível técnico da mão de obra local, contribuindo para o aumento da competitividade sistêmica da economia e para a empregabilidade da sociedade.

Seção II

Do Desenvolvimento da Atividade Agropecuária

Art. 153. São estratégias para o desenvolvimento da atividade agropecuária:

I - Definir políticas de desenvolvimento rural sustentável, instrumentalizada por um Plano de Desenvolvimento Rural;

II - Integrar as atividades rurais às cadeias produtivas, promovendo a diversidade da produção agrícola e a biodiversidade regional;

III - Implantar programas de reflorestamento em nível de pequeno produtor, visando aumentar sua renda e sua permanência no meio rural;

IV - Incentivar a produção de hortigranjeiros, especialmente, na área de microbacias, tendo em vista a ampliação da participação da população local na oferta desses produtos;

V - Incentivar a produção de bancos de sementes (grãos) e de mudas frutíferas no meio rural;

VI - Incentivar a produção familiar de alimentos, bem como, sua conservação e industrialização;

VII - Incentivar programas de manejo integrado das florestas plantadas para exploração do carvão vegetal;

VIII - Apoiar a implantação da criação de projetos de pequenos animais, como forma de aumentar a renda de pequenos produtores e de ampliar a participação dos produtos de origem animal no comércio

local;

IX - Promover a criação de cursos profissionalizantes na zona rural;

X - Dinamizar o uso de espaços públicos para comercialização, garantindo ao pequeno produtor rural acesso para colocação dos produtos, no mercado consumidor;

XI - Intensificar a fiscalização da qualidade dos produtos, evitando o uso indiscriminado de agrotóxicos, protegendo o consumidor e o meio ambiente;

XII - Incentivar a produção de orgânicos, agregando valor à produção local;

XIII - Viabilizar o desenvolvimento da pesquisa agropecuária, considerando as características locais, visando o aumento da produtividade;

XIV - Priorizar a assistência técnica e a extensão rural para os pequenos produtores;

XV - Apoiar a realização de feiras, exposições e demais eventos voltados para a promoção de agronegócio.

Seção III

Do Desenvolvimento da Atividade Turística

Art. 154. São estratégias para o desenvolvimento da atividade turística:

I - Aumentar a presença do turismo no desenvolvimento econômico do município, fortalecendo - o e incorporando novos negócios e atores;

II - Promover o desenvolvimento do turismo como agente de transformação, fonte de riqueza econômica e de desenvolvimento social;

III - Implantar políticas de desenvolvimento integrado com os municípios da Região

Metropolitana de Curitiba;

IV - Estabelecer políticas que aperfeiçoem o uso adequado dos ecossistemas naturais e promovam a proteção do patrimônio histórico e cultural e a melhoria da qualidade de vida da população;

V - Melhorar a infraestrutura turística, de forma que permita a expansão das atividades turísticas e a

melhoria da qualidade do produto para o turista;

VI - Consolidar a estrutura municipal de turismo, promovendo o seu planejamento em consonância com esta Lei Complementar e cooperação com os governos estadual, federal e iniciativa privada;

VII - Aumentar a cooperação regional, promovendo e estimulando o planejamento e a promoção turística integrada e sinérgica;

VIII - Incorporar as áreas de preservação histórica e cultural e de ambientes naturais às políticas de turismo do Município;

IX - Fomentar e divulgar, em âmbito nacional, o turismo de negócios, no Município;

X - Fomentar e divulgar, em âmbito nacional, o turismo rural do Município, contribuindo para o desenvolvimento cultural e socioeconômico e preservando o patrimônio cultural e natural das comunidades;

XI - Fomentar o desenvolvimento de diversas modalidades do turismo (ecoturismo, de aventura, da terceira idade, de eventos e similares).

Seção IV

Do Desenvolvimento da Atividade de Pesquisa, Inovação e Tecnologia

Art. 155. São estratégias para o desenvolvimento da atividade de pesquisa, inovação e tecnologia:

I - Consolidar a implantação da Zona de Desenvolvimento Tecnológico, visando integrar universidades públicas e particulares, centros de pesquisas, incubadoras, clusters, Arranjos Produtivos Locais de serviços e produtos, com o objetivo de aumentar a competitividade do Município e das empresas locais;

II - Fomentar a integração de empreendedores e das universidades públicas e privadas da região para o desenvolvimento da inovação em produtos e processos na Zona de Desenvolvimento Tecnológico;

III - Apoiar a obtenção de recursos junto aos órgãos de fomento de pesquisa;

IV - Atrair investimentos produtivos nos setores de alto valor agregado da indústria petrolífera, química fina, biotecnologia e de alta tecnologia, gerando condições para o desenvolvimento de uma nova identidade econômica no Município;

V - Promover ações de incentivo à formalização de programa municipal de pesquisa, inovação e tecnologia;

VI - Firmar parcerias com atores públicos e privados, governamentais e institucionais que atuem na promoção do desenvolvimento científico e tecnológico.

Seção V Do Desenvolvimento da Cultura Empreendedora

Art. 156. São estratégias para o desenvolvimento da cultura empreendedora:

I - Apoiar e incentivar o desenvolvimento das iniciativas individuais e coletivas com o fim de consolidar a economia solidária, bem como adotar seus princípios como instrumento indutor da inclusão socioeconômica da parcela da população socialmente excluída e à margem do processo econômico;

II - Difundir a cultura empreendedora, estimulando a diversificação e a desconcentração das atividades econômicas do município;

III - Apoiar a divulgação aos mercados interno e externo dos produtos e serviços oferecidos pelas micro, pequenas e médias empresas locais;

IV - Apoiar a criação de incubadoras de empresas para micro e pequenos empreendedores da área de tecnologia;

V - Manter e aprimorar os mecanismos de apoio ao Microempreendedor Individual - MEI, Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte - EPP.

Seção VI Do Desenvolvimento Humano

Art. 157. São estratégias para o desenvolvimento humano:

I - Ampliar a oferta de vagas de ensino público profissionalizante no Município, conforme vocação e demanda de empregos no município;

II - Promover parcerias com escolas técnicas e profissionalizantes e instituições de Ensino Superior, para estímulo à formação profissional, superior e em nível de pós-graduação, para aprimorar o perfil dos trabalhadores, e viabilizar a modernização administrativa, gerencial e técnica de empreendedores;

III - Incentivar a implantação de cursos de capacitação, qualificação e requalificação da mão de obra visando atender a demanda das empresas através da instalação e ampliação de escolas técnicas, faculdades de tecnologia e cursos profissionalizantes públicos e privados;

IV - Estimular e promover iniciativas culturais e esportivas, especialmente nas áreas socialmente vulneráveis.

CAPÍTULO XVII

DA POLÍTICA DE ABASTECIMENTO PÚBLICO

Art. 158. Os objetivos e diretrizes da política de abastecimento público no Município são:

I - Disseminar espaços de comercialização de produtos alimentícios a baixo custo;

II - Aperfeiçoar e ampliar os serviços de abastecimento alimentar prestados pelo Poder Público

Municipal;

III - Racionalizar o sistema de abastecimento alimentar na capital, por meio da integração com o Governo do Estado e a iniciativa privada;

IV - Apoiar e incentivar iniciativas comunitárias e privadas na área do abastecimento, voltadas à redução do custo dos alimentos;

V - Aprimorar as condições alimentares e nutricionais da população;

VI - Incentivar e fornecer apoio técnico e material às iniciativas de produção agrícola no

Município;

VII - Garantir o controle sanitário de estabelecimentos que comercializam ou manipulam alimentos no varejo;

VIII - Garantir a segurança alimentar da população.

Art. 159. São estratégias da política de abastecimento público:

I - Desenvolver sistema de comercialização móvel para oferta de alimentos mais baratos em bairros periféricos;

II - Manter e revitalizar rede municipal de mercados;

III - Viabilizar a instalação de restaurantes populares;

IV - Apoiar a implantação de hortas urbanas comunitárias e domiciliares;

V - Promover a comercialização direta entre produtores rurais e população;

VI - Implantar entrepostos atacadistas descentralizados em benefício de comerciantes e consumidores locais;

VII - Instituir funcionamento de feiras livres em horários alternativos e implantar feiras em regiões onde a rede de distribuição é rarefeita;

VIII - Desenvolver alternativas visando à melhoria das condições de abastecimento alimentar em conjuntos de Habitação de Interesse Social;

IX - Melhorar a qualidade nutricional da merenda escolar fornecida aos alunos da rede municipal de ensino;

X - Manter o Conselho Municipal de Segurança Alimentar.

CAPÍTULO XVIII

DAS FINANÇAS PÚBLICAS E MUNICIPAIS Art. 160 Os objetivos da política de finanças públicas no Município são:

I - Assegurar o ingresso de recursos financeiros do Município, cumprindo as determinantes da

Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal;

II - Garantir que a gestão da legislação tributária e financeira atenda às necessidades da coletividade e do próprio Município;

III - Elaborar, executar e acompanhar o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o

Orçamento Anual.

Art. 161. São estratégias da política de finanças públicas e municipais:

II - Adotar metodologia de cálculo atuarial, para atualização orçamentária, sobre a capacidade de arrecadação, potencial de investimento e a capacidade de endividamento municipal;

III - Atualizar e manter atualizado o Cadastro Imobiliário;

IV - Manter a cobrança de tributos atualizadas com o prescrito na Lei;

V - Manter atualizado o sistema de geração de alvarás;

VI - Manter a informatização para retirada de consultas e guias utilizando o portal oficial da

Prefeitura Municipal de Araucária;

VII - Implantar sistema para informatização da cobrança de tributos;

VIII - Aprimorar os serviços de atendimento ao cidadão, urbano e rural;

IX - Manter atualizado o cadastro de contribuintes e monitorar a cobrança de tributos;

X - Aprimorar o sistema de cobrança da Dívida Ativa;

XI - Efetivar a integração de informações com os Cartórios de Registro de Imóveis;

XII - Atualizar o sistema de planilhas, com metodologia própria, para controle e rateio dos custos dos serviços municipais;

XIII - Promover a ampliação da arrecadação própria;

XIV - Criar sistemática para a revisão contínua da Planta Genérica de Valores;

XV - Implantar a contribuição de melhoria decorrente de obras públicas que valorizem imóveis particulares;

XVI - Redefinir extratos do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) para classificação de atividades, gerando incentivo para atividades/empresas com maior potencial de geração de emprego, base tecnológica e maior arrecadação futura;

XVII - Desenvolver programa de incentivos fiscais para induzir o desenvolvimento do

Município, modernização tecnológica e diversificação econômica;

CAPÍTULO XIX

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 162. Os objetivos da política de modernização administrativa são:

- I - Aumentar a qualidade, a eficácia e a eficiência do atendimento no serviço público municipal;
- II - Facilitar o acesso dos cidadãos aos serviços prestados pelo poder público Municipal;
- III - Dinamizar e deixar transparente a administração dos recursos públicos;
- IV - Descentralizar e desconcentrar as atribuições dentro do serviço público municipal facilitando o acesso à informação;
- V - Manter a política de planejamento e desenvolvimento municipal a curto, médio e longo prazo;
- VI - Promover a integração entre as secretarias e demais órgãos da Prefeitura Municipal;
- VII - Garantir o "trabalho em rede" entre as secretarias de natureza fim, integrado com as demais secretarias da prefeitura e órgãos públicos;
- VIII - Controlar, melhorar e informatizar os processos de trabalho;
- IX - Garantir a participação dos servidores na concepção, produção e avaliação do serviço público municipal;
- X - Capacitar os servidores para a gestão pública;
- XI - Adotar novas tecnologias de informação e formação.

Art. 163. Para consecução desta política devem ser observadas as seguintes ações estratégicas:

- I - Promover a modernização administrativa, a democratização das informações, a integração entre as secretarias, a gestão profissional de projetos, a discussão em grupo, a valorização dos funcionários e a qualidade dos serviços prestados;
- II - Realizar concurso público, de provas e títulos, para contratação de servidores públicos em caráter efetivo, conforme a demanda e de acordo com a capacidade orçamentária, para todo quadro da prefeitura;
- III - Implantar programa contínuo de capacitação de servidores públicos;

IV - Implantar sistema de avaliação de desempenho para todos os servidores;

V - Melhorar o sistema de comunicação, promovendo aumento da divulgação de informações sobre ações, projetos, finanças, legislação, entre outros, utilizando os meios de comunicação apropriados para cada caso, tais como rádio, jornais, Internet e outros;

VI - Reestruturar a distribuição de funções e atribuições dentro das Secretarias Municipais, inclusive com a reestruturação interna dos órgãos, se necessário, com o objetivo de assegurar o efetivo desempenho de competências;

VII - Descentralizar os serviços de atendimento ao cidadão;

VIII - Implantar programa de qualidade;

IX - Implantar o sistema de informações integrado e criar o banco de dados municipal, utilizando-se do sistema de geoprocessamento;

X - Criar um sistema de indicadores para avaliação do desempenho da administração;

XI - Manter o Portal de Atendimento ao Cidadão, garantindo atendimento por meio de telefone, internet e direto ao público, com sistema de resposta e esclarecimento, posteriores a registros de ocorrência;

XII - Implantar monitoramento de ações e projetos;

XIII - Implantar o Planejamento Integrado;

XIV - Estabelecer programa de ajuste das despesas municipais;

XV - Implantar programa para integração dos Conselhos Municipais;

XVI - Promover a redução dos cargos em comissão de toda a estrutura municipal, observando o Plano de Cargos e Carreira e Vencimentos e o Estatuto do Servidor;

XVII - Estabelecer que o agente público observe os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência no trato da gestão pública municipal.

TÍTULO IV

DA GESTÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

Art. 164. A elaboração, a revisão, o aperfeiçoamento, a implementação e o acompanhamento dos

objetivos gerais do Plano Diretor e de planos, programas e projetos setoriais, locais e específicos serão efetuados mediante processo participativo, para a concretização dos seus objetivos e das suas funções sociais.

CAPÍTULO I

DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

Art. 165. O Poder Executivo promoverá articulações com Municípios da Região Metropolitana de Curitiba, podendo formular políticas, diretrizes e ações comuns que abranjam a totalidade ou parte de seu território, baseadas nesta Lei Complementar, destinadas à superação de problemas setoriais ou regionais comuns, bem como firmar convênios ou consórcios com este objetivo, sem prejuízo de igual articulação com o Estado do Paraná e com a União.

Seção I

Da Gestão e Implementação

Art. 166. Os planos integrantes do processo de gestão do Plano Diretor deverão ser compatíveis entre si e seguir as políticas setoriais contidas nesta Lei Complementar, bem como considerar os planos intermunicipais e metropolitanos de cuja elaboração o Município tenha participado.

Seção II

Da Gestão de Sustentabilidade do Plano Diretor

Art. 167. Entende-se por Gestão de Sustentabilidade do Plano Diretor os mecanismos de planejamento, incentivos, monitoramento, avaliação e efetivação dos planos, projetos e programas tratados neste Plano Diretor.

Art. 168. A Gestão de Sustentabilidade do Plano Diretor é composta pelos seguintes processos:

I - De articulação;

II - De monitoramento.

Subseção I

Do Processo de Articulação

Art. 169. Entende-se por processo de articulação o mecanismo de promoção de aporte de investimentos, de produção de indicadores, de qualificação da sociedade, para a implementação do Plano Diretor,

considerando o conjunto de políticas públicas, nos níveis federal, estadual e regional.

Art. 170. O processo de articulação baseia-se, principalmente, em planos e programas existentes nas políticas públicas nos níveis de governo federal, estadual, regional, com a finalidade de interligar as políticas públicas das diversas esferas com as Políticas Municipais de Desenvolvimento Econômico e de Desenvolvimento Sustentável.

Art. 171. Compete ao órgão gestor municipal responsável pelos estudos socioeconômicos e ao sistema de informações geográficas estabelecer a sistemática de coleta, processamento e divulgação dos dados oriundos dos planos e programas federais, estaduais e regionais, implementados no âmbito de cada Secretaria Municipal.

Art. 172. Os planos e programas federais, estaduais e regionais utilizados, bem como as análises resultantes do processo de articulação deverão estar disponíveis à população em geral por meio digital em portal oficial da Prefeitura Municipal de Araucária.

Subseção II Do Processo de Monitoramento

Art. 173. Entende-se por processo de monitoramento, o mecanismo de avaliação permanente do Plano Diretor com base em um conjunto de indicadores georreferenciados.

Art. 174. O processo de monitoramento, necessário à sustentabilidade do Plano Diretor, visa subsidiar e instrumentalizar o diagnóstico do processo de desenvolvimento do Município, com ênfase na qualificação e inclusão social.

Parágrafo único. Os indicadores georreferenciados a serem utilizados para avaliação deste Plano Diretor deverão dimensionar e estabelecer eficiência e resultados das mudanças relacionadas às ações implantadas conforme diretrizes e objetivos previstos nesta Lei Complementar.

Art. 175. Os indicadores georreferenciados do Plano Diretor serão compostos a partir de 04 (quatro) aspectos específicos interligados:

I - Aspecto ambiental;

II - Aspecto social;

III - Aspecto econômico;

IV - Aspecto institucional.

Art. 176. Cada aspecto específico contará com um subconjunto de indicadores georreferenciados a serem monitorados e manterá conexão com todos os planos, projetos e programas tratados por este Plano Diretor.

Parágrafo único. Os indicadores utilizados deverão ser oriundos de órgãos oficiais de reconhecida competência em níveis internacional, nacional, estadual, regional e local.

Art. 177. Compete ao órgão gestor municipal responsável pelos estudos socioeconômicos e ao sistema de informações geográficas, estabelecer a sistemática de coleta, processamento e divulgação dos subconjuntos de indicadores e informações.

Art. 178. O conjunto de indicadores e informações, bem como as análises resultantes do processo de monitoramento, devem ser apresentados anualmente ao Conselho Municipal do Plano Diretor e disponibilizado à população por meio do portal oficial da Prefeitura Municipal de Araucária.

Subseção III Do Sistema de Informações

Art. 179. O Sistema de Informações é composto por uma infraestrutura de dados cadastrais e espaciais, por uma infraestrutura logística e computacional e por uma equipe técnica vinculada às Secretarias afins, e gerenciado pelo órgão gestor municipal de planejamento.

Art. 180. Integram o Sistema de Informações:

I - Base cartográfica municipal, constituída pela rede de referência cadastral municipal e pelo sistema cartográfico municipal, em conformidade com o Sistema de Referência Geodésica

Brasileira, de acordo com a Resolução do IBGE nº 25/2005, e realizada de acordo com normativas da CONCAR - Comissão Nacional de Cartografia;

II - Cadastro Técnico Multifinalitário, seguindo as diretrizes da Portaria Ministerial 511, de 7 de dezembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 8 de dezembro de 2009;

III - Cartografia temática;

IV - Banco de dados unificando a infraestrutura de dados cadastral e espacial;

V - Infraestrutura logística de acesso ao banco de dados;

VI - Estrutura on-line de acesso às informações espaciais e cadastrais do Município, a partir de um portal webgeo, quando disponível;

VII - Equipe técnica de suporte ao Sistema de Informações;

VIII - Demais dados e informações georreferenciados, tais como:

- a) Sistema de Monitoramento e Avaliação, através da análise e interpretação das informações;
- b) Base de dados cartográficos em meio digital dos sistemas de infraestrutura implantados, das diretrizes do Plano Diretor, de suas legislações urbanísticas, ambientais e demais leis que incidam no território municipal;
- c) Cadastro e mapeamento das licenças, autorizações, alvarás, outorgas e autuações e demais documentos expedidos pelos órgãos competentes do Município, relativos à urbanização, parcelamento, uso e ocupação do solo, empreendimentos com impacto de vizinhança e instrumentos previstos nesta Lei Complementar;
- d) Cadastro e mapeamento das áreas vegetadas, dos cursos d'água e das nascentes da rede hidrográfica;
- e) Cadastro e mapeamento referente à questão habitacional e fundiária do Município;
- f) Cadastro e mapeamento de áreas de risco, como risco à inundação, escorregamento e de áreas com vulnerabilidade;
- g) Mapeamento de equipamentos e obras públicas.

Parágrafo único. Lei específica regulamentará o Sistema de Informações.

Art. 181. Constituem diretrizes para implantação do Sistema de Informações no Município:

I - Atualizar e manter a base cartográfica e cadastral;

II - Integrar os cadastros municipais de base territorial existentes em um só Cadastro Técnico

Multifinalitário;

III - Cadastrar e mapear todas as obras e serviços públicos e privados;

IV - Cadastrar e mapear todas as licenças, alvarás, permissões, autorizações, outorgas e autuações relativos à urbanização, parcelamento, uso e ocupação do solo, empreendimentos com impacto de vizinhança e instrumentos previstos nesta Lei Complementar;

V - Disponibilizar base cartográfica municipal em formato digital para o público em geral, por meio do portal webgeo quando disponível;

VI - Democratizar o acesso à informação para o planejamento urbano, disponibilizando-a para as unidades locais de planejamento e para a população em geral, através de um portal webgeo;

VII - Informatizar a Consulta Amarela, para disponibilização via web para o público em geral;

VIII - Atender aos princípios da publicidade, simplificação, economicidade, eficácia, clareza, precisão e segurança.

Seção III Do Sistema de Planejamento

Art. 182. Entende-se por Sistema de Planejamento o conjunto de órgãos, normas, sistemas georreferenciados, recursos humanos e técnicos, objetivando a coordenação das ações dos setores público, privado e da sociedade em geral, a integração entre os diversos programas setoriais e a dinamização e modernização da ação governamental, para o cumprimento do que rege este Plano Diretor.

Art. 183. O objetivo do Sistema de Planejamento é garantir um processo dinâmico, permanente e transparente de implementação dos objetivos gerais do Plano Diretor, bem como de suas diretrizes, através dos instrumentos previstos nesta Lei Complementar e nas demais normas disciplinadoras, propiciando o adequado acompanhamento e controle.

Art. 184. Compete ao Sistema de Planejamento articular as ações dos órgãos da Administração direta e indireta do Município, bem como da iniciativa privada, para a implementação deste Plano Diretor.

Art. 185. Compõem o Sistema de Planejamento, como órgãos de apoio e informação, para as decisões referentes à realização dos objetivos, diretrizes, ações e estratégias do Plano Diretor:

I - O órgão gestor municipal de planejamento;

II - O Conselho Municipal do Plano Diretor;

III - O Comitê Municipal de Urbanismo.

§ 1º As Secretarias Municipais e demais órgãos da Administração direta e indireta deverão participar da implementação das disposições desta Lei Complementar, atualizando informações georreferenciadas em banco de dados único, elaborando e atualizando os planos de ação integrada e os projetos de normas disciplinadoras, nas áreas de sua competência.

§ 2º A composição e funcionamento do Sistema de Planejamento serão definidos em legislação específica, de forma a alinhá-lo ao Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, em especial ao Conselho Nacional das Cidades e ao Conselho Estadual das Cidades.

Art. 186. Ao órgão gestor municipal de planejamento, além das suas atribuições atuais, compete:

I - Coordenar e manter atualizado no Sistema de Informações Geográficas do Município, informações e cadastramento de interesse para o planejamento do Município, garantindo seu acesso aos munícipes;

II - Propor convênios, consórcios e termos de cooperação técnico-administrativa, visando à promoção de programas e a implantação de obras que envolvam a participação de outros Municípios, entidades e esferas de governo;

III - Compatibilizar, quando do interesse do Município, os planos e projetos com as propostas regionais;

IV - Propor alterações na legislação do parcelamento, uso e ocupação do solo e nos demais diplomas normativos necessários à aplicação dos novos instrumentos para consecução dos objetivos e diretrizes do Plano Diretor;

V - Coordenar a gestão do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, estabelecido em Lei

Específica;

VI - Gerir o Plano Diretor e suas leis integrantes, assim como coordenar suas respectivas revisões;

VII - Assegurar a participação dos munícipes e de suas entidades representativas em todas as fases do processo de planejamento urbano e municipal.

Subseção I

Do Conselho Municipal do Plano Diretor

Art. 187. O Conselho Municipal do Plano Diretor é órgão deliberativo, propositivo e consultivo em matéria de regulamentação, implantação, gestão e monitoramento deste Plano Diretor, cujo objetivo é elaborar e acompanhar políticas locais de desenvolvimento urbano, segundo diretrizes de Legislação Federal, em especial Estatuto da Cidade, Estadual e Municipal.

Art. 188. São atribuições do Conselho Municipal do Plano Diretor:

I - Acompanhar a implantação do Plano Diretor, analisando e deliberando sobre questões relativas à sua aplicação;

II - Acompanhar o processo de atualização permanente do Plano Diretor, através da proposição de alterações;

III - Deliberar sobre os casos omissos da legislação pertinente à gestão territorial, exceto parâmetros

construtivos, considerando as diretrizes desta Lei Complementar e vocação da região;

IV - Emitir parecer sobre proposta de alteração de Plano Diretor;

V - Emitir parecer sobre projetos de Lei de interesse da política territorial, antes de seu encaminhamento para o processo de aprovação pela Câmara Municipal;

VI - Aprovar e acompanhar a regulamentação legal e a implantação dos instrumentos de política municipal e de democratização da gestão, estabelecidos na presente Lei;

VII - Acompanhar a implantação dos Planos Setoriais de execução do Plano Diretor;

VIII - Acompanhar a elaboração dos projetos de Lei que regulamentarão o presente Plano

Diretor, deliberando sobre o seu conteúdo;

IX - Convocar audiências públicas;

IX - Elaborar seu regimento interno;

XI - Interagir com os demais conselhos municipais, visando a integração no controle social das ações de planejamento e implementação do Plano Diretor no Município;

XII - Estimular a participação popular para o acompanhamento e avaliação da política municipal de implementação do Plano Diretor;

XIII - Zelar pela aplicação da legislação municipal relacionada à implementação do Plano

Diretor.

Art. 189. O Conselho Municipal do Plano Diretor será composto por 20 (vinte) membros titulares e 20 (vinte) respectivos suplentes, contendo, necessariamente:

I - 10 (dez) representantes do Poder Executivo Municipal, assim distribuídos:

a) Secretário Municipal de Planejamento ou agente público responsável pelo setor de planejamento municipal

b) 01 (um) técnico do órgão gestor do Plano Diretor;

c) 01 (um) técnico da Secretaria Municipal de Urbanismo;

d) 01 (um) técnico da Secretaria Municipal de Obras Públicas e Transporte;

- e) 01 (um) técnico da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- f) 01 (um) técnico da Secretaria Municipal de Agricultura;
- g) 01 (um) técnico da Secretaria Municipal de Saúde;
- h) 01 (um) técnico da Secretaria Municipal de Finanças;
- i) 01 (um) técnico da Secretaria Municipal de Educação;
- j) 01 (um) técnico da Secretaria Municipal de Governo.

II - 10 (dez) representantes da sociedade civil, assim distribuídos:

- a) 05 (cinco) representantes das associações de bairro urbanas e/ou rurais e Conselho

Municipais;

b) 05 (cinco) representantes das associações de classe relacionadas ao desenvolvimento urbano, sendo obrigatório uma vaga para representantes dos arquitetos e engenheiros e uma vaga para representantes da indústria e comércio e de organizações não governamentais;

§ 1º A escolha do presidente do Conselho será por meio de eleição e seu mandato é de 02 (dois) anos.

§ 2º Sendo extintas as secretarias citadas no inciso I fica a pasta competente responsável pela indicação.

Art. 190. Para criação ou alteração de Leis que disponham sobre matéria pertinente ao Plano Diretor, especialmente a Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo e a Lei de Parcelamento do Solo, o Conselho Municipal do Plano Diretor deverá emitir parecer prévio como pré-requisito para o processo de aprovação pela Câmara Municipal.

Art. 191. O Poder Executivo Municipal garantirá suporte técnico, operacional e administrativo necessário ao pleno funcionamento do Conselho Municipal do Plano Diretor.

Subseção II Do Comitê Municipal de Urbanismo

Art. 192. O Conselho Municipal de Urbanismo, criado pelo Decreto nº 30.974/2017, passará a se denominar Comitê Municipal Urbanismo.

Art. 193. O Comitê Municipal de Urbanismo é órgão técnico, consultivo e deliberativo e tem as seguintes atribuições:

- I - Deliberar sobre questões técnicas de engenharia e arquitetura constantes na legislação urbanística;

II - Analisar e deliberar sobre os parâmetros construtivos omissos, em especial das áreas urbanas isoladas;

III - Requerer às Secretarias Municipais a análise quanto às solicitações encaminhadas para o Comitê;

IV - Analisar e deliberar sobre os usos condicionados, considerando as diretrizes desta legislação e vocação da região;

V - Debater e propor adequações e inclusões de temas à legislação urbanística.

Art. 194. O Comitê Municipal Urbanismo será presidido pelo Secretário Municipal de Urbanismo e composto por 5 (cinco) membros técnicos de carreira, conforme a seguinte composição:

I - 1 (um) Titular e 1 (um) Suplente representantes da Secretaria Municipal de Urbanismo;

II - 1 (um) Titular e 1 (um) Suplente representantes da Secretaria Municipal de Planejamento;

III - 1 (um) Titular e 1 (um) Suplente representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

IV - 1 (um) Titular e 1 (um) Suplente representantes da Secretaria Municipal de Obras Públicas;

V - 1 (um) Titular e 1 (um) Suplente representantes da Procuradoria Geral do Município.

§ 1º Os representantes e respectivos suplentes serão nomeados através de ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º O Comitê Municipal de Urbanismo terá como serviço auxiliar um secretário executivo, não possuindo direito a voz e voto.

§ 3º Em caso de empate, o voto de desempate caberá ao Secretário Municipal de Urbanismo.

Seção IV Da Revisão e Alteração do Plano Diretor

Art. 195. O Plano Diretor deverá ser revisado no prazo máximo de 10 (dez) anos conforme estabelece o §

Art. 195. O Plano Diretor deverá ser revisado no prazo máximo de 10 (dez) anos conforme estabelecido no 3º do art. 40 da Lei Federal nº 10.257/2001.

§ 1º O órgão gestor municipal de planejamento será responsável pela operacionalização deste processo.

§ 2º A revisão será coordenada tecnicamente pelo órgão gestor municipal de planejamento, a quem caberá presidir o processo e constituir Comissão Especial para Revisão do Plano Diretor.

§ 3º A Comissão Especial a que se refere o parágrafo anterior deverá articular junto aos demais órgãos da Prefeitura Municipal de Araucária a participação das diversas áreas técnicas setoriais para produção de estudos e propostas para revisão do Plano Diretor de Araucária, de forma a garantir o cumprimento de uma pauta de debates, capacitações, escutas sobre todas as temáticas que compõem o conjunto do Plano Diretor, como processo democrático obrigatório de

construção de proposições, em consonância com as normas estabelecidas pelo Estatuto da

Cidade e Constituição Federal.

§ 4º O processo de revisão do Plano Diretor de Araucária compreenderá a execução de atividades técnicas voltadas para a produção de estudos, diagnósticos e formulação de propostas e atividades estruturadas para a sua discussão com a sociedade, através de oficinas comunitárias e divulgação por meio da realização de audiências públicas.

§ 5º A proposta de revisão do Plano Diretor será submetida à discussão em uma Conferência Municipal convocada especialmente para esse fim, com ampla participação dos segmentos governamentais e da sociedade civil, que terá fins consultivos e propositivos.

§ 6º Após a aprovação da proposta em Conferência Municipal, a que se refere o parágrafo anterior, a proposta deverá ser submetida a uma instância de validação técnica pelo órgão gestor municipal de planejamento, que realizará as adequações que sejam necessárias.

Art. 196. Em caso de alteração do Plano Diretor e da legislação urbanística a ele correlata os

Poderes Executivo e Legislativo Municipais garantirão:

I - A participação social através de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade, que deverão ser realizadas em horários adequados;

II - A publicidade dos eventos com ampla divulgação prévia das datas, horários e locais, por meio da imprensa e internet;

III - A publicidade em tempo hábil dos documentos e informações produzidos a qualquer interessado,

por meio do portal oficial da Prefeitura Municipal de Araucária.

CAPÍTULO II

DOS INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

Art. 197. A gestão democrática é a garantia da participação popular em conjunto com o Poder Público Municipal no processo de planejamento, gestão, desenvolvimento da cidade, considerando as diretrizes, objetivos, princípios, ações e estratégias estabelecidos neste Plano Diretor.

Art. 198. Para garantir a gestão democrática, nos termos desta Lei Complementar, serão utilizados os seguintes instrumentos:

I - Órgãos colegiados de política urbana;

II - Debates, audiências e consultas públicas;

III - Conferências;

IV - Conselhos;

V - Gestão orçamentária participativa;

VI - Estudo de impacto de vizinhança;

VII - Projetos e programas específicos;

VIII - Iniciativa popular de Projeto de Lei.

Art. 199. Além dos instrumentos previstos nesta Lei, o Município de Araucária poderá estimular a criação de outros espaços de participação popular.

Art. 200. A participação de toda população na gestão municipal será assegurada pelo Poder Público, mediante a convocação das entidades da sociedade civil e da cidadania, especialmente daqueles que serão diretamente atingidos por decisões e atos tomados nos termos da presente Lei.

Art. 201. A informação acerca da realização dos debates, conferências, audiências públicas e gestão orçamentária participativa será garantida por meio de veiculação nas rádios locais, jornais locais e internet, podendo ainda, ser utilizados outros meios de divulgação, desde que assegurados os constantes nesta Lei.

Seção I Dos Debates

Art. 202. O poder público promoverá a realização periódica de sessões públicas de debates sobre temas relevantes de interesse público.

Art. 203. A realização dos debates poderá ser solicitada ao Município pelos Conselhos Municipais e por outras instituições representativas de classe e demais entidades de representação da sociedade.

Seção II Das Audiências Públicas

Art. 204. A audiência pública é um instituto de participação administrativa, aberta a indivíduos e a grupos sociais determinados, visando à legitimidade da ação administrativa, formalmente disciplinada em Lei, por meio da qual se exerce o direito de expor tendências, preferências e opções que podem conduzir o Poder Público a uma decisão de maior aceitação consensual.

Art. 205. As audiências públicas serão promovidas pelo poder público para garantir a gestão democrática da cidade, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade.

Parágrafo único. Ainda que com caráter não deliberativo, as audiências públicas implicam o dever de motivação do administrador quando da tomada das decisões em face dos debates e indagações realizados.

Art. 206. A realização de audiências públicas é condição prévia para alteração de legislação urbanística e encaminhamento para o poder legislativo municipal.

Art. 207. Serão realizadas audiências públicas nos processos de implantação de empreendimentos ou atividades de significativo impacto urbanístico ou ambiental com efeitos potencialmente danosos em seu entorno, bem como nos demais casos que forem de interesse público relevante.

§ 1º Todos os documentos relativos ao tema da audiência pública serão colocados à disposição de qualquer interessado para exame e extração de cópias, inclusive por meio eletrônico, em tempo hábil.

§ 2º As intervenções realizadas em audiência pública serão registradas por escrito e gravadas para acesso e divulgação públicos, devendo, o conselho respectivo ao tema, reter para seu acervo, uma cópia da lavratura da ata de realização da audiência.

§ 3º Serão obrigatórias as audiências públicas quando da realização de Estudos de Impactos de Vizinhaça, como condição prévia, se assim estabelecida pelo órgão gestor municipal de planejamento e indispensável à sua aprovação.

Seção III Das Consultas Públicas

Art. 208. A consulta pública é um instituto de participação administrativa, aberta a indivíduos e a grupos sociais determinados, visando à legitimidade da ação administrativa, formalmente disciplinada em Lei, por meio da qual o poder público disponibiliza todos os documentos relativos ao tema, em tempo hábil, para exame e extração de cópias, inclusive por meio eletrônico, a qualquer interessado.

Seção IV Das Conferências Públicas

Art. 209. As conferências públicas terão por objetivo a mobilização do governo municipal e da sociedade civil, na elaboração e avaliação das políticas públicas, onde serão discutidas as metas e prioridades para o Município.

Parágrafo único. A realização de conferências públicas é condição prévia para alteração da Lei do Plano Diretor.

Art. 210. As conferências públicas têm caráter consultivo e deliberativo, cuja abrangência será especificada no regulamento próprio de cada conferência pública a ser realizada.

§ 1º O regulamento próprio a que se refere o caput, deverá ser utilizado, necessariamente, para definir os procedimentos para a realização de conferências públicas.

§ 2º Todos os documentos relativos ao tema da respectiva conferência pública serão colocados à disposição de qualquer interessado para exame e extração de cópias, inclusive por meio eletrônico, em tempo hábil.

§ 3º As intervenções realizadas em conferência pública serão registradas por escrito e gravadas para acesso e divulgação públicos, devendo, o conselho respectivo ao tema, reter para seu acervo, uma cópia da lavratura da ata de realização da conferência.

Seção V Dos Conselhos

Art. 211. A participação da população na gestão municipal se dará, também, por meio de Conselhos, de caráter consultivo, deliberativo, propositivo e fiscalizatório, dentro de suas atribuições e apenas nos limites de sua competência, que deverá sempre ser fixada por Lei.

Seção VI

Da Gestão Orçamentária Participativa

Art. 212. Fica instituída a gestão orçamentária participativa, na qual inclui-se a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei do Orçamento Anual, como condição obrigatória para sua aprovação pela Câmara Municipal.

Art. 213. O Poder Executivo Municipal deverá estimular a discussão sobre o orçamento municipal.

Parágrafo único. A apresentação das demandas existentes no Município e as propostas de destinação de recursos serão levadas ao conhecimento da sociedade civil, especificando a destinação de recursos por áreas temáticas e localização geográfica.

CAPÍTULO III

DOS INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO DA POLÍTICA URBANA

Art. 214. O Orçamento Anual, Plurianual e Participativo, e a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Código Tributário do Município deverão observar e incorporar os objetivos, as diretrizes, as ações, as estratégias, os planos e os programas estabelecidos nesta Lei Complementar, assim como no Plano de Ação e Investimentos que integra o Plano Diretor, como instrumentos de financiamento da política urbana.

Seção Única

Dos Fundos Municipais

Art. 215. Os Fundos Municipais referentes à provisão de recursos para atendimento ao disposto neste Plano Diretor, são previstos por leis específicas e têm natureza contábil financeira, sem personalidade jurídica.

§ 1º Os recursos dos Fundos Municipais são destinados ao planejamento, execução e fiscalização das ações e estratégias definidas nesta Lei Complementar.

§ 2º Poderão ser criados ou alterados os Fundos previstos nesta seção mediante lei específica.

Subseção I

Do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano

Art. 216. O Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, regulamentado por lei específica, destina-se a dar o suporte financeiro à implementação de políticas de desenvolvimento urbano

voltados a ações relativas à urbanização, revitalização e requalificação de áreas públicas municipais e

voltados a ações relativas a urbanização, revitalização, e requalificação de áreas públicas municipais, e instalação e manutenção de equipamentos urbanos e comunitários.

§ 1º Todos os recursos provenientes da aplicação dos instrumentos da política urbana deverão ser obrigatoriamente destinados ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano e aplicados à execução das políticas urbanas previstas neste Plano Diretor.

§ 2º A gestão da aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano cabe ao seu Comitê Gestor.

§ 3º Fica estabelecido que parte dos recursos provenientes do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano deverão ser destinados prioritariamente para ações de planejamento tais como sistema de monitoramento e controle da execução do Plano Diretor.

Subseção II

Dos Demais Fundos Municipais Relacionados ao Plano Diretor

Art. 217. As políticas públicas indicadas neste Plano Diretor têm suporte financeiro nos Fundos

Municipais Setoriais, conforme respectivos objetivos, criados por legislação específica.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 218. O Conselho Municipal do Plano Diretor deverá ser regulamentado e adequado às exigências expressas nesta Lei no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Lei.

Art. 219. O Comitê Municipal de Urbanismo deverá ser regulamentado e adequado às exigências expressas nesta Lei no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Lei.

Art. 220. O Poder Executivo editará decretos e outros atos administrativos que se fizerem necessários à fiel execução desta Lei Complementar.

Art. 221. As despesas decorrentes da execução desta lei complementar correrão pelas dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 222. Revoga-se a Lei Complementar nº 5 de 6 de outubro de 2006.

Art. 223. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Araucária, 26 de dezembro de 2019.

HISSAM HUSSEIN DEHAINI

Prefeito de Araucária

Processo nº 10.672/2019

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 31/01/2024



www.LeisMunicipais.com.br

LEI COMPLEMENTAR Nº 16/2018

"Institui o Plano de Ação e Investimentos do Plano de Mobilidade de Araucária enquanto referência técnica e orçamentária para o planejamento e gestão da Mobilidade no Município."

A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Plano de Ação e Investimentos - PAI/PlaMob, instrumento fundamental do Plano de Mobilidade de Araucária, enquanto referência técnica e orçamentária para o planejamento e gestão da Mobilidade no Município.

Parágrafo único. O PAI/PlaMob encontra-se anexo a esta Lei e não deverá ser modificado sem o devido processo legal e a respectiva participação pública, salvo alterações já previstas nesta Lei.

Art. 2º Esta lei integra a Política Municipal de Mobilidade.

§ 1º O Plano Municipal de Mobilidade de Araucária é o documento de referência técnica que contém a fundamentação e o detalhamento das propostas constantes no Plano de Ação e Investimentos, devendo permanecer disponível para consulta pública.

§ 2º As ações constantes no PAI/PlaMob deverão ser interpretadas de acordo com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e da Política Municipal de Mobilidade.

Art. 3º O Poder Público Municipal deverá considerar as diretrizes, ações e orçamentos do Plano de Ação e Investimentos do PlaMob na formulação de sua política orçamentária, através de instrumentos orçamentários, considerando que podem existir variações no valor, fonte de financiamento e órgão responsável por implementar as ações justificáveis de acordo com a conjuntura.

§ 1º O PAI/PlaMob deverá ser integrado como anexo à Lei Municipal de Diretrizes Orçamentárias.

§ 2º O PAI/PlaMob deverá ser avaliado e revisado anualmente pelo Grupo Técnico Gestor da Mobilidade e sua revisão deverá ser aprovada pelo Conselho Municipal do Plano Diretor, ou outro que

venha a substituí-lo, até o mês de maio de cada ano.

§ 3º O detalhamento do orçamento estimativo para cada ação, as fontes de recurso e os órgãos responsáveis pelas ações deverá ser realizado no prazo de 30 dias após a promulgação desta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura do Município de Araucária, 23 de abril de 2018.

HISSAM HUSSEIN DEHAINI

Prefeito de Araucária

Download Anexo: Lei Complementar Nº 16/2018 - Araucária-PR (www.leismunicipais.com.brhttps://s3.amazonaws.com/municipais/anexos/araucaria-pr/2018/anexo-lei-complementar-16-2018-araucaria-pr-1.zip?X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAI4GGM64DHHZJ3HAA%2F20250731%2Fus-east-1%2Fs3%2Faws4_request&X-Amz-Date=20250731T131743Z&X-Amz-Expires=900&X-Amz-SignedHeaders=host&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3Danexo-lei-complementar-16-2018-araucaria-pr-1.zip&X-Amz-Signature=755a95895df7215813e5b45d61857c24fb8527d54c884a9a4b9e149e64ed1faf)

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 03/05/2018

MUNICIPIO DE ARAUCARIA

Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências - Lei de Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Riscos Fiscais
LDO: 2026



ARF (LRF, art 4º, § 3º) R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	R\$ 10.000.000,00	Limitação de empenhos de outras dotações para cobertura das insuficiências localizadas no orçamento da PGM, ou a utilização de excesso de arrecadação de outras receitas com valor suficiente para suplementação das dotações específicas.	R\$ 10.000.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	R\$ 0,00		
Avais e Garantias Concedidas	R\$ 0,00		
Assunção de Passivos	R\$ 0,00		
Assistências Diversas	R\$ 0,00		
Outros Passivos Contingentes	R\$ 0,00		
SUBTOTAL	R\$ 10.000.000,00	SUBTOTAL	R\$ 10.000.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	R\$ 30.000.000,00	Limitação de empenhos e movimentação financeira nos termos do que dispõe a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Atualização do valor venal dos imóveis com impacto direto na arrecadação do IPTU.	R\$ 30.000.000,00
Restituição de Tributos a Maior	R\$ 0,00		
Discrepância de Projeções	R\$ 0,00		
Outros Riscos Fiscais	R\$ 0,00		
SUBTOTAL	R\$ 30.000.000,00	SUBTOTAL	R\$ 30.000.000,00

TOTAL	R\$ 40.000.000,00	TOTAL	R\$ 40.000.000,00
--------------	--------------------------	--------------	--------------------------

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM Unidade Responsável: MUNICIPIO DE ARAUCARIA
Data Emissão: 31/07/2025 Hora Emissão: 15:27
Nota Explicativa:



MUNICÍPIO DE ARAUCARIA
Gerenciamento do Sistema
Consultar Obra da LDO
Entidade: Todos / Licitação - Modalidade: Todos

Pág 1 / 1

Entidade	Código	Descrição	Data Início	Data de Conclusão	Qtd	Unidade	Valor Previsto	Valor Gasto	Valor Execução	Valor Projeto	Percentual Licitação - Medido Modalidade	Licitação - Nº	Licitação - Ano
MUNICÍPIO DE ARAUCARIA	1	Presidente Carlos Cavalcante Obs.: PLAMOB			1,17	KM2	5.240.000,00	0,00	0,00	0,00			
MUNICÍPIO DE ARAUCARIA	2	Tadeu Milan			0,29	KM2	1.290.000,00	0,00	0,00	0,00			
MUNICÍPIO DE ARAUCARIA	3	Archelau de Almeida Torres Obs.: PLAMOB			0,76	KM2	3.410.000,00	0,00	0,00	0,00			
MUNICÍPIO DE ARAUCARIA	5	Thadeu Sluzarz			1,27	KM2	5.690.000,00	0,00	0,00	0,00			
MUNICÍPIO DE ARAUCARIA	6	Estrada Luiz Túlio			0,80	KM2	3.600.000,00	0,00	0,00	0,00			
MUNICÍPIO DE ARAUCARIA	7	Segismundo - COHAB (Esp. 3) Obs.: PLAMOB			0,50	KM2	2.250.000,00	0,00	0,00	0,00			
MUNICÍPIO DE ARAUCARIA	8	Paraíba/Sergipe			0,23	KM2	1.050.000,00	0,00	0,00	0,00			
MUNICÍPIO DE ARAUCARIA	9	Rua Pe Boleslau e Rua Adão Nikodemski			0,57	KM2	2.560.000,00	0,00	0,00	0,00			
MUNICÍPIO DE ARAUCARIA	10	Avenida César Hasselman Obs.: PLAMOB			0,80	KM2	3.600.000,00	0,00	0,00	0,00			
MUNICÍPIO DE ARAUCARIA	11	Pedro de Alcantara Meira Obs.: PLAMOB			1,30	KM2	5.850.000,00	0,00	0,00	0,00			
MUNICÍPIO DE ARAUCARIA	12	Av. Curitiba Obs.: PLAMOB			0,31	KM2	1.400.000,00	0,00	0,00	0,00			
MUNICÍPIO DE ARAUCARIA	13	Flor-de-Lis			0,14	KM2	630.000,00	0,00	0,00	0,00			
MUNICÍPIO DE ARAUCARIA	14	Adolescentro Costeira			0,14	KM2	630.000,00	0,00	0,00	0,00			
MUNICÍPIO DE ARAUCARIA	15	Eduardo Wagner/ Francisca Bonvim			0,35	KM2	1.580.000,00	0,00	0,00	0,00			
MUNICÍPIO DE ARAUCARIA	16	Prefeito José Tadeu Saliba			0,16	KM2	720.000,00	0,00	0,00	0,00			
MUNICÍPIO DE ARAUCARIA	17	Maria Roxane Charvet			0,21	KM2	950.000,00	0,00	0,00	0,00			
MUNICÍPIO DE ARAUCARIA	18	R. Curió Urbano Obs.: PLAMOB			0,35	KM2	1.580.000,00	0,00	0,00	0,00			

Total de Registros:

17

MUNICIPIO DE ARAUCARIA - PR

Lei de Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Metas Fiscais

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER
CONTINUADO

Ano de Referência: 2026



AMF – Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2026
Aumento Permanente da Receita	30.000.000,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	30.000.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	30.000.000,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	2.556.000,00
Novas DOCC	2.556.000,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	27.444.000,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA. Emissão: 31/07/2025, às 15:26:59.

**MUNICIPIO DE ARAUCARIA - PR**Lei de Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Metas Fiscais**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**

Ano de Referência: 2026

AMF – Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2026	2027	2028	
Imposto Territorial/ Predial	Incentivos Fiscais	Contribuintes em geral, Pessoa Física ou Jurídica	849.600,00	905.000,00	964.000,00	Redução nos custos para ajuizamento de débitos com baixo valor. Incentivo ao desenvolvimento industrial e geração de emprego e Renda trazendo incremento na arrecadação de ISS com implantação de programas (Nota Fiscal Eletrônica, ISS na construção civil), implementação nas ações de cobrança extra judicial (conciliação).
Imposto Territorial/ Predial	Remissão	Contribuintes em geral - pessoa física ou jurídica.	955.800,00	1.018.000,00	1.085.000,00	Redução nos custos para ajuizamento de débitos com baixo valor. Incentivo ao desenvolvimento industrial e geração de emprego e Renda trazendo incremento na arrecadação de ISS com implantação de programas (Nota Fiscal Eletrônica, ISS na construção civil), implementação nas ações de cobrança extra judicial (conciliação).
ITBI	Anistia	Pessoa física ou jurídica	400.000,00	400.000,00	400.000,00	Redução nos custos para ajuizamento de débitos com baixo valor. Incentivo ao desenvolvimento industrial e geração de emprego e Renda trazendo incremento na arrecadação de ISS com implantação de programas (Nota Fiscal Eletrônica, ISS na construção civil), implementação nas ações de cobrança extra judicial (conciliação).
ISSQN Imposto sobre serviço de	Remissão	Contribuintes - pessoa física ou jurídica	700.000,00	700.000,00	700.000,00	Redução nos custos para ajuizamento de débitos com baixo valor. Incentivo ao desenvolvimento industrial e geração de emprego e Renda trazendo incremento na arrecadação de ISS com implantação de programas (Nota Fiscal Eletrônica, ISS na construção civil), implementação nas ações de cobrança extra judicial (conciliação).
TOTAL			2.905.400,00	3.023.000,00	3.149.000,00	–

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICIPIO DE ARAUCARIA. Emissão: 31/07/2025, às 15:26:50.

**MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA**

Planejamento e Orçamento

Anexo 06- AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Ano de Referência: 2026

Pág 1 / 4

AMF – Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES (I)	268.044.644,23	368.461.848,10	319.501.703,13
Receita de Contribuições dos Segurados	46.024.809,81	55.467.990,40	60.920.362,60
Ativo	43.304.087,14	52.082.589,68	57.051.800,99
Inativo	2.636.800,15	3.265.480,15	3.717.697,23
Pensionista	83.922,52	119.920,57	150.864,38
Receita de Contribuições Patronais	47.014.420,88	56.151.003,09	63.270.396,87
Ativo	47.014.420,88	56.151.003,09	63.270.396,87
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	151.367.870,72	217.223.292,81	124.962.072,03
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	151.367.870,72	217.223.292,81	124.962.072,03
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	23.383.876,96	39.597.679,99	70.348.871,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	2.710.624,71	6.608.814,97
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	23.383.876,96	36.887.055,28	63.740.056,03
Demais Receitas Correntes	253.665,86	21.881,81	0,63
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	244.660.767,27	331.574.792,82	255.761.647,10

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2022	2023	2024
Benefícios	158.808.740,06	185.835.581,28	207.660.590,73
Aposentadorias	147.295.392,47	173.014.395,35	193.511.122,53
Pensões por Morte	11.513.347,59	12.821.185,93	14.149.468,20
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	2.137.032,19	1.733.177,81
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	279.621,57	467.764,45
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	1.857.410,62	1.265.413,36
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	158.808.740,06	187.972.613,47	209.393.768,54

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)	85.852.027,21	143.602.179,35	46.367.878,56
--	----------------------	-----------------------	----------------------

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2022	2023	2024
VALOR	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2022	2023	2024
VALOR	0,00	144.026.736,00	246.776.392,00

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	2022	2023	2024
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	36.867.319,04	63.674.191,56
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2022	2023	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.627.151,31	8.816,01	1.821,71
Investimentos e Aplicações	1.467.016.386,24	1.702.421.738,51	1.796.309.544,85
Outro Bens e Direitos	0,00	0,00	2.716.633.694,69

**MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA**

Planejamento e Orçamento

Pág 2 / 4

Anexo 06- AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Ano de Referência: 2026

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES RPPS			
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2022	2023	2024
Receitas Correntes	0,00	14.349,61	5.153.653,05
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	0,00	14.349,61	5.153.653,05

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2022	2023	2024
Despesas Correntes (XIII)	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	16.500,00	2.318,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XV) = (XIII + XIV)	0,00	16.500,00	2.318,00

RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	0,00	(2.150,39)	5.151.335,05
---	-------------	-------------------	---------------------

BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	2022	2023	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outros bens e direitos	0,00	0,00	0,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO	2022	2023	2024
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO)(XVII)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO	2022	2023	2024
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO)(XVIII)	0,00	0,00	0,00

RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREIRO (XIX) = (XVII - XVIII)	0,00	0,00	0,00
---	-------------	-------------	-------------

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exerc. Anterior) + (c)
2024	346.777.810,93	224.417.641,02	122.360.169,91	1.833.461.597,07
2025	367.942.838,14	236.915.752,91	131.027.085,23	1.964.488.682,30
2026	377.499.653,91	251.088.471,96	126.411.181,95	2.090.899.864,25
2027	386.667.533,08	264.404.575,89	122.262.957,19	2.213.162.821,44
2028	393.247.780,76	276.984.383,67	116.263.397,09	2.329.426.218,53
2029	398.891.912,62	291.443.272,26	107.448.640,36	2.436.874.858,89
2030	403.385.445,79	304.002.926,70	99.382.519,09	2.536.257.377,98
2031	407.125.012,02	314.195.303,62	92.929.708,40	2.629.187.086,38
2032	408.465.261,50	329.758.721,80	78.706.539,70	2.707.893.626,08
2033	408.723.403,69	344.587.939,95	64.135.463,74	2.772.029.089,82
2034	407.917.584,63	356.875.050,16	51.042.534,47	2.823.071.624,29
2035	407.284.758,15	366.074.147,70	41.210.610,45	2.864.282.234,74
2036	406.261.629,03	373.514.453,74	32.747.175,29	2.897.029.410,03

MUNICÍPIO DE ARAUCARIA

Pág 3 / 4

Planejamento e Orçamento

Anexo 06- AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Ano de Referência: 2026



2037	405.113.664,82	378.666.234,92	26.447.429,90	2.923.476.839,93
2038	403.318.942,34	382.704.028,32	20.614.914,02	2.944.091.753,95
2039	400.551.865,77	387.612.165,25	12.939.700,52	2.957.031.454,47
2040	396.085.922,28	394.881.680,97	1.204.241,31	2.958.235.695,78
2041	391.073.511,23	400.409.171,27	(9.335.660,04)	2.948.900.035,74
2042	386.038.618,60	403.241.949,16	(17.203.330,56)	2.931.696.705,18
2043	380.255.868,10	405.824.028,57	(25.568.160,47)	2.906.128.544,71
2044	373.541.998,58	408.656.805,45	(35.114.806,87)	2.871.013.737,84
2045	366.473.428,60	410.092.203,02	(43.618.774,42)	2.827.394.963,42
2046	357.183.762,07	415.036.003,81	(57.852.241,74)	2.769.542.721,68
2047	348.970.590,06	414.233.211,87	(65.262.621,81)	2.704.280.099,87
2048	340.961.204,17	411.048.114,61	(70.086.910,44)	2.634.193.189,43
2049	333.484.305,06	405.064.806,01	(71.580.500,95)	2.562.612.688,48
2050	326.030.855,68	398.154.265,56	(72.123.409,88)	2.490.489.278,60
2051	317.531.696,29	393.103.048,71	(75.571.352,42)	2.414.917.926,18
2052	310.111.440,34	384.334.495,91	(74.223.055,57)	2.340.694.870,61
2053	303.931.374,99	372.303.675,42	(68.372.300,43)	2.272.322.570,18
2054	298.182.143,85	359.719.573,82	(61.537.429,97)	2.210.785.140,21
2055	293.022.873,12	346.401.644,44	(53.378.771,32)	2.157.406.368,89
2056	287.563.872,52	334.780.238,62	(47.216.366,10)	2.110.190.002,79
2057	283.759.139,57	320.039.994,85	(36.280.855,28)	2.073.909.147,51
2058	139.390.178,13	304.517.956,07	(165.127.777,94)	1.908.781.369,57
2059	127.958.498,76	288.549.288,05	(160.590.789,29)	1.748.190.580,28
2060	116.923.930,76	272.560.520,17	(155.636.589,41)	1.592.553.990,87
2061	106.339.128,96	256.575.545,79	(150.236.416,83)	1.442.317.574,04
2062	96.258.977,75	240.618.422,76	(144.359.445,01)	1.297.958.129,03
2063	86.669.219,01	224.870.668,68	(138.201.449,67)	1.159.756.679,36
2064	77.557.730,77	209.464.380,17	(131.906.649,40)	1.027.850.029,96
2065	68.931.973,71	194.462.684,20	(125.530.710,49)	902.319.319,47
2066	60.794.457,72	179.926.151,08	(119.131.693,36)	783.187.626,11
2067	53.141.163,75	165.904.997,96	(112.763.834,21)	670.423.791,90
2068	45.963.816,86	152.444.606,83	(106.480.789,97)	563.943.001,93
2069	39.250.225,94	139.581.399,39	(100.331.173,45)	463.611.828,48
2070	32.985.267,29	127.346.014,81	(94.360.747,52)	369.251.080,96
2071	27.150.605,68	115.757.249,42	(88.606.643,74)	280.644.437,22
2072	21.726.143,66	104.825.754,63	(83.099.610,97)	197.544.826,25
2073	16.690.213,27	94.556.861,39	(77.866.648,12)	119.678.178,13
2074	12.019.456,62	84.948.547,74	(72.929.091,12)	46.749.087,01
2075	7.689.515,44	75.995.915,35	(68.306.399,91)	(21.557.312,90)
2076	4.720.959,38	67.689.240,73	(62.968.281,35)	(84.525.594,25)
2077	4.102.214,80	60.014.088,74	(55.911.873,94)	(140.437.468,19)
2078	3.557.274,34	52.953.805,03	(49.396.530,69)	(189.833.998,88)
2079	3.077.770,36	46.487.550,54	(43.409.780,18)	(233.243.779,06)
2080	2.655.601,18	40.590.228,13	(37.934.626,95)	(271.178.406,01)
2081	2.283.684,60	35.236.986,55	(32.953.301,95)	(304.131.707,96)
2082	1.955.909,57	30.401.976,99	(28.446.067,42)	(332.577.775,38)
2083	1.666.894,75	26.056.761,41	(24.389.866,66)	(356.967.642,04)
2084	1.412.320,20	22.172.596,25	(20.760.276,05)	(377.727.918,09)
2085	1.188.745,07	18.721.679,61	(17.532.934,54)	(395.260.852,63)
2086	993.105,05	15.675.342,08	(14.682.237,03)	(409.943.089,66)
2087	822.559,80	13.003.491,09	(12.180.931,29)	(422.124.020,95)
2088	674.781,36	10.678.810,53	(10.004.029,17)	(432.128.050,12)
2089	547.630,34	8.673.798,40	(8.126.168,06)	(440.254.218,18)
2090	439.243,53	6.962.121,08	(6.522.877,55)	(446.777.095,73)
2091	347.800,22	5.516.533,94	(5.168.733,72)	(451.945.829,45)
2092	271.578,41	4.310.169,83	(4.038.591,42)	(455.984.420,87)
2093	208.826,63	3.316.160,22	(3.107.333,59)	(459.091.754,46)
2094	157.921,33	2.509.194,74	(2.351.273,41)	(461.443.027,87)
2095	117.245,46	1.863.826,26	(1.746.580,80)	(463.189.608,67)
2096	85.281,67	1.356.201,77	(1.270.920,10)	(464.460.528,77)

MUNICIPIO DE ARAUCARIA

Planejamento e Orçamento



Anexo 06- AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
Ano de Referência: 2026

2097	60.643,19	964.461,01	(903.817,82)	(465.364.346,59)
2098	42.069,50	668.793,98	(626.724,48)	(465.991.071,07)
2099	28.403,19	451.079,70	(422.676,51)	(466.413.747,58)

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICIPIO DE ARAUCARIA. Emissão: 31/07/2025, às 15:26:42.



MUNICIPIO DE ARAUCARIA - PR

Lei de Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Metas Fiscais

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Entidade(s): Consolidado
Ano de Referência: 2026

AMF – Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2024 (a)	2023 (b)	2022 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	335.867,40	829.762,36	1.080.929,62
Alienação de Bens Móveis	197.309,17	710.299,28	1.000.680,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	138.558,23	119.463,08	80.249,62

DESPESAS EXECUTADAS	2024 (d)	2023 (e)	2022 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	1.012.589,48	746.682,00	372.565,20
DESPESAS DE CAPITAL	1.012.589,48	746.682,00	372.565,20
Investimentos	1.012.589,48	746.682,00	372.565,20
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO	2024 (g) = ((Ia – II d) + III h)	2023 (h) = ((Ib – II e) + III i)	2022 (i) = (Ic – II f)
VALOR (III)	542.368,74	1.219.090,82	1.136.010,46

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICIPIO DE ARAUCARIA. Emissão: 31/07/2025, às 15:26:16.



MUNICIPIO DE ARAUCARIA - PR
Lei de Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Metas Fiscais
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Entidade(s): Consolidado
Ano de Referência: 2026

AMF – Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III) R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
Reservas	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
Resultado Acumulado	1.643.380.470,28	100,00 %	1.480.452.760,08	100,00 %	1.427.168.858,74	100,00 %
TOTAL	1.643.380.470,28	100,00 %	1.480.452.760,08	100,00 %	1.427.168.858,74	100,00 %

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
Reservas	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
TOTAL	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICIPIO DE ARAUCARIA. Emissão: 31/07/2025, às 15:26:03.



MUNICÍPIO DE ARAUCARIA - PR

Lei de Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Metas Fiscais

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Entidade(s): Consolidado
Ano de Referência: 2026

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	1.546.760.180,58	1.556.862.723,51	0,65	1.615.759.932,67	3,78	1.956.092.496,55	21,06	1.968.814.209,57	0,65	2.041.997.328,09	3,72
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	1.406.361.331,04	1.425.893.623,51	1,39	1.485.493.329,07	4,18	1.763.980.213,36	18,75	1.873.164.631,24	6,19	1.961.913.789,62	4,74
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	1.464.760.180,58	1.467.135.461,78	0,16	1.511.192.232,67	3,00	1.855.476.996,55	22,78	1.858.137.159,57	0,14	1.920.252.573,09	3,34
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	1.401.258.180,58	1.411.593.766,70	0,74	1.423.752.945,91	0,86	1.685.165.996,55	18,36	1.670.746.159,57	(0,86)	1.724.237.573,09	3,20
Receita Total (COM FONTES RPPS)	261.606.736,00	387.491.392,00	48,12	419.495.286,00	8,26	368.462.503,45	(12,17)	393.195.790,43	6,71	406.564.671,91	3,40
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	131.692.661,00	124.097.200,00	(5,77)	131.543.032,00	6,00	139.568.000,00	6,10	145.150.720,00	4,00	150.666.447,36	3,80
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	343.606.736,00	482.736.392,00	40,49	524.062.986,00	8,56	469.078.003,45	(10,49)	503.872.840,43	7,42	528.309.426,91	4,85
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	199.580.000,00	235.960.000,00	18,23	261.784.200,00	10,94	310.975.500,00	18,79	341.702.250,00	9,88	375.473.988,60	9,88
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	5.103.150,46	14.299.856,81	180,22	61.740.383,16	331,76	78.814.216,81	27,65	202.418.471,67	156,83	237.676.216,53	17,42
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	(62.784.188,54)	(97.562.943,19)	55,39	(68.500.784,84)	(29,79)	(92.593.283,19)	35,17	5.866.941,67	(106,34)	12.868.675,29	119,34
Dívida Pública Consolidada (DC)	261.630.132,55	189.062.577,17	(27,74)	0,00	(100,00)	279.712.163,90	100,00	292.299.211,28	4,50	305.452.675,79	4,50
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(4.639.492,18)	(143.787.605,42)	2.999,21	(275.000.000,00)	91,25	29.220.992,26	(110,63)	30.535.936,91	4,50	31.910.054,08	4,50
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	(132.301.084,42)	42.590.386,02	(132,19)	0,00	(100,00)	(25.028.778,35)	100,00	(26.155.073,38)	4,50	(27.332.051,68)	4,50

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	1.694.434.788,68	1.626.921.546,07	(3,98)	1.615.759.932,67	(0,69)	1.871.858.848,37	15,85	1.802.902.140,13	(3,68)	1.789.395.324,09	(0,75)
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	1.540.631.569,58	1.490.058.836,57	(3,28)	1.485.493.329,07	(0,31)	1.688.019.342,93	13,63	1.715.312.956,42	1,62	1.719.218.391,29	0,23
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	1.604.605.961,68	1.533.156.557,56	(4,45)	1.511.192.232,67	(1,43)	1.775.576.073,25	17,50	1.701.551.850,53	(4,17)	1.682.710.808,73	(1,11)
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	1.535.041.203,48	1.475.115.486,20	(3,90)	1.423.752.945,91	(3,48)	1.612.599.039,76	13,26	1.529.952.299,23	(5,13)	1.510.943.529,88	(1,24)
Receita Total (COM FONTES RPPS)	286.583.246,71	404.928.504,64	41,30	419.495.286,00	3,60	352.595.697,08	(15,95)	360.061.162,00	2,12	356.271.241,32	(1,05)
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	144.265.820,27	129.681.574,00	(10,11)	131.543.032,00	1,44	133.557.894,74	1,53	132.918.861,75	(0,48)	132.028.496,17	(0,67)
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	376.412.073,71	504.459.529,64	34,02	524.062.986,00	3,89	448.878.472,20	(14,35)	461.411.451,60	2,79	462.955.756,69	0,33
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	218.634.601,13	246.578.200,00	12,78	261.784.200,00	6,17	297.584.210,53	13,68	312.906.984,73	5,15	329.026.581,12	5,15
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	5.590.366,10	14.943.350,37	167,31	61.740.383,16	313,16	75.420.303,17	22,16	185.360.657,19	145,77	208.274.861,41	12,36
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	(68.778.414,76)	(101.953.275,63)	48,23	(68.500.784,84)	(32,81)	(88.606.012,62)	29,35	5.372.534,21	(106,06)	11.276.776,46	109,90
Dívida Pública Consolidada (DC)	286.608.877,01	197.570.393,14	(31,07)	0,00	(100,00)	267.667.142,49	100,00	267.667.142,49	0,00	267.667.142,49	0,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(5.082.440,74)	(150.258.047,66)	2.856,42	(275.000.000,00)	83,02	27.962.672,02	(110,17)	27.962.672,02	0,00	27.962.672,03	0,00
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	(144.932.332,00)	44.506.953,39	(130,71)	0,00	(100,00)	(23.950.984,07)	100,00	(23.950.984,07)	0,00	(23.950.984,07)	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE ARAUCARIA. Emissão: 31/07/2025, às 15:25:57.



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA - PR

Lei de Diretrizes Orçamentárias
Anexo de Metas Fiscais

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Entidade(s): Consolidado
Ano de Referência: 2026

AMF – Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2024 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2024 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	1.556.862.723,51	0,222	111,20	1.603.280.152,56	0,223	104,89	46.417.429,05	2,98
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	1.425.893.623,51	0,204	101,85	1.515.556.496,52	0,211	99,15	89.662.873,01	6,29
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	1.467.135.461,78	0,210	104,80	1.551.075.849,15	0,216	101,47	83.940.387,37	5,72
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	1.411.593.766,70	0,202	100,83	1.476.610.783,28	0,205	96,60	65.017.016,58	4,61
Receita Total (COM FONTES RPPS)	387.491.392,00	0,055	27,68	324.655.356,18	0,045	21,24	(62.836.035,82)	(16,22)
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	124.097.200,00	0,018	8,86	124.190.759,47	0,017	8,12	93.559,47	0,08
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	482.736.392,00	0,069	34,48	214.459.252,18	0,030	14,03	(268.277.139,82)	(55,57)
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	235.960.000,00	0,034	16,85	214.459.252,18	0,030	14,03	(21.500.747,82)	(9,11)
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	14.299.856,81	0,002	1,02	38.945.713,24	0,005	2,55	24.645.856,43	172,35
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	(97.562.943,19)	-0,014	-6,97	(51.322.779,47)	-0,007	-3,36	46.240.163,72	(47,40)
Dívida Pública Consolidada (DC)	189.062.577,17	0,027	13,50	256.616.664,13	0,036	16,79	67.554.086,96	35,73
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	(143.787.605,42)	-0,021	-10,27	26.808.249,78	0,004	1,75	170.595.855,20	(118,64)
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	42.590.386,02	0,006	3,04	(22.962.181,97)	-0,003	-1,50	(65.552.567,99)	(153,91)

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA. Emissão: 31/07/2025, às 15:25:38.



MUNICIPIO DE ARAUCARIA

Planejamento e Orçamento

METAS ANUAIS

Ano de Referência: 2026 Entidade: Consolidado

AMF – Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)												RS 1,00
ESPECIFICAÇÃO	2026				2027				2028			
	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	% RCL
	Corrente (a)	Constante	(a / PIB) x 100	(a / RCL) x 100	Corrente (b)	Constante	(b / PIB) x 100	(b / RCL) x 100	Corrente (c)	Constante	(c / PIB) x 100	(c / RCL) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	1.956.092.496,55	1.871.858.848,37	0,238	112,550	1.968.814.209,57	1.802.902.140,13	0,226	106,480	2.041.997.328,09	1.789.395.324,09	0,222	103,810
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	1.763.980.213,36	1.688.019.342,93	0,215	101,510	1.873.164.631,24	1.715.312.956,43	0,215	101,300	1.961.913.789,62	1.719.218.391,30	0,213	99,740
Receitas Primárias Correntes	1.729.979.093,36	1.655.482.385,99	0,211	99,550	1.840.741.951,24	1.685.622.537,25	0,212	99,550	1.958.488.789,62	1.716.217.075,43	0,213	99,570
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	347.554.310,00	332.587.856,46	0,042	20,000	370.139.200,00	338.947.551,57	0,043	20,020	394.170.660,00	345.410.410,78	0,043	20,040
Transferências Correntes	1.327.576.812,08	1.270.408.432,61	0,162	76,390	1.412.686.214,68	1.293.639.078,48	0,162	76,400	1.503.316.960,08	1.317.351.546,94	0,163	76,430
Demais Receitas Primárias Correntes	54.847.971,28	52.486.096,92	0,007	3,160	57.916.536,56	53.035.907,20	0,007	3,130	61.001.169,54	53.455.117,71	0,007	3,100
Receitas Primárias de Capital	34.001.120,00	32.536.956,94	0,004	1,960	32.422.680,00	29.690.419,18	0,004	1,750	3.425.000,00	3.001.315,87	0,000	0,170
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	1.855.476.996,55	1.775.576.073,25	0,226	106,760	1.858.137.159,57	1.701.551.850,53	0,214	100,490	1.920.252.573,09	1.682.710.808,73	0,209	97,620
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	1.685.165.996,55	1.612.599.039,77	0,206	96,960	1.670.746.159,57	1.529.952.299,23	0,192	90,360	1.724.237.573,09	1.510.943.529,88	0,187	87,650
Despesas Primárias Correntes	1.393.555.479,08	1.333.545.913,00	0,170	80,180	1.486.926.547,15	1.361.623.174,51	0,171	80,420	1.594.918.183,27	1.397.621.387,74	0,173	81,080
Pessoal e Encargos Sociais	736.253.267,28	704.548.581,13	0,090	42,360	784.938.466,84	718.791.663,96	0,090	42,450	840.342.600,73	736.389.367,26	0,091	42,720
Outras Despesas Correntes	657.302.211,80	628.997.331,87	0,080	37,820	701.988.080,31	642.831.510,55	0,081	37,970	754.575.582,54	661.232.020,48	0,082	38,360
Despesas Primárias de Capital	291.610.517,47	279.053.126,77	0,036	16,780	183.819.612,42	168.329.124,72	0,021	9,940	129.319.389,82	113.322.142,14	0,014	6,570
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Receita Total (COM FONTES RPPS)	368.462.503,45	352.595.697,08	0,045	21,200	393.195.790,43	360.061.162,00	0,045	21,270	406.564.671,91	356.271.241,32	0,044	20,670
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	139.568.000,00	133.557.894,74	0,017	8,030	145.150.720,00	132.918.861,75	0,017	7,850	150.666.447,36	132.028.496,17	0,016	7,660
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	469.078.003,45	448.878.472,20	0,057	26,990	503.872.840,43	461.411.451,60	0,058	27,250	528.309.426,91	462.955.756,69	0,057	26,860
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	310.975.500,00	297.584.210,53	0,038	17,890	341.702.250,00	312.906.984,73	0,039	18,480	375.473.988,60	329.026.581,12	0,041	19,090
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	78.814.216,81	75.420.303,16	0,010	4,550	202.418.471,67	185.360.657,20	0,020	10,940	237.676.216,53	208.274.861,42	0,030	12,090
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	(92.593.283,19)	(88.606.012,63)	-0,010	-5,310	5.866.941,67	5.372.534,22	0,000	0,310	12.868.675,29	11.276.776,47	0,010	0,660
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	7.724.373,24	7.391.744,73	0,001	0,440	8.071.970,04	7.391.744,73	0,001	0,440	8.435.208,69	7.391.744,73	0,001	0,430
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	12.908.197,51	12.352.342,11	0,002	0,740	13.489.066,40	12.352.342,12	0,002	0,730	14.096.074,39	12.352.342,12	0,002	0,720
Dívida Pública Consolidada (DC)	279.712.163,90	267.667.142,49	0,034	16,090	292.299.211,28	267.667.142,49	0,034	15,810	305.452.675,79	267.667.142,49	0,033	15,530
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	29.220.992,26	27.962.672,02	0,004	1,680	30.535.936,91	27.962.672,02	0,004	1,650	31.910.054,08	27.962.672,03	0,004	1,620
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	(25.028.778,35)	(23.950.984,07)	-0,003	-1,440	(26.155.073,38)	(23.950.984,07)	-0,003	-1,410	(27.332.051,68)	(23.950.984,07)	-0,003	-1,390

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: MUNICIPIO DE ARAUCARIA. Emissão: 31/07/2025, às 15:24:34.

NOTA:



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - Metas Fiscais da Receita
Entidade(s): Consolidado
Ano da LDO: 2026

Pág 1 / 13

Conta	Valor
40000000000000000000 - Receita Orçamentária	2.567.727.180,00
41000000000000000000 - Receitas correntes	2.195.049.401,55
41100000000000000000 - Impostos, taxas e contribuições de melhoria	350.528.110,00
41110000000000000000 - Impostos	332.100.000,00
41112000000000000000 - Impostos sobre o patrimônio	70.988.000,00
41112500000000000000 - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana	43.161.000,00
41112500100000000000 - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - principal	38.232.000,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	22.939.200,00
01104 - 25% sobre demais impostos vinculados e Educação- Exercício Corrente	9.558.000,00
01303 - Saúde- Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) Exercício Corrente	5.734.800,00
41112500200000000000 - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - multas e juros	121.000,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	72.600,00
01104 - 25% sobre demais impostos vinculados e Educação- Exercício Corrente	30.250,00
01303 - Saúde- Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) Exercício Corrente	18.150,00
41112500300000000000 - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - dívida ativa	3.427.000,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	2.056.200,00
01104 - 25% sobre demais impostos vinculados e Educação- Exercício Corrente	856.750,00
01303 - Saúde- Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) Exercício Corrente	514.050,00
41112500400000000000 - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - dívida ativa - multas e juros	1.381.000,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	828.600,00
01104 - 25% sobre demais impostos vinculados e Educação- Exercício Corrente	345.250,00
01303 - Saúde- Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) Exercício Corrente	207.150,00
41112530000000000000 - Impostos sobre transmissão "inter vivos" de bens imóveis e de direitos sobre imóveis	27.827.000,00
41112530100000000000 - Impostos sobre transmissão "inter vivos" de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - principal	27.802.000,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	16.681.200,00
01104 - 25% sobre demais impostos vinculados e Educação- Exercício Corrente	6.950.500,00
01303 - Saúde- Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) Exercício Corrente	4.170.300,00
41112530200000000000 - Impostos sobre transmissão "inter vivos" de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - multas e juros	4.300,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	2.580,00
01104 - 25% sobre demais impostos vinculados e Educação- Exercício Corrente	1.075,00
01303 - Saúde- Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) Exercício Corrente	645,00
41112530300000000000 - Impostos sobre transmissão "inter vivos" de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - dívida ativa	14.500,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	8.700,00
01104 - 25% sobre demais impostos vinculados e Educação- Exercício Corrente	3.625,00
01303 - Saúde- Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) Exercício Corrente	2.175,00
41112530400000000000 - Impostos sobre transmissão "inter vivos" de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - dívida ativa - multas e juros	6.200,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	3.720,00
01104 - 25% sobre demais impostos vinculados e Educação- Exercício Corrente	1.550,00
01303 - Saúde- Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) Exercício Corrente	930,00
41113000000000000000 - Impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza	122.431.000,00
41113030000000000000 - Imposto sobre a renda - retido na fonte	122.431.000,00
41113031000000000000 - Imposto sobre a renda - retido na fonte - trabalho	110.685.000,00
41113031100000000000 - Imposto sobre a renda - retido na fonte - trabalho - principal	110.685.000,00
41113031101000000000 - Imposto sobre a renda - retido na fonte - trabalho - poder executivo	108.324.000,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	64.994.400,00
01104 - 25% sobre demais impostos vinculados e Educação- Exercício Corrente	27.081.000,00
01303 - Saúde- Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) Exercício Corrente	16.248.600,00
41113031102000000000 - Imposto sobre a renda - retido na fonte - trabalho - poder legislativo	2.361.000,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	1.416.600,00
01104 - 25% sobre demais impostos vinculados e Educação- Exercício Corrente	590.250,00
01303 - Saúde- Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) Exercício Corrente	354.150,00
41113034000000000000 - Imposto sobre a renda - retido na fonte - outros rendimentos	11.746.000,00
41113034100000000000 - Imposto sobre a renda - retido na fonte - outros rendimentos - principal	11.746.000,00
41113034101000000000 - Imposto sobre a renda - retido na fonte - outros rendimentos - poder executivo - principal	11.746.000,00



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - Metas Fiscais da Receita
Entidade(s): Consolidado
Ano da LDO: 2026

Pág 2 / 13

	Conta	Valor
Principal	4111303410101000000 - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Demais Rendimentos -	11.746.000,00
	01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	7.047.600,00
	01104 - 25% sobre demais impostos vinculados e Educação- Exercício Corrente	2.936.500,00
	01303 - Saúde- Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) Exercício Corrente	1.761.900,00
	4111400000000000000 - Impostos sobre a produção e circulação de mercadorias e serviços	137.960.000,00
	4111451000000000000 - Impostos sobre serviços	137.960.000,00
	4111451100000000000 - Imposto sobre serviços de qualquer natureza - issqn	137.960.000,00
	4111451110000000000 - Imposto sobre serviços de qualquer natureza - issqn - principal	132.750.000,00
	01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	79.650.000,00
	01104 - 25% sobre demais impostos vinculados e Educação- Exercício Corrente	33.187.500,00
	01303 - Saúde- Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) Exercício Corrente	19.912.500,00
	4111451120000000000 - Imposto sobre serviços de qualquer natureza - issqn - multas e juros	1.240.000,00
	01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	744.000,00
	01104 - 25% sobre demais impostos vinculados e Educação- Exercício Corrente	310.000,00
	01303 - Saúde- Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) Exercício Corrente	186.000,00
	4111451130000000000 - Imposto sobre serviços de qualquer natureza - issqn - dívida ativa	3.130.000,00
	01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	1.878.000,00
	01104 - 25% sobre demais impostos vinculados e Educação- Exercício Corrente	782.500,00
	01303 - Saúde- Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) Exercício Corrente	469.500,00
e juros	4111451140000000000 - Imposto sobre serviços de qualquer natureza - issqn - dívida ativa - multas	840.000,00
	01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	504.000,00
	01104 - 25% sobre demais impostos vinculados e Educação- Exercício Corrente	210.000,00
	01303 - Saúde- Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) Exercício Corrente	126.000,00
	4111900000000000000 - Outros impostos	721.000,00
	4111999000000000000 - Outros impostos	721.000,00
	4111999010000000000 - Outros impostos - principal	721.000,00
	4111999010100000000 - Receitas tributárias não alocadas	721.000,00
	01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	721.000,00
	4112000000000000000 - Taxas	18.428.110,00
	4112100000000000000 - Taxas pelo exercício do poder de polícia	861.210,00
	4112101000000000000 - Taxas de inspeção, controle e fiscalização	633.370,00
	4112101010000000000 - Taxas de inspeção, controle e fiscalização - principal	118.100,00
	4112101010200000000 - Taxa Gerenc. De Resíduos Sólidos de Saúde - Vigilância Sanitária -	1.700,00
Principal	01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	1.700,00
Industriais e Prestadora de Serviços - Principal	4112101010300000000 - Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais,	101.000,00
	01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	101.000,00
	4112101010400000000 - Taxa de Publicidade Comercial - Principal	7.000,00
	01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	7.000,00
	4112101010600000000 - Taxa de Licença para Execução de Obras - Principal	1.100,00
	01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	1.100,00
	4112101010700000000 - Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil - Principal	7.300,00
	01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	7.300,00
	4112101020000000000 - Taxas de inspeção, controle e fiscalização - multas e juros	12.170,00
	4112101020100000000 - Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Multa e Juros	240,00
	01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	240,00
	4112101020300000000 - Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais,	9.800,00
Industriais e Prestadora de Serviços - Multa e Juros	01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	9.800,00
	4112101020400000000 - Taxa de Publicidade Comercial - Multa e Juros	300,00
	01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	300,00
	4112101020700000000 - Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil - Multas e Juros	1.830,00
	01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	1.830,00
	4112101030000000000 - Taxas de inspeção, controle e fiscalização - dívida ativa	325.000,00
	4112101030300000000 - Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais,	318.000,00
Industriais e Prestadora de Serviços - Dívida Ativa	01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	318.000,00



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - Metas Fiscais da Receita
Entidade(s): Consolidado
Ano da LDO: 2026

Pág 3 / 13

Conta	Valor
4112101030400000000 - Taxa de Publicidade Comercial - Dívida Ativa	7.000,00
01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	7.000,00
4112101040000000000 - Taxas de inspeção, controle e fiscalização - dívida ativa - multas e juros	178.100,00
4112101040300000000 - Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Industriais e Prestadora de Serviços - Dívida Ativa - Multa e Juros	160.000,00
01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	160.000,00
4112101040400000000 - Taxa de Publicidade Comercial - Dívida Ativa - Multas e Juros	18.100,00
01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	18.100,00
4112104000000000000 - Taxa de controle e fiscalização ambiental	85.000,00
4112104010000000000 - Taxa de controle e fiscalização ambiental - principal	85.000,00
01350 - Fundo Especial de Meio Ambiente - FEMA	85.000,00
4112150000000000000 - Taxa de fiscalização de vigilância sanitária	142.840,00
4112150010000000000 - Taxa de fiscalização de vigilância sanitária - principal	42.500,00
01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	42.500,00
4112150020000000000 - Taxa de fiscalização de vigilância sanitária - multas e juros	540,00
01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	540,00
4112150030000000000 - Taxa de fiscalização de vigilância sanitária - dívida ativa	48.000,00
01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	48.000,00
4112150040000000000 - Taxa de fiscalização de vigilância sanitária - dívida ativa - multas e juros	51.800,00
01511 - Taxa pela Prestação de Serviços	51.800,00
4112200000000000000 - Taxas pela prestação de serviços	17.566.900,00
4112201000000000000 - Taxas pela prestação de serviços em geral	17.566.900,00
4112201010000000000 - Taxas pela prestação de serviços em geral - principal	17.251.400,00
4112201010100000000 - Taxa de Serviço cadastral - Principal	1.400,00
01511 - Taxa pela Prestação de Serviços	1.400,00
4112201010200000000 - Taxa de Cemitérios - Principal	1.098.000,00
01511 - Taxa pela Prestação de Serviços	1.098.000,00
4112201010300000000 - Taxa de Limpeza Pública - Principal	15.060.000,00
01511 - Taxa pela Prestação de Serviços	15.060.000,00
4112201010400000000 - Taxa de Anotações - Principal	185.700,00
01511 - Taxa pela Prestação de Serviços	185.700,00
4112201010500000000 - Taxa de Vistoria de Edificações - Principal	73.900,00
01511 - Taxa pela Prestação de Serviços	73.900,00
4112201010600000000 - Taxa de Alvará - Principal	20.000,00
01511 - Taxa pela Prestação de Serviços	20.000,00
4112201010700000000 - Taxa de Expediente - Principal	1.100,00
01511 - Taxa pela Prestação de Serviços	1.100,00
4112201010800000000 - Taxa de Transportes - Principal	12.200,00
01511 - Taxa pela Prestação de Serviços	12.200,00
4112201010900000000 - Taxa de Verificação - Principal	19.700,00
01511 - Taxa pela Prestação de Serviços	19.700,00
4112201011000000000 - Taxa de Verificação de Funcionamento Regular - Principal	6.400,00
01511 - Taxa pela Prestação de Serviços	6.400,00
4112201011200000000 - Taxas de Serviços de Trânsito - principal	242.000,00
01710 - Aplicação Convênio Detran	242.000,00
4112201011300000000 - Taxas de Licença para Execução de Obras - principal	531.000,00
01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	531.000,00
4112201020000000000 - Taxas pela prestação de serviços em geral - multas e juros	12.710,00
4112201020100000000 - Taxa de Serviço cadastral - Multa e Juros	70,00
01511 - Taxa pela Prestação de Serviços	70,00
4112201020200000000 - Taxa de Cemitérios - Multa e Juros	7.400,00
01511 - Taxa pela Prestação de Serviços	7.400,00
4112201020300000000 - Taxa de Limpeza Pública - Multa e Juros	1.200,00
01511 - Taxa pela Prestação de Serviços	1.200,00
4112201020400000000 - Taxa de Anotações - Multa e Juros	200,00
01511 - Taxa pela Prestação de Serviços	200,00
4112201020500000000 - Taxa de Vistoria de Edificações - Multa e Juros	330,00
01511 - Taxa pela Prestação de Serviços	330,00
4112201020600000000 - Taxa de Alvará - Multa e Juros	1.200,00
01511 - Taxa pela Prestação de Serviços	1.200,00



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - Metas Fiscais da Receita
Entidade(s): Consolidado
Ano da LDO: 2026

Pág 4 / 13

Conta	Valor
4112201020700000000 - Taxa de Expediente - Multa e Juros	170,00
01511 - Taxa pela Prestação de Serviços	170,00
4112201020800000000 - Taxa de Transportes - Multa e Juros	150,00
01511 - Taxa pela Prestação de Serviços	150,00
4112201020900000000 - Taxa de Verificação - Multa e Juros	600,00
01511 - Taxa pela Prestação de Serviços	600,00
4112201021100000000 - Taxa de Verificação de Funcionamento Regular - Multas e Juros	140,00
01511 - Taxa pela Prestação de Serviços	140,00
4112201021200000000 - Taxas de Serviços de Trânsito - multas e juros	180,00
01710 - Aplicação Convênio Detran	180,00
4112201021300000000 - Taxas de Licença para Execução de Obras - multa e juros	1.070,00
01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	1.070,00
4112201030000000000 - Taxas pela prestação de serviços em geral - dívida ativa	166.610,00
4112201030200000000 - Taxa de Cemitérios - Dívida Ativa	74.500,00
01511 - Taxa pela Prestação de Serviços	74.500,00
4112201030300000000 - Taxa de Limpeza Pública - Dívida Ativa	72.400,00
01511 - Taxa pela Prestação de Serviços	72.400,00
4112201030400000000 - Taxa de Anotações - Dívida Ativa	90,00
01511 - Taxa pela Prestação de Serviços	90,00
4112201030500000000 - Taxa de Vistoria de Edificações - Dívida Ativa	220,00
01511 - Taxa pela Prestação de Serviços	220,00
4112201030600000000 - Taxa de Alvará - Dívida Ativa	8.600,00
01511 - Taxa pela Prestação de Serviços	8.600,00
4112201030900000000 - Taxa de Verificação - Dívida Ativa	10.000,00
01511 - Taxa pela Prestação de Serviços	10.000,00
4112201031300000000 - Taxas de Licença para Execução de Obras - dívida ativa	800,00
01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	800,00
4112201040000000000 - Taxas pela prestação de serviços em geral - dívida ativa - multas e juros	136.180,00
4112201040200000000 - Taxa de Cemitérios - Dívida Ativa - Multa e Juros	20.200,00
01511 - Taxa pela Prestação de Serviços	20.200,00
4112201040300000000 - Taxa de Limpeza Pública - Dívida Ativa - Multa e Juros	110.400,00
01511 - Taxa pela Prestação de Serviços	110.400,00
4112201040400000000 - Taxa de Anotações - Dívida Ativa - Multa e Juros	20,00
01511 - Taxa pela Prestação de Serviços	20,00
4112201040500000000 - Taxa de Vistoria de Edificações - Dívida Ativa - Multa e Juros	30,00
01511 - Taxa pela Prestação de Serviços	30,00
4112201040600000000 - Taxa de Alvará - Dívida Ativa - Multa e Juros	1.830,00
01511 - Taxa pela Prestação de Serviços	1.830,00
4112201040900000000 - Taxa de Verificação - Dívida Ativa - Multa e Juros	3.600,00
01511 - Taxa pela Prestação de Serviços	3.600,00
4112201041300000000 - Taxas de Licença para Execução de Obras - dívida ativa - multa e juros	100,00
01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	100,00
4120000000000000000 - Contribuições	89.888.700,00
4121000000000000000 - Contribuições sociais	67.168.000,00
4121500000000000000 - Contribuições para regimes próprios de previdência e sistema de proteção social	67.168.000,00
4121501000000000000 - Contribuição do servidor civil	67.168.000,00
4121501100000000000 - Contribuição do servidor civil ativo	61.451.500,00
4121501110000000000 - Contribuição do servidor civil ativo - principal	61.451.500,00
01040 - Regime Próprio de Previdência Social- Exercício corrente	61.451.500,00
4121501200000000000 - Contribuição do servidor civil - inativo	4.100.000,00
4121501210000000000 - Contribuição do servidor civil - inativo - principal	4.100.000,00
01040 - Regime Próprio de Previdência Social- Exercício corrente	4.100.000,00
4121501300000000000 - Contribuição do servidor civil - pensionistas	166.500,00
4121501310000000000 - Contribuição do servidor civil - pensionistas - principal	166.500,00
01040 - Regime Próprio de Previdência Social- Exercício corrente	166.500,00
4121501400000000000 - Contribuição oriunda de sentenças judiciais - servidor civil ativo	1.450.000,00
4121501410000000000 - Contribuição oriunda de sentenças judiciais - servidor civil ativo - principal	1.450.000,00
01040 - Regime Próprio de Previdência Social- Exercício corrente	1.450.000,00
4124000000000000000 - Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	22.720.700,00
4124100000000000000 - Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	22.720.700,00



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - Metas Fiscais da Receita
Entidade(s): Consolidado
Ano da LDO: 2026

Pág 5 / 13

	Conta	Valor
	41241500000000000000 - Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública	22.720.700,00
	41241500100000000000 - Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - principal	22.373.000,00
	01507 - COSIP-Contribuição de Iluminação Pública	22.373.000,00
juros	41241500200000000000 - Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - multas e	7.400,00
	01507 - COSIP-Contribuição de Iluminação Pública	7.400,00
	41241500300000000000 - Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - dívida ativa	250.000,00
	01507 - COSIP-Contribuição de Iluminação Pública	250.000,00
	41241500400000000000 - Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - dívida ativa	90.300,00
- multas e juros	01507 - COSIP-Contribuição de Iluminação Pública	90.300,00
	41300000000000000000 - Receita patrimonial	162.630.128,19
	41320000000000000000 - Valores mobiliários	147.430.128,19
	41321000000000000000 - Juros e correções monetárias	147.430.128,19
	41321010000000000000 - Remuneração de depósitos bancários	8.739.628,19
	41321010100000000000 - Remuneração de depósitos bancários - principal	8.739.628,19
	41321010102000000000 - Fundos de Investimento Renda Fixa - Principal	7.653.770,00
	41321010102010000000 - Fundos de Investimentos Renda Fixa Recursos 000 - Principal	7.653.770,00
	01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	7.653.770,00
	41321010103000000000 - Rendimentos de aplicações Cohab	1.085.858,19
	01076 - Recursos Próprios- Administração Indireta	1.085.858,19
	41321040000000000000 - Remuneração dos recursos do regime próprio de previdência social - RPPS	138.690.500,00
RPPS - principal	41321040100000000000 - Remuneração dos recursos do regime próprio de previdência social -	138.690.500,00
	41321040101000000000 - Rendimentos de Aplicação Financeira - Vinculado (fonte 040)	126.510.000,00
	01040 - Regime Próprio de Previdência Social- Exercício corrente	126.510.000,00
	41321040102000000000 - Rendimentos de Aplicação Financeira - Taxa de Adm. FPMA	910.000,00
	01100 - Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	910.000,00
	41321040103000000000 - Rendimentos de Aplicação Financeira - Comp. Financeira FPMA	2.595.000,00
	01551 - Compensação entre Regimes Previdenciários	2.595.000,00
	41321040104000000000 - Rendimentos de Aplicação Financeira FPMA (040)	8.500.000,00
	01040 - Regime Próprio de Previdência Social- Exercício corrente	8.500.000,00
	41321040105000000000 - Rendimentos de Aplicação Imobiliária FPMA	175.500,00
	01040 - Regime Próprio de Previdência Social- Exercício corrente	175.500,00
licença	41330000000000000000 - Delegação de serviços públicos mediante concessão, permissão, autorização ou	15.200.000,00
	41339000000000000000 - Demais delegações de serviços públicos	15.200.000,00
	41339900000000000000 - Outras delegações de serviços públicos	15.200.000,00
	41339901000000000000 - Outras delegações de serviços públicos - principal	15.200.000,00
	41339901030000000000 - Transporte Rodoviário - Principal Fonte 358	15.200.000,00
	01358 - Transporte Rodoviário	15.200.000,00
	41600000000000000000 - Receita de serviços	729.955,95
	41610000000000000000 - Serviços administrativos e comerciais gerais	729.955,95
	41611000000000000000 - Serviços administrativos e comerciais gerais	729.955,95
	41611020000000000000 - Inscrição em concursos e processos seletivos	729.955,95
	41611020100000000000 - Inscrição em concursos e processos seletivos - principal	729.955,95
	01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	729.955,95
	41700000000000000000 - Transferências correntes	1.567.775.192,08
	41710000000000000000 - Transferências da união e de suas entidades	342.657.992,08
	41711000000000000000 - Transferências decorrentes de participação na receita da união	177.734.400,00
	41711510000000000000 - Cota-parte do fundo de participação dos municípios - fpm	177.136.000,00
	41711511000000000000 - Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal	161.436.000,00
principal	41711511100000000000 - Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal -	161.436.000,00
	01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	96.861.600,00
	01103 - 5% sobre Transferências Constitucionais- Exercício Corrente 1.298-X	40.359.000,00
	01303 - Saúde- Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) Exercício Corrente	24.215.400,00
	41711512000000000000 - Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cotas extraordinárias	15.700.000,00
- principal	41711512100000000000 - Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cotas extraordinárias	15.700.000,00
	01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	11.775.000,00



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - Metas Fiscais da Receita
Entidade(s): Consolidado
Ano da LDO: 2026

Pág 6 / 13

Conta	Valor
4171151210000000000 - Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cotas extraordinárias	15.700.000,00
- principal	
01104 - 25% sobre demais impostos vinculados e Educação- Exercício Corrente	3.925.000,00
4171152000000000000 - Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural	598.400,00
4171152010000000000 - Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural - principal	598.400,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	359.040,00
01103 - 5% sobre Transferências Constitucionais- Exercício Corrente 1.298-X	149.600,00
01303 - Saúde- Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) Exercício Corrente	89.760,00
4171200000000000000 - Transferências das compensações financeiras pela exploração de recursos	86.264.700,00
naturais	
4171251000000000000 - Cota-parte da compensação financeira pela exploração de recursos minerais -	119.700,00
cfem	
4171251010000000000 - Cota-parte da compensação financeira pela exploração de recursos	119.700,00
minerais - cfem - principal	
01504 - Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais Não Previdenciárias	119.700,00
4171252000000000000 - Cota-parte da compensação financeira pela produção de petróleo	86.145.000,00
4171252100000000000 - Cota-parte da compensação financeira pela produção de petróleo - lei nº	82.836.000,00
7.990/89	
4171252110000000000 - Cota-parte da compensação financeira pela produção de petróleo - lei nº	82.836.000,00
7.990/89 - principal	
01504 - Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais Não Previdenciárias	82.836.000,00
4171252400000000000 - Cota-parte do fundo especial do petróleo - fep	3.309.000,00
4171252410000000000 - Cota-parte do fundo especial do petróleo - fep - principal	3.309.000,00
01504 - Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais Não Previdenciárias	3.309.000,00
4171300000000000000 - Transferências de recursos do sistema único de saúde - SUS	51.036.000,00
4171350000000000000 - Transferências de recursos do sistema único de saúde - SUS - repasses fundo	51.036.000,00
a fundo - bloco de manutenção das ações e serviços públicos de saúde	
4171350100000000000 - Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços	48.324.000,00
públicos de saúde - atenção primária	
4171350110000000000 - Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços	48.324.000,00
públicos de saúde - atenção primária - principal	
4171350110100000000 - Atenção Básica	13.206.000,00
4171350110101000000 - PAB / Fixo	13.206.000,00
01494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	13.206.000,00
4171350110200000000 - Atenção de Média e Alta Complexidade	33.342.000,00
4171350110201000000 - Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e	33.342.000,00
Hospitalar - MAC	
01494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	33.342.000,00
4171350110300000000 - Vigilância em Saúde	576.000,00
4171350110301000000 - Componente da Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	576.000,00
01494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	576.000,00
4171350111500000000 - EQUIPES MULTIPROFISSIONAIS - EMULTI	1.200.000,00
01494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.200.000,00
4171350200000000000 - Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços	72.000,00
públicos de saúde - atenção especializada	
4171350210000000000 - Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços	72.000,00
públicos de saúde - atenção especializada - principal	
4171350210200000000 - Atenção de Média e Alta Complexidade	72.000,00
4171350210201000000 - Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e	72.000,00
Hospitalar - MAC	
01494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	72.000,00
4171350500000000000 - Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços	2.640.000,00
públicos de saúde - gestão do SUS	
4171350510000000000 - Transferências de recursos do bloco de manutenção das ações e serviços	2.640.000,00
públicos de saúde - gestão do SUS - principal	
4171350510200000000 - Assistência Financeira Complementar - Pagamento do Piso Salarial -	2.640.000,00
Enfermagem	
01505 - Assistência Financeira Complementar - Pagamento do Piso Salarial - Enfermagem	2.640.000,00
4171400000000000000 - Transferências de recursos do fundo nacional do desenvolvimento da educação -	15.128.400,00
fnde	
4171450000000000000 - Transferências do salário-educação	11.508.000,00
4171450010000000000 - Transferências do salário-educação - principal	11.508.000,00
01107 - Salário Educação- Exercício Corrente 15946-8	11.508.000,00
4171452000000000000 - Transferências referentes ao programa nacional de alimentação escolar - pnae	3.004.400,00



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - Metas Fiscais da Receita
Entidade(s): Consolidado
Ano da LDO: 2026

Pág 7 / 13

Conta	Valor
4171452010000000000 - Transferências referentes ao programa nacional de alimentação escolar - pnae - principal	3.004.400,00
01129 - Programa Nacional de Alimentação Escolar	3.004.400,00
4171453000000000000 - Transferências referentes ao programa nacional de apoio ao transporte do escolar - pnate	615.000,00
4171453010000000000 - Transferências referentes ao programa nacional de apoio ao transporte do escolar - pnate - principal	615.000,00
01116 - PNAT- Prog Nacional de Apoio ao Transporte Escolar 16.608-1	615.000,00
4171499000000000000 - Outras transferências diretas do fundo nacional do desenvolvimento da educação - fnde	1.000,00
4171499010000000000 - Outras transferências diretas do fundo nacional do desenvolvimento da educação - fnde - principal	1.000,00
4171499010300000000 - Termo de Compromisso FNDE nº 964147/2024 - Operação nº 1096440-35 - Fonte 1958	1.000,00
01958 - Termo de Compromisso FNDE 964147/2024 - Operação 1096440-35.	1.000,00
4171600000000000000 - Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social - fnas	1.534.492,08
4171650000000000000 - Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social - fnas	1.534.492,08
4171650010000000000 - Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social - fnas - principal	1.534.492,08
4171650010100000000 - Bloco de Financiamento da Proteção Social	609.600,00
4171650010101000000 - Piso Básico Fixo (SUAS)	609.600,00
01934 - Bloco de financiamento da Proteção Social Básica (SUAS)	609.600,00
4171650010200000000 - Bloco de Financiamento da Proteção Social	555.974,40
4171650010201000000 - Piso Fixo Média Complexidade (SUAS)	162.240,00
01938 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade - Portaria MDS 113/2015	162.240,00
4171650010202000000 - Piso Transição Média Complexidade PPD Fonte 938	62.534,40
01938 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade - Portaria MDS 113/2015	62.534,40
4171650010203000000 - Piso Fixo de Média Complexidade - Abordagem Social	48.000,00
01938 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade - Portaria MDS 113/2015	48.000,00
4171650010204000000 - Piso Fixo de Média Complexidade - Centro POP	124.800,00
01938 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade - Portaria MDS 113/2015	124.800,00
4171650010208000000 - Piso de Alta Complexidade II - POP DE RUA - Serviço de Acolhimento para Adultos e Famílias	62.400,00
01939 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Portaria MDS 113/2015	62.400,00
4171650010209000000 - Piso de Alta Complexidade I - Criança\Adolescente	96.000,00
01939 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Portaria MDS 113/2015	96.000,00
4171650010300000000 - Bloco de Cofinanciamento por Resultados (SUAS)	368.917,68
4171650010302000000 - Componente para Gestão do Bolsa Família e do Cadastro Único (SUAS)	368.917,68
01940 - Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único - Portaria MDS 113/2015	368.917,68
4171900000000000000 - Outras transferências de recursos da união e de suas entidades	10.960.000,00
4171958000000000000 - Transferência obrigatória decorrente da lei complementar nº 176/2020	4.600.000,00
4171958010000000000 - Transferência obrigatória decorrente da lei complementar nº 176/2020 - principal	4.600.000,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	4.600.000,00
4171999000000000000 - Outras transferências de recursos da união e de suas entidades	6.360.000,00
4171999010000000000 - Outras transferências de recursos da união e de suas entidades - principal	6.360.000,00
4171999010400000000 - VENCIMENTOS DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	6.360.000,00
01051 - VENCIMENTOS DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	6.360.000,00
4172000000000000000 - Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	1.061.483.200,00
4172100000000000000 - Participação na receita dos estados e distrito federal	1.039.196.000,00
4172150000000000000 - Cota-parte do ICMS	978.237.000,00
4172150010000000000 - Cota-parte do ICMS - principal	978.237.000,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	586.942.200,00
01103 - 5% sobre Transferências Constitucionais- Exercício Corrente 1.298-X	244.559.250,00
01303 - Saúde- Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) Exercício Corrente	146.735.550,00



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - Metas Fiscais da Receita
Entidade(s): Consolidado
Ano da LDO: 2026

Pág 8 / 13

Conta	Valor
4172151000000000000 - Cota-parte do IPVA	47.506.000,00
4172151010000000000 - Cota-parte do IPVA - principal	47.506.000,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	28.503.600,00
01103 - 5% sobre Transferências Constitucionais- Exercício Corrente 1.298-X	11.876.500,00
01303 - Saúde- Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) Exercício Corrente	7.125.900,00
4172152000000000000 - Cota-parte do IPI - municípios	13.215.000,00
4172152010000000000 - Cota-parte do IPI - municípios - principal	13.215.000,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	7.929.000,00
01103 - 5% sobre Transferências Constitucionais- Exercício Corrente 1.298-X	3.303.750,00
01303 - Saúde- Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) Exercício Corrente	1.982.250,00
4172153000000000000 - Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico	238.000,00
4172153010000000000 - Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico - principal	238.000,00
01512 - CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	238.000,00
4172300000000000000 - Transferências de recursos do sistema único de saúde - SUS	1.200.000,00
4172350000000000000 - Transferências de recursos do sistema único de saúde - SUS	1.200.000,00
4172350010000000000 - Transferências de recursos do sistema único de saúde - SUS - principal	1.200.000,00
4172350010600000000 - Serviços de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) -	1.200.000,00
RESOLUÇÃO SESA Nº 1665/2023	
01316 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - ESTADUAL	1.200.000,00
4172400000000000000 - Transferências de convênios dos estados e df e de suas entidades	8.065.000,00
4172499000000000000 - Transferências de convênios dos estados e df e de suas entidades	8.065.000,00
4172499010000000000 - Transferências de convênios dos estados e df e de suas entidades -	8.065.000,00
principal	
4172499010100000000 - Convênio DETRAN - Principal	7.965.000,00
01710 - Aplicação Convênio Detran	7.965.000,00
4172499010200000000 - Convênio Nº 227/2024 DEAGRO Plano Paraná Mais Cidades - PPMCIII	100.000,00
01168 - Convênio 227/2024 - DEAGRO -PLANO PARANÁ MAIS CIDADES - PPMCIII	100.000,00
4172900000000000000 - Outras transferências dos estados e distrito federal	13.022.200,00
4172905000000000000 - Transferência de Capital de Entes Públicos a Firmar	6.630.000,00
01594 - Previsão de recurso a ser captado por meio de convênio com o Estado, sujeito à formalização. CONVÊNIO 968400/2024.	6.630.000,00
4172952000000000000 - Transferências de recursos destinados a programas de educação	4.915.200,00
4172952010000000000 - Transferências de recursos destinados a programas de educação -	4.915.200,00
principal	
4172952010100000000 - Programa Estadual de Transporte Escolar dos Municípios - PETE/PR	4.915.200,00
01133 - PETE-Transporte Escolar	4.915.200,00
4172999000000000000 - Outras transferências dos estados e df	1.477.000,00
4172999010000000000 - Outras transferências dos estados e df - principal	1.477.000,00
4172999010100000000 - Rede de Urgência - SAMU (resolução 639/2013)	1.237.000,00
01133 - PETE-Transporte Escolar	1.237.000,00
4172999010800000000 - FEAS - Piso Único de Assistência Social - PAS	240.000,00
01361 - Piso Único de Assistência Social - PAS	240.000,00
4174000000000000000 - Transferências de instituições privadas	504.000,00
4174100000000000000 - Transferências de instituições privadas	504.000,00
4174199000000000000 - Outras transferências de instituições privadas	504.000,00
4174199010000000000 - Outras transferências de instituições privadas - principal	504.000,00
4174199010100000000 - Contribuições e Legados de Entidades não Governamentais - ECA/	504.000,00
FMDCA	
01880 - Contribuições e legados de entidades não Gover. ECA/FMDCA	504.000,00
4175000000000000000 - Transferências de outras instituições públicas	163.010.000,00
4175100000000000000 - Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB	163.010.000,00
4175150000000000000 - Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB	163.010.000,00
4175150010000000000 - Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB - principal	163.010.000,00
01101 - FUNDEF 60% - Exercício Corrente	114.107.000,00
01102 - FUNDEF/ FUNDEB 40% - Exercício Corrente	48.903.000,00
4179000000000000000 - Demais transferências correntes	120.000,00
4179100000000000000 - Transferências de pessoas físicas	120.000,00
4179199000000000000 - Outras transferências de pessoas físicas	120.000,00
4179199010000000000 - Outras transferências de pessoas físicas - principal	120.000,00



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - Metas Fiscais da Receita
Entidade(s): Consolidado
Ano da LDO: 2026

Pág 9 / 13

Conta	Valor
4179199010100000000 - Repasse ao Fundo Municipal dos Direitos do Idoso - FMDI Valores arrecadados por meio da DIRPF - Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física	120.000,00
01900 - Fundo do Idoso, inclusive art. 9º IN RFB nº 1131/2011	120.000,00
4190000000000000000 - Outras receitas correntes	23.497.315,33
4191000000000000000 - Multas administrativas, contratuais e judiciais	3.437.490,00
4191100000000000000 - Multas administrativas, contratuais e judiciais	3.437.490,00
4191101000000000000 - Multas previstas em legislação específica	3.422.510,00
4191101010000000000 - Multas previstas em legislação específica - principal	2.656.700,00
4191101010100000000 - Multas previstas na legislação sanitária - Principal	53.100,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	53.100,00
4191101010200000000 - Multas e Juros de Mora previstos em contratos - Principal	2.018.000,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	2.018.000,00
4191101010300000000 - Multas por Danos ao Meio Ambiente - Principal	436.600,00
01350 - Fundo Especial de Meio Ambiente - FEMA	436.600,00
4191101010400000000 - Multa 40% auto de infração - art.21 lei compl.001/97 - Principal	1.100,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	1.100,00
4191101010600000000 - Multa - artigo 18 e 20 lei compl. 01/97 - Principal	57.600,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	57.600,00
4191101011000000000 - Fundo de defesa do consumidor - Principal	37.200,00
01354 - Fundo de Defesa do Consumidor	37.200,00
4191101011300000000 - Multa - lei 26/2020 - Código de Obras - Principal	53.100,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	53.100,00
4191101020000000000 - Multas previstas em legislação específica - multas e juros	2.270,00
4191101020100000000 - Multas previstas na legislação sanitária - Multa e juros	110,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	110,00
4191101020300000000 - Multas por Danos ao Meio Ambiente - Multa e juros	220,00
01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	220,00
4191101020500000000 - Multa 20% auto de infração iss - art.22 lei compl.001/97 - Multa e juros	220,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	220,00
4191101020600000000 - Multa - artigo 18 e 20 lei compl. 01/97 - Multa e juros	110,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	110,00
4191101021000000000 - Fundo de defesa do consumidor - Multa e juros	1.070,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	1.070,00
4191101021300000000 - Multa - lei 26/2020 - Código de Obras - Multa e juros	540,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	540,00
4191101030000000000 - Multas previstas em legislação específica - dívida ativa	576.400,00
4191101030100000000 - Multas previstas na legislação sanitária - Dívida ativa	10.700,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	10.700,00
4191101030300000000 - Multas por Danos ao Meio Ambiente - Dívida Ativa	376.000,00
01350 - Fundo Especial de Meio Ambiente - FEMA	376.000,00
4191101030400000000 - Multa 40% auto de infração - art.21 lei compl.001/97 - Dívida Ativa	1.800,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	1.800,00
4191101030600000000 - multa - artigo 18 e 20 lei compl. 01/97 - Dívida Ativa	143.000,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	143.000,00
4191101030800000000 - Multa - lei 2159/2010 - codigo de obras e postura - Dívida ativa	27.000,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	27.000,00
4191101031200000000 - Multa - lei 23/2020 - Código de Postura - Dívida ativa	2.200,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	2.200,00
4191101031300000000 - Multa - lei 26/2020 - Código de Obras - Dívida ativa	15.700,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	15.700,00
4191101040000000000 - Multas previstas em legislação específica - dívida ativa - multas e juros	187.140,00
4191101040100000000 - Multas previstas na legislação sanitária - Dívida Ativa - Multas e Juros	2.200,00
01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	2.200,00
4191101040300000000 - Multas por Danos ao Meio Ambiente - Dívida ativa multa de juros	84.000,00
01510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia	84.000,00
4191101040400000000 - Multa 40% auto de infração - art.21 lei compl.001/97 - Dívida Ativa -	6.000,00
Multas e Juros	
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	6.000,00
4191101040600000000 - multa - artigo 18 e 20 lei compl. 01/97 - Dívida Ativa - Multa e Juros	63.800,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	63.800,00



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - Metas Fiscais da Receita
Entidade(s): Consolidado
Ano da LDO: 2026

Pág 10 / 13

Conta	Valor
4191101040800000000 - Multa - lei 2159/2010 - código de obras e postura - Dívida ativa	25.600,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	25.600,00
4191101041200000000 - Multa - lei 23/2020 - Código de Postura - Dívida ativa	540,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	540,00
4191101041300000000 - Multa - lei 26/2020 - Código de Obras - Dívida ativa	5.000,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	5.000,00
4191109000000000000 - Multas e juros previstos em contratos	14.980,00
4191109010000000000 - Multas e juros previstos em contratos - principal	12.780,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	12.780,00
4191109030000000000 - Multas e juros previstos em contratos - dívida ativa	1.100,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	1.100,00
4191109040000000000 - Multas e juros previstos em contratos - dívida ativa - multas e juros	1.100,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	1.100,00
4192000000000000000 - Indenizações, restituições e ressarcimentos	7.519.643,52
4192100000000000000 - Indenizações	36.700,00
4192101000000000000 - Indenizações por danos causados ao patrimônio público	15.400,00
4192101010000000000 - Indenizações por danos causados ao patrimônio público - principal	15.400,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	15.400,00
4192103000000000000 - Indenização por sinistro	21.300,00
4192103010000000000 - Indenização por sinistro - principal	21.300,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	21.300,00
4192200000000000000 - Restituições	7.482.943,52
4192299000000000000 - Outras restituições	7.482.943,52
4192299010000000000 - Outras restituições - principal	7.482.943,52
4192299010300000000 - Restituições por pagamentos indevidos - principal	5.823.000,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	5.823.000,00
4192299010400000000 - Restituição de auxílios - principal	42.500,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	42.500,00
4192299019900000000 - Restituições diversas - principal	1.617.443,52
4192299019901000000 - Restituições diversas na fonte 000	753.900,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	753.900,00
4192299019905000000 - Restituições diversas na fonte 881	863.543,52
01881 - Contribuições do Município ao ECA/FMDCA	863.543,52
4199000000000000000 - Demais receitas correntes	12.540.181,81
4199900000000000000 - Outras receitas correntes	12.540.181,81
4199903000000000000 - Compensações financeiras entre os regimes de previdência	7.300.000,00
4199903010000000000 - Compensações financeiras entre o regime geral e os regimes próprios de previdência e sistema de proteção social - principal	7.300.000,00
01551 - Compensação entre Regimes Previdenciários	7.300.000,00
4199912000000000000 - Encargos legais pela inscrição em dívida ativa e receitas de ônus de sucumbência	695.000,00
4199912200000000000 - Ônus de sucumbência	695.000,00
4199912210000000000 - Ônus de sucumbência - principal	690.000,00
01351 - Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município - FUNPG	690.000,00
4199912220000000000 - Ônus de sucumbência - multas e juros	5.000,00
01351 - Fundo Especial da Procuradoria Geral do Município - FUNPG	5.000,00
4199913000000000000 - Recursos recebidos de órgãos, entidades ou fundos, por força de determinação constitucional ou legal	2.038.000,00
4199913010000000000 - Recursos recebidos de órgãos, entidades ou fundos, por força de determinação constitucional ou legal - principal	2.038.000,00
4199913010100000000 - Repasses da SANEPAR - Universalização dos Serviços Públicos de Saneamento Básico - Fonte 1052	2.038.000,00
01052 - Repasses da SANEPAR - Universalização dos Serviços Públicos de Saneamento Básico	2.038.000,00
4199916000000000000 - Títulos executivos extrajudiciais	4.250,00
4199916100000000000 - Termo de ajustamento de conduta - tac	4.250,00
4199916110000000000 - Termo de ajustamento de conduta - tac - principal	4.250,00
4199916110200000000 - Termo de Ajustamento de Conduta - TAC - Procedimento Administrativo no MPPR nº 0010.21.001312	4.250,00
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	4.250,00
4199999000000000000 - Outras receitas	2.502.931,81



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - Metas Fiscais da Receita
Entidade(s): Consolidado
Ano da LDO: 2026

Pág 11 / 13

	Conta	Valor
principal	4199999200000000000 - Outras receitas não arrecadadas e não projetadas pela rfb - primárias	2.502.931,81
	4199999210000000000 - Outras receitas não arrecadadas e não projetadas pela rfb - primárias -	2.448.236,48
	4199999210200000000 - Vale Transporte PMA - Principal	424.800,00
	01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	424.800,00
	4199999210500000000 - Descontos obtidos (fonte 000)	53.100,00
	01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	53.100,00
	4199999210600000000 - Receitas depositadas a identificar (fonte 01000) - Principal	10.700,00
	01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	10.700,00
	4199999210900000000 - Refis	64.700,00
	01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	64.700,00
multas e juros	4199999211000000000 - Outorga Onerosa do Direito de Construir - FMDU - Lei 2762/2014	470.600,00
	01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	470.600,00
	4199999211600000000 - Parcelas de contratos da Cohab - Principal	1.424.336,48
	01076 - Recursos Próprios- Administração Indireta	1.424.336,48
	4199999220000000000 - Outras receitas não arrecadadas e não projetadas pela rfb - primárias -	44.695,33
	4199999220900000000 - Refis - Multas e Juros	290,00
	01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	290,00
	4199999221000000000 - Outorga Onerosa do Direito de Construir - FMDU - Lei 2762/2014	2.600,00
	01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	2.600,00
	4199999221600000000 - Parcelas de contratos da Cohab - Multas e Juros	41.805,33
dívida ativa	01076 - Recursos Próprios- Administração Indireta	41.805,33
	4199999230000000000 - Outras receitas não arrecadadas e não projetadas pela rfb - primárias -	8.500,00
	4199999231000000000 - Outorga Onerosa do Direito de Construir - FMDU - Lei 2762/2014	8.500,00
	01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	8.500,00
	4199999240000000000 - Outras receitas não arrecadadas e não projetadas pela rfb - primárias -	1.500,00
	dívida ativa - multas e juros	
	4199999241000000000 - Outorga Onerosa do Direito de Construir - FMDU - Lei 2762/2014	1.500,00
	01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	1.500,00
	4200000000000000000 - Receitas de capital	217.373.775,00
	4210000000000000000 - Operações de crédito	183.372.655,00
infraestrutura em transporte	4211000000000000000 - Operações de crédito - mercado interno	183.372.655,00
	4211900000000000000 - Outras operações de crédito - mercado interno	183.372.655,00
	4211990000000000000 - Outras operações de crédito - mercado interno	183.372.655,00
	4211999010000000000 - Outras operações de crédito - mercado interno - principal	183.372.655,00
	4211999010600000000 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO FINISA	183.372.655,00
	01694 - Operação de Crédito CEF	183.372.655,00
	4220000000000000000 - Alienação de bens	100.000,00
	4221000000000000000 - Alienação de bens móveis	100.000,00
	4221300000000000000 - Alienação de bens móveis e semoventes	100.000,00
	4221301000000000000 - Alienação de bens móveis e semoventes	100.000,00
Estrada Vicinal	4221301010000000000 - Alienação de bens móveis e semoventes - principal	100.000,00
	4221301010100000000 - Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	100.000,00
	01501 - Receitas de Alienações de Ativos - Exercício Corrente	100.000,00
	4240000000000000000 - Transferências de capital	33.901.120,00
	4241000000000000000 - Transferências da união e de suas entidades	6.166.120,00
	4241400000000000000 - Transferências de convênios da união e de suas entidades	6.166.120,00
	4241454000000000000 - Transferências de convênios da união destinadas a programas de	1.000,00
	infraestrutura em transporte	
	4241454010000000000 - Transferências de convênios da união destinadas a programas de	1.000,00
	infraestrutura em transporte - principal	
	4241454010200000000 - Contrato de Repasse nº 947774/2023/MIDR/CAIXA - Pavimentação de	1.000,00
	Estrada Vicinal	
	01874 - Contrato de Repasse nº 947774/2023/MIDR/CAIXA - Pavimentação de Estrada Vicinal	1.000,00
	4241499000000000000 - Outras transferências de convênios da união e de suas entidades	6.165.120,00
	4241499010000000000 - Outras transferências de convênios da união e de suas entidades - principal	6.165.120,00
	4241499013000000000 - Transferência de Capital de Entes Públicos a Firmar para a SMEL	6.165.120,00
	01595 - Previsão de recurso a ser captado por meio de convênio com a União, sujeito à	6.165.120,00
	formalização.	
	4242000000000000000 - Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	27.735.000,00



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - Metas Fiscais da Receita
Entidade(s): Consolidado
Ano da LDO: 2026

Pág 12 / 13

Conta	Valor
42422000000000000000 - Transferências de convênios dos estados e df e de suas entidades	27.735.000,00
42422500000000000000 - Transferências de convênios dos estados para o sistema único de saúde - SUS	2.250.000,00
42422500100000000000 - Transferências de convênios dos estados para o sistema único de saúde - SUS - principal	2.250.000,00
01598 - Previsão de recurso a ser captado por meio de convênio com o Estado, sujeito à formalização.	2.250.000,00
42422510000000000000 - Transferências de convênios dos estados destinadas a programas de educação	1.125.000,00
42422510100000000000 - Transferências de convênios dos estados destinadas a programas de educação - principal	1.125.000,00
42422510107000000000 - Transferência de Capital de Entes Públicos a Firmar para a SMED.	1.125.000,00
01599 - Previsão de recurso a ser captado por meio de convênio com o Estado, sujeito à formalização.	1.125.000,00
42422990000000000000 - Outras transferências de convênios dos estados e df e de suas entidades	24.360.000,00
42422990100000000000 - Outras transferências de convênios dos estados e df e de suas entidades - principal	24.360.000,00
42422990106000000000 - Transferência de Capital de Entes Públicos a Firmar para a SMEL	21.000.000,00
01596 - Previsão de recurso a ser captado por meio de convênio com o Estado ou União, sujeito à formalização.	21.000.000,00
42422990107000000000 - Previsão de recurso a ser captado por meio de convênio com o Estado, sujeito à formalização para a SMAS.	3.360.000,00
01597 - Previsão de recurso a ser captado por meio de convênio com o Estado ou União, sujeito à formalização.	3.360.000,00
47000000000000000000 - Receitas correntes	155.304.003,45
47200000000000000000 - Contribuições	72.400.000,00
47210000000000000000 - Contribuições sociais	72.400.000,00
47215000000000000000 - Contribuições para regimes próprios de previdência e sistema de proteção social	72.400.000,00
47215020000000000000 - Contribuição patronal - servidor civil	72.400.000,00
47215021000000000000 - Contribuição patronal - servidor civil ativo	71.900.000,00
47215021100000000000 - Contribuição patronal - servidor civil ativo - principal	71.900.000,00
01040 - Regime Próprio de Previdência Social- Exercício corrente	71.900.000,00
47215022000000000000 - Contribuição patronal oriunda de sentenças judiciais - patronal - servidor ativo	500.000,00
47215022100000000000 - Contribuição patronal oriunda de sentenças judiciais - patronal - servidor civil ativo - principal	500.000,00
01040 - Regime Próprio de Previdência Social- Exercício corrente	500.000,00
47600000000000000000 - Receita de serviços	5.270.000,00
47610000000000000000 - Serviços administrativos e comerciais gerais	5.270.000,00
47611000000000000000 - Serviços administrativos e comerciais gerais	5.270.000,00
47611500000000000000 - Serviços de administração previdenciária	5.270.000,00
47611501000000000000 - Taxa de administração do RPPS	5.270.000,00
47611501100000000000 - Taxa de administração do RPPS - principal	5.270.000,00
01100 - Reserva de Sobras da Taxa de Administração do RPPS	5.270.000,00
47900000000000000000 - Outras receitas correntes	77.634.003,45
47990000000000000000 - Demais receitas correntes	77.634.003,45
47999000000000000000 - Outras receitas correntes	77.634.003,45
47999010000000000000 - Aportes periódicos para amortização de déficit atuarial do regimes próprios de previdência e sistema de proteção social	77.634.003,45
47999010100000000000 - Aportes periódicos para amortização de déficit atuarial do regimes próprios de previdência e sistema de proteção social - principal	77.564.003,45
01040 - Regime Próprio de Previdência Social- Exercício corrente	77.564.003,45
47999010200000000000 - Aportes periódicos para amortização de déficit atuarial do regimes próprios de previdência e sistema de proteção social - multas e juros	70.000,00
01040 - Regime Próprio de Previdência Social- Exercício corrente	70.000,00
90000000000000000000 - Receita Orçamentária	(243.172.180,00)
91000000000000000000 - Receitas correntes	(243.172.180,00)
91100000000000000000 - Impostos, taxas e contribuições de melhoria	(2.973.800,00)
91110000000000000000 - Impostos	(2.973.800,00)
91112000000000000000 - Impostos sobre o patrimônio	(2.230.400,00)
91112500000000000000 - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana	(1.805.400,00)
91112500100000000000 - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - principal	(849.600,00)
91112500103000000000 - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - principal - Descontos Concedidos	(849.600,00)
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	(509.760,00)



MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA
Planejamento e Orçamento
Anexo I - Metas Fiscais da Receita
Entidade(s): Consolidado
Ano da LDO: 2026

Pág 13 / 13

Conta	Valor
91112500103000000000 - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - principal - Descontos Concedidos	(849.600,00)
01104 - 25% sobre demais impostos vinculados e Educação- Exercício Corrente	(212.400,00)
01303 - Saúde- Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) Exercício Corrente	(127.440,00)
91112500300000000000 - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - dívida ativa	(955.800,00)
91112500301000000000 - Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - dívida ativa - Renúncia	(955.800,00)
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	(573.480,00)
01104 - 25% sobre demais impostos vinculados e Educação- Exercício Corrente	(238.950,00)
01303 - Saúde- Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) Exercício Corrente	(143.370,00)
91112530000000000000 - Impostos sobre transmissão "inter vivos" de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis	(425.000,00)
91112530100000000000 - Impostos sobre transmissão "inter vivos" de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - principal	(425.000,00)
91112530101000000000 - Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - principal - Renúncia	(425.000,00)
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	(255.000,00)
01104 - 25% sobre demais impostos vinculados e Educação- Exercício Corrente	(106.250,00)
01303 - Saúde- Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) Exercício Corrente	(63.750,00)
91114000000000000000 - Impostos sobre a produção e circulação de mercadorias e serviços	(743.400,00)
91114510000000000000 - Impostos sobre serviços	(743.400,00)
91114511000000000000 - Imposto sobre serviços de qualquer natureza - issqn	(743.400,00)
91114511300000000000 - Imposto sobre serviços de qualquer natureza - issqn - dívida ativa	(743.400,00)
91114511301000000000 - Imposto sobre serviços de qualquer natureza - dívida ativa - Renúncia	(743.400,00)
01000 - Recursos Ordinários (Livres)- Exercício Corrente	(446.040,00)
01104 - 25% sobre demais impostos vinculados e Educação- Exercício Corrente	(185.850,00)
01303 - Saúde- Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%) Exercício Corrente	(111.510,00)
91700000000000000000 - Transferências correntes	(240.198.380,00)
91710000000000000000 - Transferências da união e de suas entidades	(32.406.880,00)
91711000000000000000 - Transferências decorrentes de participação na receita da união	(32.406.880,00)
91711510000000000000 - Cota-parte do fundo de participação dos municípios - fpm	(32.287.200,00)
91711511000000000000 - Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal	(32.287.200,00)
91711511100000000000 - Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal - principal	(32.287.200,00)
01103 - 5% sobre Transferências Constitucionais- Exercício Corrente 1.298-X	(32.287.200,00)
91711520000000000000 - Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural	(119.680,00)
91711520100000000000 - Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural - principal	(119.680,00)
01103 - 5% sobre Transferências Constitucionais- Exercício Corrente 1.298-X	(119.680,00)
91720000000000000000 - Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades	(207.791.500,00)
91721000000000000000 - Participação na receita dos estados e distrito federal	(207.791.500,00)
91721500000000000000 - Cota-parte do ICMS	(195.647.400,00)
91721500100000000000 - Cota-parte do ICMS - principal	(195.647.400,00)
01103 - 5% sobre Transferências Constitucionais- Exercício Corrente 1.298-X	(195.647.400,00)
91721510000000000000 - Cota-parte do IPVA	(9.501.200,00)
91721510100000000000 - Cota-parte do IPVA - principal	(9.501.200,00)
01103 - 5% sobre Transferências Constitucionais- Exercício Corrente 1.298-X	(9.501.200,00)
91721520000000000000 - Cota-parte do IPI - municípios	(2.642.900,00)
91721520100000000000 - Cota-parte do IPI - municípios - principal	(2.642.900,00)
01103 - 5% sobre Transferências Constitucionais- Exercício Corrente 1.298-X	(2.642.900,00)
Total:	2.324.555.000,00

PARECER N° 292/2025 – CJR

Da Comissão de Justiça e Redação sobre o **projeto de lei n° 2767/2025**, de iniciativa do Excelentíssimo Prefeito Luiz Gustavo Botogoski que “Altera a Lei Municipal n° 3.262, de 27 de junho de 2017, que dispõe sobre o parcelamento do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos – ITBI, e dá outras providências.”

I – RELATÓRIO.

Trata-se do Projeto de Lei n° 2767/2025, de autoria do Chefe do Executivo Municipal, que altera a Lei Municipal n° 3.262, de 27 de junho de 2017, que dispõe sobre o parcelamento do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos – ITBI, e dá outras providências.

Justifica o Senhor Prefeito, que o projeto de lei: “O projeto propõe que o ITBI poderá ser pago em parcela única ou em até 10 (dez) prestações mensais, com valor mínimo por parcela. O texto também revoga o parágrafo único do Art. 2º da referida lei. Para as prestações vencidas, incidirão juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, atualização pela taxa SELIC e multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento).

Adicionalmente, em caso de inadimplemento do parcelamento, será admitido um único reparcelamento. Para isso, o contribuinte deverá efetuar o pagamento prévio de, no mínimo, 30% do valor original do débito, e o saldo remanescente poderá ser parcelado em até 10 (dez) prestações, com valor mínimo de R\$ 200,00. Tal possibilidade estará disponível somente se o contribuinte não possuir outras parcelas vencidas de débitos de ITBI.

Por fim, o projeto estabelece que a transcrição do título no Registro de Imóveis só ocorrerá após a quitação integral do ITBI.”

É o breve relatório.





CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

📍 @camaraaraucaria

II – ANÁLISE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

É importante ressaltar que compete a Comissão de Justiça e Redação a análise de Projetos de Lei com matérias referentes aos aspectos constitucionais, legais, regimentais, jurídicos e demais, conforme segue:

“Art. 52. Compete

I – À Comissão de Justiça e Redação, os aspectos constitucionais, legais, regimentais, jurídicos, de técnica legislativa de todas as proposições e elaboração de redação final, na conformidade do aprovado, salvo as exceções previstas neste Regimento (Art. 154, § 2º Art. 158; Art. 159, inciso III e Art. 163, 2º);

Dessa forma, cabe a esta comissão o processamento do presente projeto.

Ressaltamos o art. 54, caput do Regimento Interno da Câmara Municipal de Araucária:

“Art. 54. À Comissão de Justiça e Redação cabe, preliminarmente, examinar a admissibilidade da matéria, do ponto de vista da constitucionalidade e da conformidade à Lei Orgânica e ao Regimento Interno.”

Conforme disposto no artigo acima mencionado, cabe a CJR examinar a propositura de acordo com a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal e o Regimento interno, contudo destacamos que a redação do dispositivo dita a palavra “preliminarmente”, ou seja, conforme o dicionário brasileiro as matérias de constitucionalidade, lei orgânica e regimento interno são matérias a serem analisadas “Inicialmente”. O artigo não faz menção a palavra exclusivamente, logo porque na mesma resolução 001/1993 em seu art. 52 consta a competência da comissão de justiça e redação aos exames das matérias legais, abrangendo a outras legislações do ordenamento jurídico brasileiro.

Em tempo, a Constituição Federal em seu artigo 30, I e a Lei Orgânica do Município de Araucária em seu Art. 5º, I, descreve que compete ao Município legislar sobre matérias de interesse local:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;”



  @camaraaraucaria

Além disso, verifica-se que a legislação municipal, discorre sobre o poder e a competência de autoria do Prefeito em Projetos de Lei, conforme o Art. 56, III, e o artigo 40, § 1º, *b*, da Lei Orgânica Municipal de Araucária:

“Art. 40. O processo legislativo compreende a elaboração de:

§ 1º A iniciativa dos Projetos de Lei é de competência:

b) do Prefeito;”

Notamos que o projeto de lei onde diz Lei Municipal nº 3.262 de 27 de junho de 2017, na verdade se trata da lei municipal 3.262 de 12 de março de 2018.

De acordo com o disposto na Constituição Federal (art. 61, § 1º, II, “b”) a competência é do prefeito para iniciar o processo legislativo tratando-se de matéria tributária.

“Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

(...)

II – Disponham sobre:

b) organização administrativa e judiciária, **matéria tributária** e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;”

Destaca-se a competência do Município em legislar sobre assuntos de interesse local, como também, matéria de tributos de sua competência (Lei Orgânica Municipal de Araucária, art. 5º, incisos I e III).

“Art. 5º Compete ao Município:

I - Legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)

III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em Lei;”





CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

📍 @camaraaraucaria

Diante desse cenário, compete a Câmara Municipal deliberar sobre a matéria da propositura, pois trata-se de tributo municipal. (Lei Orgânica Municipal de Araucária, art. 10º, incisos I).

“Art. 10. Compete à Câmara Municipal deliberar sobre matéria da competência do Município, sujeita à sanção do Prefeito, especialmente sobre:

I - Tributos municipais e os critérios para fixação dos preços dos serviços públicos;”

Ademais, a Constituição Federal dispõe no art. 156, II a competência dos municípios de instituir o ITBI. Veja:

“Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

(...)

II - Transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;”

Conforme fundamentado da Procuradoria Geral do Município, a alteração proposta, no artigo 1º da Lei Municipal nº 3.262 de 2018, visa alinhar a legislação local à jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal. No julgamento do ARE 1.294.969/SP (Tema 1124), a Suprema Corte fixou a seguinte tese de repercussão geral:

"O fato gerador do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis - ITBI somente ocorre com a efetiva transferência da propriedade imobiliária, que se dá mediante o registro"

Entre as alterações propostas pelo Projeto de lei 2767/2025, também estão:

1. No artigo 2º há a ampliação do número de parcelas, que antes era de 6 (seis) e com a modificação poderá ser em até 10 (dez) parcelas.
2. No artigo 3º, há a atualização do índice de correção monetária para a taxa SELIC.
3. O artigo 4º traz a alteração ao art. 8º que autoriza a concessão de um único parcelamento em caso de inadimplência de dívida de ITBI, desde que





CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

📍 @camaraaraucaria

cumprindo os requisitos que são incluídos pelos incisos I, II e III. Concessão esta não realizada pela legislação vigente.

4. O artigo 6º revoga a restrição ao parcelamento para aquisições com uso de FGTS ou financiamento, representam medidas de justiça fiscal e de incentivo à regularização imobiliária.

O projeto de lei vem acompanhado da seguinte declaração: “Cumprido ressaltar que a proposição não acarreta aumento de despesa ou mesmo renúncia de receita, fazendo-se desnecessária a adoção das medidas descritas nos arts. 14, 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.”

Se faz necessário salientar que a presente proposição apresenta justificativa do Poder executivo, previsto no ofício nº 4502/2025.

O Parecer se baseou na consulta dos autos do Processo Legislativo nº 105755/2025 e Processo Administrativo nº 43467/2025 e código verificador 5P835Q2W.

Ademais, em consulta eletrônica ao Processo (Processo Administrativo nº 72278/2025 e código verificador YM8F62V8), verificamos que consta justificativa da Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Finanças que aborda sobre a redação atual da lei, os problemas identificados e a justificativa de alteração, cumprindo assim, com o princípio da motivação do direito administrativo.

Diante do exposto, no que nos cabe a Comissão de Justiça e Redação examinar, após análise ao processo legislativo nº 122775/2025 e Processo Administrativo nº 72278/2025 e código verificador YM8F62V8, a propositura está com a documentação necessária para dar seguimento a regular tramitação do projeto de lei.

Ademais, salientamos que a Comissão de Justiça e Redação analisa as proposições em face das matérias legais, contudo a observância referente se a proposição traz algum tipo de alteração na despesa ou receita do Município, ou repercutam no Patrimônio Municipal, cabe a Comissão de Finanças e Orçamento, segundo expressamente previsto no art. 52, II do regimento interno.

Cumprido ressaltar que a presente proposição não atendeu as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, por este motivo, no uso de suas atribuições o relator do presente parecer apresentará um Substitutivo Geral, com a finalidade adequar a redação do projeto de lei, visto que a Comissão de Justiça e redação verificou junto ao

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/09/2025 10:33:26 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.lpm.com.br/pa8648bd4b3ad/>





i @ @camaraaraucaria

SAPL e ao site do Leis municipais, que é inexistente a lei municipal no âmbito de Araucária com o nº3.262 de 27 de junho de 2017. Com base em várias pesquisas notou-se que a lei que o projeto busca alterar é a lei municipal 3.262 de 12 de março de 2018.

Por fim, verifica-se que a proposição aqui tratada encontra-se em concordância com os demais aspectos legais exigidos e que competem a esta comissão, não havendo impedimento para a regular tramitação do projeto.

III – VOTO

Diante de todo o exposto e, com base no que se verificou através do presente, no que compete à Comissão de Justiça e Redação não se vislumbra óbice ao prosseguimento do Projeto de Lei de nº 2767/2025. Assim, **SOMOS PELO PROSSEGUIMENTO DO REFERIDO PROJETO DE LEI**, ao qual deve ser dado ciência aos vereadores, bem como, submetido à deliberação plenária para apreciação conforme o Regimento Interno desta Câmara Legislativa.

Dessa forma, submetemos o parecer para apreciação dos demais membros das comissões.

É o parecer.

Câmara Municipal de Araucária, 03 de setembro de 2025.

 **PEDRO FERREIRA DE LIMA**
03/09/2025 10:32:41
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Vereador Relator – CJR

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/09/2025 10:33:03-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://ic.lgm.com.br/pa866480d4b3a.pdf>





CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

📍 @camaraaraucaria

PARECER 78/2025 – CFO

Projeto de Lei nº 2.767/2025, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, Altera a Lei Municipal nº 3.262, que dispõe sobre o parcelamento do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos – ITBI.

I – RELATÓRIO

O presente Projeto de Lei nº 2.767/2025, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, propõe alterações na Lei Municipal nº 3.262, de 27 de junho de 2017, que dispõe sobre o parcelamento do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos – ITBI.

A proposição tem por objetivo permitir que o imposto seja quitado em parcela única ou em até 10 (dez) prestações mensais, observado o valor mínimo por parcela. O texto legal também revoga o parágrafo único do art. 2º da norma vigente e estabelece que, em caso de atraso, as parcelas estarão sujeitas à incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, correção pela taxa SELIC e multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento).

Adicionalmente, o projeto prevê a possibilidade de um único reparcelamento, condicionado ao pagamento prévio de, no mínimo, 30% (trinta por cento) do valor original do débito, sendo o saldo remanescente parcelado em até 10 (dez) vezes, respeitado o valor mínimo de R\$ 200,00 (duzentos reais) por parcela e desde que o contribuinte não possua outras parcelas vencidas de débitos de ITBI.

Por fim, a proposição reafirma que a transcrição do título no Registro de Imóveis somente ocorrerá após a quitação integral do imposto devido, preservando a arrecadação e a segurança jurídica do procedimento.

É o relatório.

II– ANÁLISE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.

Nos termos do inciso II, alíneas “a” e “b”, do art. 52 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Araucária, compete à Comissão de Finanças e Orçamento analisar

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 15/09/2025 14:45 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://ic.lpm.com.br/paa878860cc058>





CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

📍 @camaraaraucaria

matérias de natureza tributária, bem como aquelas que alterem direta ou indiretamente a receita ou a despesa do Município, como é o caso do presente projeto:

“Art. 52. Compete [...]

II - à Comissão de Finanças e Orçamento, os aspectos econômicos e financeiros, e especialmente:

a) matéria tributária, abertura de crédito adicional, operações de crédito, dívida pública, anistias e remissões de dívidas, e outras que direta ou indiretamente alterem a despesa ou a receita do Município, ou repercutam no Patrimônio Municipal;”

Também se observa, nos termos do art. 40, §1º, b, da Lei Orgânica Municipal, que a iniciativa para projetos dessa natureza é de competência privativa do Prefeito:

“Art. 40. O processo legislativo compreende a elaboração de:

§ 1º A iniciativa dos Projetos de Lei é de competência:

b) do Prefeito;”

No âmbito da legislação federal, a proposição encontra respaldo no art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual dispõe que a concessão ou ampliação de benefícios de natureza tributária deve estar acompanhada de estimativa de impacto financeiro. Ressalte-se, entretanto, que não há renúncia de receita no presente caso, uma vez que a alteração proposta apenas modifica as condições de parcelamento do tributo já devido, não implicando em benefício fiscal.

Ademais, a medida está em consonância com os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal.

Por fim, registra-se que a alteração não gera impacto financeiro negativo, tampouco cria despesas adicionais, visto que apenas disciplina a forma de parcelamento do ITBI. Além disso, o projeto mantém o princípio da integralidade do pagamento antes do registro imobiliário, assegurando a preservação da segurança jurídica e da arrecadação municipal.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 15/09/2025 14:45 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://ic.lpm.com.br/paa878860cc058>





CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

📍 @camaraaraucaria

V – VOTO

Diante de todo o exposto e, com base no que compete à Comissão de Finanças e Orçamento, não se vislumbra óbice ao prosseguimento do Projeto de Lei de nº 2767/2025, Assim, **SOMOS PELO PROSSEGUIMENTO DO REFERIDO PROJETO DE LEI**, ao qual deve ser dado ciência aos vereadores, bem como, submetido a deliberação plenária para apreciação, nos termos do Regimento Interno desta Câmara Legislativa.

É o parecer.

Câmara Municipal de Araucária, 15 de Setembro de 2025.



CELSO NICACIO DA SILVA

15/09/2025 14:45:39

CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 15/09/2025 14:45:39 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://ic.lgm.com.br/paa878860cc058>.



PROJETO DE LEI Nº 2.767, DE 15 DE AGOSTO DE 2025.

Altera a Lei Municipal nº 3.262, de 27 de junho de 2017, que dispõe sobre o parcelamento do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos – ITBI, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 1º da Lei Municipal nº 3.262, de 27 de junho de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º O imposto sobre transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, poderá ser pago em parcela única ou mediante parcelamento, devendo ocorrer a quitação do tributo devido, na sua integralidade, antes da transcrição do título no Registro de Imóveis.

Art. 2º O artigo 2º da Lei Municipal nº 3.262, de 27 de junho de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º O ITBI poderá ser realizado através de pagamento à vista ou parcelado em até 10 (dez) prestações mensais e sucessivas, não inferiores a R\$ 200,00 (duzentos reais), permitindo-se o ajuste para arredondamento em uma das parcelas.

Art. 3º O artigo 3º da Lei Municipal nº 3.262, de 27 de junho de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Sobre as prestações vencidas incidirão juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração e serão atualizadas pela taxa SELIC, além de multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento).

Art. 4º O artigo 8º da Lei Municipal nº 3.262, de 27 de junho de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 8º Em caso de inadimplemento do parcelamento do crédito tributário previsto nesta Lei, será admitido um único parcelamento, desde que:

I – seja efetuado o pagamento prévio de, no mínimo, 30% (trinta por cento) do valor originário do débito;

II – o saldo remanescente seja parcelado em até 10 (dez) prestações mensais e sucessivas, respeitado o valor mínimo de R\$ 200,00 (duzentos reais) por parcela;

III – o contribuinte não possua outras parcelas vencidas e não pagas relativas a débitos de ITBI.



Art. 5º O artigo 10 da Lei Municipal nº 3.262, de 27 de junho de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10. Não serão objeto de registro perante o Cartório de Registro de Imóveis competente quaisquer dos negócios jurídicos previstos nos incisos I a III do artigo 45 do Código Tributário Municipal sem a prova do pagamento integral do ITBI incidente sobre o ato.

Art. 6º Fica revogado o Parágrafo único, do art. 2º da Lei Municipal nº 3.262, de 27 de junho de 2017.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Araucária, 15 de agosto de 2025.

Assinado digitalmente por:
LUIZ GUSTAVO BOTOGOSKI:01766610935
 017.666.109-35
15/08/2025 14:16:11

LUIZ GUSTAVO BOTOGOSKI
Prefeito

Processo nº 72278/2025

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 15/08/2025 14:16 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://ic.lgm.com.br/perfd860696b9d>





CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

📞 @camaraaraucaria

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 2767/2025

O Vereador Pedro Ferreira de Lima infra-assinado, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Câmara Municipal de Araucária a seguinte proposição:

Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 2767/2025, que “Altera a Lei Municipal nº 3.262, de 27 de junho de 2017, que dispõe sobre o parcelamento do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos – ITBI, e dá outras providências.”

Para que o projeto de lei, passe a vigorar com a seguinte redação:

PROJETO DE LEI Nº 2.767, DE 15 DE AGOSTO DE 2025.

Altera a Lei Municipal nº 3.262, de 12 de março de 2018, que dispõe sobre o parcelamento do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos – ITBI, e dá outras providências.

Art. 1º O artigo 1º da Lei Municipal nº 3.262, de 12 de março de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º O imposto sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, poderá ser pago em parcela única ou mediante parcelamento, devendo ocorrer a quitação do tributo devido, na sua integralidade, antes da transcrição do título no Registro de Imóveis.

Art. 2º O artigo 2º da Lei Municipal nº 3.262, de 12 de março de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º O ITBI poderá ser realizado através de pagamento à vista ou parcelado em até 10 (dez) prestações mensais e sucessivas, não inferiores a R\$ 200,00 (duzentos reais), permitindo-se o ajuste para arredondamento em uma das parcelas.

Art. 3º O artigo 3º da Lei Municipal nº 3.262, de 12 de março de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Sobre as prestações vencidas incidirão juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração e serão atualizadas pela taxa SELIC, além de multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento).

Art. 4º O artigo 8º da Lei Municipal nº 3.262, de 12 de março de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:





CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

📍 @camaraaraucaria

Art. 8º Em caso de inadimplemento do parcelamento do crédito tributário previsto nesta Lei, será admitido um único reparcelamento, desde que:

I – Seja efetuado o pagamento prévio de, no mínimo, 30% (trinta por cento) do valor originário do débito;

II – O saldo remanescente seja parcelado em até 10 (dez) prestações mensais e sucessivas, respeitado o valor mínimo de R\$ 200,00 (duzentos reais) por parcela;

III – O contribuinte não possua outras parcelas vencidas e não pagas relativas a débitos de ITBI.

Art. 5º O artigo 10 da Lei Municipal nº 3.262, de 12 de março de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10. Não serão objeto de registro perante o Cartório de Registro de Imóveis competente quaisquer dos negócios jurídicos previstos nos incisos I a III do artigo 45 do Código Tributário Municipal sem a prova do pagamento integral do ITBI incidente sobre o ato.

Art. 6º Fica revogado o Parágrafo único, do art. 2º da Lei Municipal nº 3.262, de 12 de março de 2018.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A presente proposição tem por finalidade adequar a redação do projeto de lei, visto que a Comissão de Justiça e redação verificou junto ao SAPL e ao site do Leis municipais, que é inexistente lei municipal no âmbito de Araucária com o nº3.262 de 27 de junho de 2017. Com base em várias pesquisas notou-se que a lei que o projeto busca alterar é a lei municipal nº3.262 de 12 de março de 2018. Desta forma, o substitutivo geral busca atender ao disposto na lei complementar 95 de 26 de fevereiro de 1998.

Câmara Municipal de Araucária, 03 de setembro de 2025.



PEDRO FERREIRA DE LIMA

03/09/2025 10:40:47

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 03/09/2025 10:41:03 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.lpm.com.br/p8b4465a4db268>



PARECER N° 317/2025 – CJR

Da Comissão de Justiça e Redação sobre o **projeto de lei n° 2768/2025**, de iniciativa do Excelentíssimo Prefeito Luiz Gustavo Botogoski que “Altera as Leis Municipais n° 2.387, de 07 de novembro de 2011 e n° 3.198, de 10 de novembro de 2017 que dispõem sobre o parcelamento de débitos municipais e dá outras providências.”

I – RELATÓRIO.

Trata-se do Projeto de Lei n° 2768/2025, de autoria do Chefe do Executivo Municipal, que Altera as Leis Municipais n° 2.387, de 07 de novembro de 2011 e n° 3.198, de 10 de novembro de 2017 que dispõem sobre o parcelamento de débitos municipais e dá outras providências.

Justifica o Senhor Prefeito, que o projeto de lei: “Referido Programa de Recuperação Fiscal (PROREFIS) tem por objetivo permitir o parcelamento de débitos municipais, como tributos, dívidas não tributárias e multas administrativas. Para aderir, os contribuintes podem optar por parcelar a dívida em até cinco prestações mensais, com descontos sobre a multa e os juros de mora. O programa oferece 100% de isenção para pagamento à vista, 80% para pagamento em duas parcelas, 60% para até três parcelas, 40% para até quatro parcelas e 20% para até cinco parcelas. A formalização do parcelamento é uma confissão de dívida irrevogável e irretratável, e a falta de pagamento por mais de 60 dias pode resultar em penalidades.

Parcelamento Ordinário permite dividir os débitos em até 80 parcelas mensais e consecutivas, dependendo do valor total da dívida. Esse parcelamento não se aplica a dívidas de ITBI, IPTU do ano corrente ou à Compensação Pecuniária Urbanística. O valor mínimo da parcela é de R\$ 100 para pessoas físicas, autônomos e MEIs, e de R\$ 300 para as demais pessoas jurídicas. Para pessoas físicas e MEIs, o número de parcelas varia de 10 a 80, conforme o valor da dívida, enquanto para outras pessoas jurídicas, o número de parcelas varia de 12 a 80.

Para contribuintes em recuperação judicial ou falência, a lei permite o pagamento de dívidas em até 100 parcelas mensais, sem que seja necessário apresentar bens como garantia. Em ambos os programas, os juros são calculados com base na variação da Taxa



Selic e aplicados ao saldo devedor de cada parcela. Além disso, a Secretaria Municipal de Finanças pode permitir o parcelamento de multas com valores superiores a R\$ 1.000 para pessoas físicas, autônomos e MEIs, e acima de R\$ 5.000 para as demais pessoas jurídicas, desde que a parte devedora comprove a falta de recursos. Esta lei revoga todas as disposições em contrário e outras modalidades de parcelamento não expressamente ressalvadas.

Cumprе ressaltar que a proposição não acarreta aumento de despesa ou mesmo renúncia de receita, fazendo-se desnecessária a adoção das medidas descritas nos arts. 14, 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000

É o breve relatório.

II – ANÁLISE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

É importante ressaltar que compete a Comissão de Justiça e Redação a análise de Projetos de Lei com matérias referentes aos aspectos constitucionais, legais, regimentais, jurídicos e demais, conforme segue:

“Art. 52. Compete

I – À Comissão de Justiça e Redação, os aspectos constitucionais, legais, regimentais, jurídicos, de técnica legislativa de todas as proposições e elaboração de redação final, na conformidade do aprovado, salvo as exceções previstas neste Regimento (Art. 154, § 2º Art. 158; Art. 159, inciso III e Art. 163, 2º);

Dessa forma, cabe a esta comissão o processamento do presente projeto.

Ressaltamos o art. 54, caput do Regimento Interno da Câmara Municipal de Araucária:

“Art. 54. À Comissão de Justiça e Redação cabe, preliminarmente, examinar a admissibilidade da matéria, do ponto de vista da constitucionalidade e da conformidade à Lei Orgânica e ao Regimento Interno.”

Conforme disposto no artigo acima mencionado, cabe a CJR examinar a propositura de acordo com a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal e o Regimento interno,





CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

📞 @camaraaraucaria

contudo destacamos que a redação do dispositivo dita a palavra “preliminarmente”, ou seja, conforme o dicionário brasileiro as matérias de constitucionalidade, lei orgânica e regimento interno são matérias a serem analisadas “Inicialmente”. O artigo não faz menção a palavra exclusivamente, logo porque na mesma resolução 001/1993 em seu art. 52 consta a competência da comissão de justiça e redação aos exames das matérias legais, abrangendo a outras legislações do ordenamento jurídico brasileiro.

Em tempo, a Constituição Federal em seu artigo 30, I e a Lei Orgânica do Município de Araucária em seu Art. 5º, I, descreve que compete ao Município legislar sobre matérias de interesse local:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I – Legislar sobre assuntos de interesse local;”

Além disso, verifica-se que a legislação municipal, discorre sobre o poder e a competência de autoria do Prefeito em Projetos de Lei, conforme o Art. 56, III, e o artigo 40, § 1º, *b*, da Lei Orgânica Municipal de Araucária:

“Art. 40. O processo legislativo compreende a elaboração de:

§ 1º A iniciativa dos Projetos de Lei é de competência:

b) do Prefeito;”

Deste modo, o Projeto de lei está em conformidade com o art. 406, §1º do Código Civil Brasileiro, visto que em sua redação utiliza a base de cálculo a taxa Selic.

“Art. 406. Quando não forem convencionados, ou quando o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, os juros serão fixados de acordo com a taxa legal.

§ 1º A taxa legal corresponderá à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), deduzido o índice de atualização monetária de que trata o parágrafo único do art. 389 deste Código.”

Conforme presente no processo houve um estudo técnico sobre o projeto solicitado pelo secretário de finanças, há também a explicação de todas as alterações no projeto, demonstrando a motivação do poder executivo nas modificações a lei 2.387/2011 e 3.198/2017.





CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

📍 @camaraaraucaria

O projeto de lei vem acompanhado da justificativa que a proposição não acarreta aumento de despesa ou mesmo renúncia de receita, fazendo-se desnecessária a adoção das medidas descritas nos arts. 14, 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Observamos que o projeto vem acompanhado de justificativa, presente no ofício 4897/2025, cumprindo com o princípio da motivação relacionado ao direito administrativo.

De acordo com o disposto na Constituição Federal (art. 61, § 1º, II, “b”), a competência é do prefeito para iniciar o processo legislativo tratando-se de organização da administração pública de matéria tributária e orçamentária.

“Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

(...)

II – Disponham sobre:

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;”

Destaca-se a competência privativa do prefeito em elaboração de projetos de lei que criem atribuições e entidades da administração. (Lei Orgânica Municipal de Araucária, art. 41, incisos V).

“Art. 41. Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa de Projetos de Lei que:

(...)

V – Criem e estruturem as atribuições e entidades da administração”

Além disso, a confissão de dívida prevista no art. 15-C segue o que dispõe o art. 174, parágrafo único, IV, do Código Tributário Nacional (CTN), que constitui causa de interrupção da prescrição o reconhecimento de débito pelo devedor.





Diante do exposto, no que nos cabe a Comissão de Justiça e Redação examinar, após análise ao processo legislativo nº 132935/2025 e Processo Administrativo nº 67606/2025 e código verificador 4F0OT00S, a propositura está com as informações necessária para dar seguimento a regular tramitação do projeto de lei.

Ademais, salientamos que a Comissão de Justiça e Redação analisa as proposições em face das matérias legais, contudo a observância referente se a proposição traz algum tipo de alteração na despesa ou receita do Município, ou repercutam no Patrimônio Municipal, cabe a Comissão de Finanças e Orçamento, segundo expressamente previsto no art. 52, II do regimento interno.

Cumpre ressaltar que a presente proposição atendeu as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Contudo o relator no uso de suas atribuições, com base em diálogo com a secretária de finanças do município, resolve apresentar emenda modificativa ao projeto para que as alterações promovam maior segurança jurídica, clareza e uniformidade na aplicação da norma.

Por fim, verifica-se que a proposição aqui tratada encontra-se em concordância com os demais aspectos legais exigidos e que competem a esta comissão, não havendo impedimento para a regular tramitação do projeto.

III – VOTO

Diante de todo o exposto e, com base no que se verificou através do presente, no que compete à Comissão de Justiça e Redação não se vislumbra óbice ao prosseguimento do Projeto de Lei de nº 2768/2025. Assim, **SOMOS PELO PROSSEGUIMENTO DO REFERIDO PROJETO DE LEI**, ao qual deve ser dado ciência aos vereadores, bem como, submetido à deliberação plenária para apreciação conforme o Regimento Interno desta Câmara Legislativa.

Dessa forma, submetemos o parecer para apreciação dos demais membros das comissões.

É o parecer.

Câmara Municipal de Araucária, 17 de setembro de 2025.





CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

📍 @camaraaraucaria



PEDRO FERREIRA DE LIMA

17/09/2025 13:39:15

Câmara Municipal de
ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Vereador Relator – CJR



ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/09/2025 13:39:03-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://ic.lpm.com.br/p8b6a2e4b30ae>.



PARECER Nº 82/2025 – CFO

Trata-se sobre o **Projeto de Lei nº 2768/2025**, de iniciativa do Prefeito que “**Altera as Leis Municipais nº 2.387, de 07 de novembro de 2011 e nº 3.198, de 10 de novembro de 2017 que dispõem sobre o parcelamento de débitos municipais e dá outras providências.**”

I - RELATÓRIO

Trata-se do projeto de lei nº 2768/2025, iniciativa do excelentíssimo prefeito Luiz Gustavo Botogoski que altera as Leis Municipais nº 2.387, de 07 de novembro de 2011 e nº 3.198, de 10 de novembro de 2017 que dispõem sobre o parcelamento de débitos municipais e dá outras providências e sua emenda.

Justifica o Sr. Prefeito que, “*Referido Programa de Recuperação Fiscal (PROREFIS) tem por objetivo permitir o parcelamento de débitos municipais, como tributos, dívidas não tributárias e multas administrativas. Para aderir, os contribuintes podem optar por parcelar a dívida em até cinco prestações mensais, com descontos sobre a multa e os juros de mora. O programa oferece 100% de isenção para pagamento à vista, 80% para pagamento em duas parcelas, 60% para até três parcelas, 40% para até quatro parcelas e 20% para até cinco parcelas. A formalização do parcelamento é uma confissão de dívida irrevogável e irretroatável, e a falta de pagamento por mais de 60 dias pode resultar em penalidades. Parcelamento Ordinário permite dividir os débitos em até 80 parcelas mensais e consecutivas, dependendo do valor total da dívida. Esse parcelamento não se aplica a dívidas de ITBI, IPTU do ano corrente ou à Compensação Pecuniária Urbanística. O valor mínimo da parcela é de R\$ 100 para pessoas físicas, autônomos e MEIs, e de R\$ 300 para as demais pessoas jurídicas. Para pessoas físicas e MEIs, o número de parcelas varia de 10 a 80, conforme o valor da dívida, enquanto para outras pessoas jurídicas, o número de parcelas varia de 12 a 80. Para contribuintes em recuperação judicial ou falência, a lei permite o pagamento de dívidas em até 100 parcelas mensais, sem que seja necessário apresentar bens como garantia. Em ambos os programas, os juros são calculados com base na variação da Taxa Selic e aplicados ao saldo devedor de cada parcela. Além disso, a Secretaria Municipal de Finanças pode permitir o parcelamento de multas com valores superiores a R\$ 1.000 para pessoas físicas, autônomos e MEIs, e acima de R\$ 5.000 para as demais pessoas jurídicas, desde que a parte devedora comprove a falta de recursos. Esta lei revoga todas as disposições em contrário e outras modalidades de parcelamento não expressamente ressalvadas. Cumpre ressaltar que a proposição não acarreta aumento de despesa ou mesmo renúncia de receita, fazendo-se desnecessária a adoção das medidas descritas nos arts. 14, 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;*”.

É o breve relatório.



II – ANÁLISE DA COMISSÃO FINANÇAS E ORÇAMENTO

Inicialmente, importante ressaltar que compete a Comissão de Finanças e Orçamento a análise de Projetos de Lei com matérias referentes aos aspectos econômicos e financeiros, conforme segue:

“Art. 52. Compete:

(...)

II – à Comissão de Finanças e Orçamento, os aspectos econômicos e financeiros, e especialmente:

a) matéria tributária, abertura de crédito adicional, operações de crédito, dívida pública, anistias e remissões de dívidas, e outras que direta ou indiretamente alterem a despesa ou receita do Município, ou repercutam no Patrimônio Municipal;”

Dessa forma, cabe também a esta Comissão de Finanças e Orçamento, o processamento do presente projeto.

Por sua vez, o Ofício Externo nº 4897/2025 informa expressamente que não haverá aumento de despesa ou renúncia de receita, razão pela qual se afasta a necessidade de apresentação do impacto orçamentário financeiro, previsto nos art. 15 a 17, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Portanto, no que cabe à análise da Comissão de Finanças e Orçamento, verifica-se que o projeto tratado está em conformidade com os demais quesitos legais, econômicos e financeiros exigidos e que competem a esta comissão, não tendo impedimento para a regular tramitação da propositura.

III – VOTO

Diante de todo o exposto e, com base no que se verificou através do presente, no que compete à Comissão de Finanças e Orçamento, não se vislumbra óbice ao prosseguimento do Projeto de Lei de nº 2.768/2025.

Assim, **SOU PELO PROSSEGUIMENTO DO REFERIDO PROJETO DE LEI**, ao qual deve ser dado ciência aos vereadores, bem como, submetido à deliberação plenária para apreciação conforme o Regimento Interno desta Câmara Legislativa.

É o parecer.

Câmara Municipal de Araucária, 25 de setembro de 2025.



**LEANDRO ANDRADE
PRETO**
25/09/2025 11:19:36
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Relator – CFO





CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

📞 @camaraaraucaria

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 2768/2025

O vereador Pedro Ferreira de Lima infra-assinado, no uso de suas atribuições legais, nos Termos do artigo 114 do Regimento Interno, propõe a seguinte emenda ao Projeto de Lei nº 2768/2025.

Emenda modificativa ao projeto de lei nº 2768/2025, que “Altera as Leis Municipais nº 2.387, de 07 de novembro de 2011 e nº 3.198, de 10 de novembro de 2017 que dispõem sobre o parcelamento de débitos municipais e dá outras providências.”

Art. 1º Modifica-se o art. 7º do Projeto de Lei nº 2768/2025, para que passe a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º Fica alterada a redação do § 4º do artigo 15, da Lei Municipal nº 2.387, de 07 de novembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:”

“§ 4º Os juros relativos aos parcelamentos de que trata este artigo serão calculados com base na média aritmética dos valores da Taxa Selic divulgados pelo Banco Central do Brasil nos meses imediatamente anteriores à data da formalização do parcelamento, observada a quantidade de parcelas concedidas. O resultado dessa média será aplicado de forma uniforme sobre as parcelas do parcelamento, até o efetivo pagamento de cada uma delas.”

Art. 2º Modifica-se o Art. 10 do Projeto de Lei nº 2768/2025, para que passe a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10. Ficam acrescentados os artigos 15-A, 15-B E 15-C, à Lei Municipal nº 2.387, de 07 de novembro de 2011, com as seguintes redações:

Art. 15-A: Contribuintes em recuperação judicial ou falência poderão efetuar o pagamento de suas dívidas municipais em até 100 (cem) parcelas mensais, sem considerar quaisquer critérios relacionados aos valores e à quantidade de parcelas, desde que respeitado o valor mínimo estipulado no artigo 15-B, sendo que os juros serão aplicados nos termos do § 4º do artigo 15.

Parágrafo único:

Art. 15-B.





CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

📍 @camaraaraucaria

I –

II –

Art. 15-C. A adesão ao parcelamento previsto nesta Lei, em quaisquer de suas modalidades, será considerada confissão irrevogável e irretratável da dívida. Para tanto, o contribuinte deverá preencher e assinar o termo de pedido de parcelamento, que deverá ser acompanhado da documentação necessária para comprovar a identificação do sujeito passivo de fato ou de direito responsável pela obrigação, nos termos do regulamento, observadas as exigências dos artigos 3º, parágrafo único, e 15, parágrafo 3º, desta Lei. O requerimento de parcelamento será apreciado pela autoridade competente, nos termos do artigo 5º, parágrafo 7º, desta Lei.

Justificativa

A referida emenda foi elaborada com base em diálogo realizado junto a Secretária de Finanças do Município. Ressaltamos a importância da proposta e os fundamentos que motivaram as alterações, as quais foram apresentadas de forma detalhada em tabelas, a fim de facilitar a compreensão das modificações, conforme segue:

Principais Alterações do art. 7º do PL 2768/2025

Aspecto	Texto Original	Texto Alterada por Emenda
Base de cálculo	Varição acumulada mensal da Taxa Selic.	Média aritmética da Taxa Selic dos meses anteriores à formalização do parcelamento
Forma de aplicação	Atualização feita parcela a parcela, de forma individual.	Valor fixo (médio) aplicado uniformemente sobre todas as parcelas.
Momento de referência	Atualiza continuamente, até o pagamento de cada parcela.	Fixa a taxa no momento da formalização, mantendo-a para todas as parcelas.
Impacto financeiro	Pode gerar valores variáveis de parcela, dependendo da variação da Selic até o pagamento.	Torna o custo previsível, pois o juro é o mesmo do início ao fim.

Principais Alterações do art. 10 do PL 2768/2025 (alterando o art. 15-A)

Aspecto	Texto 1 (Original)	Texto 2 (Alterado por Emenda)
Regra de cálculo dos juros	Explicita no próprio artigo que os juros são calculados com base na variação acumulada mensal da Taxa Selic e aplicados individualmente a cada parcela até o pagamento.	Remove a explicação detalhada e faz remissão ao § 4º do artigo 15, centralizando a regra de cálculo lá.





CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

📍 @camaraaraucaria

Principais Diferenças do PL 2768/2025 (alterando o art. 15-C)

Aspecto	Texto 1 (Original)	Texto 2 (Alterado por Emenda)
Abrangência	Refere-se ao parcelamento previsto na Lei de forma genérica.	Especifica que a regra vale para todas as modalidades de parcelamento previstas nesta Lei.
Forma de adesão	Menciona que o pedido deve ser acompanhado da documentação e aceito formalmente pela autoridade.	Determina expressamente que o contribuinte deve preencher e assinar um termo de pedido de parcelamento.
Documentação	Diz apenas que é necessária para comprovar o sujeito passivo.	Acrescenta que deve comprovar a identificação do sujeito passivo, conforme regulamento.
Referências legais	Não faz referência a outros dispositivos.	Faz referência expressa aos artigos 3º, parágrafo único, 15, parágrafo 3º e 5, parágrafo 7º para dar base legal.
Procedimento	Diz apenas que a autoridade competente realiza a aceitação formal.	Estabelece que o requerimento será apreciado pela autoridade competente conforme regras do art. 5º, § 7º.
Detalhamento	Mais genérico.	Mais completo e procedimental, detalhando etapas e bases legais.

Dessa forma, as alterações promoveram maior segurança jurídica, clareza e uniformidade na aplicação da norma.

Câmara Municipal de Araucária, 17 de setembro de 2025.



PEDRO FERREIRA DE LIMA

17/09/2025 13:38:43

CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/09/2025 13:38:43-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://icj.lgm.com.br/p6018a8bce146d>



PROJETO DE LEI Nº 2.768, DE 05 DE SETEMBRO DE 2025.

Altera as Leis Municipais nº 2.387, de 07 de novembro de 2011 e nº 3.198, de 10 de novembro de 2017 que dispõem sobre o parcelamento de débitos municipais e dá outras providências.

Art. 1º Fica alterada a redação do caput do artigo 2º da Lei Municipal nº 2.387, de 07 de novembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. A adesão ao PROREFIS Municipal será realizada após a publicação de Decreto instituidor do programa especial de parcelamento, o qual poderá fixar a duração do PROREFIS em até 90 dias, a critério da autoridade competente.

Art. 2º Fica alterada a redação do parágrafo único do artigo 2º da Lei Municipal nº 2.387, de 07 de novembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo Único. O prazo referido neste artigo poderá ser prorrogado pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, justificada a oportunidade e a conveniência do ato.

Art. 3º Fica acrescido o inciso IV ao artigo 3º da Lei Municipal nº 2.387, de 07 de novembro de 2011, com a seguinte redação:

Art. 3º

(...)

IV – Multas administrativas aplicadas pelo Município

Art. 4º Fica alterada totalmente a redação do artigo 7º, da Lei Municipal nº 2.387, de 07 de novembro de 2011, acrescido de seus parágrafos, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 7º. Os débitos provenientes do Programa de Recuperação Fiscal (PROREFIS), sejam eles de natureza tributária ou não, vencidos ou não, inscritos em dívida ativa ou não, protestados ou não, ajuizados ou não, inscritos em órgãos de proteção ao crédito ou não, poderão ser divididos em até cinco parcelas mensais e sucessivas, de acordo com a forma de pagamento escolhida pelo contribuinte, nos seguintes termos:

§1º O contribuinte que aderir ao PROREFIS poderá optar pelas seguintes modalidades de pagamento, levando em conta os descontos referidos nos incisos I a V, aplicáveis apenas aos encargos de multa moratória e juros de mora:

I – Pagamento em cota única: isenção total (100%) da multa e dos juros;

II – Pagamento em 2 (duas) parcelas mensais e consecutivas: isenção de 80% (oitenta por cento) da multa e dos juros;



III – Pagamento em até 3 (três) parcelas mensais e consecutivas: isenção de 60% (sessenta por cento) da multa e dos juros;

IV – Pagamento em até 4 (quatro) parcelas mensais e consecutivas: isenção de 40% (quarenta por cento) da multa e dos juros;

V – Pagamento em até 5 (cinco) parcelas mensais e consecutivas: isenção de 20% (vinte por cento) da multa e dos juros.

§2º O valor de cada parcela será ajustado monetariamente com base na variação acumulada da Taxa Selic, incidindo sobre o saldo devedor e aplicados na atualização de cada parcela, mantendo-se, em qualquer situação, o valor mínimo estipulado no art. 15-B desta Lei.

§4º A formalização do parcelamento resulta em confissão irretratável e irrevogável da dívida, sendo necessário que o contribuinte assine o termo de adesão e aceite, que terá plenos efeitos legais perante a Administração Pública, dentre outros órgãos.

5º O não pagamento das parcelas mencionadas no caput deste artigo por mais de 60 (sessenta) dias sujeitará o devedor às penalidades estabelecidas nos arts. 8º e 9º da Lei Municipal n.º 3.198, de 2017.

Art. 5º Ficam acrescidos os artigos 7-A, 7-B, e 7-C na Lei Municipal nº 2.387, de 07 de novembro de 2011:

Art. 7-A. O devedor poderá, se desejar, desistir do parcelamento ordinário em andamento e aderir ao Programa de Recuperação Fiscal – PROREFIS, na forma parcelada, caso em que a multa não será aplicada.

Parágrafo único. A multa só será aplicada em casos de inadimplência que excedam 60 (sessenta) dias, ficando o devedor, nessa situação, sujeito às penalidades estabelecidas nos artigos 8º e 9º da Lei Municipal n.º 3.198, de 2017.

Art. 7-B. O valor mínimo de cada parcela será igual ao valor estipulado no parcelamento descrito no artigo 15-B desta lei.

Art. 7-C. O prazo para adesão ao PROREFIS será determinado por Decreto do Poder Executivo Municipal, no ano financeiro em que a isenção correspondente for concedida, respeitando os limites e condições estabelecidas nesta lei.

Art. 6º Fica alterada a redação do artigo § 1º do artigo 15, acrescidos dos incisos I a IV, alíneas 'a', 'b', 'c', 'd' e 'e', da Lei Municipal nº 2.387, de 07 de novembro de 2011, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15 (...)

(...)

§ 1º O valor total dos débitos tributários e não tributários, vencidos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, protestados ou não, com ou sem inscrição em



órgãos de proteção ao crédito, ajuizados ou não, poderá ser parcelado em até 80 (oitenta) parcelas mensais e consecutivas, de acordo com o montante da dívida, respeitando o valor mínimo de cada parcela estabelecido no art. 15-B, e seguindo os critérios abaixo:

I - Para Pessoa Física, profissional autônomo e pessoa jurídica amparada pela Lei 123 de 2006, que trata do microempreendedor individual (MEI), os débitos poderão ser parcelados de acordo com os critérios a seguir:

a – Débitos de até R\$ 1.000,00 (mil reais): possibilidade de pagamento em até 10 (dez) parcelas mensais.

b – Débitos que variam de R\$ 1.001,00 (mil e um reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais): possibilidade de pagamento em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais.

c – Débitos que variam de R\$ 10.001,00 (dez mil e um reais) a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais): possibilidade de pagamento em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais.

d – Débitos que variam de R\$ 20.001,00 (vinte mil e um reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): possibilidade de pagamento em até 60 (sessenta) parcelas mensais.

e – Débitos superiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): possibilidade de pagamento em até 80 (oitenta) prestações mensais.

II – Para as demais pessoas jurídicas, os débitos poderão ser divididos de acordo com os critérios a seguir:

a – Débitos de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais): possibilidade de pagamento em até 12 (doze) parcelas mensais.

b – Débitos que variam de R\$ 5.001,00 (cinco mil e um reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais): possibilidade de parcelamento em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais.

c – Débitos que variam de R\$ R\$ 50.001,00 (cinquenta mil e um reais) a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais): possibilidade de parcelamento em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais.

d – Débitos que variam de R\$ 200.001,00 (duzentos mil e um reais) a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): possibilidade de parcelamento em até 60 (sessenta) parcelas mensais.

e – Débitos superiores a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais): possibilidade de parcelamento em até 80 (oitenta) parcelas mensais.

Art. 7º Fica alterada a redação do § 4º do artigo 15, da Lei Municipal nº 2.387, de 07 de novembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 4º Os juros relativos aos parcelamentos citados neste artigo serão estabelecidos com base na variação acumulada mensal da Taxa Selic, divulgada



pelo Banco Central do Brasil, e serão aplicados ao saldo devedor e utilizados para atualizar cada parcela individualmente, até a data em que cada uma for efetivamente paga.

Art. 8º Fica alterada a redação do § 6º do artigo 15, da Lei Municipal nº 2.387, de 07 de novembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

§6º As modalidades de parcelamento não se aplicam aos créditos relacionados ao Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do ano em curso, bem como em relação à Compensação Pecuniária Urbanística prevista no artigo 14 da Lei Complementar nº 27 de 2022.

Art. 9º Ficam acrescidos os §§ 7º e 8º, da Lei Municipal nº 2.387, de 07 de novembro de 2011, com a seguinte redação:

§ 7º Para usufruir dos benefícios estabelecidos nesta Lei, o microempreendedor individual (MEI) deve apresentar, no ato do requerimento, documentos que comprovem sua regularidade e enquadramento conforme a Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

§8º A falta de comprovação conforme o disposto no caput impedirá a aprovação do pedido, ficando a empresa com a opção de parcelamento previsto no inciso II do § 1º.

Art. 10. Ficam acrescidos os artigos 15-A, 15-B E 15-C, à Lei Municipal nº 2.387, de 07 de novembro de 2011, com as seguintes redações:

Art. 15-A: Contribuintes em recuperação judicial ou falência poderão efetuar o pagamento de suas dívidas municipais em até 100 (cem) parcelas mensais, sem considerar quaisquer critérios relacionados aos valores e à quantidade de parcelas, desde que respeitado o valor mínimo estipulado no artigo 15-B, sendo que os juros serão definidos com base na variação acumulada mensal da Taxa Selic, aplicando-se a cada parcela de forma individual até a data do pagamento correspondente.

Parágrafo único: Para empresas em recuperação judicial ou falência, não será exigida a apresentação de bem como garantia a fim de concretizar o parcelamento, considerando neste caso a situação excepcional do contribuinte.

Art. 15-B. O valor mínimo de cada parcela será:

I – R\$ 100,00 (cinquenta reais) para indivíduos, profissionais autônomos e pessoas jurídicas amparadas pela Lei Complementar n.º 123, de 2006, que trata do microempreendedor individual (MEI).

II – R\$ 300,00 (cem reais) para as demais pessoas jurídicas.

Art. 15-C. A adesão ao parcelamento previsto nesta Lei será considerada confissão irrevogável e irretratável da dívida. Para isso, o pedido deve ser acompanhado da documentação necessária para comprovar o sujeito passivo de fato ou de direito responsável pela obrigação. A aceitação formal será realizada



pela autoridade competente, mediante a aceitação do termo de parcelamento pelo contribuinte, ou por seu representante legal.

Art. 11. Ficam acrescidos o § 3º e seus incisos I, II e III no artigo 9º da Lei nº 3.198, de 10 de novembro de 2017, com a seguinte redação:

§ 3º A critério da Secretaria Municipal de Finanças, conforme dispuser o regulamento, e desde que a parte devedora comprove a insuficiência de recursos para quitação integral, as multas previstas nos artigos 8º e 9º desta lei poderão ser objeto de parcelamento, observados os seguintes requisitos:

I – quando o valor da multa for superior a R\$ 1.000,00 (mil reais), nos casos de devedores pessoas físicas, profissionais autônomos e Microempreendedores Individuais – MEI;

II – quando o valor da multa for superior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), nos casos das demais pessoas jurídicas.

III – Em qualquer hipótese, o parcelamento deverá respeitar o limite máximo de prestações permitidas em função do montante da dívida, considerando-se o somatório do valor principal e da multa.

Art. 12. Fica revogado o § 8º do artigo 5º, da Lei Municipal nº 2.387, de 07 de novembro de 2011.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário, bem como quaisquer outras modalidades de parcelamento que não tenham sido expressamente ressalvadas nas alterações promovidas por esta Lei.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Araucária, 05 de setembro de 2025.

Assinado digitalmente por:
LUIZ GUSTAVO BOTOGOSKI
017.666.109-35
08/09/2025 11:54:35

LUIZ GUSTAVO BOTOGOSKI
Prefeito





CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

📍 @camaraaraucaria

PARECER CONJUNTO Nº333/2025 – CJR E 88/2025 - CFO

Da Comissão de Justiça e Redação sobre **o projeto de lei nº 2774/2025**, iniciativa do excelentíssimo Prefeito Luiz Gustavo Botogoski que “Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R\$ 1.367.116,81 (um milhão, trezentos e sessenta e sete mil, cento e dezesseis reais e oitenta e um centavos), na forma em que especifica abaixo..”

I – RELATÓRIO.

Trata-se do projeto de lei nº 2774/2025, iniciativa do excelentíssimo prefeito Luiz Gustavo Botogoski que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R\$ 1.367.116,81 (um milhão, trezentos e sessenta e sete mil, cento e dezesseis reais e oitenta e um centavos), na forma em que especifica abaixo.

Justifica o Sr. Prefeito que, “O Crédito Adicional Suplementar por Anulação na dotação solicitada, faz-se necessária, para manutenção predial da SMOP, aquisição de materiais de construção (alvenaria, elétricos, madeiras, hidrossanitários, tintas, etc) bem como a manutenção viária, visando a melhoria contínua das vias públicas urbanas e rurais, mantendo a segurança e melhorando a qualidade de vida dos munícipes.”

É o breve relatório.

II – ANÁLISE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

É importante ressaltar que compete a Comissão de Justiça e Redação a análise de Projetos de Lei com matérias referentes aos aspectos constitucionais, legais, regimentais, jurídicos e demais, conforme segue:

“Art. 52. Compete

I – à Comissão de Justiça e Redação, os aspectos constitucionais, legais, regimentais, jurídicos, de técnica legislativa de todas as proposições e elaboração de redação final, na conformidade do





CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

📍 @camaraaraucaria

aprovado, salvo as exceções previstas neste Regimento (Art. 154, § 2º Art. 158; Art. 159, inciso III e Art. 163, 2º);

Dessa forma, cabe a esta comissão o processamento do presente projeto.

Em tempo, a Constituição Federal em seu artigo 30, I e a Lei Orgânica do Município de Araucária em seu Art. 5º, I, descreve que compete ao Município legislar sobre matérias de interesse local:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I – Legislar sobre assuntos de interesse local;”

Além disso, verifica-se que a legislação municipal, discorre sobre o poder e a competência de autoria do Prefeito em Projetos de Lei, conforme o Art. 56, III, e o artigo 40, § 1º, b, da Lei Orgânica Municipal de Araucária:

“Art. 40. O processo legislativo compreende a elaboração de:

§ 1º A iniciativa dos Projetos de Lei é de competência:

b) do Prefeito;”

Destaca-se o art. 41, inciso I, da Lei 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Este artigo estabelece classificação de créditos adicionais suplementares, matéria da propositura em análise:

“Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

(...)

I – Suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária.”

De mesmo modo, a Lei nº 4.320/1964 que estatui sobre o assunto deste projeto de lei, sobre abertura de créditos especiais resultantes de anulação de créditos adicionais, previsto no art. 43, § 1º, inciso III:

“Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.





CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

📍 @camaraaraucaria

§ 1º Consideram-se recursos, para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

(...)

III – os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei;"

A Constituição Federal também traz a previsão sobre créditos especiais no art. 167, inciso V c/c o art. 135, V da LOMA, que dispõe sobre a proibição da abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes, senão vejamos:

"Art. 167. São vedados:

(...)

V – A abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes."

Deste modo, destacamos que é competência do chefe do executivo apresentar projetos de lei com iniciativa nos assuntos de plano plurianual e diretrizes orçamentária conforme Art. 165, incisos I e II da Constituição Federal, e Art. 129, incisos I e II da Lei Orgânica municipal.

O artigo 2º da presente proposição altera anulando parcialmente dotações específicas para fins de readequação dos valores da abertura de crédito.

Os artigos 3º e 4º, da presente proposição alteram a LDO e a PPA para fins de readequação dos valores da abertura de crédito.

Se faz necessário salientar que a presente proposição apresenta justificativa do Poder executivo, previsto no ofício nº 5318/2025.

Deste modo, a documentação necessária esta presente nos autos do Processo Legislativo nº 139387/2025 e Processo Administrativo nº 134795/2025 e código verificador LYWGBQ46.

Cumpramos ressaltar que a presente proposição atendeu as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.





CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

📍 @camaraaraucaria

Por fim, verifica-se que a proposição aqui tratada se encontra em concordância com os demais aspectos legais exigidos e que competem a esta comissão, não havendo impedimento para a regular tramitação do projeto.

III – ANÁLISE DA COMISSÃO FINANÇAS E ORÇAMENTO

Inicialmente, importante ressaltar que compete a Comissão de Finanças e Orçamento a análise de Projetos de Lei com matérias referentes aos aspectos econômicos e financeiros, conforme segue:

“Art. 52. Compete:

II – à Comissão de Finanças e Orçamento, os aspectos econômicos e financeiros, e especialmente:

a) matéria tributária, abertura de crédito adicional, operações de crédito, dívida pública, anistias e remissões de dívidas, e outras que direta ou indiretamente alterem a despesa ou receita do Município, ou repercutam no Patrimônio Municipal;”

Dessa forma, cabe também a esta Comissão de Finanças e Orçamento, o processamento do presente projeto.

O projeto de lei está em conformidade com os artigos 41, inciso I, 42 e 43, § 1º, inciso III da Lei Federal no 4.320/64 e conforme justificativa “Esclarecemos que o PPA e a LDO apresentam o nível de detalhamento até as ações, demonstrando o valor total previsto para cada ação e a LOA apresenta nível de detalhamento maior demonstrando a divisão do valor da ação por elementos de despesa. Esclarecemos também que a alteração orçamentária objeto do Projeto de Lei nº 2.774/2025 promove alterações internas nas ações indicadas pela Secretaria, ou seja, apenas altera valores entre elementos de despesa, de ações diferentes, não promovendo quaisquer alterações nas ações da LOA, LDO e PPA”

Portanto, no que cabe à análise da Comissão de Finanças e Orçamento, verifica-se que o projeto tratado está em conformidade com os demais quesitos legais, econômicos e financeiros exigidos e que competem a esta comissão, não tendo impedimento para a regular tramitação da propositura.





i @camaraaraucaria

IV – VOTO

Diante de todo o exposto e, com base no que se verificou através do presente, no que compete à Comissão de Justiça e Redação, não se vislumbra óbice ao prosseguimento do Projeto de Lei de nº 2774/2025. Assim, **SOMOS PELO PROSSEGUIMENTO DO REFERIDO PROJETO DE LEI**, ao qual deve ser dada ciência aos vereadores, bem como, submetido à deliberação plenária para apreciação conforme o Regimento Interno desta Câmara Legislativa.

Dessa forma, submetemos o parecer para apreciação dos demais membros das comissões.

É o parecer.

Câmara Municipal de Araucária, 25 de setembro de 2025.


PEDRO FERREIRA DE LIMA
25/09/2025 10:35:22
CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Vereador Relator – CJR


**OLIZANDRO JOSÉ FERREIRA
JUNIOR**
25/09/2025 10:39:38
CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Vereador Relator - CFO

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 25/09/2025 10:35:03-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://ic.lgm.com.br/p726587d538c40>.



PROJETO DE LEI Nº 2.774, DE 22 DE SETEMBRO DE 2025.

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária, no valor de R\$ 1.367.116,81 (um milhão, trezentos e sessenta e sete mil, cento e dezesseis reais e oitenta e um centavos), na forma em que especifica abaixo.

~~A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, com fundamento nos artigos 41, I e II, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, sanciono a seguinte Lei:~~

Art. 1º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R\$ 1.367.116,81 (um milhão, trezentos e sessenta e sete mil, cento e dezesseis reais e oitenta e um centavos), para reforço no exercício financeiro de 2025 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
Secretaria Municipal de Obras Públicas e Transportes		
Unidade Orçamentária: 26.001	Gabinete do Secretário – SMOP	
Funcional Programática: 26.001.0026.0782.0011.2233	Atividade: Suprir com materiais e serviços visando a manutenção e conservação vias urbanas e estradas rurais. Melhorar os acessos de Araucária a Curitiba, melhoria nas calçadas e criar caminhos alternativos com ciclovias.	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390300000 – Material de consumo	01504 – Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais Não Previdenciárias	R\$ 1.000.000,00
Secretaria Municipal de Obras Públicas e Transportes		
Unidade Orçamentária: 26.001	Gabinete do Secretário – SMOP	
Funcional Programática: 26.001.0026.0782.0006.2236	Atividade: Suprir com materiais e serviços visando a manutenção predial para os próprios municipais.	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390300000 – Material de consumo	01504 – Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais Não Previdenciárias	R\$ 250.000,00
Secretaria Municipal de Obras Públicas e Transportes		
Unidade Orçamentária: 26.001	Gabinete do Secretário – SMOP	
Funcional Programática: 26.001.0026.0782.0011.2233	Atividade: Suprir com materiais e serviços visando a manutenção e conservação vias urbanas e estradas rurais. Melhorar os acessos de Araucária a Curitiba, melhoria nas calçadas e criar caminhos alternativos com ciclovias.	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390390000 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	01504 – Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais Não Previdenciárias	R\$ 117.116,81
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 1.367.116,81		



Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
Secretaria Municipal de Obras Públicas e Transportes		
Unidade Orçamentária: 26.001	Gabinete do Secretário – SMOP	
Funcional Programática: 26.001.0026.0782.0006.2237	Atividade: Construir novos empreendimentos reformar e ampliar espaços públicos, visando a melhoria da estrutura operacional dos próprios municipais.	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490510000 – Obras e instalações	01504 – Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais Não Previdenciárias	R\$ 1.367.116,81
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R\$ 1.367.116,81		

Art. 3º Face ao crédito fica inserido no Anexo I da Lei Municipal nº 4.488 de 14 de Outubro de 2024, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025, o seguinte:

Programa 0006 – Programa Municipal de Urbanismo e Obras Públicas

Nº	Ação	Produto	Unidade Medida	Meta	Valor	Recurso
2236	Suprir com materiais e serviços visando a manutenção predial para os próprios municipais.	Obras e serviços executados	Outras Unidades e Medidas	1	R\$ 510.000,00	01504 – Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais Não Previdenciárias
2237	Construir novos empreendimentos reformar e ampliar espaços públicos, visando a melhoria da estrutura operacional dos próprios municipais.	Obras e serviços executados	Outras Unidades e Medidas	1	R\$ 1.702.883,19	01504 – Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais Não Previdenciárias

Programa 0011 – Programa Municipal de Transportes

Nº	Ação	Produto	Unidade Medida	Meta	Valor	Recurso
2233	Suprir com materiais e serviços visando a manutenção e conservação vias urbanas e estradas rurais. Melhorar os acessos de Araucária a Curitiba, melhoria nas calçadas e criar caminhos alternativos com ciclovias.	Manutenção da Infraestrutura	Outras Unidades e Medidas	1	R\$ 3.207.116,81	01504 – Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais Não Previdenciárias



Art. 4º Face ao crédito fica inserido no Anexo I da Lei Municipal nº 3739 de 14 de Setembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025, o seguinte:

Medida Recente:	47,2000		
Meta:	94,5000		
Ação:	2236 – Suprir com materiais e serviços visando a manutenção predial para os próprios municipais.		
Produto:	Obras e serviços executados	Unidade de Medida	Outras Unidades e Medidas
Vínculo:	01504 – Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais Não Previdenciárias		

Ano	Meta Física	Meta Financeira
2022	1	0,00
2023	1	0,00
2024	1	0,00
2025	1	510.000,00
Valor Total do Programa	4	510.000,00

Art. 5º O crédito adicional suplementar, a ser aberto na conformidade desta lei, terá vigência até 31 de Dezembro de 2025.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Araucária, 22 de setembro de 2025.

Assinado digitalmente por:
LUIZ GUSTAVO BOTOGOSKI:01766610935

 017.666.109-35
 22/09/2025 10:10:41

LUIZ GUSTAVO BOTOGOSKI
 Prefeito



PARECER Nº 301/2025

Da Comissão de Justiça e Redação, sobre o **projeto de lei nº 277/2025**, de iniciativa da Comissão Executiva que “Altera a Lei Municipal nº 4.523 de 27 de fevereiro de 2025”.

I – RELATÓRIO.

Trata-se do Projeto de Lei 277/2025, de iniciativa da comissão executiva que Altera a Lei Municipal nº 4.523 de 27 de fevereiro de 2025.

Justifica a comissão executiva que: “O presente Projeto de Lei tem como intuito alterar a Lei Municipal nº 4.523/2025 para corrigir divergências materiais na norma jurídica, também adequar as atribuições dos cargos de chefia ocupados por servidores efetivos.

Ampliamos as atribuições dos cargos de chefia ocupados por servidores efetivos, com o intuito de compatibilizar a norma com as rotinas diárias atuais, e aprimorar a qualidade do desenvolvimento das atividades em nível tático nas áreas legislativas, financeiras, administrativas, de infraestrutura e de pessoal nos setores da Câmara Municipal, havendo então adequação remuneratória vinculada às novas atividades exercidas.

Além da adequação exposta, também corrigimos erro material na Lei nº 4.523/2025 concernente ao organograma da Câmara Municipal, desta forma, incluímos a “Divisão de Compras e Licitações” na Diretoria Administrativa presente na alínea c do inciso VIII do art. 2º da Lei Municipal nº 4.523/2025. Também excluímos o quadro do organograma que constava “Divisão de Almoxarifado e Patrimônio”, pois conforme consta no art. 2º, inciso VIII, alínea b, da Lei Municipal nº 4.523/2025 é a Divisão Administrativa que é composta por setores, sendo eles: Biblioteconomia, Documentação e Referência Legislativa e Patrimônio e Almoxarifado.

Também houve correção a respeito do Serviço de Atendimento ao Cidadão – SIAC – que não é uma divisão como consta do organograma a ser alterado, mas sim um setor da Divisão de Comunicação Social.

Assim, o presente projeto de lei tem por objetivo tornar a gestão da Câmara Municipal cada vez mais dinâmica e eficiente visado que esta cumpra o seu papel constitucional, qual seja, a elaboração de leis e a fiscalização da gestão pública.”

É o relatório.





CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

📞 @camaraaraucaria

II – ANÁLISE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Inicialmente, importante ressaltar que compete a Comissão de Justiça e Redação a análise de Projetos de Lei com matérias referentes aos aspectos constitucionais, legais, regimentais, jurídicos e demais, conforme segue:

Art. 52. Compete:

I – à Comissão de Justiça e Redação, os aspectos constitucionais, legais, regimentais, jurídicos, de técnica legislativa de todas as proposições e elaboração de redação final, na conformidade do aprovado, salvo as exceções previstas neste Regimento (Art. 154, § 2º Art. 158; Art. 159, inciso III e Art. 163, 2º);

Dessa forma, cabe a esta comissão o processamento do presente projeto.

Em tempo, a Constituição Federal em seu artigo 30, I e a Lei Orgânica do Município de Araucária em seu Art. 5º, I, descreve que compete ao Município legislar sobre matérias de interesse local:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I – Legislar sobre assuntos de interesse local;”

Além disso, verifica-se que a legislação discorre sobre o poder e a competência de autoria da comissão executiva da Câmara Municipal em Projetos de Lei, conforme o Art. 40, § 1º, d, da Lei Orgânica Municipal de Araucária:

“Art. 40. O processo legislativo compreende a elaboração de:

§ 1º A iniciativa dos Projetos de Lei é de competência:

d) da Comissão Executiva da Câmara Municipal.;

Além disso, verifica-se que a Lei Orgânica Municipal de Araucária discorre no art. 27, inciso I, sobre a atribuição e a competência de autoria da comissão executiva, em elaborar projetos de lei referentes aos vencimentos e demais vantagens remuneratórias aos seus servidores e organização de seus serviços. Veja:

“Art. 27 Compete à Comissão Executiva, dentre outras atribuições:

I - A iniciativa de Projetos de Resolução que criem ou extingam cargos administrativos em sua estrutura, disponham sobre a organização de seus serviços e, através de Projeto de Lei, a fixação dos respectivos



vencimentos e vantagens;

Não somente no dispositivo acima, mas também a Lei Orgânica Municipal prevê em seu art. 10 e incisos IX e X, que a Câmara Municipal é o órgão competência para deliberar sobre a pauta proposta, sujeita a sanção do executivo. Vejamos:

“Art. 10 Compete à Câmara Municipal deliberar sobre matéria da competência do Município, sujeita à sanção do Prefeito, especialmente sobre:

(...)

IX - o regime jurídico único dos servidores municipais, da Administração direta, Autarquias e Fundações;

X - A criação de cargos e carreiras, sua classificação, extinção e fixação dos respectivos padrões de vencimento;”
(grifo nosso)

A proposição realiza adequação na Lei nº 4.523/2025 concernente ao texto de lei e ao organograma da Câmara Municipal, conforme justificativa presente no projeto de lei em cumprimento ao princípio da motivação da administração pública, bem como há alteração nos valores dos vencimentos dos servidores que exercem cargo de chefia.

Denota-se que o presente projeto de lei obedece o art. 169 da Constituição, o qual dispõe o que segue:

“Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo e pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não pode exceder os limites estabelecidos em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021)

§ 1º - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alterações de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.”



O art. 169 da Constituição Federal apregoa que os limites serão estabelecidos por lei complementar, desta feita em análise a Lei complementar de Responsabilidade Fiscal 101/2000 em seu art. 19 dispõe que a receita corrente líquida (RCL) dos municípios não pode exceder 60% (sessenta por cento). Veja:

“Art. 19. Para os fins do disposto no *caput* do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I – União: 50% (cinquenta por cento);

II – Estados: 60% (sessenta por cento);

III – Municípios: 60% (sessenta por cento)”

(grifo nosso)

Ressaltamos que a lei complementar 101/2000 estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, tendo como amparo a Constituição Federal. Previsto no Art. 1º, §1º

“A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras. ”

O art. 20 da LRF, refere-se ao limite do poder legislativo em relação ao seu limite de percentual em despesas, sendo esse de 6%:

“Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

(...)

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;”

(grifo nosso)





CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

📞 @camaraaraucaria

Deste modo, o processo esta prevendo a estimativa de custos dos referidos cargos, sendo eles de 7 (sete) chefias e o Parecer Financeiro-Contábil nº 046/2025 que conclue:

CONCLUSÃO

Verificados os principais itens que compõem a análise das despesas de pessoal, avaliamos que **NÃO HÁ** impedimentos de natureza orçamentária e financeira ao regular prosseguimento do processo. Insta ressaltar, também, conforme explicitado no item III deste Parecer (existência de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias), que há, na LDO, apenas uma autorização genérica para os aumentos de despesa com pessoal. Portanto, recomenda-se que o processo legislativo de elaboração da lei de diretrizes orçamentárias passe a incluir a explicitação de autorizações específicas (com as respectivas estimativas anuais) com relação aos eventos que impactam a despesa com pessoal, visando ao pleno atendimento da norma prevista no art. 169, §1º, da Constituição Federal, que assim dispõe:

“Art. 169. [...] § 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: [...] II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. [...] (grifamos).

Por fim, considerando a análise dos aspectos de maior relevância em relação à legislação financeira aplicável (Itens I a XII desse Parecer), OPINAMOS no sentido de que a DESPESA COM PESSOAL A SER INCREMENTADA com o reajuste requerido, em seus principais aspectos, ATENDE à legislação financeira aplicável e **NÃO COMPROMETE A HIGIEZ ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA OU FISCAL** da Câmara Municipal, tampouco a do Município, podendo seguir os demais trâmites legais.

Araucária, 03 de setembro de 2025.

Informamos que em parecer da diretoria financeira dessa casa de leis, foi demonstrado que tais limite é inferior a receita corrente liquida do município em referencia ao poder legislativo municipal:

Conclusão: Considerando a análise das despesas já compromissadas e ainda o montante que resulta da promoção pretendida é possível afirmar que não será extrapolado o limite de 6,00 % da RCL do Município em despesas de pessoal, estimando-se a sua proporção em 1,520%, 1,633% e 1,736%, nos exercícios de 2025, 2026 e 2027, respectivamente.

Da mesma forma, Por determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000), em atenção ao artigo 16, consta no processo legislativo nº 129662/2025 a estimativa do impacto orçamentário financeiro do ano vigente e os dois subsequentes, no Anexo II e abordado em parecer contábil no item IV.

“Art. 16 A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I – Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;



II – Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.”

No Parecer da Diretoria Financeira na pág. 04 concluiu-se que:

Conclusão: O aumento da despesa tem um impacto orçamentário e financeiro reduzido, mantendo-se dentro de parâmetros aceitáveis conforme as premissas vigentes, o orçamento atual e as metas de resultados estabelecidas na LDO.

Observamos que no Anexo III anexado ao processo legislativo consta a declaração do ordenador de despesa que relata a compatibilidade com o Plano Plurianual 2022-2025 e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e possui a devida previsão na Lei orçamentaria anual para o exercício de 2025.”

Com todo exposto acima, observar-se que o referido projeto de lei cumpre com a sua competência de sua iniciativa e sua atribuição, bem como esta presente toda documentação necessária para a regular tramitação.

Ademais, salientamos que a Comissão de Justiça e Redação analisa as proposições em face das matérias legais, contudo a observância referente se a proposição traz algum tipo de alteração na despesa ou receita do Município, ou repercutam no Patrimônio Municipal, cabe a Comissão de Finanças e Orçamento, segundo expressamente previsto no art. 52, II do regimento interno.

Cumprе ressaltar que a presente proposição atende as determinações da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das lei.

IV – VOTO

Diante de todo o exposto e, com base no que se verificou através do presente, no que compete à Comissão de Justiça e Redação, não se vislumbra óbice ao prosseguimento do Projeto de Lei de nº 277/2025. Assim, **SOMOS PELO PROSSEGUIMENTO DO REFERIDO PROJETO DE LEI**, ao qual deve ser dado ciência aos vereadores, bem como, submetido à deliberação plenária para apreciação conforme o Regimento Interno desta Câmara Legislativa.

Dessa forma, submetemos o parecer para apreciação dos demais membros das comissões.





CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

📍 @camaraaraucaria

É o parecer.

Câmara Municipal de Araucária, 17 de setembro de 2025.



PEDRO FERREIRA DE LIMA

17/09/2025 10:52:08

ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Vereador Relator – CJR



ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/09/2025 10:52:03-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://ic.lpm.com.br/prestb6cad06c9b>.





CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

© @camaraaucaria

PARECER N°084/2025 – CFO

Da comissão de finanças e orçamento, sobre o **projeto de lei nº 277/2025**, de iniciativa da Comissão Executiva que “ Altera a Lei Municipal nº4.523 de 27 de fevereiro 2025.”

I – RELATÓRIO.

Trata-se do Projeto de Lei 277/2025, de iniciativa da comissão executiva que Altera a Lei Municipal nº 4.523 de 27 de fevereiro de 2025.

Justifica a comissão executiva que: “O presente Projeto de Lei tem como intuito alterar a Lei Municipal nº 4.523/2025 para corrigir divergências materiais na norma jurídica, também adequar as atribuições dos cargos de chefia ocupados por servidores efetivos.

Ampliamos as atribuições dos cargos de chefia ocupados por servidores efetivos, com o intuito de compatibilizar a norma com as rotinas diárias atuais, e aprimorar a qualidade do desenvolvimento das atividades em nível tático nas áreas legislativas, financeiras, administrativas, de infraestrutura e de pessoal nos setores da Câmara Municipal, havendo então adequação remuneratória vinculada às novas atividades exercidas.

Além da adequação exposta, também corrigimos erro material na Lei nº 4.523/2025 concernente ao organograma da Câmara Municipal, desta forma, incluímos a “Divisão de Compras e Licitações” na Diretoria Administrativa presente na alínea c do inciso VIII do art. 2º da Lei Municipal nº 4.523/2025. Também excluímos o quadro do organograma que constava “Divisão de Almoxarifado e Patrimônio”, pois conforme consta no art. 2º, inciso VIII, alínea b, da Lei Municipal nº 4.523/2025 é a Divisão Administrativa que é composta por setores, sendo eles: Biblioteconomia, Documentação e Referência Legislativa e Patrimônio e Almoxarifado.

Também houve correção a respeito do Serviço de Atendimento ao Cidadão – SIAC – que não é uma divisão como consta do organograma a ser alterado, mas sim um setor da Divisão de Comunicação Social.

Assim, o presente projeto de lei tem por objetivo tornar a gestão da Câmara Municipal cada vez mais dinâmica e eficiente visado que esta cumpra o seu papel constitucional, qual seja, a elaboração de leis e a fiscalização da gestão pública.”

É o relatório.



É o breve relatório.

II – ANÁLISE DA COMISSÃO FINANÇAS E ORÇAMENTO

Inicialmente, importante ressaltar que compete a Comissão de Finanças e Orçamento a análise de Projetos de Lei com matérias referentes aos aspectos econômicos e financeiros, conforme segue:

“Art. 52. Compete:

(...)

II – à Comissão de Finanças e Orçamento, os aspectos econômicos e financeiros, e especialmente:

a) matéria tributária, abertura de crédito adicional, operações de crédito, dívida pública, anistias e remissões de dívidas, e outras que direta ou indiretamente alterem a despesa ou receita do Município, ou repercutam no Patrimônio Municipal;”

Informamos que em parecer da diretoria financeira dessa casa de leis , foi demonstrada que tais limite é inferior a receita corrente liquida do Município em referencia ao poder legislativo municipal.

Da mesma forma, Por determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000), em atenção ao artigo 16, consta no processo legislativo nº 129662/2025 a estimativa do impacto orçamentário financeiro do ano vigente e os dois subsequentes, no Anexo II e abordado em parecer contábil no item IV.

Art. 16 A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I – Estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

Observamos que no Anexo III anexado ao processo legislativo consta a declaração do ordenador de despesa que relata a compatibilidade com o Plano Plurianual 2022-2025 e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e possui a devida previsão na Lei orçamentaria anual para o exercício de 2025.”

Com todo exposto acima, observar-se que o referido projeto de lei cumpre com a sua competência de sua iniciativa e sua atribuição, bem como esta presente toda documentação necessária para a regular tramitação

IV – VOTO

Diante de todo o exposto e, com base no que se verificou através do presente, no que compete à Comissão de Finanças e Orçamento, não se vislumbra óbice ao prosseguimento do Projeto de Lei de nº 277/2025. Assim, **SOMOS PELO PROSSEGUIMENTO DO REFERIDO PROJETO DE LEI**, ao qual deve ser dado ciência aos vereadores, bem como, submetido à deliberação plenária para apreciação conforme o Regimento Interno desta Câmara Legislativa.

Dessa forma, submetemos o parecer para apreciação dos demais membros das comissões.

É o parecer.

Câmara Municipal de Araucária, 24 de setembro de 2025.



**OLIZANDRO JOSÉ FERREIRA
JUNIOR**
24/09/2025 09:44:52
Câmara Municipal de
ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Vereador Relator – CFO





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

A Comissão Executiva da Câmara Municipal de Araucária/PR, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta a seguinte proposição:

PROJETO DE LEI Nº 277/2025

Altera a Lei Municipal nº 4.523 de 27 de fevereiro de 2025.

Art. 1º Altera o art. 2º, XI, da Lei Municipal nº 4.523, de 27 de fevereiro de 2025, passando a vigorar com a seguinte redação.

“(…)

XI – DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, composta pelo Diretor de Comunicação Social, pelo Chefe de Comunicação Social e demais servidores nela lotados, contendo a seguinte divisão e setor a ela vinculado:

1 – Divisão de Comunicação Social:

a) Setor de Informação ao Cidadão – SIAC.

(…)”

Art. 2º Altera os incisos XIV, XIX, XX, XXI, XXIII, XXV e XXVII do Art. 10. da Lei Municipal nº 4.523 de 27 de fevereiro de 2025, passando a vigorar com a seguinte redação:

(…)

“XIV - Chefe do Processo Legislativo: Chefiar a nível tático a Divisão do Processo Legislativo; Distribuir tarefas aos servidores lotados na divisão e prestar serviços na área, excepcionalmente quando necessário; Zelar pelo cumprimento de prazos legais aos quais os processos legislativos estejam sujeitos, orientando as





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

Comissões e Mesa Diretora; Providenciar previamente que todos os recursos humanos e técnicos estejam disponíveis para a realização das Sessões Plenárias de qualquer natureza; Dirimir dúvidas quanto à tramitação dos processos legislativos, promover a elaboração de fluxogramas e manuais que auxiliem nas rotinas da Diretoria do Processo Legislativo; Requisitar, com antecedência, o auxílio de outros servidores ou segurança sempre que necessário; Prestar informações ao órgão de Controle Interno quando solicitado; Orientar na elaboração e na aplicação de regulamentos e normas relativos à administração pública; Realizar os trabalhos de treinamento ou orientação quanto à utilização dos sistemas internos de processo legislativo, sempre que solicitado; Participar das sessões plenárias quando solicitado; Executar outras atribuições correlatas; Analisar as solicitações de promoção e ou/progressão por qualificação dos servidores lotados na respectiva divisão: Aferir documentação e analisar a compatibilidade entre perfil profissiográfico e a demanda protocolada; Realizar o controle da jornada de trabalho dos servidores lotados na divisão; Promover a manutenção da assiduidade e pontualidade dos servidores, conferir e assinar a folha ponto mensal, autorizar a execução de hora extra, controlar banco de horas, organizar e autorizar o gozo de férias e licença; Elaborar projetos de melhoria contínua a partir das demandas do setor; Promover as ações necessárias para implantação de novas tecnologias na Diretoria do Processo Legislativo; Gerenciar sistema interno e externo de proposições legislativas quanto aos conteúdos, tramitações e prazos; Orientar setores, comissões e órgãos externos acerca de procedimentos necessários para a execução de audiências públicas nas dependências da Câmara Municipal; Coordenar a solicitação, organizar as demandas, elaborar o modelo e gerir a distribuição de placas de honrarias

Rua: Irmã Elizabeth Werka, 55 – Jardim Petrópolis – CEP: 83704-580 – Araucária-PR – Fone Fax: (41)

Documento Assinado Digitalmente em 02/09/2025 09:10:09 por EDUARDO RODRIGO DE CASTILHOS
Documento Assinado Digitalmente em 02/09/2025 09:18:20 por LEANDRO ANDRADE PRETO
Documento Assinado Digitalmente em 02/09/2025 09:27:31 por CELSO NICACIO DA SILVA

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 02/09/2025 09:10 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://ic.lgm.com.br/p124de9e6368bc>





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

conforme determinações da Presidência; Elaborar relatório anual de gestão setorial, contendo o registro das atividades desenvolvidas, indicadores de desempenho do setor, desafios identificados, sugestões de melhorias e planejamento de metas e ações para o período seguinte, a ser encaminhado à Direção-Geral da Câmara Municipal.”

Parágrafo único. O cargo de Chefe do Processo Legislativo será ocupado por servidor proveniente de cargo efetivo, graduado em Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação e com conhecimentos na área do Processo Legislativo.

(...)

XIX - Chefe de Gestão de Pessoal: Elaborar e chefiar a execução de metas de atendimento às determinações superiores; Chefiar e organizar as atividades e serviços da Divisão de Gestão de Pessoal e prestar serviços na área, excepcionalmente quando necessário; Chefiar e setorizar os servidores dentro da divisão, objetivando a eficácia e eficiência administrativa e a melhor interação e aproveitamento funcional; Chefiar e distribuir as atividades e serviços conforme as competências e atribuições, de acordo o perfil profissiográfico de cada servidor; Conhecer operacionalmente os sistemas em execução na divisão, propondo o uso adequado e otimizado, prestando orientações necessárias e representando as demandas da divisão junto aos superiores e à contratada fornecedora dos sistemas; Conhecer operacionalmente os meios de prestação de contas incidentes à divisão, chefiando o controle dos prazos e a execução da prestação de contas, executando-as quando necessário; Conhecer e analisar os processos em andamento na divisão, indicando alternativas, quando houver, para a melhor instrução, desburocratização e celeridade processual,





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

resguardados os princípios constitucionais e legais; Conhecer a legislação pertinente aos trâmites da Divisão de Gestão de Pessoal, promovendo o total ajustamento destes àquela; Interagir com as demais diretorias para traçar perfis e indicar os aperfeiçoamentos necessários e/ou cabíveis aos servidores deste Legislativo Municipal; Conhecer operacionalmente todas as rotinas da Divisão de Gestão de Pessoal, orientando e determinando o que for cabível e suprimindo a eventual ausência de servidores da divisão. Chefiar as atividades relacionadas à organização da lotação nominal e numérica, os controles de frequência dos servidores efetivos, comissionados e dos estagiários, os assentamentos da vida funcional e de outros dados do pessoal da Câmara Municipal, zelando pela organização e atualização dos registros, controles e ocorrências de servidores e parlamentares, bem como pela preparação das respectivas folhas de pagamento; Chefiar, propor e acompanhar a execução de estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social e Segurança do Trabalho, com e para os servidores, para fins de benefícios e serviços junto à Administração; Organizar a escala de férias dos servidores lotados na Divisão de Gestão de Pessoal e seus setores, garantindo a permanência de efetivo mínimo para execução dos procedimentos inerentes à divisão; Autorizar, justificadamente, a prestação de serviços extraordinários dentro da divisão; Comunicar ao Diretor-Geral e aos Chefes de Divisão, via memorando, a ocorrência de desvios na conduta de servidores deste Legislativo Municipal, constatados na Divisão de Gestão de Pessoal, na aferição de controles de frequência, relatórios das CAEPs, documentações devidas, entre outros, sugerindo o que for cabível à correção da conduta; Manter-se atualizado sobre as atividades realizadas na Divisão de Gestão de Pessoal, buscando meios que modernizem a execução dos serviços, viabilizem a





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

economia, celeridade, eficiência dos métodos e o bom desempenho da divisão; Chefiar, organizar e executar, quando necessário, todas as atividades descritas como competência da Divisão de Gestão de Pessoal na Resolução nº 70/2019 ou outra que a substitua; Executar outras atividades correlatas; Dirimir dúvidas quanto à tramitação dos processos, promover a elaboração de fluxogramas e manuais que auxiliem nas rotinas da Diretoria Administrativa; Manter diálogo estratégico com as Diretorias Administrativa e Geral e com a Presidência; Estudar e sugerir melhorias operacionais à administração; Preparar a Divisão de Gestão de Pessoal para a plena operacionalização; Tratar, dentro da divisão, as divergências operacionais; Remeter ao Diretor Administrativo as pendências que ultrapassem sua competência; Nortear a elaboração de folha de pagamento; Supervisionar a aferição do ponto eletrônico; Determinar a comunicação das chefias imediatas, quando da ocorrência de divergências no controle do ponto; Assinar relatório de folha de pagamento; Solicitar informações pertinentes aos processos da divisão; Orientar a instrução dos processos de aposentadoria; Promover a integração dos servidores às atividades da divisão; Organizar as rotinas ocasionando o compartilhamento de conhecimento; Inibir, quando possível, o monopólio das informações entre os servidores da divisão. Analisar e mapear as competências de cada servidor; Designar as atividades conforme análise de competência; Sugerir cursos de aperfeiçoamento, conforme competência e necessidade da divisão; Atender, colaborar com os órgãos parceiros deste Legislativo Municipal como, Prefeitura Municipal, Fundo de Previdência Municipal e Departamento de Saúde Ocupacional para melhor atendimento das necessidades dos servidores do Legislativo Municipal; Auxiliar os gabinetes nos processos seletivos de contratação de estudantes





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

para estágio; Atuar em conjunto com a empresa responsável pela contratação de aprendizes, promovendo a inserção na Câmara Municipal, chefiando as atividades, organizando a lotação funcional, conforme perfil de cada estudante; Elaborar relatório anual de gestão setorial, contendo o registro das atividades desenvolvidas, indicadores de desempenho do setor, desafios identificados, sugestões de melhorias e planejamento de metas e ações para o período seguinte, a ser encaminhado à Direção-Geral da Câmara Municipal.”

Parágrafo único. O cargo de Chefe de Gestão de Pessoal será ocupado por servidor proveniente de cargo efetivo, graduado em Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação e com conhecimentos na área de Gestão de Pessoas.

XX - Chefe Administrativo: Chefiar a Divisão Administrativa, organizando, controlando e monitorando suas atividades e prestando serviços na área, sempre que for necessário; Chefiar e supervisionar a fiscalização dos contratos e instrumentos contratuais efetuados pelos fiscais; Chefiar e supervisionar o recebimento definitivo dos objetos das contratações, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; Chefiar e supervisionar os serviços de Gestão de Contratos e Atas de Registro de Preços; Chefiar e supervisionar o Setor de Almoxarifado e Patrimônio; Realizar estudos, pesquisas e levantamentos que subsidiem as atividades na área de atuação; Auxiliar no repasse de informações e nas atividades da área de sua competência; Supervisionar a organização e a manutenção atualizada do sistema de arquivos de documentos administrativos de interesse da Câmara Municipal, assegurando a observância dos sistemas de referência e de índices necessários à pronta consulta; Supervisionar as publicações, atos administrativos, guarda de





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

documentos e controle dos contratos, que resultem despesas para a Câmara Municipal; Supervisionar o controle das ligações realizadas, através do sistema; Chefiar o serviço de transporte, recepção, manutenção geral, limpeza e copa, orientando na execução e manutenção dos serviços, observando a conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios adotando boas práticas de otimização de recursos. Distribuir tarefas aos servidores lotados na Diretoria Administrativa; Analisar as solicitações de promoção por qualificação, por tempo de serviço, por desempenho e por aperfeiçoamento, nos casos de habilitação/titulação e qualificação; Promover a aferição da documentação – revisão dos perfis, compatibilização do conteúdo programático do curso com o perfil profissiográfico – elaborando relatório detalhado do resultado da análise com justificativa das compatibilidades e incompatibilidades apuradas; Realizar o controle de jornada de todos os servidores lotados na divisão; Promover a manutenção da assiduidade e pontualidade dos servidores; Orientar e ajustar os servidores cuja jornada não atenda o previsto na Resolução nº 70, de 27 de agosto de 2019; Conferir e assinar as folhas ponto; Autorizar a execução de horas extras e controlar o banco de horas; Organizar e autorizar o gozo das horas registradas em banco de horas; Controlar e quando solicitado realizar abertura de processo de férias dos servidores da divisão; Elaborar quadro de gozo de férias dos servidores; Considerar as condições do setor de trabalho para autorizar o gozo ou promover a suspensão das férias. Atuar na mediação de conflitos em conjunto com o Coordenador Operacional e demais servidores responsáveis pelos setores da Divisão Administrativa, analisando as situações de conflitos e buscando uma solução mais adequada; Elaborar relatório anual de gestão setorial, contendo o registro das atividades desenvolvidas, indicadores de desempenho do setor,

Rua: Irmã Elizabeth Werka, 55 – Jardim Petrópolis – CEP: 83704-580 – Araucária-PR – Fone Fax: (41)

Documento Assinado Digitalmente em 02/09/2025 09:10:09 por EDUARDO RODRIGO DE CASTILHOS
Documento Assinado Digitalmente em 02/09/2025 09:18:20 por LEANDRO ANDRADE PRETO
Documento Assinado Digitalmente em 02/09/2025 09:27:31 por CELSO NICACIO DA SILVA

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 02/09/2025 09:10 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://ic.lpm.com.br/p124de9e6368bc>





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

desafios identificados, sugestões de melhorias e planejamento de metas e ações para o período seguinte, a ser encaminhado à Direção-Geral da Câmara Municipal.

Parágrafo único. O cargo de Chefe Administrativo será ocupado por servidor proveniente de cargo efetivo, graduado em Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação e com conhecimentos na área administrativa.

XXI - Chefe de Compras e Licitações: Chefiar a Divisão de Compras e Licitações; Organizar, controlar e monitorar as atividades, prestando serviços na área, sempre que for necessário; Realizar estudos, pesquisas e levantamentos que subsidiem as atividades na área de atuação; Auxiliar no repasse de informações e nas atividades da área de sua competência. Orientar e supervisionar os procedimentos de aquisições; Acompanhar a elaboração dos termos de referência e dos editais dos processos de licitação e sua fundamentação; Supervisionar a organização e a manutenção atualizada do sistema de arquivos de documentos da Divisão de Compras e Licitações de interesse da Câmara Municipal, assegurando a observância dos sistemas de referência e de índices necessários à pronta consulta. Elaborar, formalizar e publicar o planejamento anual de contratações (PCA) da Câmara Municipal, supervisionando, orientando e acompanhando a sua execução, propondo melhorias contínuas no processo e gerenciando as suas revisões e republicações; Administrar o Setor de Planejamento, que faz parte da Divisão de Compras e Licitações, atualmente responsável pelos Estudos Técnicos Preliminares (ETP), as análises de risco e demais documentações necessárias para o cumprimento legal e ao bom andamento das aquisições e contratações, bem como as demais pesquisas de preços necessárias, dando suporte à Gestão de Contratos,





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

providenciando seu gerenciamento, a sua guarda e o controle adequado; Zelar pelo bom andamento da Divisão de Compras e Licitações, primando pela integração com todos os setores da Câmara Municipal, prestando apoio e assessoria em assuntos relativos às aquisições de bens e serviços. Fazer cumprir a resolução própria da Câmara Municipal e demais instruções e/ou dispositivos legais; Supervisionar o controle das aquisições realizadas, através do sistema, respondendo prontamente à Direção-Geral e assinar as autorizações de fornecimento; Orientar a execução e manutenção dos serviços inerentes à Divisão de Compras e Licitações, observando a conduta adequada na utilização dos sistemas, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, adotando boas práticas de otimização de recursos; Distribuir as tarefas aos servidores lotados na Divisão de Compras e Licitações, sendo-lhe autorizada a expedição de escalas de trabalho e instrumentos afins; Zelar pelo cumprimento de prazos legais aos quais os processos de compras estejam sujeitos; Promover a elaboração de fluxos de trabalho e manuais que auxiliam nas rotinas da Divisão de Compras e Licitações; Prestar informações ao órgão de Controle Interno quando solicitado; Disciplinar a política de aquisições da Câmara Municipal, com vistas à supremacia do interesse público, da legalidade, da moralidade e da transparência ativa e passiva; Gerir os procedimentos e processos administrativos da Divisão de Compras e Licitações, proporcionando-lhes o impulso necessário ao regular andamento; Zelar pela capacitação constante dos servidores lotados na Divisão de Compras e Licitações; Gerir os bens patrimoniais alocados no setor; Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função que, por sua natureza, sejam-lhe afetas ou lhe tenham sido atribuídas pela Direção-Geral; Elaborar relatório anual de gestão setorial,





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

contendo o registro das atividades desenvolvidas, indicadores de desempenho do setor, desafios identificados, sugestões de melhorias e planejamento de metas e ações para o período seguinte, a ser encaminhado à Direção-Geral da Câmara Municipal.”

Parágrafo único. O cargo de Chefe de Compras e Licitações será ocupado por servidor proveniente de cargo efetivo, graduado em Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação e com conhecimentos na área administrativa.

(...)

XXIII - Chefe Financeiro e Contábil: Exercer a chefia da Divisão Financeira e Contábil da Câmara Municipal, abrangendo as seguintes atividades: chefiar, promover e acompanhar, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Diretor Financeiro, a regularidade da execução orçamentária, financeira e patrimonial da Câmara Municipal, bem como os demais atos e fatos pertinentes à área de sua competência, atestando ainda a exatidão, integridade e autenticidade dos respectivos registros contábeis de acordo com as normas legais e regulamentares vigentes; Realizar estudos, pesquisas e levantamentos visando auxiliar o Diretor Financeiro no planejamento, organização, direção e controle das atividades e serviços pertinentes à Diretoria Financeira, mantendo-se atualizado quanto a temas e inovações relacionados à matéria contábil, orçamentária, patrimonial ou financeira pertinentes à Câmara Municipal; Promover e acompanhar, no âmbito da sua competência, em conjunto com o Diretor Financeiro, os meios adequados ao suprimento dos recursos necessários ao bom desempenho das atividades da Diretoria Financeira; Exercer pessoalmente a responsabilidade técnica e a supervisão gerencial





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

da escrituração contábil, do levantamento das demonstrações contábeis, orçamentárias, financeiras e patrimoniais, em conformidade com as normas legais ou regulamentares vigentes; elaborar, instruir e encaminhar, dentro dos prazos legais ou regulamentares, o processo de prestação de contas anual da Câmara Municipal, assinando-os juntamente com o Presidente e o responsável pelo Controle Interno, bem como acompanhando sua tramitação nos órgãos de controle e promovendo o exercício do contraditório e ampla defesa em apontamentos de inconformidades de conteúdo contábil, orçamentário, patrimonial ou financeiro; Chefiar, promover, orientar e acompanhar, em conjunto com o Diretor Financeiro, a elaboração e o envio das prestações de contas parciais e periódicas, inclusive por meio eletrônico, zelando pelo fiel cumprimento dos prazos estabelecidos nas normas legais ou regulamentares vigentes, em relação à sua área de competência; Promover e acompanhar, em conjunto com o Diretor Financeiro, a concessão de acesso, registro e atualização cadastral da entidade, dos membros e dos responsáveis pela Câmara Municipal junto aos órgãos de controle; Manifestar-se, em conjunto com o Diretor Financeiro, de forma verbal ou escrita, mediante parecer, despacho, informação em processo administrativo ou legislativo, ou qualquer outra forma de registro, desde que devidamente solicitado e relacionado a conteúdo contábil, orçamentário, patrimonial ou financeiro pertinentes à Câmara Municipal, ou, independentemente de solicitação, na hipótese prevista no art. 134, inc. VI, da Lei Municipal nº 1.703/2006; Assessorar os membros da Comissão Executiva, da Diretoria Geral, das Comissões Parlamentares ou Administrativas, bem como qualquer outro interessado, inclusive Vereadores e seus assessores, desde que previamente autorizado pela Presidência ou Diretoria Geral e relacionados somente à matéria contábil,

Rua: Irmã Elizabeth Werka, 55 – Jardim Petrópolis – CEP: 83704-580 – Araucária-PR – Fone Fax: (41)

Documento Assinado Digitalmente em 02/09/2025 09:10:09 por EDUARDO RODRIGO DE CASTILHOS
Documento Assinado Digitalmente em 02/09/2025 09:18:20 por LEANDRO ANDRADE PRETO
Documento Assinado Digitalmente em 02/09/2025 09:27:31 por CELSO NICACIO DA SILVA

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 02/09/2025 09:10 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://ic.lpm.com.br/p124de9e6368bc>





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

orçamentária, patrimonial ou financeira pertinentes à Câmara Municipal; Promover, em conjunto com o Diretor Financeiro, diretamente ou por meio de servidor formalmente incumbido, a apresentação oficial das contas e os resultados da Câmara Municipal, em seus aspectos contábil, orçamentário, patrimonial ou financeiro, seja em audiência pública, reunião, ou qualquer outro evento similar; Promover e acompanhar, em conjunto com o Diretor Financeiro, a elaboração anual do cronograma de desembolso e da programação financeira da Câmara Municipal, zelando pelo seu fiel cumprimento e sua atualização, quando necessária; promover e acompanhar, em conjunto com o Diretor Financeiro, a elaboração das propostas orçamentárias a serem incluídas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento Anual do Município, bem como a verificação da necessidade de abertura de créditos adicionais; Promover e acompanhar o controle da concessão de diárias e suprimentos de fundos, bem como fiel cumprimento dos prazos estabelecidos nas normas legais ou regulamentares vigentes, em relação à sua área de competência; Promover e acompanhar, em conjunto com o Diretor Financeiro, a concessão de acesso, registro e atualização cadastral da entidade, dos membros e dos responsáveis pela Câmara Municipal junto aos órgãos de controle; promover, em conjunto com o Diretor Financeiro, diretamente ou por meio de servidor formalmente incumbido, a apresentação oficial das contas e os resultados da Câmara Municipal, em seus aspectos contábil, orçamentário, patrimonial ou financeiro, seja em audiência pública, reunião, ou qualquer outro evento similar; promover e acompanhar, em conjunto com o Diretor Financeiro, a elaboração anual do cronograma de desembolso e da programação financeira da Câmara Municipal, zelando pelo seu fiel cumprimento e sua atualização, quando necessária; Promover e acompanhar, em





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

conjunto com o Diretor Financeiro, a elaboração das propostas orçamentárias a serem incluídas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento Anual do Município, bem como a verificação da necessidade de abertura de créditos adicionais; promover e acompanhar, o controle da concessão de diárias e suprimentos de fundos, dirimindo as dúvidas de cunho contábil, orçamentário, patrimonial ou financeiro, ou ainda aqueles de natureza administrativa pertinentes à sua área de atuação, devendo reunir-se periodicamente com servidores a fim de discutir assuntos de interesse do serviço, tais como a proposição de novas metodologias de trabalho e a resolução de conflitos potenciais ou existentes, visando a promoção e a manutenção da eficiência laboral e do clima de harmonia no ambiente de trabalho; emitir, em conjunto com o Diretor Financeiro, as estimativas de impacto orçamentário-financeiro, bem como decidir sobre os requerimentos dos servidores lotados nesta divisão, em especial, aqueles relacionados à progressões, promoções ou assemelhados; Chefiar e acompanhar outras atividades correlatas, bem como as aquelas que lhe forem atribuídas por seus superiores hierárquicos, observado o disposto no art. 134, inciso IV da Lei Municipal nº 1.703/2006; Promover e acompanhar, em conjunto com o Diretor Financeiro, a implementação das normas internas (instrução normativa) bem como propor alterações que aprimorem os controles sobre as atividades da Diretoria Financeira, junto ao Controle Interno da Câmara; Elaborar relatório anual de gestão setorial, contendo o registro das atividades desenvolvidas, indicadores de desempenho do setor, desafios identificados, sugestões de melhorias e planejamento de metas e ações para o período seguinte, a ser encaminhado à Direção-Geral da Câmara Municipal.





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

Parágrafo único. O cargo de Chefe Financeiro e Contábil será ocupado por servidor proveniente de cargo efetivo e que tenha registro ativo junto ao Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Paraná, devendo ser graduado em Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação e com conhecimentos na área financeira e contábil.

(...)

XXV - Chefe de Tecnologia da Informação: Chefiar, organizar, controlar e monitorar as atividades da Divisão de Tecnologia da Informação e prestar serviços na área, excepcionalmente quando necessário; Elaborar, controlar e chefiar a execução das metas de atendimento conforme determinações superiores; Chefiar e auxiliar no repasse de informações e nas atividades da área de sua competência; Chefiar e controlar compras e gastos de materiais de Tecnologia da Informação; Avaliar e indicar a substituição de equipamentos ou software, de acordo com a necessidade de cada setor; Auxiliar na organização de arquivos, envio e recebimento de documentos pertinentes à área de atuação; Conhecer operacionalmente os sistemas em execução, propondo o uso adequado e otimizado, prestando orientações necessárias e representando as demandas da divisão junto aos superiores e às contratadas fornecedoras de hardware e software; Inventariar e manter atualizadas as informações de softwares e equipamentos pertinentes à área de atuação; Chefiar, controlar e auxiliar na instalação, operação, atualização e manutenção de programas computacionais; Emitir parecer técnico em conjunto com o Diretor de Tecnologia da Informação quanto à contratação e aquisição de serviços e equipamentos de informática, auxiliando nas especificações técnicas de equipamentos, softwares e serviços





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

correlacionados à área de sua competência; Manter-se atualizado sobre as atividades realizadas na divisão, buscando meios que modernizem a execução dos serviços, viabilizem a economia, celeridade, eficiência dos métodos e o bom desempenho; Criar relatórios gerenciais das atividades da área de competência e repassar as informações à Diretoria de Tecnologia da Informação; Chefiar e distribuir as atividades e serviços conforme as competências e atribuições, de acordo o perfil profissiográfico de cada servidor; Manter a organização, operacionalidade e disponibilidade do data center; Manter a funcionalidade da infraestrutura de dados em geral; Zelar pela segurança digital, verificando e aplicando políticas de segurança conforme cada necessidade específica; Propor projetos de melhoria contínua da infraestrutura de dados; Chefiar e executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função; Promover uma cultura de inovação, aprendizado contínuo e colaboração dentro da equipe de Tecnologia da Informação, bem como a identificação de lacunas de habilidades e o investimento no desenvolvimento profissional dos membros da equipe; Garantir que todos os sistemas e processos vinculados à Diretoria de Tecnologia da Informação estejam alinhados com os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD); Elaborar relatório anual de gestão setorial, contendo o registro das atividades desenvolvidas, indicadores de desempenho do setor, desafios identificados, sugestões de melhorias e planejamento de metas e ações para o período seguinte, a ser encaminhado à Direção-Geral da Câmara Municipal.

Parágrafo único. O cargo de Chefe de Tecnologia da Informação será ocupado por servidor proveniente de cargo efetivo, devendo ser graduado em Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação em uma das seguintes áreas: Tecnologia





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

da Informação, Sistema de Informação, Engenharia da Computação, Análise de Sistemas ou curso correlato.

(...)

XXVII - Chefe de Comunicação Social: Chefiar, organizar, controlar e monitorar as atividades da Divisão de Comunicação Social e prestar serviços na área, excepcionalmente quando necessário; Elaborar, controlar e chefiar a execução das metas de atendimento conforme determinações superiores; Chefiar e auxiliar no repasse de informações e nas atividades da área de sua competência; Chefiar e controlar compras e gastos de materiais de Comunicação Social; Avaliar e indicar a realização de atividades de comunicação social, de acordo com a necessidade de cada setor; Auxiliar na organização de arquivos, envio e recebimento de documentos pertinentes à área de atuação; Conhecer as atividades de Comunicação Social, propondo o uso adequado e otimizado, prestando orientações necessárias e representando as demandas da divisão junto aos superiores e às contratadas prestadoras/fornecedoras de serviços/produtos; Manter arquivo das realizações da divisão, do sítio da Câmara Municipal e demais documentos pertinentes à área de atuação; Chefiar, controlar e auxiliar na produção de matérias de interesse da Câmara Municipal, bem como auxiliar a Diretoria de Comunicação Social em sua divulgação; Emitir parecer técnico em conjunto com o Diretor de Comunicação Social quanto à contratação e aquisição de serviços e equipamentos necessários ao funcionamento da Diretoria de Comunicação Social; Manter-se atualizado sobre as atividades realizadas na diretoria, buscando meios que modernizem a execução dos serviços, viabilizem a economia, celeridade, eficiência dos métodos e o bom desempenho; Criar





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

relatórios gerenciais das atividades da área de competência e repassar as informações à Diretoria de Comunicação Social; Chefiar e distribuir as atividades e serviços conforme as competências e atribuições, de acordo o perfil profissiográfico de cada servidor; Manter a organização, operacionalidade e disponibilidade dos documentos relacionados à Comunicação Social da Câmara Municipal; Manter a funcionalidade da Comunicação Social em geral; Zelar pela segurança e confiabilidade das informações divulgadas pela Câmara Municipal; Propor projetos de melhoria contínua da Comunicação Social; Chefiar e executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função; Propor, coordenar e supervisionar anualmente o Plano de Comunicação Institucional da Câmara Municipal, com base em princípios de acessibilidade, transparência pública, linguagem cidadã e fortalecimento da imagem institucional do Poder Legislativo, utilizando-se de estratégias adequadas aos meios digitais e tradicionais; Monitorar a imagem institucional da Câmara Municipal na imprensa e nas redes sociais; Manter o protocolo geral do expediente informatizado e integrado com todos os setores da Câmara Municipal; Fazer cumprir a resolução própria do SIAC; Elaborar relatório anual de gestão setorial, contendo o registro das atividades desenvolvidas, indicadores de desempenho do setor, desafios identificados, sugestões de melhorias e planejamento de metas e ações para o período seguinte, a ser encaminhado à Direção-Geral da Câmara Municipal.

Parágrafo único. O cargo de Chefe de Comunicação Social será ocupado por servidor proveniente de cargo efetivo, devendo ser graduado em Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação em uma das seguintes áreas: Comunicação Social (Jornalismo, Publicidade e Propaganda ou





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

Relações Públicas), Comunicação Organizacional, Design Gráfico, Marketing ou curso correlato.”

(...)

Art. 3º Altera o Anexo II da Lei Municipal nº 4.523 de 27 de fevereiro de 2025, passando a vigorar com a seguinte redação.

ANEXO II

QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

CARGO	Nº. DE VAGAS	SÍMBOLO	VALOR
Chefe de Gabinete da Presidência	01	CC-1
Assessor da Presidência	02	CC-5
Chefe de Gabinete Parlamentar	13	CC-2
Assessor Parlamentar Executivo	13	CC-3
Assessor de Gabinete Parlamentar	13	CC-4
Assessor Parlamentar Comunitário	26	CC-5
Diretor Geral	01	DG-1
Assessor da Diretoria Geral	01	CC-2
Diretor Jurídico	01	DJ-1
Controlador Interno	01	CI-1
Diretor da Escola do Legislativo Municipal	01	CC-1
Assessor do Diretor da Escola do Legislativo	02	CC-5
Diretor do Processo Legislativo	01	CC-1
Chefe do Processo Legislativo	01	CH-1	R\$ 13.341,16

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 02/09/2025 09:10 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://ic.lgm.com.br/p124de9e6368bc>





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

Assessor Especial das Comissões	01	CC-2
Assessor Geral das Comissões	01	CC-5
Assessor das Secretarias	01	CC-5
Diretor Administrativo	01	CC-1
Chefe de Gestão de Pessoal	01	CH-1	R\$ 13.341,16
Chefe Administrativo	01	CH-1	R\$ 13.341,16
Chefe de Compras e Licitações	01	CH-1	R\$ 13.341,16
Diretor Financeiro	01	CC-1
Chefe Financeiro e Contábil	01	CH-1	R\$ 13.341,16
Diretor de Tecnologia da Informação	01	CC-1
Chefe de Tecnologia da Informação	01	CH-1	R\$ 13.341,16
Diretor de Comunicação Social	01	CC-1
Chefe de Comunicação Social	01	CH-1	R\$ 13.341,16
Assessor de Imprensa	01	CC-5
Total	91		

Art. 4º Altera o Anexo IV da Lei Municipal nº 4.523 de 27 de fevereiro de 2025, passando a vigorar com a seguinte redação:

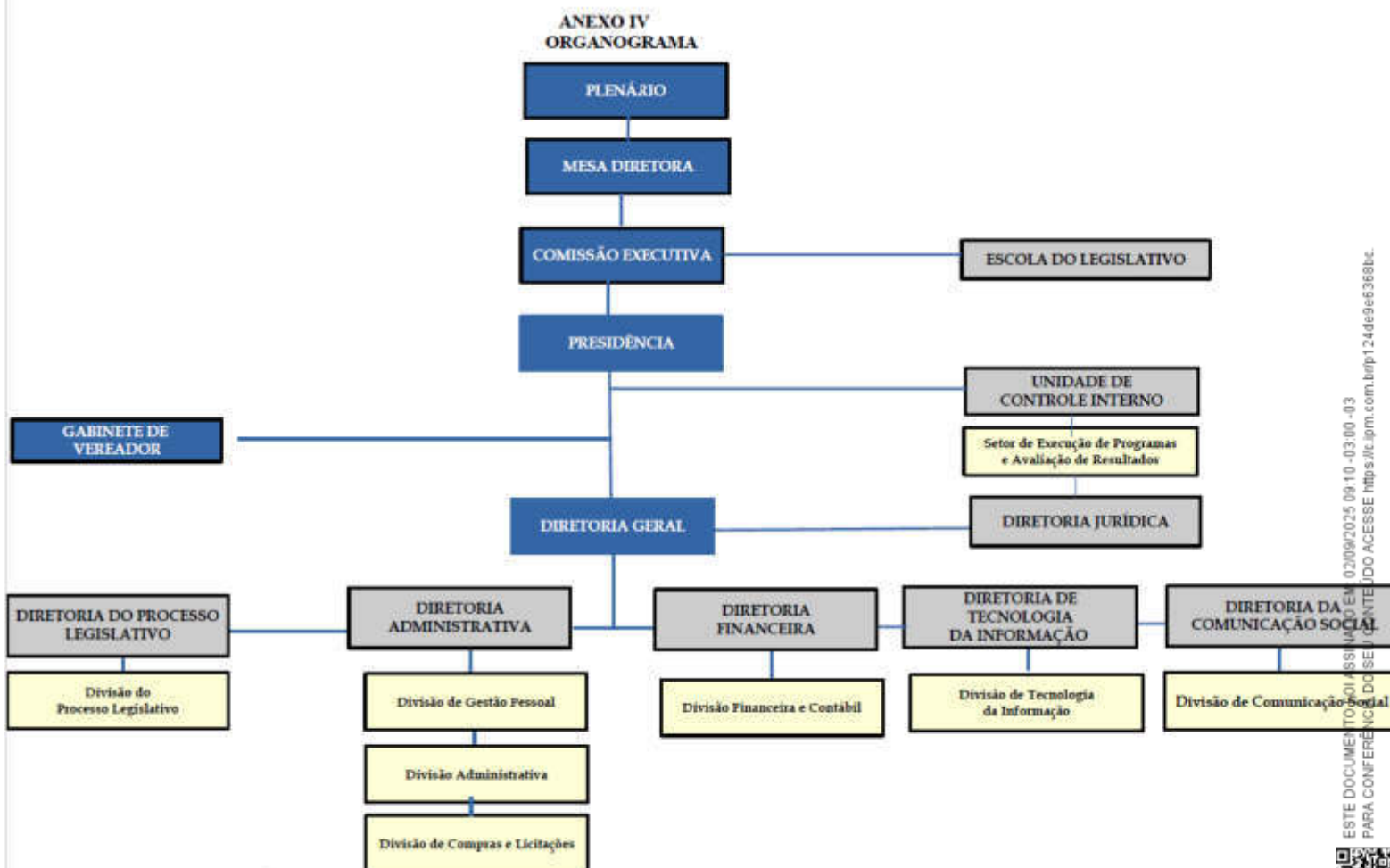
ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 02/09/2025 09:10 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://ic.lgm.com.br/p124de9e6368bc>





CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

📍 @camaraaraucaria



ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM 02/09/2025 09:10 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://cjm.lgim.com.br/p124de9e6368bc>





CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

📍 @camaraaraucaria

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir do dia 1º de setembro de 2025.

Câmara Municipal de Araucária, 02 de setembro de 2025.



EDUARDO RODRIGO DE CASTILHOS

02/09/2025 09:10:01

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Eduardo Rodrigo de Castilhos
PRESIDENTE



LEANDRO ANDRADE PRETO

02/09/2025 09:18:14

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Leandro Andrade Preto
1º SECRETÁRIO



CELSONICACIO DA SILVA

02/09/2025 09:27:25

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Celso Nicácio da Silva
2º SECRETÁRIO

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 02/09/2025 09:10 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://ic.icpm.com.br/p124de9e6368bc>.





CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
A CASA DE TODOS

📍 @camaraaraucaria

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem como intuito alterar a Lei Municipal nº 4.523/2025 para corrigir divergências materiais na norma jurídica, também adequar as atribuições dos cargos de chefia ocupados por servidores efetivos.

Ampliamos as atribuições dos cargos de chefia ocupados por servidores efetivos, com o intuito de compatibilizar a norma com as rotinas diárias atuais, e aprimorar a qualidade do desenvolvimento das atividades em nível tático nas áreas legislativas, financeiras, administrativas, de infraestrutura e de pessoal nos setores da Câmara Municipal, havendo então adequação remuneratória vinculada às novas atividades exercidas.

Além da adequação exposta, também corrigimos erro material na Lei nº 4.523/2025 concernente ao organograma da Câmara Municipal, desta forma, incluímos a “Divisão de Compras e Licitações” na Diretoria Administrativa presente na alínea c do inciso VIII do art. 2º da Lei Municipal nº 4.523/2025. Também excluimos o quadro do organograma que constava “Divisão de Almoxarifado e Patrimônio”, pois conforme consta no art. 2º, inciso VIII, alínea b, da Lei Municipal nº 4.523/2025 é a Divisão Administrativa que é composta por setores, sendo eles: Biblioteconomia, Documentação e Referência Legislativa e Patrimônio e Almoxarifado.

Também houve correção a respeito do Serviço de Atendimento ao Cidadão – SIAC – que não é uma divisão como consta do organograma a ser alterado, mas sim um setor da Divisão de Comunicação Social.

Assim, o presente projeto de lei tem por objetivo tornar a gestão da Câmara Municipal cada vez mais dinâmica e eficiente visado que esta cumpra o seu papel constitucional, qual seja, a elaboração de leis e a fiscalização da gestão pública.

De todo o exposto, pedimos aos Nobres Pares apoio para aprovação do projeto de lei em discussão.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 02/09/2025 09:10 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.lgm.com.br/p124de9e6368bc>





O vereador **Vilson Cordeiro** no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica de Araucária/PR e pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta a seguinte proposição:

INDICAÇÃO Nº 2745/2025

Requer à Mesa que seja encaminhado o expediente ao Exmo. senhor Prefeito Gustavo Botogoski, que determine à Secretaria Municipal competente a realização da alteração da localização do ponto de ônibus atualmente situado na Rua dos Narcisos, nº 443, bairro Campina da Barra, para o endereço da Rua dos Narcisos, nº 529, na mesma localidade.

JUSTIFICATIVA

O ponto de ônibus já esteve anteriormente localizado na Rua dos Narcisos, nº 529, mas foi transferido, há algum tempo, para o nº 443. O local atual não se mostra adequado, uma vez que, na via contrária, existe uma curva muito próxima ao ponto, o que tem ocasionado situações de risco. Com frequência, veículos realizam ultrapassagens imprudentes de ônibus, quase colidindo frontalmente com outros coletivos que estão parados para embarque e desembarque de passageiros, fluxo este que se torna ainda mais preocupante pela grande presença de crianças no local.

Diante disso, a realocação do ponto para o nº 529 da mesma via se mostra medida necessária para garantir maior segurança viária e melhor mobilidade urbana. (Fotos em anexo).

Assim, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente Indicação, a fim de que seja encaminhada ao Poder Executivo para as providências cabíveis, visando à proteção da população e à melhoria das condições de transporte público em nossa comunidade.





1.1 Ponto de ônibus Rua dos Narcisos, nº 443.



1.2 Local para mudança do ponto ônibus, Rua dos Narcisos, nº 529.





2.1 Ponto de ônibus Rua dos Narcisos, nº 443, fluxo intenso de crianças.



2.2 Ponto de ônibus Rua dos Narcisos, nº 443, carro ultrapassa ônibus parado no ponto, invadindo contra mão.





2.3 Ponto de ônibus Rua dos Narcisos, nº 443, ônibus que vem pela Rua Lótus freia para não colidir com carro que invadiu pista contrária.

Câmara Municipal de Araucária, 17 de setembro de 2025.



VILSON CORDEIRO

17/09/2025 17:00:23

Câmara Municipal de
ARAUCÁRIA

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Vilson Cordeiro
Vereador





O vereador **LEANDRO ANDRADE PRETO** no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica de Araucária/PR e pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta a seguinte proposição:

INDICAÇÃO Nº 2846/2025

Requer à Mesa que seja encaminhado expediente ao Senhor Prefeito, Gustavo Botogoski, para que solicite à Secretaria Municipal competente a realização de melhorias no calçamento e a implantação de rampas de acessibilidade em toda a extensão da Rua Marcelino Jasinski.

JUSTIFICATIVA

A presente solicitação se fundamenta na necessidade de garantir melhores condições de acessibilidade na Rua Marcelino Jasinski, visto que cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida enfrentam dificuldades de locomoção devido às atuais condições do calçamento e à ausência de rampas adequadas.

Câmara Municipal de Araucária, 12 de Setembro de 2025.

Leandro Andrade Preto

VEREADOR



**LEANDRO ANDRADE
PRETO**

16/09/2025 07:47:19

ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

EDIFÍCIO VEREADOR PEDRO NOLASCO PIZZATTO

O vereador **LEANDRO ANDRADE PRETO** no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica de Araucária/PR e pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta a seguinte proposição:

INDICAÇÃO Nº 2975/2025

Requer à Mesa que seja encaminhado expediente ao senhor Prefeito, Gustavo Botogoski, para que solicite à Secretaria Municipal responsável a realização de estudo de viabilidade para a criação de vagas de remanso na Rua das Violetas.

JUSTIFICATIVA

A criação de vagas de remanso na Rua das Violetas contribuirá para melhorar a organização do estacionamento de veículos, facilitando a mobilidade urbana e aumentando a segurança de pedestres e motoristas.

Câmara Municipal de Araucária, 18 de Setembro de 2025.



**LEANDRO ANDRADE
PRETO**

18/09/2025 09:49:44

CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

LEANDRO ANDRADE PRETO

VEREADOR





O vereador **LEANDRO ANDRADE PRETO** no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica de Araucária/PR e pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta a seguinte proposição:

INDICAÇÃO Nº2976/2025

Requer à Mesa, na forma regimental para que determine à Secretaria Municipal competente a limpeza da Rua Bernardo Frederico Michel, na altura da intersecção com a Rua Bruno da Rocha.

JUSTIFICATIVA

O pedido se faz necessário devido ao acúmulo de sujeira e vegetação alta no local, ocasionando transtornos à população, dificultando a circulação e favorecendo a proliferação de animais peçonhentos. A limpeza contribuirá para a segurança, bem-estar e saúde dos moradores e transeuntes que utilizam a via.

Câmara Municipal de Araucária, 15 de setembro de 2025.



**LEANDRO ANDRADE
PRETO**

18/09/2025 15:04:11

CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

LEANDRO ANDRADE PRETO

VEREADOR





O vereador **LEANDRO ANDRADE PRETO** no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica de Araucária/PR e pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta a seguinte proposição:

INDICAÇÃO Nº2977/2025

Requer à Mesa, na forma regimental para que determine à Secretaria Municipal competente a limpeza das calçadas na Rua Minas Gerais, na altura do número 3507 e suas proximidades.

JUSTIFICATIVA

O pedido se faz necessário devido ao acúmulo de sujeira e vegetação alta no local, ocasionando transtornos à população, dificultando a circulação e favorecendo a proliferação de animais peçonhentos. A limpeza contribuirá para a segurança, bem-estar e saúde dos moradores e transeuntes que utilizam a via.

Câmara Municipal de Araucária, 18 de setembro de 2025.



**LEANDRO ANDRADE
PRETO**

18/09/2025 15:58:28

Câmara Municipal de
ARAUCÁRIA

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

LEANDRO ANDRADE PRETO

VEREADOR





O vereador Fabio Rodrigo Pedroso no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica de Araucária/PR e pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta a seguinte proposição:

INDICAÇÃO Nº 2868/2025

Requer à Mesa que seja encaminhado expediente ao senhor Prefeito, Luiz Gustavo Botogski, para que determine à Secretaria Municipal competente para que seja feita a troca das lâmpadas de iluminação da Praça do Sol no Bairro Costeira.

JUSTIFICATIVA

A Praça do Sol é um importante espaço de lazer para famílias do Bairro Costeira, porém a falta de iluminação adequada na praça e no parque infantil tem limitado significativamente seu uso no período noturno. Muitos pais devido a compromissos profissionais, só têm disponibilidade para levar suas crianças ao local no final da tarde ou início da noite. A ausência de iluminação:

- Reduz o aproveitamento do equipamento público;
- Compromete a segurança dos frequentadores;
- A melhor utilização do espaço público;
- Inclusão de horários alternativos para lazer familiar.

Diante do exposto, submeto à apreciação deste Egrégio Plenário a presente indicação, solicitando sua aprovação e posterior encaminhamento à Mesa Diretora, para que sejam adotadas as providências cabíveis junto ao setor competente da Administração Pública Municipal.



FABIO RODRIGO PEDROSO

15/09/2025 16:43:05



Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

FABIO RODRIGO PEDROSO

VEREADOR





O vereador Fabio Rodrigo Pedroso no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica de Araucária/PR e pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta a seguinte proposição:

INDICAÇÃO Nº 2869/2025

Requer à Mesa que seja encaminhado expediente ao senhor Prefeito, Luiz Gustavo Botogoski, para que determine à Secretaria Municipal competente, a viabilidade de estudo de implementação de uma lombada (ondulação transversal) na rua Paraíba em frente ao numeral 673, bairro Iguaçu, conjunto Manoel Bandeira.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se tal solicitação pelo fato de que o local apresenta grande fluxo de veículos quais costumam transitar em altas velocidades no trecho em declive que compreende desde a rua Bahia até a rua Rio de Janeiro, aumentando consideravelmente o risco de acidentes e atropelamentos. Existe ainda a presença de comércios neste trecho, trazendo um aumento de circulação de pedestres e também de veículos (inclusive estacionados em ambos os sentidos da via, diminuindo assim o espaço para o tráfego).

Diante do exposto, submeto à apreciação deste Egrégio Plenário a presente Indicação, solicitando sua aprovação e posterior encaminhamento à Mesa Diretora, para que sejam adotadas as providências cabíveis junto ao setor competente da Administração Pública Municipal.

Câmara Municipal de Araucária, 22 de setembro de 2025.



FABIO RODRIGO PEDROSO

22/09/2025 14:33:45

ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil

FABIO RODRIGO PEDROSO

VEREADOR



O vereador **EDUARDO RODRIGO DE CASTILHOS**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica de Araucária/PR e pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta a seguinte proposição:

INDICAÇÃO Nº 2881/2025

Requer à Mesa que seja encaminhado expediente ao senhor Prefeito, Gustavo Botogoski, para que determine à Secretaria Municipal competente, a realização de estudo técnico e, posteriormente, a instalação de uma passarela nas proximidades do supermercado Maxxi Atacadista na Rodovia do Xisto.

JUSTIFICATIVA

A presente indicação visa atender à demanda da comunidade local, considerando o elevado fluxo de pedestres que transita pela região nas proximidades do Supermercado Maxxi Atacadista, com destaque para os horários de maior movimento e a necessidade de assegurar a segurança de moradores, clientes e trabalhadores, torna-se necessária a implantação de uma passarela sobre as vias de circulação. A proximidade com o Hospital Municipal de Araucária (HMA) aumenta mais o fluxo de pessoas que saem do hospital em direção ao supermercado, tornando essa intervenção especialmente relevante para garantir travessias seguras e confortáveis. Diante do volume diário de pessoas que utilizam essa região, a passarela representa uma medida essencial de segurança viária e de incentivo ao transporte a pé, alinhando – se aos objetivos de melhoria da infraestrutura urbana, acessibilidade e qualidade de vida local.

O Poder Público deve zelar pela integridade física dos cidadãos e promover ações preventivas para evitar acidentes, reforçando o compromisso com a mobilidade urbana segura e eficiente.

Câmara Municipal de Araucária, 17 de setembro de 2025.



**EDUARDO RODRIGO DE
CASTILHOS**
17/09/2025 13:42:23
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

EDUARDO CASTILHOS

Vereador





O vereador **Eduardo Castilhos**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica de Araucária/PR e pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta a seguinte proposição:

INDICAÇÃO Nº 2882/2025

Requer à Mesa que seja encaminhado expediente ao senhor Prefeito, Gustavo Botogoski, para que determine à Secretaria Municipal competente a instalação de cestos de lixo ao lado da UBS Paulo Reis Teixeira e na academia ao ar livre localizada no mesmo entorno.

JUSTIFICATIVA

A instalação dos cestos de lixo é medida necessária para promover a limpeza e a conservação dos espaços públicos, em especial ao redor da UBS Paulo Reis Teixeira e da academia ao ar livre, locais que recebem diariamente grande fluxo de pessoas.

A ausência de recipientes adequados para o descarte de resíduos acaba resultando em acúmulo de lixo no chão, comprometendo não apenas a estética urbana, mas também a saúde pública e a preservação ambiental.

A medida contribuirá para conscientizar os usuários sobre a importância do correto descarte de resíduos, garantindo maior organização, higiene e bem-estar à comunidade que utiliza esses espaços.

Trata-se, portanto, de providência simples, mas de grande relevância, atendendo ao interesse público e aos princípios da promoção da saúde e da qualidade de vida dos cidadãos.

Câmara Municipal de Araucária, 17 de setembro de 2025.



**EDUARDO RODRIGO DE
CASTILHOS**

17/09/2025 15:35:33

ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

EDUARDO CASTILHOS
VEREADOR





O Vereador **VAGNER CHEFER** no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica de Araucária/PR e pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta a seguinte proposição:

INDICAÇÃO Nº 2905/2025

Indica-se que seja encaminhado expediente ao Senhor Prefeito, Luiz Gustavo Botogoski, para que determine à Secretaria Municipal competente, a instalação de iluminação adequada na praça localizada na rua Sonia Bodziak, ao lado do Condomínio San Diego, no bairro Capela Velha.

JUSTIFICATIVA

Os moradores da comunidade procuraram este vereador para solicitar a revitalização da quadra esportiva localizada no parquinho infantil, bem como a instalação de iluminação adequada no local. O espaço é essencial para a prática de esportes e atividades de lazer, especialmente para crianças e jovens da região.

Atualmente, a quadra encontra-se em condições precárias: as telas de proteção estão danificadas, as estruturas metálicas de sustentação estão caídas, as traves dos gols estão quebradas e o piso apresenta avarias em diversos pontos.

Alem disso, a ausência de iluminação interna compromete a segurança dos usuários, dificultando a visibilidade e limitando o uso do espaço no final da tarde e início da noite.

A revitalização desse espaço contribuirá significativamente para o bem-estar da comunidade, incentivando a prática esportiva, a inclusão social e a prevenção de situação de vulnerabilidade.

Por isso, solicito ao Distinto Plenário que vote favorável a esta Indicação, sendo encaminhada à Mesa Diretora para tomar as providências cabíveis.

Câmara Municipal de Araucária, 11 de setembro de 2025.



VAGNER JOSÉ CHEFER

17/09/2025 13:52:02

Câmara Municipal de
ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

VAGNER CHEFER

VEREADOR





O Vereador **VAGNER CHEFER** no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica de Araucária/PR e pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta a seguinte proposição:

INDICAÇÃO Nº 2906/2025

Indica-se que seja encaminhado expediente ao Senhor Prefeito, Luiz Gustavo Botogoski, para que determine à Secretaria Municipal competente, o estudo de viabilidade à destinação de sobras de fresas asfáltica para aplicação na rua Arara, próximo ao número 1109, bairro Capela Velha.

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem por objetivo apresentar uma solução para as condições inadequadas da via em questão, a qual se encontra em estado de conservação precário, com a presença de buracos, acúmulo de poeira e formação de lama em dias chuvosos. Tais condições têm ocasionado consideráveis transtornos aos moradores e aos condutores que utilizam a via diariamente.

Uma solução viável e econômica é o uso de sobras de fresas asfáltica. Esses materiais, que sobram de obras públicas, podem ser reaproveitados, evitando desperdício e sendo uma alternativa sustentável, contribuindo significativamente para a melhoria das condições de acesso e segurança da população.

Por isso, solicito ao Distinto Plenário que vote favorável a esta Indicação, sendo encaminhada à Mesa Diretora para tomar as providências cabíveis.

Câmara Municipal de Araucária, 17 de setembro de 2025.



VAGNER JOSÉ CHEFER

17/09/2025 13:45:21

Câmara Municipal de
ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

VAGNER CHEFER

VEREADOR





Senhores Vereadores:

Senhor Presidente,

O vereador Fabio Pavoni no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica de Araucária/PR e pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta a seguinte proposição:

INDICAÇÃO Nº2927/2025

Requer à Mesa Executiva que encaminhe expediente ao Exmo. Sr Prefeito, Luiz Gustavo Botogoski, para que, por intermédio da Secretaria competente, realize a roçada na Avenida Centenário, próximo ao número 920, Barigui.

JUSTIFICATIVA

Solicita-se a realização de roçada na Avenida Centenário, próximo ao número 920, no bairro Barigui, onde há um ponto de ônibus.

O mato alto no local está prejudicando a visibilidade e o acesso dos pedestres, especialmente dos usuários do transporte público. A vegetação excessiva também favorece o acúmulo de lixo e a presença de animais peçonhentos, oferecendo riscos à saúde e segurança da população.

A roçada é necessária para garantir melhores condições de uso do ponto de ônibus, além de contribuir para a limpeza e segurança da área.

Por isso, solicito ao Distinto Plenário que vote favorável a esta Indicação, sendo encaminhada à Mesa Diretora para tomar as providências cabíveis.

Câmara Municipal de Araucária, 16 de setembro de 2025.

Fábio Pavoni

Vereador



FABIO ALMEIDA PAVONI

16/09/2025 14:13:15

Câmara Municipal de
ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.





Senhores Vereadores:

Senhor Presidente,

O vereador Fabio Pavoni no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica de Araucária/PR e pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta a seguinte proposição:

INDICAÇÃO Nº2928/2025

Requer à Mesa Executiva que encaminhe expediente ao Exmo. Sr Prefeito, Luiz Gustavo Botogoski, para que, por intermédio da Secretaria competente, realize a substituição das lixeiras em frente a represa do Passaúna, no bairro São Miguel.

JUSTIFICATIVA

Solicita-se a substituição das lixeiras instaladas em frente à represa do Passaúna, no bairro São Miguel, tendo em vista que as atuais são pequenas e não possuem tampa, o que compromete a coleta adequada dos resíduos no local.

A ausência de tampas facilita a dispersão do lixo pelo vento e atrai animais, além de causar mau cheiro e prejudicar o aspecto visual da área, que é frequentemente visitada por moradores e turistas. Como se trata de um ponto de lazer e contato com a natureza, é essencial manter a limpeza e a organização do espaço.

Dessa forma, a substituição por lixeiras maiores, com tampa e mais adequadas ao volume de uso, contribuirá para a preservação ambiental, o bem-estar dos visitantes e a imagem positiva do local.

Por isso, solicito ao Distinto Plenário que vote favorável a esta Indicação, sendo encaminhada à Mesa Diretora para tomar as providências cabíveis.

Câmara Municipal de Araucária, 16 de setembro de 2025.

Fábio Pavoni

Vereador



FABIO ALMEIDA PAVONI

16/09/2025 14:45:37

CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.





Senhores Vereadores:

Senhor Presidente,

O vereador Fabio Pavoni no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica de Araucária/PR e pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta a seguinte proposição:

INDICAÇÃO Nº2929/2025

Requer à Mesa Executiva que encaminhe expediente ao Exmo. Sr Prefeito, Luiz Gustavo Botogoski, para que, por intermédio da Secretaria competente, realize o estudo de viabilidade para revitalização da Praça Desportiva Ely Hermenegildo de Andrade (Jardim Pinheiros) nas proximidades do Vila angélica.

JUSTIFICATIVA

Atualmente, o local encontra-se em situação de abandono, com falta de manutenção e estruturas deterioradas, o que inviabiliza seu uso adequado pela comunidade. Apesar disso, a área possui amplo espaço livre, com grande potencial para revitalização e aproveitamento comunitário.

Além de possibilitar melhorias nas estruturas existentes, o espaço comporta a implantação de um parquinho infantil e de uma academia ao ar livre, o que atenderia diretamente às demandas da população local por lazer, esporte e convivência. Tais equipamentos promoveriam a saúde, o bem-estar e a integração social entre crianças, jovens, adultos e idosos da região.

Diante disso, o estudo de viabilidade é essencial para avaliar as condições do espaço, identificar as intervenções necessárias e planejar a requalificação da área de forma funcional e acessível para todos os moradores.

Por isso, solicito ao Distinto Plenário que vote favorável a esta Indicação, sendo encaminhada à Mesa Diretora para tomar as providências cabíveis.

Câmara Municipal de Araucária, 16 de setembro de 2025.

Fábio Pavoni

Vereador



FABIO ALMEIDA PAVONI

16/09/2025 14:19:13

ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

araucaria.pr.leg.br | R. Irmã Elizabeth Werka, 55 - Estação, Araucária - PR | (41) 3641-5200



Senhores Vereadores:

Senhor Presidente,

O vereador Fabio Pavoni no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica de Araucária/PR e pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta a seguinte proposição:

INDICAÇÃO Nº2955/2025

Requer à Mesa Executiva que encaminhe expediente ao Exmo. Sr Prefeito, Luiz Gustavo Botogoski, para que, por intermédio da Secretaria competente, realize estudo de viabilidade para pavimentação asfáltica na Rua Adão Nikodemski, localizada no bairro Barigui.

JUSTIFICATIVA

A solicitação para realização de estudo de viabilidade para pavimentação asfáltica da Rua Adão Nikodemski, fundamenta-se na necessidade de melhoria da infraestrutura, visando garantir melhores condições de mobilidade, segurança viária e qualidade de vida para os moradores e usuários da via.


Atualmente, a Rua Adão Nikodemski apresenta-se com pavimento em leito natural (terra ou cascalho), o que ocasiona diversos transtornos à população.

Dessa forma, solicito ao Distinto Plenário que vote favorável a esta indicação, sendo encaminhada à Mesa Diretora para tomar as providências cabíveis.

Câmara Municipal de Araucária, 16 de setembro de 2025.

Fábio Pavoni

Vereador

**FABIO ALMEIDA PAVONI**

16/09/2025 14:20:31

Câmara Municipal de
ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.





Senhores Vereadores:

Senhor Presidente,

O vereador Fabio Pavoni no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica de Araucária/PR e pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta a seguinte proposição:

INDICAÇÃO Nº2956/2025

Requer à Mesa Executiva que encaminhe expediente ao Exmo. Sr Prefeito, Luiz Gustavo Botogoski, para que, por intermédio da Secretaria competente, realize a retirada de galhos de árvore na Rua Vicente Szczerbowski, em frente ao número 369, localizada no bairro Barigui.

JUSTIFICATIVA

A presença de galhos secos, danificados ou excessivamente projetados sobre a calçada representa risco iminente, podendo causar danos as pessoas. Além disso, galhos mal posicionados ou caídos dificultam a mobilidade, prejudicam a visibilidade viária e contribuem para o acúmulo de resíduos orgânicos, o que pode obstruir sistemas de drenagem pluvial e favorecer a proliferação de vetores.

Dessa forma, solicito ao Distinto Plenário que vote favorável a esta indicação, sendo encaminhada à Mesa Diretora para tomar as providências cabíveis.

Câmara Municipal de Araucária, 16 de setembro de 2025.

Fábio Pavoni

Vereador



FABIO ALMEIDA PAVONI

16/09/2025 14:24:23

Câmara Municipal de
ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.





Senhores Vereadores:

Senhor Presidente,

O vereador Fabio Pavoni no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica de Araucária/PR e pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta a seguinte proposição:

INDICAÇÃO Nº2957/2025

Requer à Mesa Executiva que encaminhe expediente ao Exmo. Sr Prefeito, Luiz Gustavo Botogoski, para que, por intermédio da Secretaria competente, realize a manutenção do ponto de ônibus na Rua João Mickowsz, Bairro São Miguel.

JUSTIFICATIVA

A solicitação de manutenção do ponto de ônibus localizado na Rua João Mickowsz, no Bairro São Miguel, se faz necessária em razão das condições inadequadas em que o mesmo se encontra. Moradores da região relataram que a estrutura apresenta sinais de desgaste, comprometendo o conforto e, principalmente, a segurança dos usuários do transporte público, a melhoria contribuirá para a valorização do espaço e para a mobilidade urbana do município.

Dessa forma, solicito ao Distinto Plenário que vote favorável a esta indicação, sendo encaminhada à Mesa Diretora para tomar as providências cabíveis.

Câmara Municipal de Araucária, 16 de setembro de 2025.

Fábio Pavoni

Vereador

FABIO ALMEIDA PAVONI



16/09/2025 14:25:11

Câmara Municipal de
ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Anexo:



Senhores Vereadores:

Senhor Presidente,

O vereador Fabio Pavoni no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica de Araucária/PR e pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta a seguinte proposição:

INDICAÇÃO Nº2958/2025

Requer à Mesa Executiva que encaminhe expediente ao Exmo. Sr Prefeito, Luiz Gustavo Botogoski, para que, por intermédio da Secretaria competente, realize a retirada de galhos de árvore na Rua Aguielo Pinto, em frente ao número 251, no bairro Barigui.

JUSTIFICATIVA


O acúmulo de galhos depositados sobre a calçada compromete a livre circulação de pedestres, prejudica a acessibilidade e pode favorecer a proliferação de insetos e animais peçonhentos. A retirada dos galhos é necessária para garantir a limpeza, a segurança do local e o cumprimento das normas de convivência e ordenamento urbano.

Dessa forma, solicito ao Distinto Plenário que vote favorável a esta indicação, sendo encaminhada à Mesa Diretora para tomar as providências cabíveis.

Câmara Municipal de Araucária, 16 de setembro de 2025.

Fábio Pavoni

Vereador



FABIO ALMEIDA PAVONI
16/09/2025 14:27:04
Câmara Municipal de
ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.



Senhores Vereadores:

Senhor Presidente,

O vereador Fabio Pavoni no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica de Araucária/PR e pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta a seguinte proposição:

INDICAÇÃO Nº2959/2025

Requer à Mesa Executiva que encaminhe expediente ao Exmo. Sr Prefeito, Luiz Gustavo Botogoski, para que, por intermédio da Secretaria competente, realize um estudo de viabilidade para instalação de uma academia de calistenia e bancos de descanso, na praça Leopoldo Tuleski, localizada entre a Rua José Lemos e a Avenida das Araucárias, no bairro Barigui.

JUSTIFICATIVA


A iniciativa visa ampliar as opções de lazer, incentivar a prática de atividades físicas ao ar livre e proporcionar mais conforto aos frequentadores do espaço. A instalação desses equipamentos contribuirá para a promoção da saúde, o bem-estar da comunidade e a valorização do espaço público, atendendo à crescente demanda dos moradores por áreas de convivência e infraestrutura de qualidade.

Dessa forma, solicito ao Distinto Plenário que vote favorável a esta indicação, sendo encaminhada à Mesa Diretora para tomar as providências cabíveis.

Câmara Municipal de Araucária, 16 de setembro de 2025.

Fábio Pavoni

Vereador



FABIO ALMEIDA PAVONI
16/09/2025 14:29:03
CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.





Senhores Vereadores:

Senhor Presidente,

O vereador Fabio Pavoni no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica de Araucária/PR e pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta a seguinte proposição:

INDICAÇÃO Nº2960/2025

Requer à Mesa Executiva que encaminhe expediente ao Exmo. Sr Prefeito, Luiz Gustavo Botogoski, para que, por intermédio da Secretaria competente, realize a manutenção da manta asfáltica na Rua dos Professores, Barigui.

JUSTIFICATIVA

A presente solicitação visa atender à demanda da comunidade local quanto à necessidade urgente de manutenção da manta asfáltica na Rua dos Professores, situada no Bairro Barigui. A via apresenta desgaste significativo em diversos trechos, com buracos e irregularidades que comprometem a segurança de motoristas, ciclistas e pedestres.

Além de representar um risco de acidentes, a deterioração do asfalto prejudica a fluidez do tráfego e pode acarretar danos a veículos, gerando transtornos à população que utiliza essa via diariamente.

Dessa forma, solicito ao Distinto Plenário que vote favorável a esta indicação, sendo encaminhada à Mesa Diretora para tomar as providências cabíveis.

Câmara Municipal de Araucária, 16 de setembro de 2025.

Fábio Pavoni



FABIO ALMEIDA PAVONI

16/09/2025 14:31:23

ARAUCÁRIA

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.



Senhores Vereadores:

Senhor Presidente,

O vereador Fabio Pavoni no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica de Araucária/PR e pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta a seguinte proposição:

INDICAÇÃO Nº2961/2025

Requer à Mesa Executiva que encaminhe expediente ao Exmo. Sr Prefeito, Luiz Gustavo Botogoski, para que, por intermédio da Secretaria competente, realize a retirada de galhos na rua Félix Tamplin ,Bairro ThomasCoelho, em toda sua extensão

JUSTIFICATIVA

A solicitação de retirada de galhos na Rua Félix Tamplin, no Bairro Thomas Coelho, ao longo de toda a sua extensão, se faz necessária em virtude do acúmulo de resíduos vegetais que têm causado transtornos aos moradores e transeuntes da região.

A presença de galhos caídos compromete a segurança de pedestres, ciclistas e motoristas, além de dificultar o tráfego e o escoamento adequado das águas pluviais, podendo agravar situações de alagamento em períodos de chuva. Além disso, esse acúmulo favorece a proliferação de insetos e animais peçonhentos, o que representa risco à saúde pública.

Dessa forma, solicito ao Distinto Plenário que vote favorável a esta indicação, sendo encaminhada à Mesa Diretora para tomar as providências cabíveis.

Câmara Municipal de Araucária, 16 de setembro de 2025.

Fábio Pavoni
FABIO ALMEIDA PAVONI
16/09/2025 14:36:41

ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.





Senhores Vereadores:

Senhor Presidente,

O vereador Fabio Pavoni no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica de Araucária/PR e pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta a seguinte proposição:

INDICAÇÃO Nº2962/2025

Requer à Mesa Executiva que encaminhe expediente ao Exmo. Sr Prefeito, Luiz Gustavo Botogoski, para que, por intermédio da Secretaria competente, realize a retirada de galhos ao longo da extensão da Rua Luís Wachowicz, no Thomaz Coelho.

JUSTIFICATIVA

No local, há acúmulo de galhos oriundos de podas e quedas naturais, o que tem causado transtornos para pedestres e motoristas, além de comprometer a limpeza e o aspecto urbano da via. Em alguns trechos, os galhos ocupam parte das calçadas e até da pista de rolamento, prejudicando a circulação segura e adequada.

A remoção desses resíduos é necessária para garantir a segurança viária e a manutenção da ordem pública, além de evitar o entupimento de bueiros e a proliferação de insetos e animais indesejados.

Por isso, solicito ao Distinto Plenário que vote favorável a esta Indicação, sendo encaminhada à Mesa Diretora para tomar as providências cabíveis.

Câmara Municipal de Araucária, 16 de setembro de 2025.

Fábio Pavoni

Vereador



FABIO ALMEIDA PAVONI

16/09/2025 14:38:56

Câmara Municipal de Araucária
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.



Senhores Vereadores:

Senhor Presidente,

O vereador Fabio Pavoni no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica de Araucária/PR e pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta a seguinte proposição:

INDICAÇÃO Nº2963/2025

Requer à Mesa Executiva que encaminhe expediente ao Exmo. Sr Prefeito, Luiz Gustavo Botogoski, para que, por intermédio da Secretaria competente, realize a instalação de uma grade de proteção no bueiro localizado na Rua Sebastião Rodrigues de Souza, localizado no bairro São Miguel.

JUSTIFICATIVA

O referido bueiro apresenta uma grande abertura exposta, o que representa risco potencial à segurança de pedestres, ciclistas e veículos. Além disso, há perigo de pequenos animais caírem no local, evidenciando a necessidade urgente de intervenção. A colocação de uma grade de proteção visa prevenir acidentes, garantir a segurança da população e assegurar o bom funcionamento da infraestrutura urbana.

Dessa forma, solicito ao Distinto Plenário que vote favorável a esta indicação, sendo encaminhada à Mesa Diretora para tomar as providências cabíveis.

Câmara Municipal de Araucária, 16 de setembro de 2025.

Fábio Pavoni

Vereador

FABIO ALMEIDA PAVONI



16/09/2025 14:40:23

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.





Senhores Vereadores:

Senhor Presidente,

O vereador Fabio Pavoni no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica de Araucária/PR e pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta a seguinte proposição:

INDICAÇÃO Nº2964/2025

Requer à Mesa Executiva que encaminhe expediente ao Exmo. Sr Prefeito, Luiz Gustavo Botogoski, para que, por intermédio da Secretaria competente, realize a retirada de galhos de árvore na Rua Francisco Knopik, em frente ao número 190 e a obra de construção do CMEI Vila Angélica, localizada no bairro Thomaz Coelho.

JUSTIFICATIVA

O acúmulo de galhos depositados sobre a calçada compromete a livre circulação de pedestres, prejudica a acessibilidade e pode favorecer a proliferação de insetos e animais peçonhentos. A retirada dos galhos é necessária para garantir a limpeza, a segurança do local e o cumprimento das normas de convivência e ordenamento urbano.

Dessa forma, solicito ao Distinto Plenário que vote favorável a esta indicação, sendo encaminhada à Mesa Diretora para tomar as providências cabíveis.

Câmara Municipal de Araucária, 16 de setembro de 2025.

Fábio Pavoni

Vereador



FABIO ALMEIDA PAVONI

16/09/2025 14:42:10

CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.





O vereador **Francisco Paulo de Oliveira** no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica de Araucária/PR e pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta a seguinte proposição:

INDICAÇÃO Nº2932/2025

Requer à Mesa que seja encaminhado expediente ao senhor Prefeito, Gustavo Botogoski, para que determine à Secretaria Municipal competente um estudo Técnico para implantação de dispositivos redutores de velocidade na rua Sandro Fialla próximo à esquina com a Rua Bruno da Rocha - Tropical.

JUSTIFICATIVA

Justifico a proposição, sendo a utilização desses dispositivos essencial para garantir a segurança no trânsito, pois eles ajudam a controlar a velocidade dos veículos e a reduzir os riscos de acidentes. Além disso, também auxiliam na conscientização dos condutores sobre a importância de respeitar os limites de velocidade e as normas de trânsito.

Os locais citados acima são muito frequentados por pedestres e os veículos passam em velocidades acima do permitido. Em síntese, o equipamento responsável por controlar a velocidade em determinada via é indispensável para garantir a segurança no trânsito para assim evitar acidentes e proteger a integridade física de todos os usuários da via.

Por isso, solicito ao D. Plenário que vote favorável a esta Indicação, sendo encaminhada à Mesa Diretora para que tome as providências cabíveis.

Câmara Municipal de Araucária, 17 de setembro de 2025.



FRANCISCO PAULO DE OLIVEIRA

18/09/2025 08:11:58

CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

FRANCISCO PAULO DE OLIVEIRA

VEREADOR





O vereador Francisco Paulo de Oliveira no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica de Araucária/PR e pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta a seguinte proposição:

INDICAÇÃO Nº 2933/2025

Requer à Mesa que seja encaminhado expediente ao senhor Prefeito, Gustavo Botogoski, para que determine à Secretaria Municipal competente que faça um estudo de viabilidade para que seja realizada a construção de calçadas em toda a extensão da Avenida dos Pinheirais.

JUSTIFICATIVA

A construção de calçadas ao longo da Avenida dos Pinheirais se justifica pela urgente necessidade de garantir condições adequadas de mobilidade e segurança para os pedestres que utilizam essa via diariamente. Atualmente, a ausência de calçadas adequadas ou a sua precariedade expõem os cidadãos a riscos constantes, uma vez que são forçados a caminhar ao lado da via, muitas vezes disputando espaço com veículos em alta velocidade. Isso é uma medida essencial para garantir a segurança, acessibilidade e qualidade de vida dos cidadãos. Além de atender às necessidades da população local, esta obra contribui para a melhoria da infraestrutura urbana, tornando o ambiente mais seguro, inclusivo e sustentável.

A implementação dessa melhoria, portanto, é um investimento necessário para o bem-estar da comunidade e para o desenvolvimento ordenado da cidade.

Por isso, solicito ao D. Plenário que vote favorável a esta Indicação, sendo encaminhada à Mesa Diretora para que tome as providências cabíveis.

Câmara Municipal de Araucária, 22 de setembro de 2025



FRANCISCO PAULO DE OLIVEIRA

22/09/2025 11:29:48

ARAUCÁRIA
Assinatura digital verificada com certificado digital ICP-
Brasil.

FRANCISCO PAULO DE OLIVEIRA

VEREADOR





O vereador **Francisco Paulo de Oliveira** no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica de Araucária/PR e pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta a seguinte proposição:

INDICAÇÃO Nº2981/2025

Indica-se que seja encaminhado expediente ao Senhor Prefeito, Luiz Gustavo Botogoski, para que determine à Secretaria Municipal competente, para a realização de estudos e providências para a construção de um novo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, no bairro Costeira – Araucária – PR.

JUSTIFICATIVA

A solicitação se dá diante da crescente demanda da população, no bairro Costeira por serviços de assistência social, orientação e acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade. A construção de uma nova unidade do CRAS se justifica como forma de descentralizar o atendimento, evitar a sobrecarga das unidades existentes, facilitar o acesso dos moradores aos serviços sociais e promover maior eficiência na execução da política de assistência social no município. A presente indicação visa garantir melhores condições de atendimento às famílias que mais necessitam de apoio do poder público.

Por isso, solicito ao D. Plenário que vote favorável a esta Indicação, sendo encaminhada à Mesa Diretora para que tome as providências cabíveis.

Câmara Municipal de Araucária, 22 de setembro de 2025.



FRANCISCO PAULO DE OLIVEIRA

22/09/2025 11:48:07

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada com certificado digital no ICP-Brasil.

FRANCISCO PAULO DE OLIVEIRA

VEREADOR





O Vereador **Olizandro José Ferreira Júnior**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Orgânica de Araucária/PR e pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta a seguinte proposição.

INDICAÇÃO Nº 2.941/2025

Indico a Mesa Executiva que seja encaminhado expediente ao Poder Executivo Municipal para que através da Secretaria competente, a Criação do setor de “Achados e Perdidos” no Parque Cachoeira e no CSU – Araucária.

JUSTIFICATIVA

Tanto o Parque Cachoeira quanto o CSU recebem diariamente um grande fluxo de pessoas para atividades de lazer, práticas esportivas, eventos culturais e ações comunitárias. Nesses espaços, é comum o extravio de objetos pessoais como documentos, chaves, celulares, garrafas, brinquedos e outros pertences.

A criação de um setor de **Achados e Perdidos** é uma medida simples, mas de grande relevância para a comunidade, pois:

- Facilita a devolução de itens perdidos aos seus donos;
- Transmite organização, credibilidade e cuidado por parte da administração pública;
- Reduz transtornos para cidadãos que perdem objetos de uso pessoal e documentos;
- Fortalece o caráter educativo e social dos espaços públicos, incentivando a honestidade e a colaboração.

O setor pode funcionar de forma integrada à administração de cada local, com registro básico dos itens encontrados e horários definidos para atendimento, sem necessidade de grandes investimentos.

Dessa maneira, a implantação desse serviço contribuirá diretamente para a melhoria da experiência dos frequentadores, aumentando a sensação de acolhimento e pertencimento nos espaços públicos de Araucária.





Diante do exposto, solicito ao distinto plenário que vote favorável a esta indicação e posteriormente, seja encaminhada à Mesa Diretora para que tome as providências cabíveis.

Câmara Municipal de Araucária, 16 de setembro de 2025



OLIZANDRO JOSÉ FERREIRA JÚNIOR

16/09/2025 14:15:25

CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

OLIZANDRO JOSÉ FERREIRA JÚNIOR
Vereador





O Vereador **Olizandro José Ferreira Júnior**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Orgânica de Araucária/PR e pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta a seguinte proposição.

INDICAÇÃO Nº 2.942/2025

Indico a Mesa Executiva que seja encaminhado expediente ao Poder Executivo Municipal para que através da Secretaria competente, realizar uma campanha de arrecadação de livros em bom estado (infantis, didáticos, literatura, enciclopédias, gibis e outros materiais de leitura) junto à população, empresas, livrarias e instituições de ensino. Os livros arrecadados seriam destinados às bibliotecas comunitárias, escolas públicas e espaços de leitura da cidade, fortalecendo o acesso gratuito ao conhecimento.

JUSTIFICATIVA

O acesso à leitura é um dos pilares fundamentais para a formação cidadã, o desenvolvimento da imaginação, da criatividade e da capacidade crítica das pessoas. Infelizmente, muitas escolas públicas e bibliotecas comunitárias enfrentam a carência de acervos atualizados e diversificados, o que limita o estímulo ao hábito da leitura.

A campanha de arrecadação de livros é uma iniciativa simples, de baixo custo e alto impacto social, que promove a solidariedade, o compartilhamento e a democratização do conhecimento. Além disso, incentiva a comunidade a participar ativamente da valorização da educação, reaproveitando livros que muitas vezes estão guardados sem uso e que podem transformar a vida de outras pessoas.

Com essa ação, estaremos ampliando o alcance da literatura, fortalecendo a inclusão social e investindo no futuro de crianças, jovens e adultos que terão mais oportunidades de acesso ao mundo da leitura.

Diante do exposto, solicito ao distinto plenário que vote favorável a esta indicação e posteriormente, seja encaminhada à Mesa Diretora para que tome as providências cabíveis.

Câmara Municipal de Araucária, 16 de setembro de 2025.



**OLIZANDRO JOSÉ FERREIRA
JÚNIOR**

16/09/2025 14:15:55

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

OLIZANDRO JOSÉ FERREIRA JÚNIOR
Vereador



O Vereador **Olizandro José Ferreira Júnior**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Orgânica de Araucária/PR e pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta a seguinte proposição.

INDICAÇÃO Nº 2.943/2025

Indico a Mesa Executiva que seja encaminhado expediente ao Poder Executivo Municipal para que através da Secretaria competente, Instituir o Projeto “**Aluno Destaque**”, que tem como objetivo reconhecer e valorizar publicamente os melhores alunos de cada escola da rede municipal de ensino, levando em consideração não apenas o desempenho acadêmico, mas também o comprometimento, esforço, assiduidade, disciplina e participação em atividades escolares e comunitárias..

JUSTIFICATIVA

A educação é um dos maiores instrumentos de transformação social, e a valorização do esforço estudantil é essencial para estimular a permanência e o bom desempenho dos alunos nas escolas. Muitas vezes, o talento, a dedicação e a superação dos estudantes passam despercebidos, quando poderiam ser transformados em exemplos positivos para toda a comunidade escolar.

O Projeto “Aluno Destaque” busca justamente reconhecer esse mérito, promovendo uma cerimônia de homenagem anual ou semestral, com a entrega de certificados, medalhas aos alunos escolhidos. Esse reconhecimento público contribui para elevar a autoestima dos estudantes, reforçar a importância do compromisso com os estudos e incentivar outros alunos a também se dedicarem, criando um ciclo positivo de motivação e valorização da educação.

Além disso, ao prestigiar o mérito dos estudantes, o projeto fortalece a relação entre escola, família e comunidade, mostrando que o esforço educacional é reconhecido e apoiado pelo poder público. Trata-se de uma iniciativa de baixo custo, mas de grande impacto social e educacional, que contribui para a formação de cidadãos mais comprometidos, responsáveis e motivados a construir um futuro melhor.

Diante do exposto, solicito ao distinto plenário que vote favorável a esta indicação e posteriormente, seja encaminhada à Mesa Diretora para que tome as providências cabíveis.

Câmara Municipal de Araucária, 16 de setembro de 2025.

 OLIZANDRO JOSÉ FERREIRA JÚNIOR
16/09/2025 14:16:22
OLIZANDRO JOSÉ FERREIRA JÚNIOR
Vereador





O Vereador **Olizandro José Ferreira Júnior**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Orgânica de Araucária/PR e pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta a seguinte proposição.

INDICAÇÃO Nº 2.944/2025

Indico a Mesa Executiva que seja encaminhado expediente ao Poder Executivo Municipal para que através da Secretaria competente, implantar um programa de **aulas gratuitas de Libras (Língua Brasileira de Sinais) e Braille**, em parceria com universidades, faculdades e instituições de ensino superior da região. Os cursos seriam oferecidos à comunidade em geral, com prioridade para professores, servidores públicos, familiares de pessoas com deficiência e estudantes interessados.

JUSTIFICATIVA

A acessibilidade comunicacional é um direito fundamental e um passo essencial para a inclusão social. Infelizmente, muitas pessoas surdas ou com deficiência visual ainda encontram barreiras no acesso à educação, saúde, serviços públicos e até mesmo na convivência comunitária por conta da falta de profissionais e cidadãos capacitados em Libras e Braille.

A criação de cursos gratuitos, em parceria com universidades que já possuem corpo docente qualificado e estrutura adequada, representa uma ação de grande impacto social para o Município. Além de capacitar a população para se comunicar de forma mais inclusiva, a iniciativa contribui para ampliar as oportunidades profissionais, valorizar a diversidade e construir uma sociedade mais justa e acessível.

Ao formar professores, funcionários públicos e cidadãos com conhecimento em Libras e Braille, o Município estará fortalecendo as políticas de inclusão, garantindo mais autonomia às pessoas com deficiência e promovendo uma rede de apoio que vai além da sala de aula, alcançando toda a comunidade.

Essa medida é um investimento em educação, cidadania e respeito às diferenças, alinhada ao princípio da equidade, onde todos devem ter oportunidades iguais de acesso à comunicação e à participação social.





Diante do exposto, solicito ao distinto plenário que vote favorável a esta indicação e posteriormente, seja encaminhada à Mesa Diretora para que tome as providências cabíveis.

Câmara Municipal de Araucária, 16 de setembro de 2025.



**OLIZANDRO JOSÉ FERREIRA
JÚNIOR**

16/09/2025 14:16:50

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

OLIZANDRO JOSÉ FERREIRA JÚNIOR
Vereador



O Vereador **Olizandro José Ferreira Júnior**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Orgânica de Araucária/PR e pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta a seguinte proposição.

INDICAÇÃO Nº 2.945/2025

Indico a Mesa Executiva que seja encaminhado expediente ao Poder Executivo Municipal para que através da Secretaria competente seja providenciada a instalação de uma **faixa elevada para pedestres ou de nova sinalização viária** na Rua Minas Gerais, nº 806, visando reduzir a velocidade dos veículos e aumentar a segurança da população.

JUSTIFICATIVA

A Rua Minas Gerais, especialmente no trecho próximo ao nº 806, apresenta intenso fluxo de veículos e pedestres diariamente. No entanto, a ausência de sinalização adequada ou de medidas de controle de velocidade tem gerado situações de risco constante, principalmente para crianças, idosos e pessoas com mobilidade reduzida que necessitam atravessar a via.

A implantação de uma faixa elevada ou de nova sinalização terá impacto direto na diminuição da velocidade dos automóveis, ampliando a visibilidade e garantindo prioridade ao pedestre. Essa medida preventiva contribui para a redução de acidentes e promove maior sensação de segurança entre os moradores e usuários da via.

Além da questão da segurança viária, trata-se também de um investimento em acessibilidade e qualidade de vida urbana, assegurando que a mobilidade aconteça de forma mais ordenada e humana. Experiências em outros pontos do Município demonstram que a implantação de faixas elevadas tem sido eficiente para disciplinar o tráfego e proteger vidas

Diante do exposto, solicito ao distinto plenário que vote favorável a esta indicação e posteriormente, seja encaminhada à Mesa Diretora para que tome as providências cabíveis.

Câmara Municipal de Araucária, 22 de setembro de 2025.



**OLIZANDRO JOSÉ FERREIRA
JUNIOR**

22/09/2025 13:42:31

ARAUCARIA
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil

OLIZANDRO JOSÉ FERREIRA JÚNIOR
Vereador



O Vereador **Olizandro José Ferreira Júnior**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Orgânica de Araucária/PR e pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta a seguinte proposição.

INDICAÇÃO Nº 2.946/2025

Indico a Mesa Executiva que seja encaminhado expediente ao Poder Executivo Municipal para que através da Secretaria competente, sejam instalados **parquinhos adaptados para crianças com deficiência (PCD)** em praças e áreas de lazer do Município.

JUSTIFICATIVA

O direito ao lazer é garantido pela Constituição Federal e deve ser acessível a todas as crianças, sem qualquer tipo de exclusão. No entanto, a maioria dos espaços públicos de recreação ainda não possui estruturas adequadas para atender crianças com deficiência física, sensorial ou intelectual, o que gera desigualdade e limita a plena participação dessas crianças em atividades fundamentais ao seu desenvolvimento.

A implantação de parquinhos adaptados é uma ação que promove **inclusão social, acessibilidade e igualdade de oportunidades**, permitindo que crianças PCD tenham acesso a brinquedos seguros, projetados especialmente para suas necessidades. Além de estimular o convívio entre todas as crianças, esses espaços favorecem o desenvolvimento motor, cognitivo e social, além de reforçar a autoestima e a autonomia.

Dessa forma, a instalação de parquinhos adaptados representa um avanço significativo para Araucária, fortalecendo as políticas públicas voltadas à infância e às pessoas com deficiência, garantindo que **todas as crianças tenham o direito de brincar, aprender e se desenvolver plenamente**.

Diante do exposto, solicito ao distinto plenário que vote favorável a esta indicação e posteriormente, seja encaminhada à Mesa Diretora para que tome as providências cabíveis.

Câmara Municipal de Araucária, 22 de setembro de 2025.



**OLIZANDRO JOSÉ FERREIRA
JÚNIOR**

22/09/2025 13:43:03

CÂMARA MUNICIPAL DE
ARAUCÁRIA
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

OLIZANDRO JOSÉ FERREIRA JÚNIOR
Vereador





O Vereador **Olizandro José Ferreira Júnior**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei Orgânica de Araucária/PR e pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta a seguinte proposição.

INDICAÇÃO Nº 2.947/2025

Indico a Mesa Executiva que seja encaminhado expediente ao Poder Executivo Municipal para que através da Secretaria competente, seja realizada a instalação de **lâmpadas de iluminação Pública na Rua Aurora Boneto, no Bairro Lagoa Grande.**

JUSTIFICATIVA

A presente indicação atende a uma solicitação recorrente dos moradores da região, que enfrentam sérias dificuldades devido à falta de iluminação adequada. A ausência de luminárias compromete não apenas a mobilidade no período noturno, mas, sobretudo, a segurança de quem transita pela via, sejam pedestres, ciclistas ou motoristas.

A Rua Aurora Boneto é uma importante via de circulação no bairro Lagoa Grande, utilizada diariamente por trabalhadores, estudantes e famílias que retornam para suas residências em horários avançados. A escuridão no local favorece a ocorrência de atos ilícitos e aumenta a sensação de insegurança entre os moradores. Além disso, a falta de visibilidade aumenta o risco de acidentes de trânsito e quedas, especialmente entre idosos e crianças.

A iluminação Pública é um serviço essencial, pois promove qualidade de vida, segurança e cidadania. Trata-se de uma infraestrutura básica que deve estar disponível a toda a população, garantindo o direito de ir e vir com tranquilidade.

Portanto, a instalação das lâmpadas solicitadas é medida urgente, que trará benefícios diretos à comunidade, contribuindo para um ambiente mais seguro, acolhedor e digno.

Diante do exposto, solicito ao distinto plenário que vote favorável a esta indicação e posteriormente, seja encaminhada à Mesa Diretora para que tome as providências cabíveis.

Câmara Municipal de Araucária, 22 de setembro de 2025.



**OLIZANDRO JOSÉ FERREIRA
JÚNIOR**

22/09/2025 13:43:31



Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

OLIZANDRO JOSÉ FERREIRA JÚNIOR
Vereador





O Vereador **OLIZANDRO JOSÉ FERREIRA JÚNIOR** no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica de Araucária/PR e pelo Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta a seguinte proposição:

MOÇÃO DE APLAUSOS Nº 062 /2025

Requer à mesa, na forma regimental, que seja inserida na Ata dos trabalhos desta sessão, a Moção de Aplausos ao Senhor Odir Alberti.

JUSTIFICATIVA

A Câmara Municipal de Araucária, nos termos regimentais, apresenta a presente **Moção de Aplauso** ao Sr. **Odir Alberti**, em reconhecimento à sua trajetória de vida, dedicação profissional e exemplo de solidariedade e humanidade para toda a comunidade.

Natural de União da Vitória, Odir Alberti iniciou sua vida profissional ainda muito jovem, demonstrando desde cedo responsabilidade e determinação. Em 1978 mudou-se para Araucária, onde construiu sua história. Em 1986 ingressou nos Correios, desempenhando por 35 anos a função de carteiro até sua aposentadoria em 2021.

Ao longo de sua carreira, acompanhou de perto o crescimento da cidade e as necessidades das famílias, sempre exercendo sua profissão com zelo e proximidade da população. Contudo, sua contribuição foi além do trabalho como carteiro: sensibilizado com a realidade das crianças que conhecia em suas rotas, iniciou a distribuição voluntária de balas, que mais tarde se transformou em kits, espalhando alegria especialmente no Dia das Crianças e no Natal.

Há cerca de 18 anos, atendendo a um pedido especial, vestiu-se de Papai Noel pela primeira vez. Desde então, tornou-se uma figura marcante e esperada, levando carinho, presentes e esperança para centenas de famílias. Em 2015, foi convidado a ser o Papai Noel oficial dos Correios, atuando em escolas de Curitiba e região metropolitana até 2022, além de participar de ações comunitárias em cidades como Colombo, Lapa, Contenda e Três Barras (SC).





Seu trabalho voluntário e social se consolidou ao longo dos anos, emocionando gerações inteiras. Muitos adultos e jovens de hoje recordam com emoção os momentos em que receberam seus presentes, lembrando sempre da simpatia, acolhimento e alegria transmitidos por esse “Papai Noel de verdade”.

Por sua trajetória de dedicação ao próximo, sua solidariedade incansável e por representar tão bem o espírito natalino, esta Casa Legislativa rende a **Odir Alberti**, carinhosamente conhecido como **o Papai Noel de Araucária**, a mais justa homenagem, registrando em ata a presente **Moção de Aplauso** como expressão de reconhecimento público e gratidão da população araucariense.

Câmara Municipal de Araucária, 22 de setembro de 2025.



**OLIZANDRO JOSÉ FERREIRA
JÚNIOR**

23/09/2025 08:39:48

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

OLIZANDRO JOSÉ FERREIRA JÚNIOR
Vereador

11.02

CIDADE SÍMBOLO DO PARANÁ

1890

